



**Bernardo Cerqueira Agueda**

**Relações urbano-rurais e  
desenvolvimentos geográficos desiguais:  
Transformações espaciais nas localidades de Vargem Grande  
(Teresópolis - RJ) e Barracão dos Mendes (Nova Friburgo - RJ)**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Geografia da PUC-Rio como requisito parcial para  
obtenção de grau de Mestre em Geografia

**Orientador:** Prof. Dr. João Rua

Rio de Janeiro

Março de 2019



**Bernardo Cerqueira Agueda**

**Relações urbano-rurais e desenvolvimentos  
geográficos desiguais:**

**Transformações espaciais nas localidades de  
Vargem Grande (Teresópolis - RJ) e Barracão dos  
Mendes (Nova Friburgo - RJ)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Geografia da PUC-Rio como requisito  
parcial para obtenção de grau de Mestre em Geografia.  
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. João Rua**

Orientador

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

**Prof.<sup>a</sup> Regina Célia de Mattos**

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

**Prof.<sup>a</sup> Sandra Lencioni**

Departamento de Geografia – USP

**Prof. Luciano Ximenes Aragão**

Departamento de Geografia – FEBF/UERJ

Rio de Janeiro, 24 de março de 2019

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

**Bernardo Cerqueira Agueda**

Bacharel e licenciado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Ficha Catalográfica

Agueda, Bernardo Cerqueira

Relações urbano-rurais e desenvolvimentos geográficos desiguais : transformações espaciais nas localidades de Vargem Grande (Teresópolis - RJ) e Barracão dos Mendes (Nova Friburgo - RJ) / Bernardo Cerqueira Agueda ; orientador: João Rua. – 2019.

264 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2019.

Inclui bibliografia

CDD: 910

## Agradecimentos

Em primeiro lugar, ao professor e eterno mestre João Rua, tutor do Grupo de Estudos Urbanos e Rurais (URAIIS) e meu orientador neste trabalho. Muito além da orientação da pesquisa, agradeço imensamente pelo carinho demonstrado desde o início da graduação em Geografia, pelos conselhos e pela amizade. Forneceu todo o apoio necessário, dando palavras de incentivo nos momentos em que precisava e instigou a busca por novos desafios. Sem você, com toda a sua paciência e compreensão, nada disso seria possível.

Aos demais professores do Departamento de Geografia da PUC-Rio, por todas as aulas críticas, leituras e ensinamentos proferidos, que revelaram as potencialidades da Geografia enquanto ciência. Em especial, um agradecimento a Regina Célia de Mattos, Alvaro Ferreira, Luciano Ximenes e Sandra Lencioni, professores diretamente responsáveis por ampliar meu encanto pela Geografia, tendo um papel fundamental na minha formação. À banca de qualificação pelas ricas sugestões que foram dadas, com críticas e indicações que ajudaram a nortear meus questionamentos. Às secretárias do Departamento de Geografia, agradeço pela paciência com as constantes dúvidas.

Aos participantes do Grupo de Estudos Urbanos e Rurais, companheiros de estudo e de inquietações, por todas as discussões realizadas, essenciais para a realização deste trabalho. As leituras, conversas e o companheirismo foram, sem dúvida, essenciais para o meu desenvolvimento acadêmico e para os encaminhamentos desta pesquisa.

Aos demais amigos da PUC-Rio, colegas da época da graduação e do Mestrado, com quem compartilhei esta jornada. Um imenso carinho pela amizade construída e pelos debates ocorridos fora da sala de aula. Um agradecimento especial a Mateus, Horacio, Artur, Luciano, Gabriel, Joana, Lúcia, Leandro, Matheus, Tinoco e Lucas.

Ao Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PROSUP/CAPES), pelo suporte financeiro para a realização

deste Mestrado. Ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e à PUC-Rio pelos auxílios concedidos.

Por fim, agradeço a minha família, pelo apoio e confiança durante todo o período de desenvolvimento dessa pesquisa e da minha formação, em geral, tornando-a mais simples, mais leve.

## Resumo

Agueda, Bernardo Cerqueira; Rua, João (Orientador). **Relações urbano-rurais e desenvolvimentos geográficos desiguais:** transformações espaciais nas localidades de Vargem Grande (Teresópolis – RJ) e Barracão dos Mendes (Nova Friburgo – RJ). Rio de Janeiro, 2019. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O objetivo deste trabalho é analisar as transformações espaciais e as novas relações urbano-rurais nas localidades de Vargem Grande (Teresópolis-RJ) e Barracão dos Mendes (Nova Friburgo – RJ) a partir dos desenvolvimentos geográficos desiguais. O estudo das relações entre rural e urbano ganha contornos específicos no atual contexto de metropolização do espaço. As mudanças no campo, com o crescimento de atividades não-agrícolas e a diversificação dos sujeitos que atuam neste espaço, operam na construção de novas espacialidades, complexificando o rural em meio a uma mistura de símbolos, imaginários e representações. Tais transformações serão analisadas por uma perspectiva dialética, apreendendo o espaço a partir de uma abordagem centrada nos desenvolvimentos geográficos desiguais e tendo nas representações elementos mediadores para assimilar as múltiplas escalas articuladas na produção do espaço. O bairro de Vargem Grande e a localidade rural de Barracão dos Mendes são destacados como exemplos da heterogeneidade dos “espaços em metropolização”, constituindo arranjos particulares em meio à conjuntura de integração e ruptura própria da dinâmica fluida da acumulação do capital. Assim, dentre as inúmeras manifestações, o preço da terra, o padrão da renda familiar e as representações do espaço serão analisados enquanto evidências da transformação das relações urbano-rurais neste contexto de metropolização, tendo em vista os efeitos da expansão do fenômeno urbano-metropolitano para além das fronteiras das cidades.

## Palavras-chave

Desenvolvimentos geográficos desiguais; relações urbano-rurais; representações; metropolização do espaço.

## Abstract

Agueda, Bernardo Cerqueira; Rua, João (Advisor). **Urban-rural relations and uneven geographical developments:** spatial transformations in the localities of Vargem Grande (Teresópolis – RJ) and Barracão dos Mendes (Nova Friburgo – RJ). Rio de Janeiro, 2019. MSc. Dissertation—Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation aims to analyze the spatial transformations and the new urban-rural relations in the localities of Vargem Grande (Teresópolis-RJ) and Barracão dos Mendes (Nova Friburgo-RJ) from the perspective of uneven geographical developments. The study of the relations between rural and urban gains specific contours in the current context of metropolization of space. The changes in the countryside, with the growth of non-agricultural activities and the diversification of the subjects from this space, operate in the construction of new spatialities, making the rural complex amidst a mixture of symbols, imaginaries and representations. Such transformations will be analyzed by a dialectical perspective, apprehending space from an approach centered on uneven geographical developments and having in the representations mediating elements to assimilate the multiple scales articulated in the production of space. The neighborhood of Vargem Grande and the rural location of Barracão dos Mendes are highlighted as examples of the heterogeneity of "spaces in metropolization", constituting particular arrangements in the midst of the conjuncture of integration and rupture proper of the fluid dynamics of capital accumulation. Thus, among the numerous manifestations, the price of land, the family income pattern and the representations of space will be analyzed as evidence of the transformation of urban-rural relations in this context of metropolization, considering the effects of the expansion of the urban-metropolitan phenomenon beyond the borders of cities.

## Keywords

Uneven geographical developments; urban-rural relations; representations; metropolization of space.

## Sumário

1.	Introdução	15
1.1.	Problemática e questionamentos	27
1.2.	Base teórico-metodológica	32
1.3.	Principais autores de interlocução, ideias e conceitos trabalhados	46
2.	O desenvolvimento em uma perspectiva geográfica: Da teoria do desenvolvimento desigual e combinado à abordagem dos desenvolvimentos geográficos desiguais	57
2.1.	Situando o conceito de desenvolvimento: A racionalidade, a modernidade e a matriz ocidental	60
2.2.	Perspectivas críticas ao desenvolvimento capitalista: A reprodução ampliada do capital e o desenvolvimento desigual	70
2.3.	“Espacializando” o desenvolvimento: A análise das transformações espaciais por meio dos desenvolvimentos geográficos desiguais	80
3.	Urbano e rural: Das representações de desenvolvimento aos desenvolvimentos geográficos desiguais	97
3.1.	A complexa definição de espaço urbano e rural: Ultrapassando as delimitações político-administrativas	100
3.2.	Os imaginários associados ao urbano e ao rural: Ampliando as reflexões acerca dos conceitos	110
3.3.	As representações e as relações sociais: O verdadeiro e o falso em relação dialética	124
3.4.	Urbanidades e ruralidades em contraposição às dualidades: A dialética do rural e do urbano na fase de refusão da relação cidade-campo	135
4.	Os desenvolvimentos nas relações urbano-rurais em espaços de metropolização: As localidades de Vargem Grande (Teresópolis-RJ) e Barracão dos Mendes (Nova Friburgo-RJ)	147
4.1.	A Região Serrana Fluminense e a metropolização do espaço	151
4.2.	A metropolização do espaço como um processo que transcende a metrópole	160



4.3. A alienação rural e urbana no mundo atual: O cotidiano programado, a sociedade do espetáculo e o “Outro” nas relações urbano-rurais	172
4.4. O preço da terra, o padrão da renda familiar e as representações do espaço: Evidências da transformação das relações urbano-rurais em um contexto de metropolização	189
5. Considerações Finais	222
6. Referências	245

## Lista de Figuras

Figura 1: Mapa de localização do bairro de Vargem Grande, Teresópolis-RJ	17
Figura 2: Os contrastes expressos na paisagem: Pequenas produções agrícolas ao lado de condomínios de alto padrão em Vargem Grande, Teresópolis-RJ	17
Figura 3: Mapa de delimitação dos distritos de Nova Friburgo-RJ, com destaque para a localização de Barracão dos Mendes	20
Figura 4: Produções agrícolas em Barracão dos Mendes, Nova Friburgo-RJ	21
Figura 5: Pequena produção de alface no bairro de Vargem Grande	190
Figura 6: Pequenas propriedades agrícolas e, ao fundo, condomínios de luxo no bairro de Vargem Grande	190
Figura 7: Exemplo de condomínio de alto padrão no bairro de Vargem Grande	191
Figura 8: Pequenas propriedades agrícolas na localidade rural de Barracão dos Mendes	192
Figura 9: Paisagem marcada pela agricultura em Barracão dos Mendes	192
Figura 10: Exemplo de condomínio com lotes em construção – Vargem Grande – Teresópolis	193
Figura 11: Nova distribuidora na localidade rural de Barracão dos Mendes	201
Figura 12: Grande supermercado em estágio de conclusão de obras em Barracão dos Mendes	201
Figura 13: Cervejaria “Soul Terê” no bairro de Vargem Grande, um dos empreendimentos recentes no local	202

Figura 14: Prédio recentemente edificado no bairro de Vargem Grande, em local repleto de pequenas propriedades agrícolas	203
Figura 15: Preços de lotes/terrenos à venda em Vargem Grande – Teresópolis – RJ	204
Figura 16: Interior do Hotel Le Canton, localizado em Vargem Grande – Teresópolis	210
Figura 17: Interior do Hotel Le Canton, localizado em Vargem Grande – Teresópolis (área distinta)	211
Figura 18: Parques montados e outras áreas de recreação no interior do Hotel Le Canton, em Vargem Grande	211
Figura 19: Aglomerado de casas de construção precária em Barracão dos Mendes	217
Figura 20: Aparelho da rede local de Internet “Frinet”, recentemente instalado	217

## Lista de Tabelas

Tabela 1: Valor da Terra Nua para alguns municípios do Rio de Janeiro nos anos de 2009, 2011 e 2016	195
Tabela 2: Taxas percentuais de crescimento do Valor da Terra Nua em alguns municípios do Rio de Janeiro 2011 – 2016	196
Tabela 3: Taxas percentuais de crescimento do Valor da Terra Nua em alguns municípios do Rio de Janeiro 2016 – 2017	200
Tabela 4: Valor da Terra Nua nos municípios de Nova Friburgo e Teresópolis de acordo com as aptidões agrícolas (2018)	205

## Lista de Gráficos

Gráfico 1: Taxas percentuais de crescimento do Valor da Terra Nua nos municípios de Nova Friburgo e Teresópolis 2011 – 2016	197
Gráfico 2: Pessoas ocupadas por setor em Teresópolis (2007-2013)	206
Gráfico 3: Pessoas ocupadas por setor em Nova Friburgo (2007-2013)	206
Gráfico 4: Produto Interno Bruto do Município de Teresópolis (2013)	207
Gráfico 5: Produto Interno Bruto do Município de Nova Friburgo (2013)	207
Gráfico 6: Produto Interno Bruto dos Municípios de Teresópolis e Nova Friburgo – Participação da atividade de serviços (2010-2016)	207
Gráfico 7: Participação dos cinco maiores municípios no valor adicionado da agropecuária – Rio de Janeiro (2010-2015)	208

## Lista de Abreviaturas e Siglas

adap.	adaptado(a)
cap.	capítulo
CEASA	Centrais Estaduais de Abastecimento
Dr.	Doutor
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
et al.	<i>et alii</i> (ou <i>et aliae</i> ); e outros (ou e outras)
etc.	<i>et cetera</i> ; e mais
FAERJ	Federação da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
fig.	figura
ha	hectare (10.000m <sup>2</sup> )
hab.	habitantes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
km <sup>2</sup>	quilômetro(s) quadrado(s)
m <sup>2</sup>	metro(s) quadrado(s)
mm	milímetro(s)
p.	página
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Prof.	Professor

Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RAMT	Relatório de Análise de Mercado de Terras
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RJ	Rio de Janeiro
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
tab.	tabela
TCE-RJ	Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
TGV	Transferência geográfica de valor
VAB	Valor Acrescentado Bruto
VTN	Valor da Terra Nua
UNSD	Divisão Estatística das Nações Unidas
ZH	Zona Homogênea

## 1. Introdução:

O estudo das relações entre o urbano e o rural ganha contornos específicos no atual contexto de metropolização do espaço. Cada vez mais, são criados diferentes imaginários, símbolos e representações que, por sua vez, misturam-se em combinações particulares, dificultando a compreensão deste espaço rural que se complexifica a cada dia. Logo, estamos diante de um rural que, gradativamente ressignificado pela difusão de signos urbano-metropolitanos, passa a agregar novas atividades e funções que, na prática, traduzem o espraiamento da lógica da mercadoria no espaço. As mudanças no campo, com o crescimento de atividades não-agrícolas e a diversificação dos sujeitos que atuam nesse espaço, operam na construção de novas espacialidades, produtos dos desenvolvimentos geográficos desiguais do capitalismo.

As relações de poder - sempre assimétricas – entre urbano e rural assumem outras configurações, ainda que mantenham desigualizações e hierarquizações. Nas múltiplas interações que assumem, espaços rurais e urbanos metamorfoseiam-se em distintas escalas. Se é possível falar, em um âmbito mais geral, do desenvolvimento do capitalismo, da expansão de determinadas relações sociais de produção, de comportamentos, padrões de consumo e atitudes compartilhadas - ou seja, de uma escala mais ampla do fenômeno urbano que seria correspondente ao processo de homogeneização do espaço na sobredeterminação do valor de troca, para além da cidade e do campo -, sem dúvida é possível apreender também manifestações diversas do processo, leituras particulares em cada local, ou, de maneira simplificada, vários tipos de urbanização no rural, de urbanos e de rurais, com representações e práticas espaciais distintas.

Considerando a atual conjuntura de transformações espaciais e buscando interpretar estas transformações nas diferentes escalas e por meio das fragmentações e hierarquizações que constituem, optamos por analisar o espaço através dos desenvolvimentos geográficos desiguais. Uma abordagem das relações urbano-rurais através dos desenvolvimentos geográficos desiguais é, sem dúvida, um enorme desafio. Tal perspectiva,



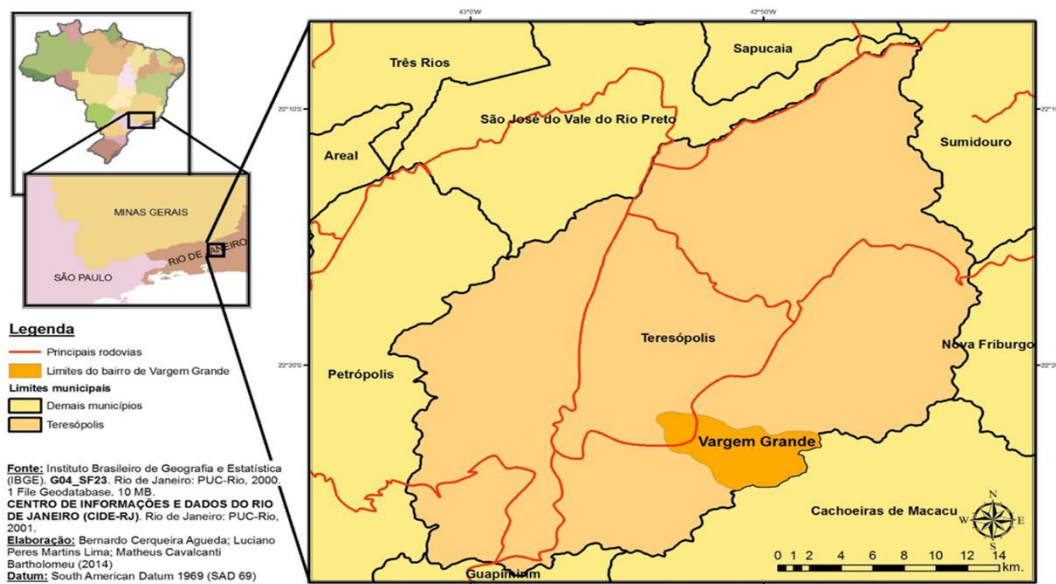
cujas formulações teóricas são ainda relativamente pouco desenvolvidas, imediatamente põe em xeque as tradicionais interpretações dicotômicas acerca destas parcelas do espaço. Discorrer sobre o espaço urbano e o espaço rural com ênfase na oposição torna-se impróprio em uma análise que subverte os limites e escalas convencionais. Interpretações que ultrapassem os recortes arbitrários implementados tornam-se cada vez mais necessárias, uma vez que as territorialidades manifestadas não estão restritas às demarcações e distinções costumeiramente adotadas. É por este motivo que encontramos, para esta pesquisa, relevantes subsídios nos desenvolvimentos geográficos desiguais do capitalismo enquanto instrumental e fundamento para a análise das transformações das relações urbano-rurais na atualidade.

O interesse pela Região Serrana Fluminense e pelas relações entre o rural e o urbano não é algo recente. Nossa inquietação inicial foi despertada pelos trabalhos de campo relacionados ao estudo de espaço agrário na zona serrana com o Prof. Dr. João Rua, nas disciplinas da graduação da PUC-Rio e no Grupo de Estudos Urbanos e Rurais (URAIIS). A aspiração por compreender as transformações das relações urbano-rurais decorreu de um interesse de caráter mais pessoal, associado aos aparentes contrastes expressos na paisagem da região entre aquilo que é considerado “novo” e o que é considerado “velho”, um suposto choque de distintas espaço-temporalidades.

A localidade que, de imediato, me despertou a atenção foi o bairro de Vargem Grande, localizado no município de Teresópolis, que pertence à Região Serrana, no interior do estado do Rio de Janeiro. Adentrando o bairro, e especialmente com uma concepção de mundo fortemente pautada na vida urbana de uma grande metrópole – e com representações específicas do cotidiano rural –, torna-se quase instintiva a sensação de estranheza e perplexidade diante da aparente mistura desordenada de tempos. Condomínios de luxo, com equipamentos avançados de segurança, elevada infra-estrutura, muros e cercas elétricas, dividem a paisagem como vizinhos imediatos de pequenas propriedades agrícolas, onde antigas famílias de agricultores trabalham produzindo alface, rúcula, e outros produtos hortícolas e olerícolas. Pequenas hortas familiares, com

casas pequenas e de arquitetura simples são agora limítrofes a guaritas com moderno sistema de vigilância, que nos passam a sensação de sempre ter alguém vigiando. Representações de novo, velho, simples e rebuscado se confundem na miscelânea peculiar que constitui a paisagem do bairro. Tal contraste, fortemente influenciado em um primeiro momento pelas perspectivas particulares do autor deste texto, foi revelando-se aos poucos menos espantoso e mais ilusório, uma vez que exprimia, como veremos no decorrer do trabalho, a integração do espaço em uma escala mais ampla, associada aos desenvolvimentos geográficos desiguais do capitalismo.

**Figura 1:** Mapa de localização do bairro de Vargem Grande, Teresópolis-RJ



**Figura 2:** Os contrastes expressos na paisagem: Pequenas produções agrícolas ao lado de condomínios de alto padrão em Vargem Grande, Teresópolis-RJ



Bernardo Agueda (2018)

Assim, o bairro de Vargem Grande, tradicionalmente rural e composto por pequenas propriedades agrícolas, é hoje considerado um dos três núcleos da área de expansão urbana do município, que é dividida em 17 localidades. No bairro é notável a expansão de empreendimentos voltados para o turismo, além de condomínios fechados de alto padrão que ganham proporções antes inimagináveis. Também é nítida a diminuição de propriedades voltadas à atividade agrícola, que ainda assim, constitui-se em um elemento marcante na paisagem. É ela, sobretudo enquanto cenário, enquanto principal componente de um imaginário idílico consumido, que vende a beleza paisagística como atrativo para os hotéis e empreendimentos turísticos.

Dentre eles, destaca-se o Hotel Le Canton, que exerce centralidade significativa na região ao criar simulacros da vida no campo a partir de representações associadas aos imigrantes suíços. Sendo um dos principais núcleos atrativos da atividade turística não só do bairro, mas de toda a Região Serrana, o hotel torna-se também um dos maiores responsáveis pela “valorização”/precificação da terra. Dividido em diferentes áreas de hospedagem (“*Village*”, “*ala Magique*” e “Fazenda Suíça”), o hotel cresce a cada ano, agregando novas acomodações e ambientes de lazer. Juntamente a ele, instalam-se progressivamente casas de veraneio, chalés e pousadas, que atendem, essencialmente, a população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Com novas atividades, serviços e equipamentos urbanos verificados a cada visita realizada, a localidade exprime uma transformação da paisagem e das relações sociais em um ritmo extremamente acelerado.

Inicialmente abordada sob o enfoque da geografia agrária, a pesquisa no bairro foi progressivamente revelando limitações nesta perspectiva. A agricultura, até então o elemento medular da investigação, mostrou-se cada vez mais insuficiente como parâmetro de análise das mudanças na localidade. Diversas áreas rurais da Região Serrana Fluminense, por exemplo, passam a se caracterizar pelo crescimento expressivo de atividades terciárias e pela diminuição das atividades agrícolas, sem deixar de reunir características rurais.

Se a diferenciação entre rural e agrário foi tornando-se mais clara para nós ao longo da pesquisa, os múltiplos “rurais” que identificávamos na Região Serrana Fluminense, com novas atividades e funções gradualmente demonstradas, tornaram nosso campo de visão mais obscuro. O diagnóstico mostrava-se confuso, uma vez que percebíamos um espaço cada vez mais fragmentado, hierarquizado e permeado por diferenças e desigualdades, ao passo em que é crescentemente integrado por símbolos, códigos e modos de vida urbano-metropolitanos.

Desse modo, não apenas a geografia agrária, mas o arcabouço teórico-metodológico dos estudos rurais na ciência geográfica, ainda muito centrado em diferenciações no espaço e em representações dicotômicas de campo e cidade, provava ser insatisfatório para os objetivos de investigação que delimitávamos. E se tivemos de recorrer a outros instrumentos conceituais e metodológicos, vimos também a necessidade de extrapolar os limites do bairro e realizar análises comparativas com outras áreas.

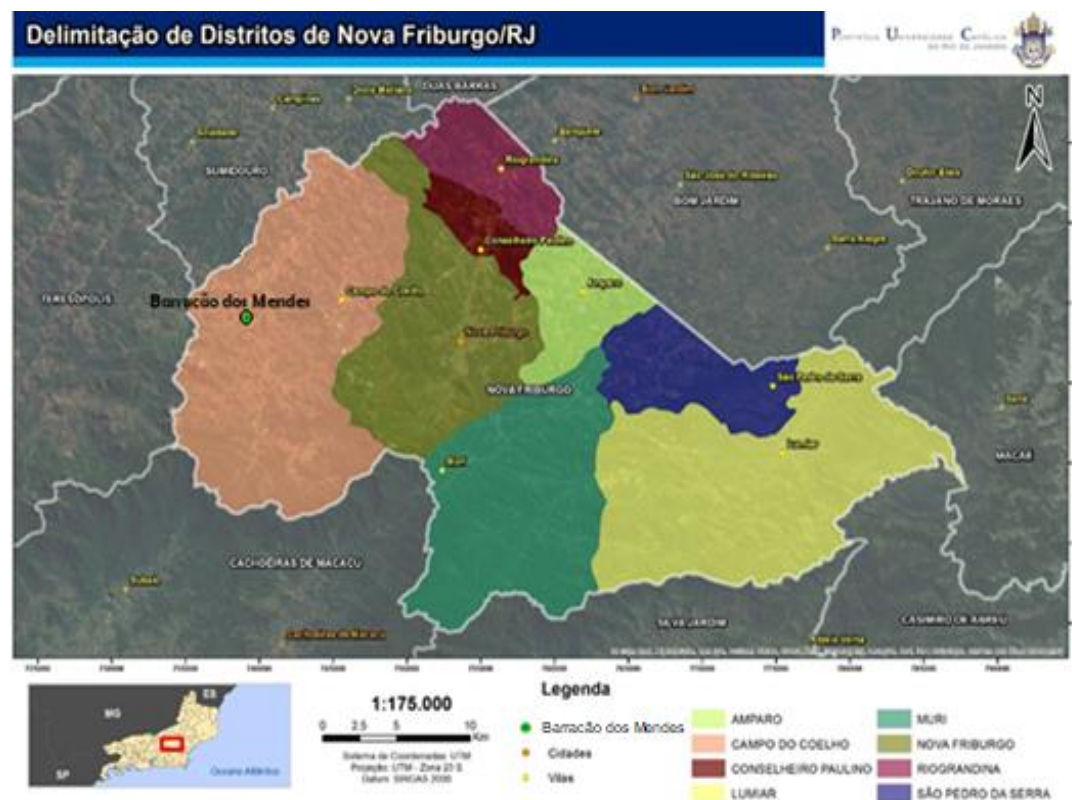
Assim, dentro da Região Serrana - e inclusive no mesmo eixo de transformações, - ou eixo de “adensamento de urbanidades” a partir da RJ-130 (RUA, 2011, p. 95), que é uma importante rodovia que corta Teresópolis e Nova Friburgo - percebemos rurais com características completamente diferentes, que impossibilitam qualquer definição homogênea da área. Percebemos um espaço profundamente fragmentado dentro daquilo que é chamado de rural.

Estes municípios supracitados, que constituem dois dos mais economicamente dinâmicos da Região Serrana, são marcados pelo forte contato com elementos materiais e imateriais das chamadas “urbanidades no rural”. É notável em ambos o crescimento do setor de serviços e o aumento do preço da terra de forma geral. Entretanto, para além da proximidade física e do relevante eixo rodoviário que os atravessa, a transposição de valores urbanos para o mundo rural se realiza por vezes de maneiras profundamente distintas e em diferentes temporalidades.

Assim chegamos à segunda área trazida como base empírica do estudo. Situada no município de Nova Friburgo, próxima à divisa com Teresópolis e à RJ-130, a localidade rural de Barracão dos Mendes não

apresenta, na aparência, quase nada que se assemelhe ao bairro de Vargem Grande. Trata-se de uma localidade ainda basicamente agrícola, marcada pelo elevado número de produções em estufas, e que até poucas décadas mostrava-se significativamente isolada da cidade e das urbanidades. Antigo entreposto de comercialização de produtos agrícolas – de onde decorre o nome do local -, ainda tem na agricultura o elemento central sob o qual giram as transformações espaciais. O ritmo da vida cotidiana é outro e o número de construções e serviços oferecidos é quase insignificante quando colocamos as duas localidades em comparação. Em Barracão dos Mendes, as transformações associadas a um contexto de metropolização do espaço são consideravelmente mais recentes do que as do que as do primeiro bairro mencionado.

**Figura 3:** Mapa de delimitação dos distritos de Nova Friburgo-RJ, com destaque para a localização de Barracão dos Mendes. Adaptado de Rua (2017)





**Figura 4:** Produções agrícolas em Barracão dos Mendes, Nova Friburgo-RJ



Um dos marcos recentes da transformação, como destaca João Rua (2017), são as fortes chuvas de 2011, que tiveram um intenso impacto no local. A partir delas, a área passa a ganhar maior destaque em estudos e relatórios nacionais e internacionais de infraestrutura e hoje já se mostra consideravelmente integrada aos costumes urbano-metropolitanos, ainda que com precariedades significativas, principalmente no que se refere às ofertas de serviços básicos nos setores de saúde e educação. As catástrofes climáticas, como veremos no decorrer do trabalho, também redefinem os usos do espaço e as representações da natureza, abrindo novas possibilidades de espoliação e escoamento de excedentes na dinâmica de reprodução ampliada do capital. Mantendo o caráter predatório da ocupação do espaço, o que ocorre em Barracão dos Mendes é uma integração que se dá notadamente pelo consumo. Sem o mesmo apelo turístico de Vargem Grande e ainda que com todas as precariedades identificadas, serviços de televisão, Internet, celular, supermercados e elementos da moda chegaram com força na área.

Se na aparência quase não há aspectos semelhantes entre os dois exemplos destacados, na essência correspondem ao mesmo processo, em momentos distintos e constituindo diferentes espacialidades. É possível dizer que são dois espaços profundamente influenciados pela metropolização - portanto, “espaços em metropolização” -, ainda que localizados para além dos limites da Região Metropolitana, ou seja, trata-se dos efeitos da “explosão da metrópole” nestas localidades, uma

metropolização difusa, dispersa e muito associada a valores e símbolos advindos da metrópole. Trata-se, nas palavras de Rua (2017, p. 458) do “derramamento das características metropolitanas por uma vasta região metropolizada na qual se percebem aquelas transformações.”

Estas localidades são exemplos empíricos para analisar as relações entre a metropolização do espaço e localidades rurais. Relações que, ainda que recentes, se manifestam de variadas maneiras, com configurações próprias de conexão com a metrópole e em temporalidades distintas. Relações que, portanto, são frutos dos desenvolvimentos geográficos desiguais do capitalismo, como intentaremos demonstrar ao longo do trabalho. E, por fim, relações que fornecem novos aportes às próprias teorias e instrumentais analíticos que utilizamos.

Como mencionamos, escolhemos uma abordagem que visa fugir de dicotomizações, rompendo com a visão fragmentária historicamente construída entre cidade e campo, urbano e rural, e as localidades aqui analisadas despertam questões interessantes a serem investigadas nessa direção. Reside nesse aspecto uma justificativa de caráter teórico-metodológico para a pesquisa dentro da ciência geográfica, que carece de trabalhos que abordem de maneira integrada o espaço urbano e o espaço rural. A busca de uma interpretação multidimensional, ou seja, que contemple as múltiplas dimensões que existem e se articulam na produção do espaço, se fundamenta na tentativa de preencher esta lacuna na Geografia. Simultaneamente, se a presente pesquisa pretende contribuir para ocupar este “vazio” na ciência, acreditamos que a mesma possa revelar certa originalidade na tentativa de incorporar a abordagem dos desenvolvimentos geográficos desiguais ao espaço rural em um contexto de metropolização do espaço. Dessa forma, diferentemente de trabalhos anteriores, almejamos investigar determinadas transformações à luz da abordagem dos desenvolvimentos geográficos desiguais e das mudanças nas relações urbano-rurais. Ao mesmo tempo, numa relação mútua, estas transformações nos ajudam a compreender os desenvolvimentos geográficos desiguais e as relações urbano-rurais na atualidade.

Se a perspectiva dos desenvolvimentos geográficos desiguais dá sentido à desigualização e hierarquização no espaço, as relações urbano-

rurais também correspondem e expressam estes processos. São, desse modo, ferramentas adequadas para entender este espaço historicamente dicotomizado e hoje integrado na dinâmica lefebvriana de homogeneização, fragmentado naquilo que se chama de urbano e naquilo que se chama de rural – constituindo “urbanos” e “rurais”-, e permeado por hierarquizações – constantemente ressignificadas de acordo com o contexto histórico e as necessidades de escoamento dos excedentes do capital.

Com a base empírica transformando-se em ritmo extremamente acelerado, o que nos coloca diante de novas paisagens e práticas espaciais a cada visita, a pesquisa iniciada no trabalho de conclusão de curso da graduação em Geografia solicita um desdobramento. Assim, para além da comparação entre áreas que expressam dinâmicas distintas, certas transformações mais recentes, sobretudo relacionadas aos valores e signos urbano-metropolitanos difundidos – o que constitui uma espécie de “urbanização comportamental” -, exigem a atualização dos estudos. A presente pesquisa também busca, conseqüentemente, complementar trabalhos anteriores realizados, trazendo novos subsídios e verificando as mudanças atuais.

É interessante perceber que, dentro de uma mesma região, Vargem Grande e Barracão dos Mendes são trazidos como exemplos para pensar as diferentes configurações que são constituídas atualmente a partir da interação da metropolização do espaço com as relações urbano-rurais. Nestes diferentes arranjos produzidos por uma mesma dinâmica geral, é possível apreender encadeamentos novos de processos já verificados anteriormente, o que não só nos fornece contribuições para análises prévias, como as reconfiguram, ressignificando entendimentos que pareciam definitivos.

Entretanto, as transformações das relações urbano-rurais, vinculadas a um contexto de metropolização do espaço, efetivamente exigem uma problematização a medida em que engendram manifestações concretas, vividas pelos diversos grupos sociais que estão vinculados à produção do espaço. Independentemente das possibilidades de qualificar como positivas ou negativas as mudanças, é fato que as relações sociais,



ou, mais especificamente, o cotidiano e as relações de trabalho nas áreas estudadas, são modificados com os processos em questão. Desse modo, dentre as inúmeras manifestações (materiais e imateriais) verificadas, destacamos no presente trabalho o padrão da renda familiar, o preço da terra e as representações do espaço, vistos como três dos principais indicadores das transformações das relações urbano-rurais em um contexto de metropolização.

O preço da terra, dos serviços e das mercadorias em geral cresce nas duas localidades estudadas com a integração do espaço em uma escala urbano-metropolitana. Sobretudo no bairro de Vargem Grande, onde as influências da metropolização do espaço são mais factíveis, os efeitos da elevação do preço da terra são notáveis. A medida em que a terra passa a ser valorizada em termos urbanos em uma área tradicionalmente rural e agrícola, o preço da terra configura-se em um problema, especialmente para aqueles que não são proprietários, grupo que representa a maioria da população no referido local. Em Barracão dos Mendes, ainda que em uma fase incipiente do processo, já é possível verificar semelhantes consequências aos habitantes, que em sua maioria são agricultores em situação de parceiros.

Portanto, a elevação do preço da terra, que passa a ser definido a partir de padrões urbanos, afeta desigualmente a população, constituindo-se em benefício para um grupo minoritário, sobretudo pelas possibilidades de especulação, mas impactando negativamente outros grupos (meeiros, arrendatários, posseiros, assentados, entre outros). Acreditamos que tal elevação constitua-se numa manifestação de um movimento mais amplo de exclusão do acesso à terra, a partir da forte especulação imobiliária presente em grande parte do estado do Rio de Janeiro.

O padrão da renda familiar<sup>1</sup> também pode ser um importante indicador das transformações recentes, vinculadas à metropolização do

---

<sup>1</sup> Quando falamos em padrão da renda familiar nos referimos genericamente às fontes de onde deriva o orçamento das famílias, e não necessariamente sobre a renda. As concepções de renda (assim como renda da terra, rentismo), e sobretudo a discussão que envolve o domínio das rendas financeira e imobiliária na atualidade, com possibilidades valorização de capital fora da produção, descolada do trabalho (LENCIONI, 2016) – ou

espaço. Assim como o preço da terra, alterações neste indicador tornam-se problemáticas para certos grupos sociais, uma vez que as relações sociais na família se transformam profundamente a medida que determinadas atividades perdem importância em detrimento de outras. No caso de Vargem Grande, o possível esgotamento da agricultura enquanto principal atividade de remuneração de certos habitantes, acarreta em significativas alterações na renda familiar, especialmente para as famílias dependentes desta atividade. Nesse caso, a contradição é nítida: enquanto a agricultura exerce a função de principal componente de um imaginário idílico consumido, ao mesmo tempo, perde força enquanto atividade responsável como fonte primária de arrecadação dos moradores, tendo em vista os efeitos dos novos empreendimentos e ofícios que chegam nesse novo contexto de transformações espaciais. Assim, diferentemente de outras localidades estudadas, a pluriatividade ganha cada vez mais força no bairro de Vargem Grande, fazendo com que proprietários de terras modifiquem as atividades realizadas para obtenção de renda, enquanto aos não-proprietários, não restam muitas alternativas. Em Barracão dos Mendes, ocorre uma dinâmica distinta, uma vez que a agricultura ainda parece ser o alicerce das relações sociais de produção. A expansão de outras atividades e serviços, todavia, já exerce efeitos notáveis na diversificação de atividades para obtenção de renda, ou mesmo na modificação do padrão da atividade agrícola, com a integração com o fenômeno urbano-metropolitano expressa através das novas técnicas e da melhor inserção no mercado através das tecnologias de informação e comunicação. Mais uma vez, a abertura de fronteiras para ofícios e mercados novos ocorre por meio da renda obtida por proprietários de terras, que encontram ali a possibilidade de diversificação de formas de remuneração.

Portanto, a diversificação das atividades, com o crescimento de atividades não-agrícolas a partir, notadamente, do setor de serviços, afeta desigualmente os proprietários e os não-proprietários. Ademais, nas duas

---

“capitalização” - serão discutidas com maior profundidade quando adentrarmos no debate acerca da metropolização do espaço e suas consequências nas relações urbano-rurais.

localidades estudadas merece destaque uma possível relação entre o crescimento de atividades não-agrícolas na região e a elevação do preço da terra, onde a diversificação das fontes de obtenção de renda possivelmente explique a precificação da terra em parâmetros urbanos, que impossibilita a manutenção de atividades mais tradicionais.

Os dois indicadores anteriores ecoam, seguramente, nas representações de espaço construídas sobre e nas localidades. Aspectos materiais e imateriais das urbanidades no rural mesclam-se no processo de reconstrução das identidades territoriais segundo representações de mundo urbanas. O sentimento de estranhamento com relação às novas formas espaciais, a alienação/reificação de um modo de vida urbano, a “violência da equivalência” na mercadificação do espaço, a “espetacularização da vida” (DEBORD, 1997) e o cotidiano burocraticamente programado na “sociedade de consumo dirigido” (LEFEBVRE, 1991) são elementos - de uma forma ou outra - agora perceptíveis em localidades rurais. Simulacros de uma vida rural que não existe de fato tomam conta das localidades de estudo - especialmente no bairro de Vargem Grande - enquanto componentes da vida das grandes metrópoles ingressam a rotina do campo. Estes elementos, ainda que imateriais, materializam-se na transformação da paisagem e na reprodução do espaço enquanto mercadoria. Tornam-se abstrações concretas, ideias que penetram os costumes e, na totalidade das práticas sociais, conferem a dinâmica de reprodução das relações constitutivas da sociedade. São também representações transformadoras da práxis enquanto ato e interação dialética do homem com a natureza. Névoas que encobrem e mascaram o real, ao passo que dele fazem parte constitutiva.

Estes indicadores, complementares e inter-relacionados, constituem o que consideramos evidências da metropolização do espaço para além da metrópole, “urbanidades” que alteram profundamente os hábitos e costumes das áreas estudadas e que estão ligadas à “materialidade do momento atual, que tem como modelo, a metrópole” (FERREIRA, 2014, p. 2). Não deixam de ser evidências, igualmente, da reprodução ampliada, do crescimento exponencial do capitalismo e dos mecanismos de acumulação

por espoliação<sup>2</sup> contemporâneos, como intentaremos demonstrar ao longo do trabalho. É a partir destes elementos – e destacando tanto os aspectos percebidos que não estão presentes nas teorias gerais abordadas, como os aspectos destas teorias que não se manifestam nas bases empíricas – que pretendemos demonstrar como a análise das transformações espaciais nas localidades em questão pode contribuir para uma análise do espaço.

### 1.1 Problemática e questionamentos

Escolhemos como objeto de estudo as transformações espaciais evidenciadas pelas novas relações urbano-rurais nas localidades de Vargem Grande (Teresópolis) e Barracão dos Mendes (Nova Friburgo) a partir dos desenvolvimentos geográficos desiguais. Tal objeto refere-se a um processo, que evidentemente é representado a partir de exemplos empíricos. Desse modo, podemos apreender que o objeto em questão contém uma dimensão teórica, representando um processo (as transformações espaciais enquanto desenvolvimentos geográficos desiguais), e uma dimensão empírica (o bairro de Vargem Grande, localizado em Teresópolis-RJ e a localidade rural de Barracão dos Mendes, localizada em Nova Friburgo-RJ). A pesquisa vai atuar justamente na mediação entre teoria e empiria, articulando os conceitos e ideias estudados e a realidade que percebemos na prática. Uma relação dialética e indissociável entre concreto e abstrato, sujeito e objeto, portanto.

Para se estudar o objeto desta pesquisa, estruturaram-se os seguintes elementos. Como objetivo central, ou seja, de maneira simplificada, aquilo que pretendemos alcançar como resultado central da

---

<sup>2</sup> Embasamos a discussão sobre os mecanismos de acumulação por espoliação em Luxemburgo (1988), Harvey (2004) e Peluso e Lund (2011), além de outros autores que serão citados ao longo do trabalho. Partimos das contradições próprias da reprodução ampliada do capital e das necessidades do capitalismo de realização dos estoques de mais-valia e excedentes produzidos para abordar as formas como são liberados amplos campos a serem apropriados pelo capital sobreacumulado. A acumulação por espoliação, portanto, funciona como atualização ou ressignificação da acumulação primitiva, onde, a partir da mercantilização e da privatização (e utilizando constantemente da violência), busca-se novas possibilidades ou fronteiras para a expansão do capital. Ainda que não seja o foco da presente pesquisa, o debate sobre acumulação por espoliação aparecerá na discussão sobre a apropriação privada da terra e nas estratégias territoriais próprias da ampliação da escala do fenômeno urbano.

investigação, estipulamos: Analisar as transformações espaciais e as novas relações urbano-rurais nas localidades de Vargem Grande (Teresópolis-RJ) e Barracão dos Mendes (Nova Friburgo – RJ) a partir dos desenvolvimentos geográficos desiguais. A questão central, ou seja, a questão que norteia a presente pesquisa e instiga a investigação (e a partir da qual foi elaborado o objetivo central), é: Quais as relações entre as transformações nas relações urbano-rurais e os desenvolvimentos geográficos desiguais do capitalismo na fase contemporânea?

Com o intuito de alcançar o objetivo e a questão centrais, será necessário desdobrar a pesquisa em capítulos, com questões e objetivos específicos. Nossos primeiros objetivos específicos, relacionados ao primeiro capítulo (ou “O desenvolvimento em uma perspectiva geográfica: Da teoria do desenvolvimento desigual e combinado à abordagem dos desenvolvimentos geográficos desiguais”) são: Analisar as teorias do desenvolvimento enquanto teorias do desenvolvimento capitalista, tendo como base as leis gerais de acumulação e os novos mecanismos de produção do espaço; Analisar as relações entre os desenvolvimentos geográficos desiguais do capitalismo e a produção de escalas espaciais por meio da dinâmica fluida de expansão da escala do urbano na acumulação do capital. Seguimos neste capítulo a seguinte questão específica: De que forma os desenvolvimentos geográficos desiguais estão associados às leis gerais de acumulação capitalistas e quais os atuais mecanismos de expansão destas relações na produção do espaço?

Este primeiro capítulo terá como eixo central as relações entre o conceito de desenvolvimento e as perspectivas geográficas, ou seja, discutiremos os limites e possibilidades de espacialização do conceito na atualidade. Debateremos a visão amplamente difundida do desenvolvimento enquanto pré-determinado e intrinsecamente associado ao progresso técnico e crescimento econômico, situando-o em meio à matriz discursiva ocidental, moderna e capitalista. A partir da análise da relevância teórica e política do conceito, chegaremos à abordagem dos desenvolvimentos geográficos desiguais, que constituem para nós, simultaneamente, a própria natureza da produção capitalista do espaço e o plano instrumental desta pesquisa. Assim, reafirmando seu potencial

analítico, discorreremos sobre algumas das perspectivas críticas ao desenvolvimento capitalista. Vamos problematizar, por fim, a partir dos desenvolvimentos geográficos desiguais, a “escala do urbano” nas transformações espaciais associadas às relações urbano-rurais na atualidade.

No segundo capítulo (ou “Urbano e rural: Das representações de desenvolvimento aos desenvolvimentos geográficos desiguais”) avançaremos no debate ao discutir como as representações de desenvolvimento estão historicamente associadas à dicotomia construída entre urbano e rural. Assim, tendo como base no capítulo a teoria das representações sob a perspectiva crítica de Henri Lefebvre – elaborada, sobretudo, no livro “A presença e a ausência” -, discutiremos as concepções de urbano e rural associadas ao desenvolvimento, desde às definições político-administrativas até os autores que buscam extrapolá-las. Assim, traremos as urbanidades e as ruralidades em contraposição às dualidades, ou seja, pensaremos o urbano e o rural sob as perspectivas da produção de diferenciação geográfica e da produção de escalas espaciais. Trabalharemos com o urbano e o rural em escalas distintas e integradas e, a partir dos exemplos das localidades estudadas, discutiremos o “Outro” (presente-ausente) nas relações urbano-rurais e as relações de alienação/reificação que se configuram a partir da integração com o fenômeno urbano-metropolitano.

Para este capítulo, também delimitamos dois objetivos, a saber: Analisar as diferentes perspectivas acerca do urbano, do rural e da questão agrária de acordo com os referidos contextos histórico-geográficos; Analisar o espaço urbano e o espaço rural de acordo com as representações do desenvolvimento e de acordo com a abordagem dos desenvolvimentos geográficos desiguais. A questão específica subjacente é: De que forma as representações do espaço urbano e do espaço rural estão associadas às representações do desenvolvimento e à lógica desigual da acumulação capitalista?

No terceiro e último capítulo (ou “Os desenvolvimentos nas relações urbano-rurais em espaços de metropolização: As localidades de Vargem Grande (Teresópolis-RJ) e Barracão dos Mendes (Nova Friburgo-RJ)” ), o

foco da análise recairá sobre o atual contexto de metropolização do espaço no âmbito das transformações nas relações urbano-rurais. Mais voltada para a base empírica, a discussão abordará os desenvolvimentos geográficos desiguais no rural a partir das manifestações do processo percebidas nas localidades. Assim, após discutir as facetas da metropolização do espaço para além da Região Metropolitana, pensaremos diferentes desenvolvimentos e transformações do espaço no rural da Região Serrana Fluminense. A partir de evidências empíricas como o preço da terra, as mudanças no padrão da renda familiar e as representações do espaço, será possível perceber diferenças e desigualdades entre os espaços rurais de Vargem Grande e Barracão dos Mendes a partir das relações com o urbano. As duas localidades serão trazidas como exemplos da heterogeneidade dos “espaços metropolizados” no eixo que se configura a partir da RJ-130 e liga Teresópolis a Nova Friburgo. Por fim, discutiremos o “paradigma da complexidade”, o “imaginário radical” e o “projeto de autonomia” como possíveis tentativas de empreender uma reforma no pensamento e transcender o desenvolvimento único e teleológico para seguir em direção a desenvolvimentos outros, segundo novos caminhos, movimentos e direções. Se, como afirma Massey (2004, p. 8), “o espaço é a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade”, ele deve implicar a pluralidade de concepções e alternativas.

Os objetivos específicos deste último capítulo são: Analisar as particularidades das transformações espaciais e das relações urbano-rurais nas localidades de Vargem Grande (Teresópolis – RJ) e Barracão dos Mendes (Nova Friburgo – RJ) a partir das evidências de integração e ruptura nos espaços rurais pela metropolização do espaço; Analisar as transformações decorrentes da atual fase de metropolização do espaço nas relações urbano-rurais da Região Serrana Fluminense, tendo como base o caráter geograficamente desigual do desenvolvimento do fenômeno urbano-metropolitano. No referido capítulo, seguimos a questão: Qual a natureza das transformações espaciais e das novas relações urbano rurais nas localidades estudadas e de que forma estão associadas aos desenvolvimentos geográficos desiguais?

Reiteramos que nosso objeto de estudo não é uma localidade específica ou uma área demarcada, mas um processo, concernente ao espaço. Por isso, destacamos que a problemática verificada não se restringe a acontecimentos verificados na base empírica. Mais do que isso, se as transformações percebidas – e as manifestações concretas destas transformações vividas pelos sujeitos, que têm seus cotidianos, relações de trabalho e representações modificados em virtude das novas relações urbano-rurais em um contexto de metropolização do espaço – nos inquietam enquanto problemática que norteia o trabalho, também será alvo de investigação a própria forma como são interpretadas estas transformações, ou seja, o modo de abordagem, as percepções e perspectivas acerca das relações urbano-rurais na atualidade. Dito de outro modo, nossa problemática também permeia o método e a produção do conhecimento sobre a temática, visando interpretar criticamente as visões fragmentárias e dicotômicas e fornecer subsídios para leituras alternativas dos processos estudados. Sem consistir em um estudo definitivo, o que pretendemos, ao longo dos capítulos, é fornecer reflexões – por vezes de caráter extremamente incipiente – para auxiliar na compreensão das questões abordadas.

Não almejamos efetuar um estudo aprofundado que contemple todas as características e transformações das localidades e muito menos um exame descritivo das mesmas. Destarte, é importante frisar que este trabalho não pretende configurar-se enquanto uma análise profunda de uma unidade de estudo ou uma apreensão detalhada de um ambiente particular. Também não nos remetemos apenas aos aspectos materiais das mudanças ou a eventos e episódios particulares. Assim, justamente pela intrínseca associação entre teoria e empiria, analisar as transformações espaciais nas localidades estudadas é analisar as mudanças nas percepções, nos imaginários criados, na (re)construção de representações e identidades territoriais, assim como a forma com que todos estes aspectos são abordados na produção do conhecimento científico.



## 1.2. Base teórico-metodológica

Antes de adentrarmos nos capítulos mencionados, acreditamos ser importante tecer, ainda na Introdução, algumas reflexões sobre o método e a base teórico-conceitual do trabalho. Trabalhamos, sem dúvida, com temáticas geográficas. Transformações no espaço, vinculadas às relações urbano-rurais por meio da abordagem dos desenvolvimentos geográficos desiguais são temas que certamente situam-se dentro dos alcances ou do âmbito desta ciência. Isso não quer dizer, por outro lado, que não incorporaremos na análise o escopo teórico-conceitual de outros campos científicos, até pela necessidade de adequação e incorporação de novas ferramentas interpretativas para um real progressivamente mais complexo e multifacetado.

Percebemos uma atual complexificação do espaço, com modificações que suscitam novas complicações. Tendo em vista a ideia de que cada momento histórico corresponde a espacialidades distintas, objetiva-se compreender a dinâmica espacial como contraditória, sendo a síntese uma medida política empregada para desencadear novas contradições. Cria-se assim, um movimento constante, em que os processos de produção do espaço ressignificam-se, misturando elementos pretéritos a práticas contemporâneas. Essas transformações exigem uma mudança metodológica, para que seja trabalhada a diversidade do espaço rural e do espaço urbano, identificando múltiplos rurais dentro do rural e múltiplos urbanos dentro do urbano, ou, como apontam alguns autores, “cidades na cidade”. A mudança qualitativa que o urbano adquiriu - com transformações em relação à natureza e à amplitude do fenômeno urbano, como aponta Baitz (2017) – exige a mobilização do arcabouço teórico-conceitual existente, fornecendo novos instrumentos para comportar uma análise mais abrangente e significativa da realidade.

Analisar contradições em movimento no espaço em uma condição de crescente complexidade das relações exige uma percepção integrada e ininterrupta em direção ao concreto, ainda que esta momentaneamente seja substancializada na análise através das sínteses. As armadilhas da

aparência e da imediaticidade tendem a atravancar e desconectar o pesquisar científico enquanto processo. Sobre isso, recorreremos a István Mészáros, que discorre sobre a relação dialética que permeia a síntese e a continuidade no pensamento de Lukács, ou:

[...] “a unidade entre continuidade e descontinuidade”, isto é, a “suprassunção” (*Aufhebung*) de um estágio anterior em uma complexidade cada vez maior. [...] Pois a precondição de qualquer síntese é algum tipo de síntese como princípio ativo de seleção da primeira, mesmo que a nova síntese aparentemente não tenha nada a ver com a síntese inicial (MÉSZÁROS, 2013, p. 33).<sup>3</sup>

Se defendemos, em consonância com Lukács, que a originalidade é impossível sem a unidade do pensamento, acreditamos ser impossível também a separação completa entre teoria e empiria. Na verdade, buscamos estruturar nossa análise justamente na mediação destas. Ao passo que a base teórico-conceitual fornece ferramentas e concepções específicas na análise, a pluralidade de transformações do real demanda que estejamos abertos ao indeterminado, encontrando as mediações como forma de apreender as representações da realidade. Por um lado, evitamos que o corpo teórico defina os rumos da investigação. Por outro, reconhecemos a indissociabilidade entre a perspectiva do pesquisador e o conhecimento produzido. Ademais, a opção metodológica, por mais que deva decorrer das necessidades de análise das problemáticas concretas, envolve uma posição epistemológica específica, que configura concepções políticas e ontológicas próprias. Desse modo, não pregamos a neutralidade da ciência e nem o distanciamento completo do pesquisador com relação ao objeto investigado. Como salienta Kosic:

[...] a realidade não se apresenta aos homens, à primeira vista, sob o aspecto de um objeto que cumpre intuir, analisar e

<sup>3</sup> É digno de nota que esta relação de síntese e continuidade do pensamento de Lukács deriva fortemente da obra de Karl Marx, que, ainda que não tenha dedicado muitas páginas em seus livros à questão do método, serviu de base para a noção de dialética que utilizamos na pesquisa. Em “Miséria da Filosofia”, por exemplo, Marx faz duras críticas a Proudhon com base nas concepções hegelianas da dialética. Segundo ele, Proudhon conseguiu reduzi-las “às mais mesquinhas proporções” ao restringir as categorias econômicas a dois lados: um bom e um mau. Para Marx, mais do que a distinção dogmática entre o bom e o mau, é a luta dos elementos antagônicos, compreendidos na antítese, que constitui o movimento dialético: “O sim tornando-se não, o não tornando-se sim, o sim tornando-se simultaneamente sim e não, o não tornando-se simultaneamente não e sim” (MARX, 2017, p. 100). A fusão de elementos contraditórios – e o equilíbrio, a neutralização dos contrários – constitui um pensamento novo, que é a sua síntese. Por sua vez, esse novo pensamento se desdobra ainda em outros pensamentos contraditórios, que por seu turno, se fundem em uma nova síntese (MARX, 2017, p. 100-101).

compreender teoricamente, cujo pólo oposto e complementar seria justamente o abstrato sujeito cognoscente, que existe fora do mundo e apartado do mundo; apresenta-se como o campo em que se exercita a sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade (KOSIC, 2010, p. 10).

Maria Ciavatta (2014), remetendo-se a Shaff (1978), complementa a análise de Kotic (2010) sobre a indissociabilidade entre sujeito e objeto no movimento de produção do conhecimento<sup>4</sup>. Para a autora:

O conhecimento não seria apenas o registro do objeto por um sujeito passivo, embora seja “submetido a diversos condicionamentos, em particular, às determinações sociais, que introduzem no conhecimento uma visão de realidade socialmente transmitida” (Shaff, 1978, p. 75). (CIAVATTA, 2014, p. 198).

Assim, permeado por relações de poder, “o homem, sujeito e objeto na produção do conhecimento, não é um indivíduo isolado, mas um sujeito social que realiza a história e nela se realiza” (CIAVATTA, 2014, p. 199). Da mesma forma, precisamos ter consciência que os conceitos partem de problemáticas do real, surgem de acordo com problemas específicos da realidade, em consonância com as necessidades de determinado momento histórico. Como afirma Marx (2017, p. 102): “Os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com sua produtividade material produzem também os princípios, as ideias, as categorias, de acordo com suas relações sociais.” Dessa maneira, “essas ideias, essas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que elas exprimem. Elas são produtos históricos e transitórios.”

Logo, as categorias e os conceitos estão imersos em relações políticas, de onde podemos apreender que a própria produção do conhecimento, como parte do conjunto dinâmico de relações que constituem a totalidade social, é um processo igualmente político, e que, por isso, não deve ser dissociado da dimensão da ação dos sujeitos sociais.

<sup>4</sup> A discussão efetuada por Kotic sobre a indissociabilidade entre sujeito e objeto nos alude ao pensamento de Fichte sobre a postulação de um princípio de “identidade sujeito-objeto”. O filósofo alemão, criticando o estatuto problemático do dualismo de Kant, defendia que todo conhecimento requer a identidade entre o conhecedor e o conhecido, ou seja, como apresenta Frederick Beiser, “o sujeito que conhece deve ser um e o mesmo em relação ao objeto conhecido” (BEISER, 2014, p. 23). De acordo com esta perspectiva, o conhecimento de um objeto na experiência realmente constitui uma forma de autoconhecimento. Desse modo, segundo Fichte, o princípio de “identidade sujeito-objeto” seria o único meio de evitar o ceticismo e explicar a possibilidade do conhecimento (BEISER, 2014, p. 23-24).

Todo conceito é, portanto, histórico, político, múltiplo e associado a um lócus de enunciação, ou seja, é “situado” em um contexto subjetivo, ideológico e histórico-geográfico específico (HAESBAERT, 2014) e vinculado à determinadas perspectivas de mundo e relações de força e poder que atravessam a totalidade da vida social (CRUZ, 2013). Como aponta Lefebvre, em “Hegel, Marx e Nietzsche (ou o reino das sombras)”, o racional não pode ser dissociado do real e, na perspectiva de sua identidade lógico-dialética, “o concreto e o abstrato coincidem, o fato e a ideia, isto é, o fim e os meios do conhecimento” (LEFEBVRE, 1976, p. 77, tradução nossa).

Porém, Karel Kosic nos lembra que “o ‘conceito’ e a ‘abstração’, em uma concepção dialética, têm o significado de método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, e, portanto, compreender a coisa.” (KOSIC, p. 14). Assim, se o conceito e a abstração não podem ser vistos de forma isolada do conjunto de relações sociais que permeiam a sociedade, estes correspondem, contraditoriamente, no processo de produção do conhecimento, à decomposição do todo enquanto estratégia de compreensão, forma de análise. Enquanto dispositivos ou “caixa de ferramentas” que permitem pensar o mundo e suas problemáticas (CRUZ, 2013, p. 4454), as teorias e conceitos ganham sentido pragmático e instrumental - no sentido de intervenção discutido por Gilles Deleuze (1972) - ao separar e dissecar o real na investigação.

A própria dinâmica de “foco” ou “projeção de luz” que, como aponta Haesbaert (2014, p. 29), cada conceito impõe ao real, já é uma espécie de fragmentação ou decomposição deste, uma vez que, ao passo que “algumas problemáticas constituem o ‘foco’ central do conceito, que sempre evidencia determinadas questões ou relações”, outras são deixadas em segundo plano. Assim, cada conceito ilumina certas problemáticas, colocando-as no cerne de sua apreensão. Ao fazer isso, entretanto, e ainda que reconhecendo sua presença, outras questões ou problemas ficam “fora de foco”, naturalmente mantem-se obscuros ou iluminados parcialmente. Daí a necessidade de não absolutizar os conceitos, mas de elaborá-los<sup>5</sup> e

---

<sup>5</sup> Com perspectiva semelhante aos autores supracitados, Catherine Malabou (2004), discorre sobre a necessidade de “transformar” e “elaborar” os conceitos, de forma a não

entendê-los em suas conexões com outros conceitos, numa correspondência que constituiria um “sistema de conceitos”<sup>6</sup>, no dizer de Santos (2006), ou uma “constelação de conceitos”, como propõe Haesbaert (2014).

Ainda assim, este processo de desmembramento ou compartimentação do todo – que é indivisível em sua essência - ocorre naturalmente na análise científica, como forma de melhor apreender a realidade. É através desta decomposição – e preocupado com o processo do conhecimento - que Karel Kosic intenta a destruição da pseudoconcreticidade como método dialético-crítico, na busca por dissolver o mundo fetichizado da aparência.<sup>7</sup>

Também discorrendo sobre a decomposição no processo de construção do conhecimento e sobre as falsas dicotomias entre sujeito e objeto, concreto e abstrato, Lefebvre (1991) nos traz relevantes subsídios para o debate acerca do método. Em consonância com Kosic, o autor estrutura seus argumentos sem nunca perder de vista o concreto. Não se trata de eliminar a abstração, mas de não se limitar ao momento da

---

limitar o entendimento da realidade. Para ela, “formar um conceito significa tomar uma instância com o poder de dar forma ao que quer que seja, e então elaborá-lo.” Assim: “Elaborar (*travailler*) um conceito é variar sua extensão e intelegibilidade. É generalizá-lo ao incorporar suas exceções. É exportá-lo fora de seu domínio original [...]” (MALABOU, 2004, p. 5-7, tradução nossa). Malabou, dessa forma, partilhando do ponto de vista da filosofia hegeliana, analisa a construção do conceito como abrangente para simultaneamente “apreender” e “compreender” o todo, conforme enuncia a própria etimologia da palavra. Enquanto “representações mentais que instrumentalizam o pensamento para que esse possa desvendar a realidade” (LENCIONI, 2006, p. 41), os conceitos, portanto, devem se transformar, acompanhar o movimento do que está sendo considerado para captar e exprimir sua essência, revelando sua universalidade.

<sup>6</sup> A expressão “sistema de conceitos” utilizada por Santos (2006), na verdade remonta o pensamento de Friedrich Hegel. Para Hegel, que utiliza sobretudo o verbo *übergreifen* (“sobrepor-se”, “estender para ultrapassar”) – derivado de *greifen* (“agarrar”, “apreender”, “abranger” – e o substantivo *Begriff* (“conceito” ou “concepção”, especialmente no sentido de “capacidade de compreender”), os conceitos não são nitidamente distintos de objetos (INWOOD, 1997, p.73-74), ou seja, nenhum objeto pode ser totalmente indeterminado e externo ao conceito. Da mesma forma, aponta Michael Inwood (1997, p. 74-75), para Hegel, “[...] os conceitos não se distinguem nitidamente uns dos outros. Formam um Sistema dialeticamente entreligados que não pode ser adquirido por gradual abstração. Assim, somente existe, no fundo, um conceito, o conceito que se desdobra na Lógica e forma a essência do mundo e do Eu.”

<sup>7</sup> Vale ressaltar que, se os aportes teórico-conceituais no método crítico-dialético podem contribuir para “dissolver o mundo fetichizado da aparência”, por outro lado, como salienta Cruz (2013, p. 4454), o uso do conceito às vezes acaba convertendo-se apenas em uma espécie de ornamentação, como “superinflação de reflexões epistemológicas e teóricas abstratas”, e assim, contraditoriamente vira ele próprio uma espécie de “fetiche”, dissociando-se do concreto.

abstração para chegar à abstração-concreta, a uma espécie de “concreto pensado”. É o processo de imbuir as problemáticas do real com os conceitos e teorias, que dão sentido e sintetizam as múltiplas determinações que o constituem.

O chamado “problema do conhecimento” é gerado, segundo Lefebvre, pela separação (na análise) dos elementos do conhecimento (sujeito e objeto), onde toma-se a realidade a partir de um deles, como ocorre com as chamadas “doutrinas metafísicas”. Aí reside o problema metafísico, um problema essencialmente insolúvel, uma vez que sujeito e objeto estão indissoluvelmente ligados, tornando impossível definir os seres e as ideias fora de suas relações e de suas interações.

[...] nosso pensamento realiza necessariamente uma tal eliminação (parcial e momentânea) de seu conteúdo; e essa é uma fase, uma etapa, um aspecto, um momento de sua atividade: o momento da abstração. A lógica formal, a lógica da forma, é assim a lógica da abstração. Quando nosso pensamento, após essa redução provisória do conteúdo, retorna a ele para reapreendê-lo, então a lógica formal se revela insuficiente. É preciso substituí-la por uma lógica concreta, uma lógica do conteúdo, da qual a lógica formal é apenas um elemento, um esboço válido em seu plano formal, mas aproximativo e incompleto. Já que o conteúdo é feito da interação de elementos opostos, como sujeito e objeto, o exame de tais interações é chamado por definição de dialética; por conseguinte, a lógica concreta ou a lógica do conteúdo será a lógica dialética (LEFEBVRE, 1991, p. 83).

O famoso método dialético hegeliano<sup>8</sup> refere-se, assim, a uma lógica que, como aponta Beiser (2014, p. 32), “deveria mostrar como os conceitos necessariamente se contradizem a si mesmos e como suas contradições somente podem ser resolvidas por considera-los como partes de um todo mais amplo”. Essa lógica, que como destaca Lefebvre, trata do discernimento/separação própria da análise e da posterior dissolução das determinações do entendimento ao captar sua unidade (LEFEBVRE, 1976, p. 78), apresenta três momentos interligados:

(a) algum conceito finito, verdadeiro apenas para uma parte limitada da realidade, deveria ultrapassar seus limites na tentativa de conhecer toda a realidade. Esse conceito deveria asseverar-se adequado para descrever o absoluto porque,

<sup>8</sup> Em verdade, para Hegel, a dialética propriamente dita é interna aos conceitos e categorias, explicando todo movimento e toda a mudança na realidade e no pensamento. Assim, na perspectiva do autor, “a dialética não é um método, no sentido de um procedimento que o pesquisador aplica ao seu objeto de estudo, mas a estrutura e o desenvolvimento intrínsecos ao próprio objeto de estudo” (INWOOD, 1997, p. 101).

assim como o absoluto, ele possui um significado completo, ou autossuficiente, independentemente de qualquer outro conceito. (b) Essa alegação entra em conflito com o fato de que o conceito depende, para seu significado, de algum outro conceito, possuindo significado somente em contraste com sua negação. Haveria, então, uma contradição entre a alegação de independência e sua dependência, *de fato*, em relação a outro conceito. (c) A única maneira de resolver a contradição seria reinterpretar a alegação de independência, de modo que ela possa ser aplicada não apenas a um conceito, por exclusão do outro, mas à totalidade de ambos os conceitos. Ora, esses mesmos momentos poderiam ser repetidos em um nível superior, e assim por diante, até chegarmos ao *sistema* completo de todos os conceitos, o qual é o único adequado para descrever o absoluto (BEISER, 2014, p. 32).

As chamadas etapas do “entendimento”, “razão” e “especulação”, para Hegel, envolvem a “unidade de opostos” a partir das contradições. O duplo significado de *Aufhebung* como “supressão” e “preservação”, como indica Malabou (2004, p. 146), torna-se, assim, extremamente pertinente à filosofia do autor. É por isso que Fredric Jameson afirma que “Hegel supera o dilema de sujeito e objeto projetando uma nova dimensão de pensamento, chamada especulativa, que pressupõe sua identidade de antemão [...]” (JAMESON, 2010, p. 9, tradução nossa). É justamente esta identidade sujeito-objeto que equivale à concepção de absoluto em Schelling, como aquilo que tem uma essência e existência independente.

Se sujeito e objeto existem em situação de interação dialética, “estudar um objeto é concebê-lo na totalidade de relações que o determinam, sejam elas de nível econômico, social, cultural, etc” (CIAVATTA, 2014, p. 195). Assim, na lógica chamada por Ciavatta de “reconstrução histórica”, o objeto singular é visto a partir de sua gênese nos processos sociais mais amplos, ou seja, a história é utilizada enquanto método e processo para reconstruir o objeto a partir de uma realidade complexa e aberta às transformações da ação dos sujeitos sociais. Almejamos incorporar semelhante perspectiva ao longo da investigação, situando nosso objeto de análise no conjunto de relações mais gerais que o cercam. O condicionamento histórico e social do pensamento e, igualmente, do sujeito, do objeto e do método, ou seja, a percepção destes em meio ao fluxo da história – uma das principais contribuições da perspectiva marxista – é elemento essencial para nosso trabalho.

Entretanto, a ótica da história e da temporalidade das transformações exigirá uma complementação – e, inclusive, o enfoque – da espacialidade, trazendo o ponto de vista da geografia. Se mencionamos anteriormente as relações urbano-rurais em processos que constituem diferentes momentos e temporalidades, estas, da mesma forma, manifestam espacialidades distintas. Trata-se do próprio âmbito dos desenvolvimentos geográficos desiguais, que exige uma concepção integrada das espaço-temporalidades. Elementos pretéritos e novos mesclam-se em espaços fragmentados e desiguais.

Na Geografia, o elemento mediador no incessante movimento do pensamento deve ser o espaço. Através do olhar espacial, pelas lentes próprias da espacialidade, devemos perceber às interações e múltiplas dimensões dos processos e fenômenos associados às relações sociedade-natureza. Como vimos, tal conceito ou categoria central da Geografia - em sua relação indissociável com o tempo – se impõe frente aos demais conceitos da geografia e, na metáfora de Haesbaert (2014), projeta sua “luz” sobre eles, os “ilumina”. O papel analítico do espaço, as potencialidades da geografia e as implicações práticas desta ciência estão inerentemente associadas às reflexões metodológicas desenvolvidas por Lefebvre, Kosic e Ciavatta. Teoria e prática, abstrato e concreto, devem tornar-se momentos complementares e interdependentes na busca do conhecimento.

Teorizar ganha significados diferentes de acordo com o método. Nesse sentido, pretendemos reconstruir teorias, utilizando o espaço como elemento central, fundacional. A complexidade desse conceito e os domínios de sua aplicação impedem qualquer definição genérica do mesmo. Por isso, concordamos com Harvey em utilizar o espaço como palavra-chave em nossa pesquisa (HARVEY, 2006), tentando compreender e abarcar em nossa análise o “espectro” de significações que o cercam.

Uma vez que colocamos em destaque no trabalho a análise do espaço, um dos autores utilizados aqui como base referencial geral é o - já mencionado - filósofo francês Henri Lefebvre, cuja teoria social crítica, de base marxista, para nós é de enorme importância. Lefebvre destaca com



frequência que as contradições que vivenciamos são contradições do espaço. As questões urbanas e os problemas urbanos são cada vez mais de toda a sociedade, correspondem ao movimento de produção do espaço engendrado pelo modo de produção capitalista. A relação entre teoria e prática é efetuada pelo autor por meio da própria problemática do espaço (LEFEBVRE, 2008, p. 38-39). Assim, busca abordá-la sob as diversas acepções que a constituem, articulando forma, função e estrutura por meio da noção de produção do espaço, que supera a concepção do mesmo enquanto mero receptáculo. O autor francês foi uma das bases que serviram de fundamentação para o movimento de renovação crítica empreendido na ciência geográfica, que ressignificou o conceito.

O método dialético utilizado por Henri Lefebvre a partir de sua perspectiva marxiana, como ressalta Lencioni (2015), é impregnado com a noção de totalidade. Esta ideia ou noção universal permeia inúmeros debates filosóficos com imensa riqueza e traz incalculáveis possibilidades de utilização. Em contraposição, pode também trazer armadilhas ao pensamento, restringindo certas discussões.

Mais comum, a concepção de totalidade fechada, dependendo da problemática abordada, pode tornar-se uma perspectiva extremamente limitante. Usualmente remetendo a uma ideia de sistema que absolutiza relações causais entre os elementos dele constituintes, a totalidade fechada, em função do conteúdo que carrega, pode balizar interpretações da dinâmica espacial em sua amplitude. Sem que perca, por isso, sua validade enquanto referencial analítico, uma vez que, como ressalta Lencioni (2015, p. 2), “as relações de causa e efeito, de fato, são reais” e “a questão não está no uso da palavra sistema, mas no conteúdo que ela possa ter”, esta concepção não nos parece adequada a determinados aspectos relacionais da realidade, correndo o risco de circunscrever certos processos que em sua essência não podem ser presos a “recortes espaciais”.

Lukács também adverte para o risco de conceber totalidades sem dar atenção às mediações. Para o autor, a “totalidade social” sem mediação torna-se um postulado abstrato – e vazio. Assim, como nos lembra Mészáros, “a totalidade social existe por e nessas mediações multiformes

por meio das quais os complexos específicos – isto é, as ‘totalidades parciais’ – se ligam uns aos outros em um complexo dinâmico geral que se altera e modifica o tempo todo” (MÉSZÁROS, 2013, p. 58). O autor completa mostrando que: “O culto direto da totalidade, a mistificação da totalidade como imediatez, a negação das mediações e interconexões complexas de umas com as outras só podem produzir um mito, [...] um mito perigoso” (MÉSZÁROS, 2013, p. 58). Nesse sentido, tomar Vargem Grande e Barracão dos Mendes - ou mesmo a Região Serrana Fluminense - enquanto totalidade fechada, independente, pode acarretar em uma análise limitada, incompleta e mistificada. Daí decorre nossa opção, ao menos em um primeiro momento do trabalho, por uma forte preocupação com embasamento teórico, ainda que este inicialmente possa parecer excessivamente abstrato ou afastado da temática.

Em consonância com os autores supracitados, Maria Ciavatta mostra que: “[...] a totalidade social construída não é uma racionalização ou modelo explicativo, mas um conjunto dinâmico de relações que passam, necessariamente, pela ação de sujeitos sociais” (2014, p. 194). Assim:

A dialética da totalidade (Kosik, 1976) é uma teoria da realidade em que seres humanos e objetos existem em situação de relação, e nunca isolados, como alguns processos analíticos podem fazer crer. Nesse sentido, a dialética da totalidade é um princípio epistemológico e um método de produção do conhecimento. Estudar um objeto é concebê-lo na totalidade de relações que o determinam, sejam elas de nível econômico, social, cultural, etc. (CIAVATTA, 2014, p. 195).

De maneira sintética, podemos apreender que:

A concepção materialista dialética de totalidade significa, *em primeiro lugar*, a unidade concreta das contradições interagentes [...]; *em segundo lugar*, a *relatividade sistemática* de toda totalidade tanto *para cima* quanto *para baixo* (o que significa que toda totalidade é constituída de totalidades *subordinadas* a ela, e também que a totalidade em questão é, ao mesmo tempo, *sobredeterminada* pelas totalidades de complexidade maior) [...] e, *em terceiro lugar*, a *relatividade histórica* de toda totalidade, isto é, o caráter de totalidade de toda totalidade é mutável, desintegra-se, é limitado a um período histórico concreto e determinado (LUKÁCS, 1947, p. 11-12 apud MÉSZÁROS, 2013, p. 58).

György Lukács, assim como Lefebvre, apoia-se no conceito de mediação em sua luta contra a ausência de significado da “imediatez”. As chamadas categorias mediadoras não podem desvincular-se do processo histórico real, ou, nas palavras de Mészáros (2013, p. 61), “da base de sua inteligibilidade genuína”. Trata-se de uma concepção aberta

de totalidade, que percebe na práxis, enquanto “atividade humana sensível” (TONET, 2013, p. 98), o princípio que confere unidade a espírito e matéria, consciência e realidade objetiva. Mais do que aberta, é uma totalidade em movimento, que encontra nestes dois momentos do pensamento uma unidade indissolúvel. E que se constrói na relação dialética com outras totalidades, a partir da ideia de interdependência universal (LENCIONI, 2017, p. 13).

É a partir desta perspectiva que Lefebvre apreende a realidade por meio de tríades<sup>9</sup> (dialéticas), sempre as utilizando de maneira aberta e em movimento, corroborando uma visão universalista que tem como ponto de partida a crítica à reprodução do capital. Neste trabalho, que busca, entre outras coisas, analisar o urbano e o rural na sociedade contemporânea, almejamos incorporar a perspectiva universalista do autor e, conseqüentemente, a concepção de totalidade aberta, fundamental para a compreensão da interdependência universal do processo de reprodução do capital e, também, do urbano (LENCIONI, 2017, p. 15).

Os exemplos das localidades de Vargem Grande e Barracão dos Mendes serão representados como evidências de um processo mais amplo, uma manifestação em escala reduzida de um fenômeno transescalar. É o fenômeno da “planetarização do urbano” e a conseqüente generalização da lógica da mercadoria, que se expande para quase tudo. Entretanto, não analisamos a base empírica como um simples reflexo ou rebatimento direto do processo, mas como uma realização diferenciada do

---

<sup>9</sup> É digno de nota que, como aponta Lencioni (2017), essa visão de mundo de Henri Lefebvre, estruturada a partir de tríades, tem inspiração em diversos autores que se inserem na tradição triádica de pensamento, como Hegel, Marx e Nietzsche. Tanto a dialética hegeliana como a dialética marxiana fazem alusão à fórmula tese-antítese-síntese – procedimento triádico de Fichte em contraposição ao dualismo de Kant -, ainda que Marx raramente mencione de maneira direta o método em suas obras e Hegel, apesar dos inúmeros estereótipos – destacados por Jameson (2010, p. 14-22) -, apenas use os termos “tese”, “antítese” e “síntese” em sua exposição de Kant (INWOOD, 1997, p. 100). Lencioni, analisando o pensamento lefebvriano, mostra que: “[...] o fato de se inspirar num marxismo hegeliano faz com que as contradições examinadas não se estanquem na negação dos termos, ou seja pelo conflito entre o primeiro e o segundo termo, se chega à negação de um e outro. Vai além, não se situando na negação em si, mas a ultrapassando pela negação dela, ou seja, pela negação da negação (no sentido hegeliano trata-se de uma negação absoluta) que tem positividade” (LENCIONI, 2017, p. 19). Sobre as inúmeras possibilidades e também os riscos da “tentação triádica”, sobretudo em Hegel, ver Jameson (2010).

mesmo, condicionada simultaneamente pelas relações sociais associadas ao modo de produção e pelas características próprias do local e as relações cotidianas.

Seguindo essa linha, utilizaremos a perspectiva espacial desenvolvida por Henri Lefebvre como base teórico-metodológica, na tentativa de incorporar a pesquisa aos usos dos modos espaço-temporais por ele desenvolvidos. Partimos, portanto, de uma de suas divisões triádicas, que desemboca em novas tríades. Tal divisão, que tem como foco a espacialidade, seria: as práticas espaciais (o espaço da experiência e da percepção aberto ao toque físico e à sensação); as representações do espaço (o espaço como concebido e representado); os espaços de representação (o espaço vivido das sensações, a imaginação, das emoções e significados incorporados no modo como vivemos o dia a dia) (LEFEBVRE, 1991).

A partir disso, ainda que não aprofundemos ao longo do trabalho uma discussão teórica sobre a perspectiva triádica lefebvriana, pensaremos o espaço enquanto espaço vivido, percebido e concebido, diferenciando os atores e agentes atuantes na (re)produção do processo de metropolização a partir do Rio de Janeiro. Tais tríades, vale ressaltar, são tríades analíticas, que têm como objetivo analisar as diferentes dimensões do espaço. Dessa forma não devem ser ordenadas hierarquicamente, mas analisadas em tensão dialética e utilizadas de acordo com o fenômeno abordado. Essa interação é demonstrada por Harvey (2006, p. 20):

Os espaços e os tempos da representação que nos envolvem e nos rodeiam na nossa vida cotidiana afetam tanto nossas experiências diretas quanto nossa interpretação e compreensão. No entanto, através das rotinas materiais cotidianas nós compreendemos o funcionamento das representações espaciais e construímos espaços de representação para nós mesmos.

Da mesma forma, para abordar os processos em questão, é necessário conceber o espaço enquanto absoluto, relativo e relacional, onde nenhuma das três facetas pode ser entendida isoladamente das outras duas. São concepções dinâmicas e complementares. Segundo Harvey (1973, p.13):

Se considerarmos o espaço como absoluto ele se torna uma 'coisa em si mesma', com uma existência independente da

matéria. Ele possui então uma estrutura que podemos usar para classificar ou distinguir fenômenos. A concepção de espaço relativo propõe que ele seja compreendido como uma relação entre objetos que existe pelo próprio fato dos objetos existirem e se relacionarem. Existe outro sentido em que o espaço pode ser concebido como relativo e eu proponho chama-lo de relacional – espaço considerado, à maneira de Leibniz, como estando contido em objetos, no sentido de que um objeto pode ser considerado como existindo somente na medida em que contém e representa em si mesmo as relações com outros objetos... O espaço não é nem absoluto, nem relativo, nem relacional em si mesmo, mas ele pode torar-se um ou outro separadamente ou simultaneamente em função das circunstâncias.

A utilização de uma ou outra concepção depende na natureza do fenômeno abordado. No entanto, certas temáticas só podem ser abordadas pela perspectiva relacional do espaço-tempo. É impossível compreender a economia-política, por exemplo, sem adotar uma perspectiva relacional, como aponta o autor britânico. Também é impossível, portanto, compreender as atuais transformações no estado do Rio de Janeiro – e, inclusive, no rural fluminense –, claramente pautadas em interesses externos, sem esta perspectiva. O foco do presente trabalho com frequência se encontra justamente na tensão entre estas concepções de espaço, aparecendo, por exemplo, no contraste entre as delimitações formais – como o perímetro urbano dos municípios – e os valores urbano-metropolitanos, os simbolismos e as representações acerca daqueles espaços. Um evento situado num ponto do espaço não pode ser entendido em referência apenas ao que existe somente naquele ponto.

Massey (1994) e Santos (2006) avançam na direção da concepção relacional do espaço ao demonstrar os diversos processos e as múltiplas identidades presentes em cada lugar, o “sentido global” que cada um deles carrega ou as diferentes relações global/local que efetuam. Por meio de interconexões relativas às qualidades objetivas e subjetivas dos lugares, estes constituem arranjos particulares na relação com o exterior. Estão nestes arranjos particulares da base empírica os aspectos que nos inquietam nessa pesquisa e estimulam o presente estudo.

Portanto, não temos como foco no trabalho as localidades em si mesmas ou determinado acontecimento histórico, mas as relações: relações entre a identidade de aspectos particulares com a totalidade das relações sociais, a reprodução desigual de processos e as tensões

derivadas disso; relações contraditórias entre as transformações associadas a aspectos materiais e as mudanças nos imaginários, nas identidades territoriais, nos símbolos e nas representações; relações entre o rural e o urbano em um contexto mais amplo de expansão do fenômeno urbano-metropolitano que reafirma os determinantes do desenvolvimento capitalista.

Se a concepção de desenvolvimento nos serve de parâmetro para compreender as transformações nas relações urbano-rurais, as representações serão elementos-chave para articular diferentes escalas de análise e revelar a alteridade como elemento – contraditoriamente – unificador na produção do espaço. A abordagem vinculada aos desenvolvimentos geográficos desiguais – que discutiremos com maior profundidade no primeiro capítulo – busca trazer para a pesquisa tais mediações, que vinculam sujeito, objeto, concreto e abstrato nas transformações espaciais.

A base teórico-conceitual descrita neste tópico é aqui instrumentalizada por meio de levantamento de dados/revisão bibliográfica sobre a temática, além dos aportes trazidos pelos trabalhos de campo e entrevistas (em caráter semi-aberto) realizados em períodos anteriores na região com alguns dos diversos grupos sociais envolvidos na produção do espaço. Trabalhos de campo, aplicação de questionários associados às transformações locais, elaboração de mapas, tabelas, gráficos e acompanhamento de dados dos municípios – ou, mais especificamente, das localidades - são partes constitutivas desta pesquisa, e, enquanto procedimentos metodológicos, serão descritos com maior profundidade no terceiro capítulo.

Ainda que com focos distintos - em trabalhos anteriores, buscávamos identificar as mudanças particularmente relacionadas ao espaço agrário e sem o interesse específico nas duas localidades destacadas -, efetuamos visitas na região desde o início de 2013, o que nos possibilitou acompanhar as transformações por um período mais extenso. Foram realizados oito trabalhos de campo nos locais, com cerca de quarenta entrevistas. Não é possível afirmar com precisão o número de entrevistados pois, devido ao caráter semi-aberto e a priorização da análise

qualitativa, alguns contatos foram apenas conversas, sem ater-se completamente às perguntas estipuladas. Mesmo das conversas casuais, extraímos informações relevantes ao trabalho. Procuramos abranger aqueles que nos pareciam os sujeitos intervenientes no processo de produção do espaço naquela área (agricultores em diferentes condições – proprietários da terra, meeiros e arrendatários -, moradores, agentes do mercado imobiliário, corretores, agrônomos, turistas de veraneio, dentre outros), com o objetivo de obter diferentes visões acerca dos processos analisados para efetuar uma análise mais completa dos mesmos.

### **1.3. Principais autores de interlocução, ideias e conceitos trabalhados**

Para além das concepções e categorias centrais apontadas no tópico anterior, seguiremos com nossas reflexões introdutórias sobre os principais conceitos e autores que serão utilizados ao longo desta pesquisa. Para esse momento do trabalho, nos reservamos a discutir estas ideias e concepções de forma breve, visando aprofundar as discussões nos debates específicos de cada capítulo.

Para compreender como se manifestam os mecanismos de expansão do urbano e da lógica da mercadoria nas localidades, é importante tecer uma análise do fenômeno da metropolização do espaço e de seus efeitos, e, para isso, dialogo com as ideias da geógrafa Sandra Lencioni. É necessário entender a metropolização como um processo socioespacial que transforma profundamente o território, implicando em alterações não só nas formas, mas também de estrutura e natureza, como aponta Lencioni (2013). Tal processo, que segundo a autora, homogeneíza, fragmenta e hierarquiza os lugares (formando territórios socialmente segregados, ainda que com elementos em comum), não se restringe às áreas metropolitanas. Dessa forma, a autora interpreta a metropolização do espaço como um processo que transcende a metrópole, não respeita os limites político-administrativos da Região Metropolitana. A metropolização contém, ainda que ignorada por muitos autores, uma dimensão cultural/simbólica muito forte, vindo acompanhada de uma alteração

profunda pela cultura mercantil, que atinge todas as esferas da vida e se desenvolve em diversas escalas territoriais.

Não concebemos a metropolização como uma etapa que emerge com o fim da urbanização, mas como uma outra natureza da urbanização ou, nas palavras de Lencioni (2015, p. 37), “[...] uma segunda natureza da urbanização. Uma natureza (no sentido de essência, substância) posterior e diferente da primeira.” Trata-se, portanto, de uma nova fase da urbanização onde são hegemônicos os processos de metropolização do espaço, o que nos traz referenciais analíticos fundamentalmente distintos. Nesse contexto, “as cidades estariam ligadas à materialidade do momento atual, que tem como modelo a metrópole” (FERREIRA, 2014, p. 2).

A metropolização do espaço, assim, assume características mais complexas, combinando processos de dispersão e concentração, como ressalta Lencioni (2008). Não representa uma aglomeração coesa, marcada apenas pela atração que exerce para outras localidades. O esgarçamento do tecido urbano torna os limites territoriais cada vez mais difusos, deixando de restringir-se à “cidade-mãe”. A metrópole difusa ou dispersa é uma forma comum da aglomeração nos dias de hoje, constituindo uma nova lógica espacial que prescinde o território em rede e o espaço de fluxos. Na tentativa de compreender esta nova lógica, as novas configurações que se manifestam no território e reafirmam tendências de concentração e centralização, recorremos a autores como Brenner, Mongin, Ferreira e Aglietta.

Na conjuntura da metropolização do espaço, as paisagens e os ritmos de vida transformam-se profundamente pela imposição dos signos metropolitanos. Lencioni (2015) ressalta o crescente domínio do dinheiro e do relógio no controle dos ritmos de vida, pautados agora por uma agitação não antes vista. Trata-se, como veremos ao longo do trabalho, de uma característica presente nas localidades estudadas, com alterações significativas no cotidiano. A lógica do capital financeiro, vinculada ao processo de metropolização, sobrepõe-se às demais, torna-se hegemônica sob espaços metropolitanos e não metropolitanos. A produção do espaço sob o domínio da metropolização aparece como a forma contemporânea de expansão do urbano. Da mesma forma, podemos afirmar que é a forma



contemporânea da hegemonia do capital, a conjuntura da realização de uma nova fase de acumulação do capital, da realização do valor de troca e da redefinição da subordinação capital/trabalho.

A partir dessa ideia, é possível efetuar relações entre o processo de metropolização e a dinâmica imobiliária, com o possível aumento do preço da terra na região e novas áreas continuamente incorporadas à lógica do mercado de terras da metrópole. Dessa maneira são produzidas multicentralidades de acordo com a necessidade de reprodução do capital nos setores imobiliário e financeiro, com infraestruturas produzidas principalmente em decorrência dos interesses da iniciativa privada. Ainda que fora da região metropolitana, os efeitos da metropolização são visíveis, principalmente no que tange à cultura mercantil, que contrasta com a tradicional agricultura familiar da região.

Como já foi mencionado, a dimensão simbólica é um fator determinante no que tange a produção do espaço. Devemos ter em mente que um discurso nunca é neutro, ou seja, sempre carrega uma forma de ver o mundo, uma ideologia específica. Carrega poder quando afirma-se verdadeiro, além de ser um dos instrumentos por onde o poder circula, contendo diversas intencionalidades, como mostra Stuart Hall (2002). O poder expressa sempre uma relação e por isso, pressupõe um “outro”. Ao apontar os defeitos e as diferenças desse “outro”, o discurso se afirma como superior e se auto-legitima (HALL, 2002).

Enquanto elemento central do discurso hegemônico, o conceito de desenvolvimento é central neste trabalho. Para além de nos encaminhar para teorias e abordagens críticas, como o “desenvolvimento desigual”, o “desenvolvimento desigual e combinado” e os “desenvolvimentos geográficos desiguais”, nos situa em relação às representações dominantes em nossa sociedade e, conseqüentemente, aos imaginários correspondentes ao espaço urbano e espaço rural. Concebido dentro dos parâmetros ocidentais e economicistas do capitalismo e tendo como princípios básicos o crescimento econômico e o progresso técnico, o conceito de desenvolvimento precisa ser entendido em meio à matriz racionalista de pensamento e às relações de poder estabelecidas em uma escala global. Gerando continuamente ordenações hierárquicas e

apresentando um modelo, em sua essência, crítico (instável) e não generalizável, o desenvolvimento universaliza-se reafirmando as leis gerais de acumulação do modo de produção capitalista. Para efetuar este complexo debate utilizamos como alicerces referenciais as obras de Karl Marx, Cornelius Castoriadis e Henri Lefebvre, aproximando-nos das temáticas e categorias próprias da ciência geográfica através de Harvey, Smith, Soja e Löwy. A referência operacional apoia-se, sobretudo em Souza, Rua, Brandão, Bonente e Chesneaux. É a partir da dimensão espacial do desenvolvimento, como eixo que atravessa o trabalho, que pensaremos as transformações espaciais e as relações urbano-rurais em um contexto de metropolização do espaço.

Associado ao discurso hegemônico está o pensamento que aponta a supremacia do urbano sobre o rural, com uma série de associações ao atraso e à “falta de desenvolvimento”. Os aspectos imateriais das “urbanidades no rural” (RUA, 2011) como valores, moda, costumes e hábitos difundidos pela mídia, apesar de estarem em constante renovação, tem implicações significativas no modo de vida e na (re)construção de identidades. A racionalidade imposta pela cidade, assim, gera mudanças profundas e que são materializadas no próprio espaço com novas formas e funções. São símbolos e representações do espaço que são inclusive reproduzidas pelos habitantes de áreas rurais, integrados ao “fenômeno urbano”.

Para discutir as relações urbano-rurais e as “urbanidades no rural”, me aproprio principalmente das ideias do geógrafo João Rua, que as concebe como evidências da integração do espaço pela racionalidade urbana. É fundamental reconhecer o espaço geográfico como “totalidade em movimento” (RUA, 2011) uma vez que o espaço como um todo é produto das relações sociais de produção, que, movidas pela diferenciação espacial, estão em constante transformação. Dessa forma, modificam-se as práticas e os padrões produtivos para manter o espaço desigual, fragmentado. O rural e o urbano devem ser vistos como dimensões dessa totalidade, ou formas-conteúdo distintas, porém integradas.

Outro aspecto que precisa ser enfatizado são as relações de poder que ocorrem nesse espaço, cujo motor da diferenciação espacial é a

divisão do trabalho (RUA, 2011). Dessa forma, foi construída historicamente uma supremacia do urbano sobre o rural, sendo as relações entre ambos profundamente assimétricas. A legitimação dessa hierarquia se dá por distintos mecanismos, onde a própria linguagem expressa relações de poder. É dessa maneira que o espaço rural foi, ao longo da história, associado ao atraso e representado como inferior, involuído e primitivo, em oposição ao desenvolvimento e à modernidade do espaço urbano, conforme apontado anteriormente.

Porém, percebe-se que o espaço rural se complexifica na atualidade, dificultando a distinção em relação ao ambiente urbano. Isso ocorre devido à lei de reprodução ampliada do capital, caracterizada por ser crescente, expansiva. Ou seja, como a tendência do capital é se expandir e dominar progressivamente todos os ramos e setores da produção, a lógica da mercadoria – ou do urbano, no sentido lefebvriano - tende a integrar o espaço como um todo, o que resulta na geração de novas atividades e funções para o rural, além do aparecimento de novas tendências e perspectivas. Como categoria de pensamento e como categoria analítica (CARNEIRO, 2012, p. 23), o rural aponta para mudanças em direções não previstas pelas premissas da Sociologia Rural.

Assim, vemos que o rural não se opõe ao urbano enquanto símbolo de modernidade, como destaca Graziano da Silva (2001). Apesar da concepção do atraso, da violência, associados a razões históricas, há a emergência de um novo rural, movido pelo *agrobusiness* e com novos sujeitos sociais. Entre eles, Graziano da Silva destaca os neo-rurais, os moradores de condomínios rurais de alto padrão, empregados domésticos e aposentados, os agricultores familiares pluriativos, e os mihões de “sem-sem” (crescente categoria de excluídos e desorganizados). A precariedade no acesso à terra e a ausência de carteira assinada, luz elétrica, água canalizada e esgoto não são características que se restringem ao rural, aparecendo com grande intensidade nas pequenas e médias cidades (e até nas grandes cidades).

Esse “novo rural” é caracterizado também pelo número crescente de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas. O êxodo rural é “compensado” com o crescimento dessas atividades. A dinâmica agrícola,

embora fundamental, já não determina sozinha os rumos da demografia no campo. A tendência da urbanização fez com que as áreas rurais se organizassem econômica, social e culturalmente de acordo com os requerimentos urbanos e metropolitanos, evidenciando o jogo de forças desigual que ocorre. Conforme apontam Carneiro e Teixeira (2012, p. 51), esta proliferação de novas atividades pode ocasionar tanto a melhora do bem-estar social de alguns segmentos da população rural em um contexto de retração da atividade agrícola, como pode significar um aumento da exploração da força de trabalho nessas áreas, sobretudo pela pouca qualificação exigida e pela baixa remuneração oferecida para uma jornada de trabalho ampliada.

Nesse movimento complexo e contraditório de desenvolvimentos geográficos desiguais (HARVEY, 1996; 2004), são criados novos imaginários sobre o espaço rural, apoiados também no “pensamento verde”, que revaloriza o campo como sinônimo de harmonia e tranquilidade em oposição ao caos da cidade. Relacionada a ressignificação dos lugares rurais, está a negociação entre os atores locais e supralocais, num jogo de escalas que evidencia o espaço geográfico enquanto híbrido. Paul Cloke, Keith Halfacree, Terry Marsden e Thomas Lyson são alguns dos autores que nos auxiliam a pensar o rural e a ruralidade na atualidade em meio ao desenvolvimento capitalista. As divisões e os limites convencionais com relação ao urbano tornam-se menos claros, constituindo o que Cloke (2006) denominou de “*blurring boundaries*” (fronteiras turvas ou embaçadas).

As chamadas “urbanidades no rural” (RUA, 2011) aparecem como evidência dessa hibridez, que unifica o espaço sob a lógica do mercado. Estas “seriam todas as manifestações materiais e imateriais com caráter inovador em áreas rurais, sem que, por isso, fosse identificado tal subespaço como urbano”, como mostra Rua (2011, p. 4), que completa:

Considera-se que as urbanidades podem ser constituídas por uma enorme gama de manifestações, que incluem, em seus aspectos materiais, a melhoria da infra-estrutura e dos meios de comunicação, novas formas de lazer, a segunda residência, o turismo, as indústrias, o acesso a bens de consumo coletivos, especulação imobiliária e o preço da terra, novas relações de trabalho, direitos trabalhistas, aposentadoria rural, dentre outros indicadores a relevar. Como aspectos imateriais poderiam ser citados os valores, a moda, a preocupação com a segurança, os costumes e os hábitos difundidos pela mídia que alteram

sobremaneira a vida cotidiana rural. No dizer de Léfèbrve, (2001, p. 12) “uma racionalidade divulgada pela cidade”.

Portanto, percebemos a força que assumem as representações do espaço, associadas ao sistema de signos e códigos dominantes, o que expressa o peso da dimensão simbólica também no exercício do poder. O conceito de representação é de enorme importância nessa pesquisa. Trabalhadas na perspectiva crítica de Henri Lefebvre, são as representações que nos possibilitam a compreensão das transformações espaciais nas localidades de Barracão dos Mendes e Vargem Grande. O conceito de representação, múltiplo e dinâmico, exprime as ressignificações e recriações de concepções de urbano e rural, desde as definições político-administrativas até os imaginários que são constituídos na atualidade.

Vinculadas as relações sociais de produção, as representações são produzidas por sujeitos e é por meio delas que concebemos o mundo. São aproximações da realidade ou, no dizer de Lefebvre (2006), mediações. Mediações - por vezes de caráter extremamente ambíguo – entre o ser e o mundo (mas também entre a presença e a ausência, entre o verdadeiro e o falso, entre o “mesmo” e o “Outro”). Como apontam Lutfi, Sochaczewski e Jahnel (1996, p. 88) “Lefebvre reconhece-lhes a força, naquilo que impedem e no que permitem o *possível*.” É por meio delas que interpretamos a realidade e, por consequência, agimos sobre ela. Falsas e verdadeiras ao mesmo tempo, elas simultaneamente mascaram e revelam a realidade, e assim, tanto possibilitam como limitam nossos projetos e concepções de mundo.

Concordamos com Chartier (1990, p. 17 apud NAME, 2007, p. 45) quando afirma que:

Representação e realidade não são campos opostos, estão interligadas e são complementares entre si, e suas imagens não nos oferecem o deslocamento da realidade via simulacrum, mas sim nos colocam próximos a ela, ampliando experiências e percepções (GITLIN, 2003 [2001]): as representações permitem que homens e mulheres dêem inteligibilidade a seus arredores, se localizem nos seus espaços e realizem filiações socioculturais.

Assim, como apresenta Antonio Carlos Diegues (2001), as representações:

[...] são meios pelos quais os homens reinventam seus mundos, reforçando ou transformando os mundos de seus antecessores. Apesar da diversidade dos objetivos e dimensões, as diferentes modalidades de representações estão intimamente relacionadas com o fluxo da vida social (DIEGUES, 2001, p. 42).

Buscando não distanciar representações e realidade, utilizamos como ponto de partida as representações no espaço urbano, ou mais especificamente, as representações do espaço urbano. Historicamente associadas ao imaginário do progresso, as representações do urbano convergem em muito com as representações dominantes do desenvolvimento, constituindo a imagem ou símbolo da sociedade moderna, capitalista e ocidental. É interessante perceber a forma de alienação derivada dessa relação, onde constitui-se um paralelo entre o reducionismo do discurso e a própria perda da humanidade, ou seja, a representação enquanto limitação - que parcializa a apreensão da realidade e exterioriza a mesma - restringe as potencialidades humanas, retira do indivíduo algumas de suas faculdades essenciais. Tal processo se manifesta no mundo contemporâneo através da espetacularização da sociedade e da imposição de um cotidiano programado.

São características - representações do urbano e do desenvolvimento - já facilmente perceptíveis em localidades rurais. Processos que atravessam as escalas e os limites formalmente delimitados. Assim, é notável também a crescente dificuldade de compreender o rural e diferenciá-lo do urbano, o que gera, pela ênfase na separação, recortes arbitrários e incoerentes. Esse estudo, desse modo, evidencia a necessidade de compreender o espaço através de suas múltiplas dimensões e escalas, ressaltando os lugares enquanto pontos de encontros e conexões.

Uma vez que trabalhamos com a produção do espaço sob a perspectiva da desigualização<sup>10</sup>, o conceito de escala torna-se chave em

---

<sup>10</sup> O termo “desigualização” aparece em consonância com a perspectiva trabalhada por Neil Smith, em “Desenvolvimento Desigual”. Ainda que não empregue especificamente esta palavra na tradução consultada – o autor fala, sobretudo, das tendências de igualização e diferenciação geográficas -, conferimos destaque à desigualdade geográfica como parte integrante da reprodução ampliada do capital, onde diferenças geográficas são transformadas em desigualdades em distintas escalas no processo de acumulação. A produção de desigualdades, ocorrendo em paralelo às hierarquizações, são centrais em nossa opção por interpretar as transformações espaciais por meio dos desenvolvimentos

nossa abordagem. Para entender sua relevância, precisaremos fazer algumas considerações. O capitalismo sobrevive a partir da produção do seu espaço. Este processo, associado à periodicidade ou determinação histórica do capital, conforme aponta Edward Soja, efetiva-se em meio às crises pela “transferência geográfica de valor” (SOJA, 1983). Tal mecanismo explica o desenvolvimento capitalista por meio de uma concepção materialista da espacialidade, demonstrando como o valor produzido num local contribui para a acumulação localizada em outra parte (SOJA, 1983, p. 66). A lógica do desenvolvimento desigual, portanto, materializa-se no espaço em meio à relação dialética entre diferenciação e igualização geográficas (SMITH, 1988), conectando diferentes localidades pela dinâmica fluida do capital no espaço-tempo.

Assim, partindo da paisagem geográfica<sup>11</sup> construída pelo capital, analisaremos os desenvolvimentos geográficos desiguais e a construção de novas espacialidades no capitalismo, com base, notadamente, em David Harvey, Neil Smith e nas ideias de Rosa Luxemburgo. Entendemos que a paisagem influencia de maneira significativa na acumulação capitalista, assim como funciona como matriz para a produção do espaço. A paisagem construída também expressa as contradições regionais de riqueza de poder, influenciando na composição de um mosaico interconectado pelos desenvolvimentos geográficos desiguais.

Dessa forma, a paisagem expressa a circulação do capital no espaço devido a dinâmica de sobreacumulação, destacada por Luxemburgo como própria ao capitalismo. A permanente reconstrução de uma paisagem nova sob os rastros da velha exprime a constante reinvenção do capitalismo, tendo em vista a necessidade de absorção lucrativa dos excedentes

---

geográficos desiguais do capitalismo. Cabe destacar que o referido termo aparece em autores como Rua (2005; 2006) e Haesbaert (2003).

<sup>11</sup> Não apenas associado ao mundo material e visível, o conceito de paisagem é de grande importância para a presente pesquisa. É da paisagem das localidades estudadas que derivam nossas inquietações iniciais, enquanto representações e expressões das relações sociedade-natureza que percebemos/experimentamos. A tarefa geográfica de decodificar a paisagem, interpretando os significados e símbolos contidos na mesma é instrumental para este trabalho, que busca contribuir para elucidar as relações de poder e os aspectos subjetivos que a paisagem esconde. Voltaremos ao conceito com maior atenção no terceiro capítulo, associando o mesmo as representações do espaço nas bases empíricas.

produzidos. A reorientação dos fluxos de capital está associada aos imaginários e representações produzidos.

Buscaremos ressaltar o caráter essencialmente espacial e, por conseguinte, geográfico, do desenvolvimento desigual. A partir da produção de escalas espaciais e da produção da diferença geográfica, dois componentes do desenvolvimento geográfico desigual, segundo Harvey (2004), destacaremos o mosaico de ambientes formados no espaço na sobreposição de diferentes períodos históricos. Daí apreendemos a importância da compreensão das escalas pela ótica da ação, para além de uma pré-definição imutável e descolada das relações sociais de produção. A geografia do capitalismo é inerentemente escalar e estas escalas, fluídas, contingentes e socialmente construídas (MOORE, 2008, p. 204), estão em constante movimento

É através das escalas que abordaremos, ainda que de maneira introdutória, o papel das crises no capitalismo, funcionando muitas vezes como impulsos para a transformação, para a construção de uma espacialidade nova. Assim, atendem à dinâmica fluída do capital, que exige a criação de infra-estruturas físicas no espaço para posteriormente libertar-se das mesmas e dar origem a novas formas. Estas “fixações” (HARVEY, 2004) ou “âncoras espaciais” (GONZALEZ, 2005), funcionam como soluções espaço-temporais provisórias, necessidades momentâneas do capital em meio à sua dinâmica autoexpansiva. A valorização de determinados elementos e princípios e depreciação de outros formam uma constante dinâmica de transformação do espaço, resultando no aparente contraste verificado nos locais estudados.

Essa transformação resulta na construção de novas espacialidades, produtos das novas relações urbano-rurais em um contexto de metropolização do espaço. O deslocamento espaço-temporal dos excedentes explica as transformações verificadas no bairro de Vargem Grande e na localidade de Barracão dos Mendes, assim como elucida os imaginários e representações acerca do espaço urbano e do espaço rural, que resultam no aparente contraste verificado nas paisagens. É justamente esse “choque” de valores, as diferentes manifestações das relações



urbano-rurais, que conferem ao recorte espacial uma particularidade intrigante.

## **2. O desenvolvimento em uma perspectiva geográfica: Da teoria do desenvolvimento desigual e combinado à abordagem dos desenvolvimentos geográficos desiguais**

Neste capítulo, conforme mencionamos na Introdução, nos norteamos pela questão “De que forma os desenvolvimentos geográficos desiguais estão associados às leis gerais de acumulação capitalistas e quais os atuais mecanismos de expansão destas relações na produção do espaço?”; e temos os seguintes objetivos específicos: Analisar as teorias do desenvolvimento enquanto teorias do desenvolvimento capitalista, tendo como base as leis gerais de acumulação e os novos mecanismos de produção do espaço; Analisar as relações entre os desenvolvimentos geográficos desiguais do capitalismo e a produção de escalas espaciais por meio da dinâmica fluida de expansão da escala do urbano na acumulação do capital.

Analizamos as transformações espaciais nas localidades de Vargem Grande e Barracão dos Mendes, associadas às relações urbano-rurais em um contexto de metropolização do espaço. Entretanto, como apontamos na Introdução, tal processo está imerso em um conjunto dinâmico de relações históricas e geográficas que constituem uma totalidade aberta, ou seja, o objeto precisa ser situado por meio de mediações “multiformes” e “interconexões complexas” (MÉSZÁROS, 2013). Assim, na tentativa de nos afastar de uma análise rasa, superficial, vemos a necessidade de extrapolar a base empírica para entender as origens e as relações mais gerais que permeiam o processo em questão, a partir de uma abordagem mais abrangente e transescalar. Dessa forma, é extremamente pertinente partir de uma interpretação mais extensa – e até estrutural – de certos processos, ainda que estes manifestem-se de maneira relacional em pontos específicos do espaço, demonstrando contornos particulares de acordo com as especificidades do lugar.

É nesse sentido que, para chegar às transformações do espaço nas localidades específicas, partimos da concepção de desenvolvimento, que serve como princípio ou modelo que as orienta, e dos desenvolvimentos

geográficos desiguais do capitalismo, que além de representarem a abordagem ou o plano instrumental dessa pesquisa, correspondem à própria natureza da produção capitalista do espaço. São, portanto, a manifestação espacial da reprodução ampliada, da sobreacumulação e dos mecanismos de acumulação por espoliação próprios do desenvolvimento capitalista, dinâmicas sem as quais não é possível entender as transformações atuais das relações urbano-rurais. Assim, nesta etapa do trabalho, partimos de um embasamento mais geral e teórico, para posteriormente associar as ideias estudadas a interpretações mais atuais e específicas em relação à temática e, finalmente, incorporá-las à base empírica, de onde surgem os questionamentos iniciais e onde manifestam-se as problemáticas que justificam esta pesquisa.

O presente capítulo tem como eixo central o complexo e polissêmico conceito de desenvolvimento. Mais precisamente, a essência do texto reside nos terrenos de confluência entre o conceito de desenvolvimento e alguns dos debates travados pela geografia na atualidade, ainda que algumas das principais categorias aqui utilizadas não sejam próprias desta ciência. Assim, a abordagem sobre desenvolvimento acaba exigindo que outros termos entrem em discussão: Ocidente, capitalismo, modernidade, produção, escala, representação, hegemonia, cultura, poder, espaço e autonomia são cruciais em nossa análise.

Servindo de embasamento para abordar essas noções, utilizamos como alicerces referências gerais para o capítulo as obras de Marx, Castoriadis e Lefebvre. Para efetuar uma aproximação com as temáticas e categorias próprias da ciência geográfica, recorreremos sobretudo a Harvey, Smith, Soja e Löwy. A referência operacional, mais ligada diretamente à temática, está nos trabalhos de Souza (1996; 1997; 2000; 2013; 2017), Rua (2007; 2008), Brandão (2003; 2007), Bonente (2011), Marston (2000), Moore (2008), Chesneaux (1996), Radcliff (2005; 2012) e Brenner (2013), além de outros autores, cujas referências serão citadas ao longo do texto. Ainda que muitos destes autores não lidem diretamente com a problemática abordada no trabalho, consideramos oportunas suas contribuições, uma vez que, como mostraremos mais à frente, é com base nas representações

de desenvolvimento que se constituem as relações históricas entre urbano e rural.

Utilizando-nos dessa base teórico-metodológica, buscaremos conferir um olhar geográfico ao desenvolvimento para reafirmar o potencial analítico do conceito na atualidade e as possibilidades de transformação intrínsecas a ele. Mudanças, esperamos, em direção a um pensamento aberto, livre de “amarras epistêmicas” e comprometido com a justiça social e o bem-estar.

Buscamos analisar a relevância teórica e política do conceito de desenvolvimento, especialmente na atualidade, para discutir as potencialidades do mesmo enquanto fundamento de lutas por emancipação. Assim, procuramos, à luz dos autores utilizados, trabalhar o conceito em uma abordagem geográfica, buscando desenvolvimentos sócio-espaciais autônomos<sup>12</sup>. Para isso, recorreremos aos aportes de determinadas experiências particulares de desenvolvimento, que ultrapassam o parâmetro econômico enquanto único viés analítico. Trata-se de trazer o enfoque para as espacialidades do desenvolvimento.

Este capítulo é composto por três partes ou seções. A primeira, que não tem, de forma alguma, a pretensão de esgotar a discussão proposta, partirá da difícil tarefa de refletir sobre o que é desenvolvimento de fato, buscando contestar a visão amplamente difundida deste enquanto pré-determinado e intrinsecamente associado ao crescimento econômico e ao progresso técnico. Mais do que definir, procuramos neste tópico situar o conceito em meio à matriz discursiva ocidental, moderna e capitalista. Em seguida, analisaremos, de forma sucinta, quais as características constitutivas deste desenvolvimento capitalista, abordando a dinâmica

---

<sup>12</sup> Utilizamos a concepção de autonomia em consonância com a perspectiva trabalhada por Castoriadis, que reflete sobre a relação entre as instâncias psíquicas e a instância reflexiva, em uma discussão que por vezes se aproxima do debate acerca da desalienação, trabalhado por Hegel, Marx, Lukács, Meszáros, entre outros autores. O “projeto de autonomia” abordado por Cornelius Castoriadis envolve a possibilidade de autorreflexão, de escapar à “servidão da repetição” (CASTORIADIS, 1990, p. 132), de participação efetiva e de estabelecimento de suas próprias leis. A discussão sobre autonomia individual e coletiva - e a contraditória relação destas com a totalidade das relações sociais - será efetuada na parte final do trabalho, sobretudo no terceiro capítulo e nas considerações finais da dissertação.

autoexpansiva, o desenvolvimento desigual e combinado e a reprodução ampliada como dinâmicas intrínsecas ao capitalismo enquanto modelo civilizatório. Assim, discorreremos sobre as perspectivas críticas da visão hegemônica e as dificuldades de romper com estes parâmetros. Por fim, na terceira e última seção deste capítulo, buscaremos “especializar” as principais teorizações sobre o desenvolvimento capitalista por meio da abordagem dos desenvolvimentos geográficos desiguais. Desse modo, dissertando sobre as tentativas de trabalhar o desenvolvimento na geografia, buscaremos problematizar a “escala do urbano” nas transformações espaciais. É assim que buscaremos analisar as transformações no espaço a partir das relações urbano-rurais por uma perspectiva alternativa. Tratam-se, apenas, de questionamentos iniciais para fomentar, nos capítulos seguintes, o aprofundamento dos debates sobre a temática, visando a regeneração do conceito sob outras abordagens.

## **2.1. Situando o conceito de desenvolvimento: A racionalidade, a modernidade e a matriz ocidental**

Como foi apresentado, nesta primeira parte nos reservaremos a discutir em que consiste o termo desenvolvimento. Esta palavra complexa, imbuída de diversos significados e permeada por polêmicas, adentra comumente as conversas do dia-a-dia, as notícias de jornal e até os trabalhos acadêmicos sem a reflexão que merece. Da mesma forma, aparece nos mais variados discursos políticos, sejam estes mais progressistas ou conservadores, mais inclinados à direita ou à esquerda. É também em nome desta palavra que são efetuadas ou legitimadas muitas ações, projetos ou decisões governamentais.

Aqui, não temos a pretensão de definir este conceito, mas de contextualizá-lo frente às matrizes teóricas e discursivas em que está envolto e demonstrar as dimensões culturais, políticas, econômicas, e até éticas de que este é composto. Mais do que isso, buscamos fornecer argumentos iniciais para, posteriormente, reafirmar a dimensão espacial –

e, portanto, geográfica - do desenvolvimento e repensar suas aplicações nas problemáticas atuais, ou seja, pensar o desenvolvimento em meio às transformações territoriais.

Numa época de “conformismo generalizado” (CASTORIADIS, 1990), torna-se cada vez mais necessário questionar as premissas mais poderosas das perspectivas oficiais (CASTORIADIS, 1987). Nesse sentido, entendendo o desenvolvimento como parte de um complexo de ideias e concepções (CASTORIADIS, 1987, p. 144), cabe retomar, para esse primeiro momento, algumas das questões levantadas por Castoriadis: O que é o desenvolvimento? Desenvolvimento em direção a quê? É possível pensar em desenvolvimento para além do âmbito e dos imperativos do desenvolvimento capitalista?

Nossa busca é por trabalhar o desenvolvimento enquanto movimento (e, nesse sentido, como movimento aberto) da sociedade “especializada”, constantemente retornando sobre si mesmo. Este não pode ser fechado, enclausurado a ideias pré-estabelecidas ou demarcado por determinados pressupostos.

Por conseguinte, cabe estabelecer uma diferenciação, introdutória e preliminar, mas extremamente relevante e até imprescindível em nossa análise, entre o que aqui concebemos como desenvolvimento e as configurações que assume enquanto desenvolvimento capitalista. Para esmiuçar esta diferenciação proposta, partimos do princípio que falar em desenvolvimento é falar em produção do espaço.

Para isso, torna-se importante compreender o conceito de produção em sua perspectiva mais ampla, tal como é trabalhada por Henri Lefebvre. Carlos (2011) mostra que a produção não se refere apenas a objetos e coisas materiais, se estendendo à produção da subjetividade do homem a partir da própria consciência da produção. Tal conceito, segundo autora, refere-se, portanto, igualmente à produção e reprodução das relações sociais (envolvendo a subjetividade das representações e significados incorporados) e sua materialização enquanto relações temporais e espaciais. Quando falamos em produção, portanto, não nos referimos apenas à produção de mercadorias, mas também de ideias, representações e imaginários, que podem servir como suporte ou como

contestação às relações sociais instituídas. Este conceito de produção, dessa forma, torna-se essencial para pensarmos o desenvolvimento sob novos ângulos e possibilidades.

Entretanto, se nem tudo pode ser reduzido às relações sociais capitalistas e ao cotidiano programado, é cada vez mais difícil a separação entre produção e capital, justamente pela enorme capacidade do segundo em apoderar-se e dominar quase todos os aspectos da primeira. Isso decorre da lógica inerentemente expansiva do modo de produção capitalista, que se apoia, como discutiremos mais à frente, nas representações e nos imaginários de desenvolvimento e progresso.

Em um contexto de “fadiga teórica” (SOUZA, 1996), a necessidade de “teorias abertas”, que incorporem novas gramáticas sobre o desenvolvimento, torna-se cada vez mais improrrogável. Falamos disso uma vez que a própria concepção hegemônica de desenvolvimento reflete a chamada “fadiga”, o cansaço decorrente da reprodução das mesmas ideias, do pensamento fechado. Estas ideias, por sua vez, estão situadas dentro de um paradigma ocidental, economicista, vinculado ao progresso enquanto transformação positiva, desejada.

Assim, como mostra o autor, a noção de desenvolvimento sempre esteve associada aos valores do Ocidente e do modelo civilizatório capitalista, apoiado na modernidade e no imperativo da dominação da natureza. Nas palavras de Souza: “[...] o desenvolvimento só tem servido à ocidentalização do mundo, à exploração capitalista em escala mundial, à destruição da etnodiversidade em nome de uma pasteurização cultural [...]” (SOUZA, 1996, p. 7).

Contudo, antes de adentrar com maior profundidade na discussão sobre a ocidentalização do mundo e a modernidade, é preciso discutir o que qualifica a palavra desenvolvimento, por si só já carregada de juízos de valor (SOUZA, 1996) e fortemente enraizada culturalmente. Trata-se de uma palavra extremamente difícil de definir, mas constantemente utilizada de maneira genérica como equivalente a uma mudança para um estágio melhor. De forma geral, é utilizada com o significado de crescer ou progredir e, sobretudo, tratada na escala dos Estados-nações, onde o

“crescer” se refere a um crescimento econômico e o “progredir” ao progresso técnico de um país.

Conforme apontam Griebeler e Riedl (2017, p. 108), o termo desenvolvimento remete ao verbo *vo/ver* [do latim *vO/vre*], isto é, “mudar de posição”. Já Marcelo Lopes de Souza completa afirmando que “desenvolvimento pressupõe mudança, transformação – e uma transformação positiva, desejada ou desejável” (SOUZA, 1996, p. 5). Na concepção do que é desejável - ou no que consiste uma transformação positiva - é que se situam as complicações, uma vez que estas ideias, naturalmente, variam de acordo com as diferentes culturas, visões de mundo e percepções do espaço.

Assim, discutindo o “solo cultural” sob o qual está enraizada a ideia de desenvolvimento, Cornelius Castoriadis (1987) busca recuperar sua genealogia. Logo associa o desenvolvimento a uma ideologia: a “ideologia do progresso”, inscrita na modernidade.

Ao questionar-se sobre o que consiste o desenvolvimento, percebe nas origens do termo a ideia de maturidade biológica, implicando a própria definição prévia do que seria esta maturidade e de uma norma natural, que, fechada, enclausura o desenvolvimento a uma ideia previamente estipulada. Castoriadis demonstra que, assim como a natureza apresenta suas próprias normas, fins que funcionam como direção aos quais os seres se desenvolvem, são determinadas normas e formas finais para o desenvolvimento. Logo, se a natureza é fim para Aristóteles (CASTORIADIS, 1987, p. 147), “o desenvolvimento é definido pelo fato de atingir esse fim, enquanto norma natural do ser considerado”. Trata-se do “processo de efetivação do virtual, da passagem da *dunamis* à *énergéia*, da *potentia* ao *actus*”, implicando a possibilidade de determinação, fixação dessa *énergéia* ou desse *actus* (CASTORIADIS, 1987, p. 147).

Essa definição de um padrão ou modelo a ser seguido faz com que a modernidade se dissocie de seus marcos histórico-geográficos originais e se torne reprodutível e exportável a nível planetário (SOUZA, 1996, p. 13). Dessa forma, o desenvolvimento passa a ser apreendido enquanto parâmetro de comparação, pois, como aponta Castoriadis (1987, p. 148), “não pode haver desenvolvimento sem um ponto de referência, um estado



definido que deve ser atingido; e a natureza fornece, para todo ser, um estado 'final' desse tipo".

O que nos desperta a atenção é que o fim desse desenvolvimento, convergindo com preceitos da religião e da teologia judaico-cristãs, aparece, contraditoriamente, como o ilimitado, o sem-fim, o infinito. Invariavelmente direcionado a um conjunto de postulados modernos, como a "onipotência da técnica" e a racionalidade, o desenvolvimento passa a configurar "o crescimento indefinido, e a maturidade, a capacidade de crescer sem fim" (CASTORIADIS, 1987, p. 150). É o que o autor, em outro livro<sup>13</sup>, caracteriza como uma significação imaginária social nova encarnada pelo capitalismo: "a expansão ilimitada do 'domínio racional'", que penetra na totalidade da vida social.

Não à toa, a concepção que temos hoje do que é considerado um país desenvolvido é baseada em índices universais e pretensamente objetivos, sobretudo associados a formas de mensuração de dados econômicos. Quando buscamos significados de desenvolvimento, constantemente encontramos *rankings* numéricos de classificação, com países posicionados, ainda na atualidade, numa ordem hierárquica segundo o volume do Produto Interno Bruto (PIB) e a respectiva Renda Per Capita. Logo, desenvolvimento aparece como praticamente sinônimo de crescimento econômico, de uma economia próspera. Entretanto, cabe o questionamento: Quanto maior a renda per capita da população, maior o desenvolvimento? Nesse aspecto já encontramos uma limitação e inadequação do referido parâmetro.

Sobre o assunto, Jean Chesneaux apresenta um interessante questionamento:

Apesar de seu nome, o PIB (produto "interno" bruto) só tem sentido em um contexto de competição internacional e de hegemonia dos macro-agregados mundiais; o PIB é a negação das realidades sociais, isto é, interiores. O desempregado das favelas de Caracas descobre com espanto que seu nível de vida definido em termos da média de PIB é digno de inveja. Não menos estupefato, o pescador de Samos que vive bem trabalhando pela sua subsistência aprende que ele é um dos mais pobres habitantes do planeta na escala do PIB (CHESNEAUX, 1996, p. 69).

<sup>13</sup> CASTORIADIS, C., Encruzilhadas do labirinto III. O mundo fragmentado, p. 20.

Como tentativas de responder a esta incongruência, foram criadas outras referências, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) –, que usa a média aritmética de três indicadores: a expectativa de vida ao nascer, as taxas de alfabetização e o PIB per capita para qualificar o padrão de vida. Mesmo estes esforços são alvos de inúmeras críticas por padronizarem um determinado estilo de desenvolvimento, ancorado em índices e valores que não necessariamente condizem com a realidade e com as diferentes culturas e modos de vida.

Torna-se claro, assim, que o desenvolvimento está associado a ideologias e significações imaginárias sociais, e, desse modo, seus pressupostos estão localizados dentro dos limites do capitalismo. Podemos, ainda, dizer que o desenvolvimento atua como representação do capitalismo enquanto transformação positiva desejada, reafirmando a reprodução ampliada, a dinâmica autoexpansiva e a produção de desigualdades como os preceitos básicos para sua realização. São significados que tornam-se “acoplados” ao termo enquanto discurso, uma vez que são produzidos por e dentro de um contexto cultural particular. É desse contexto específico e desses significados que falaremos com maior profundidade a seguir.

Entendendo o desenvolvimento como parte de um complexo de ideias e concepções (CASTORIADIS, 1987, p. 144) cabe investigar mais a fundo o arcabouço ideológico por trás do conceito, os moldes em que esta palavra foi desenhada e impregnada de conteúdo.

Assim, concordamos com João Rua quando o autor afirma que:

Parece, ainda, necessário refutar o desenvolvimento na maneira como tem se apresentado: uma manifestação de desigualdades sociais e espaciais, fruto de modelos de dominação impetrados no pós-Segunda Guerra, inseridos, entretanto, em um movimento de imperialismo/colonialidade que data de mais de 500 anos (RUA, 2007, p. 143).

O desenvolvimento, ainda que constitua manifestações concretas (associadas a múltiplas determinações), deve ser apreendido enquanto representação, cujos discursos associados contribuem para a manutenção da relação de colonialidade verificada desde a formação do chamado sistema-mundo moderno-colonial. A retórica dominante expõe a

necessidade de refletir acerca deste conceito, buscando diferentes acepções e perspectivas e desvendando a matriz discursiva dominante. Assim, antes de indagar-se sobre o que torna um país ou grupo mais ou menos avançado ou desenvolvido do que outro, é importante perguntar-se quem define estes parâmetros.

Numa escala que envolve a teia de relações de poder construídas globalmente, o desenvolvimento do capitalismo – enquanto modo de produção material e espiritual (IANNI, 1993) - deu-se associado a um simultâneo processo de ocidentalização. Precisamos destacar que o Ocidente está ligado muito mais a um conceito ideológico do que a uma materialidade, sendo um ideário historicamente construído, como aponta Hall (2002). O Ocidente então representa uma metáfora, uma generalização cercada por imaginários de elementos e símbolos, que se referem a uma sociedade capitalista, desenvolvida, modernizada, industrializada e urbana. É uma ideia que permite a classificação e hierarquização de tipos de sociedades, associando-as a imagens. É visto, assim, como modelo de comparação, fornecendo critérios para definir o grau de evolução. Portanto, é multiescalar, uma vez que ideologias e valores não estão atrelados a limites, se dão desde o global até o local, num movimento constante.

O Ocidente consolidou-se como hegemônico através da comparação com o “Outro”. O discurso ocidental se autodefiniu dessa forma, se opondo ao “resto” e reconhecendo sua diferença e o contraste em relação às outras culturas. O conhecimento produzido a partir disso é um exercício de poder, uma vez que atende aos interesses de certo grupo ou classe, fazendo parte, na concepção gramsciana, dos “sistemas” ou “aparelhos hegemônicos”. O importante papel do discurso<sup>14</sup>, que, como aponta Lefebvre (1977, p. 205), veicula “necessidades e desejos, poesia e ideologia, símbolos e conceitos, mitos e verdades, mas também condições de poder” aparece na “prorrogação (impensada, ‘inconsciente’, desconhecida como prorrogação) das relações sociais e políticas”. Esse

---

<sup>14</sup> Voltaremos a abordar com maior ênfase o discurso e a linguagem enquanto representações e importantes instrumentos nas relações de poder no próximo capítulo, a partir de autores como Hegel (1988), Foucault (1989), Lefebvre (2006) e Zizek (2013).

discurso ocidental produziu, através dos meios destacados, colonialidades do poder e do saber, que resultam em desigualdades sócio-espaciais.

Como aponta Rua (2007, p. 153) a partir de Quijano (2002), esta forma eficaz de dominação “favoreceu um processo de transformação da diferença (sobretudo cultural) em desigualdade hierarquizadora”, o que consolidou a imposição desse Ocidente enquanto verdadeiro modelo civilizatório. O discurso ocidental consolidou-se como hegemônico articulado à Modernidade e ao capitalismo, pautado nas ideias de progresso e desenvolvimento, que marcaram seu projeto de civilização. A racionalidade e a ideia de evolucionismo foram utilizadas para explicar e difundir a superioridade do modo de vida europeu. O Iluminismo, assim, reconheceu a sociedade europeia como mais avançada, instrumentalizou a dominação ocidental a partir da modernização.

Como foi discutido, é ao apontar as diferenças do “Outro” que a sociedade ocidental afirma seu modo de vida. Deste modo, cria um Oriente estereotipado, onde a seletividade do olhar o caracteriza como primitivo e inferior, legitimando a dominação. Said (1990) descreve detalhadamente esse processo, chamado de “Orientalismo”, que não é reproduzido de forma aleatória, mas faz parte de uma construção geo-histórica de poder. Além de possibilitar a definição do Ocidente através do contraste e do conhecimento produzido e sistematizado, o Oriente torna-se importante nessa complexa relação (profundamente assimétrica) de poder por outro motivo: a construção de um consenso. A ideologia e os valores ocidentais só se tornam dominantes a medida em que são reproduzidos e legitimados. Em um contexto de exploração, a propagação de um modo de vida e o oferecimento de um modelo de desenvolvimento mais avançado aparecem como formas de libertação. Como mostra Morin (2002), de onde vem a barbárie, também vem o antídoto para a barbárie.

Dessa forma, com a formação de um sistema-mundo, com relações econômicas verdadeiramente globais, a Europa, como centro emissor, passou a impor padrões, formas de ver o mundo. A violência era legitimada contra aqueles que resistiam à dominação, vistos como obstáculos para o progresso. Como bem lembram Schech e Haggis (2003), o próprio

colonialismo era percebido como um “exercício do desenvolvimento”, que tinha no progresso sua “ferramenta energizante”.

Assim se deu a formação de um sistema-mundo moderno-colonial, como mostra Porto-Gonçalves (2006), onde o mundo é cada vez mais interdependente, com relações econômicas verdadeiramente globais, mas que são organizadas de acordo com hierarquias e relações assimétricas de poder previamente construídas. É o que Rua (2007, p. 153) concebe como a onipresença da modernidade ocidental, que domina a mundialização da economia e a construção de um imaginário planetário, ou seja, constrói uma “identidade-mundo”.

Esta modernidade, assim, opera como um absoluto em nome de um modelo único de organização e de civilização ao conjunto de povos e culturas. A ideologia da modernidade, “militante, conquistadora e autoritária”, é, portanto, a ideologia da necessidade, do “deve-se”, da adequação, da quantidade sobre a qualidade e do “progresso técnico como expressão do melhor ser-humano” (CHESNEAUX, 1996, p.93). Assim, para Chesneaux (1996, p. 20), o “fora do chão” passa a constituir uma categoria geral da modernidade, “uma situação de dissociação para com o ambiente natural, social, histórico e cultural”. “Rural ou urbano, o horizonte da modernidade se estende e se dilata a perder de vista” (CHESNEAUX, 1996, p. 21).

Ao se impor e desconsiderar outras culturas, o Ocidente liberta-se também da natureza, externalizando-a. A revolução técnico-científica, relacionada a expansão do capitalismo pelo Ocidente, desenvolveu uma lógica utilitarista, que percebe a natureza como recurso a ser explorado, a ser transformado em riqueza. Nas palavras de Latouche (1994, p. 28): “A técnica tornou-se um artigo de fé universal, a consequência concreta e a presença visível da nova divindade: a ciência” Com base nessa crença, a mundialização da economia e a internacionalização da produção configuraram em todo planeta uma utilização predatória da natureza que, então, fica submetida ao ritmo da produção econômica do sistema que se expande.

A libertação em relação à natureza (e, por extensão, dos povos não-ocidentais, “selvagens” e “primitivos”) aparecia como sinônimo de

desenvolvimento. A sociedade mais desenvolvida era aquela que se afastava da natureza, exercia seu domínio sobre ela, ordenava a desordem. A padronização de uma relação com o meio natural baseada na saída deste configurou uma forma de desenvolvimento predatória, uma vez que externalizou valores culturais incapazes de serem incorporados harmoniosamente a todos os lugares.

É isso que leva Jean Chesneaux (1996, p. 75) a afirmar que “o modelo da modernidade-mundo é extremamente reprodutível fora do Ocidente; não é contudo, generalizável.” Trata-se do “preço a ser pago pelo desenvolvimento”, que lembra Castoriadis (1987), referindo-se aos países do chamado “Terceiro Mundo”. Como explicam Amadeo e Rojas (2007, p. 9), a “necessidade do processo de acumulação não só implica a expansão, mas também a conseguinte polarização entre ‘centros’ e ‘periferias’”, ou seja, “a reprodução ampliada nas potências centrais e a detenção da possibilidade de um desenvolvimento autônomo das forças produtivas e relações de produção protocapitalistas na periferia”.

Assim, “a mundialização colonialista é uma característica necessária e específica do modo de produção capitalista e não uma contingência do azar” (AMADEO; ROJAS, 2007, p. 12). Uma vez que “o desenvolvimento não pode ser concebido sem a noção do seu oposto, seja ele o subdesenvolvimento ou o não-desenvolvimento” (SCHECH; HAGGIS, 2003, p. 15, tradução nossa), os “custos” (naturais e sociais) do desenvolvimento são partes integrantes do mesmo. Assim:

O Terceiro Mundo afunda, sua modernização é uma derrocada dramática; porém, o Terceiro Mundo não está “atrasado”, não pode “atingir”. Uma das peças intelectuais da mundialização reside na nossa tendência em interpretar somente como um desacordo histórico, então em termos de temporalidade, o que na realidade é uma interdependência, uma polaridade no espaço. Os sucessos do Ocidente desenvolvido – incluindo fora do Ocidente – e os desastres do Terceiro Mundo são parte integrante de um mesmo sistema global (CHESNEAUX, 1996, p. 72).

A noção de desenvolvimento, sempre pautada nesta comparação com um “outro”, – gerando continuamente ordenações hierárquicas, como desenvolvido/subdesenvolvido ou avançado/atrasado – adquire enorme importância enquanto articuladora das relações sociais. Assim, impõe-se quase como um dogma, um parâmetro inquestionável. Conforme aponta

Ribeiro (1992, p. 24), desenvolvimento surge enquanto uma noção universalmente desejada, com um “rótulo neutro para se referir ao processo de acumulação em escala global”. Em outras palavras, aparece como um modelo a ser seguido, simplificando o discurso como forma de esconder a natureza hierárquica das relações sociais em escala global, a saber: o imperialismo, a colonialidade e a desigualdade no uso e acesso aos recursos naturais.

O desenvolvimento como modelo, como uma espécie de religião dogmática, inquestionável, torna-se uma concepção fechada, única. Da mesma forma, converte-se em uma ideia simples e naturalizada, onde opor-se ao desenvolvimento como é exposto significa se opor ao progresso, ao bem-estar da sociedade. Como aponta Rua:

O desenvolvimento continua a ser considerado como um processo (natural) que cria o novo, destruindo o velho, e em que o declínio e a destruição são parte de um ciclo. Pode ser, também, percebido como uma intenção, em que é possível agir em seu nome (do desenvolvimento) ou impor processos que o promovam (RUA, 2007, p. 147).

Portanto, o termo desenvolvimento, enraizado culturalmente no Ocidente e tendo a modernidade capitalista – e o sistema-mundo moderno-colonial - como seu “motor”, mascara-se em uma noção universal, incontestável. No entanto, ainda representa e legitima os pressupostos do modo de produção capitalista e os processos de concentração e centralização do capital. Assim, as leis gerais do desenvolvimento atuam como leis gerais da acumulação (BONENTE, 2011). É sobre o caráter desigual deste modelo civilizatório e sobre as decorrentes críticas à definição fechada do conteúdo do desenvolvimento que falaremos com maior ênfase a seguir.

## **2.2. Perspectivas críticas ao desenvolvimento capitalista: A reprodução ampliada do capital e o desenvolvimento desigual**

Vimos que o desenvolvimento acaba funcionando como uma noção universal, utilizada para referir-se à acumulação capitalista e justificar processos para permitir a lógica da reprodução ampliada do capital.

Entretanto, a crítica de base marxista buscou revelar o caráter essencialmente desigual do desenvolvimento como é apresentado.

A expressão “desenvolvimento desigual”, conforme sugerem Griebeler e Riedl (2017, p. 108), em uma aproximação inicial, quer dizer algo como o “progresso – ou transformação - do não-idêntico”, uma vez que o termo “desigualdades” tem sua origem no adjetivo “igual” [do latim *aequális*], ou seja, “idêntico”. Todavia, a noção de desenvolvimento desigual mais difundida tem sua origem nos escritos de Karl Marx e Friedrich Engels, onde aparece em alusões ao “desenvolvimento desigual do capitalismo” (*Ungleichmässigkeit der Entwicklung des Kapitalismus*).

Ainda que pouco trabalhado por Marx, o conceito de desenvolvimento desigual aparece em alguns autores marxistas com um significado muito mais abrangente do que a simples distribuição de riqueza entre as nações, como usualmente é utilizado. Em geral, as teorias do desenvolvimento tratam o mesmo preso a um critério específico, vinculado a um processo generalizado e comparado de forma objetiva. Falar de desenvolvimento desigual compreende analisar a forma essencialmente desigual com que ocorre a acumulação capitalista, apoiada no imperialismo, na colonização, na divisão internacional do trabalho e na distribuição de riqueza entre os países. Porém, envolve também a crítica desta concepção, a impossibilidade de generalização de um modelo único e a consequente necessidade de buscar outras formas de desenvolvimento, que não sigam esta lógica racional de matriz ocidental. Como aponta Lukács:

Desigualdade do desenvolvimento significa, “simplesmente”, que a grande linha de evolução do ser social [...] não pode se explicitar em linha reta, segundo uma lógica racional qualquer, mas se move em parte por vias travessas (deixando mesmo atrás de si alguns becos sem saída) e, em parte, fazendo com que os complexos singulares, cujos momentos reunidos formam o desenvolvimento global, encontrem-se individualmente numa relação de não-correspondência (LUKÁCS, 1979, p. 134 apud BONENTE, 2011, p. 15-16).

Para Bonente (2011), o desenvolvimento desigual refere-se, também, à heterogeneidade que se estabelece entre complexos, que, em seu desenvolvimento, comportam-se de maneira diferenciada.

[...] em postura compatível com as defendidas por Marx e Lukács, entendemos que a categoria desenvolvimento desigual



diz respeito à relação entre complexos e, mais especificamente, aos graus diferentes de desenvolvimento dos complexos que compõem uma totalidade (BONENTE, 2011, p. 21).

A leitura mais comum - e igualmente importante - da concepção, entretanto, é a difundida por Lênin e Trotsky, que utilizam a noção de desenvolvimento desigual e combinado. Para os autores, o termo refere-se, essencialmente, à desigualdade de desenvolvimento econômico entre as nações, contemplando também a discussão sobre o processo de transição para o modo de produção capitalista, ocorrido de maneira diferenciada no planeta pelas distintas formas de combinação entre os setores considerados modernos e atrasados.

Contudo, diferentemente de Lênin, que examinava o desenvolvimento do capitalismo da Rússia sobretudo a partir das contradições internas da agricultura, Trotsky o aborda sob o ângulo da inserção da economia russa no sistema capitalista (LÖWY, 1998, p. 74). Neste país, segundo Leon Trotsky, encontram-se “todos os estágios da civilização”. Estes diferentes estágios, para o autor:

não estão simplesmente um do lado do outro, numa espécie de coexistência congelada, mas se articulam, se combinam, “se amalgamam”: o processo do desenvolvimento capitalista, criado pela união das condições locais (atrasadas) com as condições gerais (avançadas), é “um amálgama social cuja natureza não pode ser definida pela busca de lugares comuns históricos, mas somente por meio de uma análise com base materialista” (TROTSKY, 1905, p. 54 apud LÖWY, 1998, p. 75).

Löwy destaca que, com a ascensão do capitalismo a um sistema mundial, a história mundial torna-se uma totalidade concreta (e contraditória) e as condições do desenvolvimento social e econômico conhecem uma mudança qualitativa. Assim:

O capitalismo [...] preparou e, num certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Por isto está excluída a possibilidade de uma repetição das formas de desenvolvimento de diversas nações. Forçado a se colocar a reboque dos países avançados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão [...] (TROTSKY, 1905, pp. 54-55 apud LÖWY, 1998, p. 76-77).

Dessa forma, as sociedades tidas como menos desenvolvidas são obrigadas a adotar certos traços “avançados” saltando as etapas intermediárias, o que cria uma combinação original das diversidades e reforça a disparidade em nível global. Tal disparidade, segundo Lênin e Trotsky não é acidental, mas provocada pelo próprio modo de ser da

totalidade e dos complexos, ou seja, é inerente à dinâmica de acumulação capitalista (BONENTE, 2011, p. 21).

Trotsky avança, assim, em direção a uma perspectiva mais complexa e não somente econômica, mas também cultural e política. Isso, mostra Löwy (1998), permite ao autor escapar à concepção evolucionista que fazia da história uma sucessão de etapas rigidamente pré-determinadas para buscar estruturar uma visão dialética do desenvolvimento histórico através de “saltos súbitos” e de “fusões contraditórias”, combinando traços pré-capitalistas com características capitalistas modernas:

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com o máximo de vigor e de complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o açoitado de necessidades exteriores, a vida retardatária é estrangulada a avançar por saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre uma outra lei que, na falta de uma denominação mais apropriada, chamaremos lei do desenvolvimento combinado, no sentido da reaproximação de diversas etapas, da combinação de fases distintas, do amálgama de formas arcaicas com as mais modernas (TROTSKY, 1962, p. 20 apud LÖWY, 1998, p. 77).

A interação entre relações pré-capitalistas e capitalistas também é amplamente abordada por Rosa Luxemburgo. A autora, partindo dos pressupostos gerais do desenvolvimento capitalista, discute as contradições resultantes da subordinação de outras formas de relação. A lei da reprodução crescente, ampliada, que acarreta na tendência do capital de dominar progressivamente todos os ramos e setores da produção, gera combinações contraditórias de ritmos e características das relações sociais. Para ela, este crescimento exponencial, infinito, - pressuposto que demanda ao capital a necessidade de se expandir continuamente para garantir sua própria existência - e a consequente tendência à sobreacumulação<sup>15</sup>, induzem a impasses no próprio movimento de acumulação:

<sup>15</sup> Rosa Luxemburgo denomina de sobreacumulação o excesso de acumulação, ou seja, a formação de enormes estoques de mais-valia reivindicando sua realização, o que induz a formas suplementares de pressão sobre o trabalho e novos mecanismos de acumulação por espoliação. Trata-se de uma consequência da reprodução ampliada do capital, ou seja, do crescimento contínuo, exponencial, que impõe a necessidade de um fundo de ativos externos para contornar as crises resultantes do capital sobreacumulado. Estas crises periódicas são entendidas neste trabalho como manifestações episódicas da crise estrutural do capitalismo.

O capitalismo é a primeira forma econômica capaz de propagar-se vigorosamente: é uma forma que tende a estender-se por todo o globo terrestre e a eliminar todas as demais formas econômicas, não tolerando nenhuma outra ao seu lado. Mas é também a primeira que não pode existir só, sem outras formas econômicas de que alimentar-se; que, tendendo a impor-se como forma universal, sucumbe por sua própria incapacidade intrínseca de existir como força de produção universal. O capitalismo é, em si, uma contradição histórica viva; seu movimento de acumulação expressa a contínua resolução e, simultaneamente, a potencialização dessa contradição (LUXEMBURGO, 1988, p. 98).

No livro “A acumulação de capital”, Rosa Luxemburgo discorre sobre as relações não-capitalistas inseridas no contexto da reprodução ampliada, ou seja, relações persistentes no seio do capitalismo. Para ela, o deslocamento geográfico do capital é um dado de sua própria realização e se manifesta na forma de exploração e/ou colonização de territórios não-capitalistas, o que consiste, fundamentalmente, em uma contradição:

[...] historicamente, a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre os modos de produção capitalista e os não-capitalistas. Sem esses modos, a acumulação de capital não pode efetuar-se.

[...] O processo de acumulação tende sempre a substituir, onde quer que seja, a economia natural pela economia mercantil simples e esta pela economia capitalista, levando a produção capitalista – como modo único e exclusivo de produção – ao domínio absoluto em todos os países e ramos produtivos. E é nesse ponto que começa o impasse. Alcançado o resultado final – que continua sendo uma simples construção teórica –, a acumulação torna-se impossível: a realização e a capitalização da mais-valia tornam-se em tarefas insolúveis. No momento que o esquema marxista corresponde, na realidade, à reprodução ampliada, ele acusa o resultado, a barreira histórica do movimento de acumulação, ou seja, o fim da produção capitalista (LUXEMBURGO, 1985, p. 258 apud MARCOS; FABRINI, 2010, p. 127).

De maneira semelhante, Oliveira aponta que:

[...] esse movimento contraditório gera não só a subordinação de relações pré-capitalistas, como também relações antagônicas e subordinadas não-capitalistas, como afirma Martins. Para ele, o capital, incorporando áreas e populações às relações comerciais, desenvolve, numa unidade contraditória, as condições de sua expansão e simultaneamente os entraves a essa expansão. Quer dizer, como o capital não se expande mercantilizando todos os setores envolvidos nessa expansão..., ele tende, particularmente onde e quando a vanguarda dessa expansão capitalista está apenas no comércio, a desenvolver, em parte contraditoriamente, o mesmo processo que se deu em sua acumulação primitiva. O capital lança mão da criação e recriação das relações não-capitalistas de produção para realizar a produção não-capitalista do capital (OLIVEIRA, 2007, p. 20).

Acreditamos ser mais preciso tratar no presente trabalho (e na base empírica utilizada) não de relações não-capitalistas, mas de espaços e relações passíveis de serem mercadificados, ou, ao menos, incorporados ao circuito mercantil. Trata-se de fronteiras identificadas para a expansão do capital, apropriadas sob os diversos mecanismos de acumulação por espoliação. Tais “fronteiras”, ressaltamos, não deixam de estar inseridas no sistema capitalista e são responsáveis pela criação de combinações particulares a partir do desenvolvimento desigual.

Podemos apreender que o capitalismo, ao instalar-se em localidades distintas, desenvolve-se de maneira diferenciada, conferindo particularidades, o que, como ressaltava Bonente (2011, p. 39), não exclui a possibilidade de formular teorias gerais do desenvolvimento da sociedade. É isso que veremos nas localidades estudadas nesta pesquisa, transformações que seguem as leis e tendências gerais do desenvolvimento capitalista, mas que se expressam de maneira particular em cada lugar, conferindo dinâmicas próprias. Por isso, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado é interessante e pertinente não apenas pela sua contribuição à reflexão sobre o imperialismo, “mas também como uma das tentativas mais significativas de romper com o evolucionismo, a ideologia do progresso linear e o euro-centrismo” (LÖWY, 1998, p. 73).

Ainda assim, de maneira usual, a concepção de desenvolvimento desigual é associada aos ritmos diferentes em que as nações se desenvolvem, sendo este desenvolvimento essencialmente associado ao crescimento da riqueza e à capacidade produtiva. Mesmo a crítica ao modo de produção capitalista, em geral, não conseguiu fugir de uma concepção de desenvolvimento associado ao progresso, à evolução tecnológica e ao crescimento produtivo, numa visão simplista de um movimento - já determinado - do pior para o melhor. Como aponta Rua (2007, p. 152), discutindo Mezáros (2004) e Castoriadis (1987):

[...]o resultado final é que o capitalismo, o liberalismo e o movimento revolucionário indicam o imaginário do progresso (desenvolvimento) e do crescimento tecnomaterial como causas ou condições decisivas para a felicidade e emancipação humana [...].

Bonente, complementando a análise, aponta que:

[...] o desenvolvimento é entendido, em geral, como trânsito do “pior ao melhor”, o que envolve um juízo sobre condições pretéritas, presentes ou futuras, realizado com base em determinados critérios pré-estabelecidos. Ao lado dessa posição geral, está a noção de desenvolvimento como mero desdobramento de possibilidades postas pelo presente ordenamento social, colapsando o desenvolvimento da sociedade enquanto tal e o desenvolvimento capitalista (BONENTE, 2011, p. 4).

Portanto, ainda que a perspectiva de desenvolvimento em Marx esteja relacionada ao aumento objetivo da complexidade como elemento regulador da dinâmica de funcionamento de objetos estruturados ao longo do tempo, ou seja, ao número de componentes específicos ou ao próprio grau de complexidade dos componentes em uma estrutura (LUKÁCS, 1979, p. 54), a leitura usual do autor é associada “ao trânsito inexorável por etapas históricas bem definidas” (BONENTE, 2011, p. 1) numa sucessão pré-definida de modos de produção. Desse modo, mesmo as teorias críticas do desenvolvimento ficam presas a ideia de um desdobramento positivo do presente, de uma passagem a um estágio superior, tendo a sociedade capitalista como pressuposto. É esta ideia que leva a autora supracitada a presumir que:

[...] as teorias do desenvolvimento são única e exclusivamente teorias do desenvolvimento capitalista, tanto que o limite teórico e prático da sua intervenção é o capitalismo (e apenas o capitalismo), quanto no sentido de que fazê-lo projetam o capitalismo (uma imagem dele, ao menos) como figura inexorável do futuro da humanidade (BONENTE, 2011, p. 6).

O capitalismo, ou mais especificamente, seus determinantes - como a propriedade privada e a reprodução ampliada - acabam funcionando como barreiras para novas projeções de desenvolvimento, uma vez que atuam simultaneamente como objetivos primordiais e meios deste. Logo, operam como direcionadores do movimento no espaço, conduzem a transformação das relações sociedade-natureza, impondo suas inerentes contradições. Assim sendo, podemos depreender que falar sobre o desenvolvimento capitalista significa falar sobre a operação de suas leis – e a reprodução de suas desigualdades - em escala global (BONENTE, 2011, p. 39).

Sobre isso, Karl Marx, no primeiro livro d'O Capital, destaca:

A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei natural, na realidade só significa que sua natureza exclui todo decréscimo do grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do

trabalho que possam comprometer seriamente a reprodução contínua da relação capitalista e sua reprodução em escala sempre ampliada. E tem de ser assim num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de expansão dos valores existentes, ao invés de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador (MARX, 1982, p. 721).

Já no “Livro III”, numa inspiradíssima passagem, demonstra que, contraditoriamente:

o verdadeiro obstáculo à produção capitalista é o próprio capital, isto é, o fato de que o capital e sua autovalorização aparecem como ponto de partida e ponto de chegada, como mola propulsora e escopo da produção; o fato de que a produção é produção apenas para o capital, em vez de, ao contrário, os meios de produção serem simples meios para um desenvolvimento cada vez mais amplo do processo vital, em benefício da sociedade dos produtores. Os limites nos quais unicamente se podem mover a conservação e a valorização do valor de capital, as quais se baseiam na expropriação e no empobrecimento da grande massa dos produtores, entram assim constantemente em contradição com os métodos de produção que o capital tem de empregar para seu objetivo e que apontam para um aumento ilimitado da produção, para produção como fim em si mesmo, para um desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais do trabalho. O meio – o desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais – entra em conflito constante com o objetivo limitado, que é a valorização do capital existente. Assim, se o modo de produção capitalista é um meio histórico para desenvolver a força produtiva material e criar o mercado mundial que lhe corresponde, ele é, ao mesmo tempo, a constante contradição entre essa sua missão histórica e as relações sociais de produção correspondentes a tal modo de produção (MARX, 2017, p. 289).

As crises podem ser apreendidas como resultado das próprias tensões internas do modo de produção capitalista, do desenvolvimento de suas próprias contradições. Assim, “[...] ao mesmo tempo em que produz riqueza em escala crescente, a própria dinâmica capitalista cria obstáculos à realização dessa riqueza, na medida em que priva parcela significativa da população da capacidade de consumo” (BONENTE, 2011, p. 48).

É possível inferir, a partir disso, que a crise do urbano – generalizada e global – apontada por Lefebvre, deriva, justamente, de um estilo de desenvolvimento internacionalizado, vinculado à tendência homogeneizadora da economia mundial. “O espaço urbano [...] é portanto o território onde se desenvolvem a modernidade e a cotidianidade no mundo moderno” (LEFEBVRE, 1986, p. 160). Assim, no lugar de desaparecer, a realidade urbana se generaliza.

A sociedade inteira torna-se urbana. O processo dialético é o seguinte: a cidade – sua negação pela industrialização – sua restituição a uma escala muito mais ampla que outrora, a da sociedade inteira [...] As relações de produção existentes se estenderam, se ampliaram; elas conquistaram uma base mais ampla integrando simultaneamente a agricultura e a realidade urbana, mas nessa ampliação introduziram conflitos novos (LEFEBVRE, 2008, p. 84).

Os conflitos dessa ampliação do urbano referida por Lefebvre aparecem de maneira nítida nas duas localidades estudadas. Como veremos com maior profundidade nos capítulos seguintes, lógicas distintas entram em confronto, relações sociais de produção se estendem para áreas novas, gerando consequências significativas ao modo de vida dos habitantes. Tais manifestações aparecem nas novas concepções da natureza, nas novas formas e atividades - e no estranhamento que estas geram -, no aumento do preço da terra e na mercadificação de relações cotidianas, assim como nas novas ocupações e relações de trabalho, que ocasionam uma mudança no padrão da arrecadação familiar. Mesmo em áreas tradicionalmente agrícolas, adentram novos símbolos e parâmetros de qualidade de vida, integrando moradores às possibilidades de consumo próprias da realidade urbana, mas criando conflitos outrora inexistentes.

As disfunções próprias deste determinado estilo de desenvolvimento, que tem como pressuposto básico o crescimento, também aparecem nos problemas ambientais, revelando as contradições no próprio discurso de sustentabilidade. Neste sentido, a realidade contradiz o que se enuncia sob diversos aspectos, uma vez que é perceptível que o crescimento econômico jamais foi requisito ou pré-condição para o desenvolvimento do ser humano (GUIMARÃES, 1997, p. 19). Lefebvre (1991, p. 90) reitera este argumento ao afirmar que nossa sociedade conhece “um crescimento (econômico, quantitativo, medido em toneladas e quilômetros) notável e um desenvolvimento fraco”. A própria expressão “desenvolvimento sustentável”, dessa forma, exige uma reflexão sobre que tipo desenvolvimento é esse, que parece ter, contraditoriamente, gerado uma defesa quase unânime.

No contexto atual, naturalmente, o conceito de desenvolvimento se ressignifica de acordo com as tendências dominantes da economia. Assim, acompanha os grandes centros de poder mundial, que apontam a falência

do Estado e da regulação governamental como motores do desenvolvimento e que propõem a sua substituição pelo mercado, pelo neoliberalismo.

É nesse contexto que, como ressalta Rua (2007, p. 146):

[...] o discurso do mercado e do neoliberalismo restaura a visão do desenvolvimento como modernização, agora integrada à dinâmica dos fluxos comerciais dirigidos pela esfera financeira, mas mantendo seu caráter evolucionista e sempre com sentido positivo.

Entretanto, ainda que o neoliberalismo vivencie uma crise que assume proporções globais na atualidade, não é pensado um novo estilo de desenvolvimento, vinculado a novos paradigmas e a uma nova ética. A atualização dos discursos – notadamente, a partir da noção de desenvolvimento sustentável – em nossa visão, não passa de um simulacro, uma nova roupagem para a retórica do desenvolvimento de essência economicista. Além de mascarar o caráter desigual inerente ao próprio modelo de desenvolvimento, tais discursos não propõem reais medidas de combate aos problemas identificados, a “barreira invisível” da propriedade privada obstaculariza concepções alternativas.

Como aponta Rua, “o desenvolvimento tem estado relacionado a uma economia de produção e desejo, mas, também, de fechamento, diferença e violência” (RUA, 2007, p. 146). Este caráter predatório do mesmo está associado à matriz hegemônica da qual são propagados os discursos. Por isso, é preciso reafirmar que “o crescimento econômico e o desenvolvimento social não podem mais se confundir” (LEFEBVRE, 2008, p. 150). Esta ideia, ainda que inicialmente pareça óbvia, consiste, em nossa opinião, em um dos pilares da alienação na sociedade contemporânea. Dessa forma, pensar em formas de desenvolvimento mais coerentes com a realidade posta e com o bem-estar dos indivíduos, exige que desvinculemos desenvolvimento (social) e crescimento (econômico).

Precisamos destacar ainda, que enquanto as “teorias do sistema-mundo” e outras concepções críticas (como a teoria cepalina, na América Latina) contestavam o desenvolvimento capitalista por um viés predominantemente econômico, numerosas outras contestações surgiram sob o prisma da cultura. Em consonância com os supramencionados Hall e Said, e influenciados pelas ideias de pensadores como Foucault, Derrida



e Lacan, autores como Kamali, Spivak (1999), Svampa (2016), Coronil (2005), Lander (2005), Pérez (2015), Radcliff (2005), Escobar (2005) e Radomsky (2011) abordam os estudos do desenvolvimento segundo o viés do Pós-Colonialismo.

O pós-colonialismo, enquanto “contestação geograficamente dispersa do poder e saber coloniais” (RADCLIFF, 2005, p. 291), aborda os diferentes encontros coloniais e imperiais imbuídos de expectativas de modernidade e hierarquia, assim como a relação entre os legados (tanto materiais como discursivos) destes encontros com as relações de tensão Norte-Sul acerca do desenvolvimento. Diferentemente das abordagens anteriormente mencionadas, esta perspectiva avança ao trazer, efetivamente, o enfoque para os aspectos culturais do desenvolvimento.

Apesar de enorme relevância para a análise de um mundo crescentemente caracterizado pela desigualdade e por conflitos político-culturais, o pós-colonialismo – e outras teorias cunhadas por termos como “descolonialidade”, “transmodernidade”, “decolonialismo”, dentre outros – também não conseguiu converter-se em um projeto estrutural que abarque diferentes pessoas, lugares e identidades, sendo criticado como “ornamentação ao invés de efetivamente avançar nosso entendimento da análise do desenvolvimento” (RADCLIFF, 2005, p. 292, tradução nossa). O pós-desenvolvimento como conceito e prática social (ESCOBAR, 2005) não resultou, até o momento, em uma alternativa coesa às práticas predatórias do desenvolvimento capitalista.

### **2.3. “Espacializando” o desenvolvimento: A análise das transformações espaciais por meio dos desenvolvimentos geográficos desiguais**

Conforme apontamos no início do capítulo, neste último tópico buscaremos “espacializar” as principais teorizações críticas sobre o desenvolvimento capitalista. Após refletir sobre o conceito de desenvolvimento, situá-lo na matriz ocidental, capitalista e moderna, e analisar algumas das principais teorizações contestatórias do desenvolvimento capitalista, buscamos aqui apontar as recentes tentativas

de contrapor o modelo hegemônico e oferecer uma reformulação da teoria da acumulação pelo viés do espaço.

Assim, tentaremos “geografizar” o desenvolvimento para repensar as relações urbano-rurais na atualidade. Falamos isso, não no sentido de tornar geográficas essas discussões, mas com o intuito de revelar a dimensão espacial – e, portanto, geográfica – que intrinsecamente permeia essas temáticas.

Como aponta Harvey (2005, p. 43), durante muito tempo a dimensão espacial referente à teoria da acumulação de Marx no modo de produção capitalista foi ignorada. Seja com uma priorização absoluta do viés econômico (como vimos com a crítica marxista, as teorias do “sistema-mundo” e a corrente cepalina), com um forte apelo cultural, (como, por exemplo, com as vertentes do pós-colonialismo), ou com a secundarização do espaço em detrimento do tempo (como no caso do “projeto de autonomia” de Cornelius Castoriadis, que discutiremos posteriormente), as perspectivas críticas ao desenvolvimento capitalista não conseguiram converter-se em um projeto coeso e alternativo.

Entretanto, nas últimas décadas tem ocorrido um esforço teórico-metodológico promissor, visando captar a espacialidade do desenvolvimento desigual (portanto, a natureza geográfica da desigualdade socioeconômica), com algumas das referências mais recentes vindo da Geografia. (GRIEBELER; RIEDL, 2017, p. 109). Com efeito, sobretudo a partir de autores como Neil Smith, Edward Soja e David Harvey, resgata-se a dimensão espacial e inerentemente escalar do desenvolvimento capitalista.

Edward Soja (1983) analisa o modo de produção capitalista em meio à “virada espacial”. O autor recupera o filósofo francês Henri Lefebvre para mostrar que o capitalismo tem sobrevivido pela produção do seu espaço. “Determinada historicamente, a espacialidade seria, assim, a expressão material das relações sociais” (SOJA, 1983, p. 22). Soja analisa a periodicidade do capital e as crises por meio da “transferência geográfica de valor” (TGV), ou seja, “o mecanismo ou processo através do qual o valor produzido num local ou numa área é pelo menos parcialmente realizado e,

portanto, contribui para a acumulação localizada em outra parte” (SOJA, 1983, p. 66). Segundo ele:

O capitalismo não só é intrinsecamente desigual em sua espacialidade material, como esse desenvolvimento desigual está sistematicamente estruturado em torno dos mesmos elementos variáveis que compõem a transferência de valor: produtividade diferencial, a organicidade do capital, valor de salários, etc. [...] O ressurgimento recente da análise espacial marxista exige mais do que uma incorporação dos conceitos e metáforas espaciais. Requer uma modificação conceitual do próprio materialismo histórico para incorporar efetivamente a projeção teórica da espacialidade. Assim, a análise da TGV deve estar baseada, em um nível, numa teoria explícita do desenvolvimento geograficamente desigual no qual a desigualdade geográfica seja tratada não como um subproduto incidental mas como uma parte integrante da reprodução ampliada do capital. Esta teoria do desenvolvimento geograficamente desigual somente pode ser apropriadamente construída na base de uma conceitualização materialista sistemática da espacialidade, algo que até recentemente tem escapado a consideração séria pelo marxismo ocidental (SOJA, 1983, p. 35-36).

O também geógrafo Neil Smith (1988), em consonância com Soja, discorre amplamente sobre o padrão de desenvolvimento desigual do capitalismo. Para isso, reconhece ser necessário precisar uma concepção do espaço (SMITH, 1988, p.151). O autor, assim, avança imensamente no debate sobre o desenvolvimento desigual do capitalismo ao abordá-lo a partir da dialética da diferenciação e da igualização geográficas.<sup>16</sup> Smith discorre sobre as referidas tendências associando-as aos processos de concentração e centralização do capital na produção do espaço, ou seja, aborda espacialmente a acumulação capitalista por meio do que delimita de “escalas espaciais do capital”.

Se, segundo Soja (1983, p. 66), a transferência geográfica de valor “é tanto um produto como uma força material direcionando o desenvolvimento capitalista”, a “divisão do trabalho na sociedade é a base

<sup>16</sup> Neil Smith (1988), em consonância com Soja (1983), discorre sobre estas tendências contraditórias de diferenciação e igualização, determinantes na produção do espaço. Os dois autores referem-se, a partir da relação entre diferentes escalas, a um processo de expansão uniforme do capital no movimento de internacionalização, que ocorre de maneira sincrônica a um processo de diferenciação (SANTOS; OLIVEIRA, 2017, p. 125), onde as desigualdades regionais são responsáveis pelos lucros auferidos pelos capitalistas. Se, como apontava Marx, o desenvolvimento desigual é produto do desenvolvimento capitalista, também é, ao mesmo tempo, “premissa para a exploração para a desigualdade geográfica para determinados fins sociais. Ou seja, a acumulação de capital e, por consequência, a expansão geográfica engendram um ambiente construído para a produção, que ocorre de maneira desigual, espacial e temporalmente” (SANTOS; OLIVEIRA, 2017, p. 125).

histórica da diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento” (SMITH, 1988, p. 152). Trata-se de um movimento que, como lembram ambos os autores, ocorre em todas as escalas geográficas dentro da estrutura hierárquica do desenvolvimento desigual do capitalismo.

Contudo, é com David Harvey que essa discussão se atualiza e, mais recentemente, recupera sua força. O autor parte da discussão da reprodução crescente (ampliada) do capitalismo para mostrar que este tende a produzir excessos, excedentes continuamente, os quais precisam ser deslocados<sup>17</sup>. O deslocamento destes excedentes no espaço é sempre desigual, valorizando certas parcelas e imaginários em detrimento da desvalorização de outras. Desta forma, a paisagem geográfica construída pelo capital não é um mero produto passivo, como aponta Harvey (2014). A paisagem influencia de maneira significativa na acumulação capitalista, assim como funciona como matriz para a produção do espaço. A paisagem construída, como vimos, também expressa as contradições regionais de

---

<sup>17</sup> É importante ressaltar que o capitalismo requer algo “fora de si mesmo”, ou nas palavras de Harvey (2004, p. 118), “cria, necessariamente e sempre, seu próprio ‘outro’”. Como ele mostra, o capitalismo sempre precisa de um fundo de ativos para contornar pressões de sobreacumulação, podendo tanto usar algum tipo de exterior preexistente, como produzi-lo ativamente. Assim, tendo em vista as necessidades de realização da reprodução ampliada do capital, ou seja, da exigência de realização ou alocação dos excedentes no espaço, se esses ativos - como a “terra nua” e novas fontes de matérias-primas - não estiverem acessíveis, o capitalismo tem de produzi-los de alguma maneira (HARVEY, 2004, p.119). Dentre essas novas fronteiras de expansão, estão novos mercados e novos territórios “ativos”, tanto naturais como organizacionais, conforme destaca Acsehrad (2009). Hoje, segundo Loureiro (2015, p. 101), as novas fronteiras de expansão capitalista já não são apenas territoriais e sim econômicas, com a “mercantilização de tudo o que ficou fora da esfera da valorização do valor.” É nesse contexto que muitas das características da acumulação primitiva que Marx enfatizou ainda permanecem fortemente presentes, como mostra Harvey (2004). A privatização de indústrias, a formação de um proletariado sem-terra e a substituição da agricultura familiar pelo agronegócio são exemplos contundentes disso. Outros mecanismos da acumulação primitiva mencionados foram aprimorados, passando a desempenhar atualmente um papel bem mais intenso do que no passado. O capital financeiro e o sistema de crédito, que assumem posições centrais no capitalismo contemporâneo (evidenciadas pela atual crise do capital), tornaram-se grandes instrumentos de espoliação. A escalada de destruição dos recursos ambientais globais, a corporativização e privatização de bens até agora públicos e os mecanismos de “land control”, destacados por Peluso e Lund (2011), indicam essa nova onda de expropriação dos recursos comuns. A acumulação por espoliação, assim, libera amplos campos a serem apropriados pelo capital sobreacumulado. Exerce o papel de uma atualização/ressignificação da acumulação primitiva, onde, através de processos de mercantilização e privatização - e sem abrir mão de formas de controle violentas, uma vez que, como lembra Rosa Luxemburgo (1988, p. 32-33), [...] o capital não conhece outra solução que não a da violência, um método constante da acumulação capitalista no processo histórico” -, busca novas fronteiras para a expansão do capital.

riqueza de poder, influenciando a produção de um mosaico interconectado pelos desenvolvimentos geográficos desiguais no espaço.

A lógica capitalista busca periodicamente construir uma nova paisagem sob os vestígios da velha, a partir dos excedentes produzidos. Com a reorientação dos fluxos do capital, as contradições aparecem, justamente, como reflexos destes excedentes, que são continuamente produzidos pelos mecanismos de acumulação por espoliação, na dinâmica de sobreacumulação, inerente ao capitalismo. Assim, as crises funcionam muitas vezes como impulsos para a transformação, para a construção de uma espacialidade nova.

Em Vargem Grande, por exemplo, a paisagem é um elemento essencial para a acumulação, a medida em que, enquanto mercadoria, é ela que vende o imaginário bucólico para a atração turística. Como elemento fulcral para a atração de investimentos, o processo de ressignificação da paisagem de acordo com as novas representações construídas sobre o rural exerce o papel de manutenção da lógica fluída do capital. Abre, assim, novas possibilidades de escoamento de excedentes, novos campos a serem apropriados pelo capital sobreacumulado, ou seja, novas fronteiras para a expansão do capital. A agricultura, nesse caso – como discorreremos com maior consistência no último capítulo-, contraditoriamente exerce o papel de valorizar novos ativos para reorientar os investimentos. As concepções de urbano e rural ao longo da história e os imaginários construídos sobre estes espaços não podem, portanto, ser dissociadas do desenvolvimento capitalista e das necessidades da acumulação.

O processo de valorização de novos ativos a partir da reorientação dos fluxos de capital exerce um importante papel no capitalismo, conforme mencionamos. Entretanto, não podemos esquecer da importância da desvalorização dos ativos de capital e de força de trabalho existentes. Tal processo faz com que estes ativos sejam vendidos a um baixo custo, permitindo, a partir de uma onda de desvalorização, a valorização de novas alternativas, renovados escoadouros lucrativos. Em outras palavras, significa criar uma crise de algum tipo. Assim, para Karl Marx:

A desvalorização periódica do capital existente, que é um meio imanente ao modo de produção capitalista para conter a queda da taxa de lucro e acelerar a acumulação do valor de capital mediante a formação de capital novo, perturba as condições dadas nas quais se consoma o processo de circulação e reprodução do capital e é, por isso, acompanhada de paralizações súbitas e crises do processo de produção (MARX, 2017, p. 289).

Segundo Harvey (2004, p.125) “as crises podem ser orquestradas, administradas e controladas para racionalizar o sistema.” O autor, em outra obra, complementa: “... as crises nunca marcam o fim do capitalismo. Historicamente, as crises sempre foram pontos de reconstrução radical do sentido do capital” (HARVEY, 2014, p. 46).

Tal reconstrução frente à crise, entretanto, precisa materializar-se de alguma forma no espaço. Precisa de exemplos concretos (evidentemente com imaginários que os cercam), sob os quais seja orientada a reestruturação capitalista e convenientemente mascarada a autêntica natureza do capital (HARVEY, 2014, p. 161). Como sugere David Harvey (2014, p. 48),

[...] o desenvolvimento geográfico desigual tem essa função lógica de sugerir que há uma configuração de capitalismo que funciona verdadeiramente e o restante do mundo deve seguir o modelo do período respectivo até que esse modelo naturalmente desmorone.

Portanto, a circulação do capital no espaço exige a criação de infraestruturas físicas. Porém, com o tempo, o capital precisa se libertar daquilo que construiu, devido à sua dinâmica fluida. Assim, desvaloriza parte do capital fixo na paisagem geográfica, buscando criar uma paisagem nova. Como aponta Soja, “para Harvey, o capital produz espaço [...], mas depois, fica, de alguma forma, preso a ele, sendo necessária à sua permanente reconstrução a fim de serem ultrapassados as contradições e os conflitos que engendra” (Soja, 1983, p. 22). Ou seja, o capital cria uma paisagem geográfica para satisfazer suas necessidades em um lugar e momento determinados, tendo que desvalorizá-lo posteriormente para realocar os excedentes. Nesse sentido, lembramos Rua (2007), que afirma que cada momento histórico corresponde a uma espacialidade distinta. Essa dinâmica, evidenciada pela contradição entre a “relativa imobilidade espacial e lógica própria do poder territorial e a fluida dinâmica do capital no espaço-tempo” (HARVEY, 2014, p.157), demonstra o caráter

essencialmente espacial do desenvolvimento desigual. Assim, o desenvolvimento desigual é também eminentemente geográfico, o que nos impõe o desafio de espacializar a economia política, analisando a produção do espaço através das escalas.

Segundo David Harvey (2004), o desenvolvimento geográfico desigual compõe-se de dois componentes vinculados: a produção de escalas espaciais e a produção da diferença geográfica. A escala, recurso de enorme riqueza à geografia, precisa ser desnaturalizada. Não pode ser vista como algo imutável ou definida a priori. Quem define as escalas é a ação, ou seja, os seres humanos definem suas próprias escalas, estando para além das influências naturais, conforme destacam Ribeiro Junior, Oliveira e Costa (2014).

Acreditamos que pré-definições podem criar armadilhas para a análise dos processos, que constantemente extrapolam os recortes efetuados. Por isso, como apresenta Corrêa (2011, p. 49), para além de o estudo de determinada área, existe a possibilidade de estudo da ação dos agentes sociais em sua espacialidade multiescalar. Dessa forma, o autor trabalha a escala como dimensão espacial na qual a ação humana se realiza.

Moore (2008), refletindo sobre o papel da escala enquanto categoria geográfica na atualidade, a aborda enquanto categoria de análise e categoria de prática. Entendendo que a escala não é uma categoria fixa ou dada, mas socialmente construída, fluida e contingente (MOORE, 2008, p. 204), afirma, a partir de Brenner e Lefebvre, que as escalas operam simultaneamente como “contêineres territoriais” e hierarquias geográficas das relações do poder no cotidiano. A caracterização de escalas enquanto ligadas horizontalmente, mas também ordenadas ou hierarquizadas verticalmente (MOORE, 2008, p. 212), introduz uma significativa complexidade teórica para o conceito. Para além do modelo de “pirâmide escalar”, definido por unidades estáticas ordenadamente encaixadas de acordo com o tamanho absoluto ou abrangência, as escalas precisam ser consideradas também no âmbito da ação e, portanto, vinculadas aos mosaicos dinâmicos constituídos pelas hierarquias das relações socioespaciais. Portanto, sem reduzir-se a “níveis, plataformas ou arenas

de realização de políticas” (MOORE, 2008, p. 212), as escalas participam das relações de poder e associam-se a múltiplos atores e processos sociais.

Sobre as relações de poder e as questões políticas associadas às escalas, Gonzalez (2005), Vainer (2001) e Brandão (2003, 2007) trazem novos subsídios a discussão. Assim, os autores discutem a ação política em meio à geografia escalar do capitalismo atual e à aproximação política das escalas, que nem todos os grupos têm a possibilidade de vivenciar da mesma maneira.

Já Marston (2000), dialogando, entre outros autores, com Henri Lefebvre e Neil Smith, traz o enfoque para construção social da escala. Para a autora, a produção da escala está implicada na produção capitalista do espaço, e assim, o capital produz escalas e depende desse processo para manter sua dinâmica de acumulação. Apoiada em Lefebvre, mostra que a globalização do capital e o reescalonamento do poder territorial do Estado caminham juntos. Dessa forma, a escala urbana, segundo ela, é a manifestação da centralização do capital produtivo.

A análise do espaço a partir de qualquer escala revela um mosaico de ambientes, formado por uma sobreposição de momentos históricos. Essas diferenças na forma de concepção e ocupação do espaço, são constantemente reproduzidas e ressignificadas pelos processos que permeiam nossa vida social. Como mostra Neil Smith (1988), sob uma base natural de diferenciação, é configurada a produção social da diferenciação geográfica.

A acumulação do capital cria, assim, espacialidades de acordo com o momento histórico, numa “teia de diferentes relações entre os grupos sociais e o sistema sócio-ecológico” (HARVEY, 2004, p. 262). Na busca da absorção lucrativa dos excedentes de capital e de força de trabalho, o capitalismo contorna temporariamente a tendência à sobreacumulação com a competição no espaço, ou seja, com o deslocamento espaço-temporal destes excedentes a partir de instabilidades. Portanto, o desenvolvimento geográfico desigual “é um meio chave para a reinvenção periódica do capital por si mesmo” (HARVEY, 2014, p. 149).



Assim, as “fixações” funcionam como soluções espaço-temporais provisórias (HARVEY, 2014, p. 163), uma vez que o capital não pode sobreviver reproduzindo-se no abstrato, ou seja, precisa de suas “âncoras espaciais” (GONZALEZ, 2005, p. 2). Contraditoriamente, o capital torna-se cada vez mais fluido e, em sua dinâmica autoexpansiva, tende a estender-se por todo o globo terrestre e apoderar-se das relações sociais de produção.

Portanto, o modo de produção se realiza ao produzir o seu espaço e este processo ocorre por meio da expansão do fenômeno urbano. “O conceito de urbano, dialético, não permanece imóvel e estático” (LEFEBVRE, 1986, p. 162), assume diversas expressões na atualidade. Enquanto urbanização dispersa, desprende-se da cidade, deixa de restringir-se a uma área formalmente delimitada, confrontando as tradicionais delimitações dicotômicas e complexificando a análise. Se “a cidade está morta, [...] no entanto, ‘o urbano’ persiste, no estado de atualidade dispersa e alienada, de embrião, de virtualidade” (LEFEBVRE, 1991, p. 105).

Se verificamos um grande impulso para a ampliação da escala geográfica em que a atividade capitalista é definida (HARVEY, 2014, p. 160), a escala do fenômeno urbano, da mesma forma, torna-se “virtualmente planetária”. Assim, certas temáticas na geografia exigem uma redefinição, demandando uma ressignificação de determinados conceitos e exigindo o reescalonamento de certos processos.

Como discutiremos com maior profundidade no próximo capítulo, o urbano descola-se da cidade, ou melhor, a lógica urbana – o conteúdo social do urbano – manifesta-se pelo duplo processo de implosão-explosão da mesma. A cidade, importante para a reprodução do capital como base prático-sensível (LEFEBVRE, 1991, p. 49) ou “ponto de controle da reprodução da sociedade capitalista em termos de força de trabalho, da troca e dos padrões de consumo” (SOJA, 1993, p. 118), para nós, não é sinônimo de urbano. A cidade é histórica, ocupa um lugar e uma situação, tornando-se um lócus da reprodução social<sup>18</sup>, como aponta Araújo (2012),

---

<sup>18</sup> Maria Encarnação Beltrão Sposito (2017) e Ana Fani Alessandri Carlos (1997) também apresentam perspectivas interessantes sobre a cidade enquanto base prático sensível e

e concentrando pessoas, riquezas e atividades, ao mesmo tempo em que projeta fragmentos múltiplos e descontínuos. A cidade representaria a centralidade, um núcleo cuja influência é exercida para o entorno.

Já o urbano seria um fenômeno muito mais amplo e complexo, trans-histórico, que designa o processo de constituição da sociedade urbana (ainda enquanto uma virtualidade). A partir das condições de exploração e da generalização de uma maneira de viver pautada nas mercadorias e nas relações de troca, torna-se necessária a apropriação do cotidiano pelo ser humano. Seria um modo de vida que ultrapassa as fronteiras da cidade, vai além da materialidade. “... é um fenômeno que se impõe em escala mundial a partir do duplo processo de implosão-explosão da cidade atual” (ARAÚJO, 2012, p. 134). De maneira mais simplificada, enquanto a cidade estaria mais associada à forma, o urbano é associado ao processo, “aparece e se manifesta no curso da explosão da cidade” (LEFEBVRE, 2008, p. 84).

Sabemos que a diferenciação entre cidade e campo, inclusive na tradição marxista, historicamente acompanhou o debate acerca do desenvolvimento, usualmente tratado de maneira reducionista como linear e, de certa forma, pré-concebido. A distinção entre campo e cidade seria um reflexo do desenvolvimento histórico, a representação da transição entre a barbárie para a civilização. Tal reducionismo é apontado por Massey (2004) como a estratégia de “conceber o espaço em termos temporais”. Segundo a autora:

Quando utilizamos termos como “avançado”, “atrasado”, “em desenvolvimento”, “moderno”, referindo-nos a diferentes regiões do planeta, o que acontece é que diferenças espaciais estão sendo imaginadas como sendo temporais. Diferenças geográficas estão sendo reconcebidas em termos de sequência histórica. (...) A implicação disso é que lugares não são genuinamente diferentes; na realidade, eles simplesmente estão à frente ou atrás numa mesma história: suas “diferenças”

---

lôcus da reprodução social. Para a primeira, a cidade pode ser entendida como “expressão de cada corte do tempo da urbanização e somatória desses tempos, mas, ao mesmo tempo, condição para o *continuum* desse movimento.” (SPOSITO, 2017, p. 35). Já na visão da segunda, “a cidade é, antes de mais nada, trabalho *objetivado*, *materializado*, que aparece através da relação entre o “construído” (casas, ruas, avenidas, estradas, edificações, praças) e o “não-construído” (o natural) [...]” (CARLOS, 1997, p. 69). O papel distintivo da cidade e sua relação com o urbano, na perspectiva trabalhada por Henri Lefebvre, serão discutidos mais a fundo no próximo capítulo.

consistem apenas no lugar que eles ocupam na fila da história (MASSEY, 2004, p. 15).

Se esta dicotomia historicamente conduziu as representações do desenvolvimento, o urbano - ou melhor, o “urbano-metropolitano” -, na atualidade, confunde-se com o desenvolvimento no capitalismo, enquanto correspondente à fase atual da expansão das relações sociais capitalistas, ou seja, como uma escala mais ampla da sobredeterminação do valor de troca no espaço. Podemos associar esta concepção ao que Carlos denomina de “desenvolvimento do mundo da mercadoria”, que penetra e domina quase todos os momentos da vida cotidiana (CARLOS, 2011, p. 119) e, assim, ultrapassa as fronteiras da divisão cidade/campo.

Nesse sentido, alguns autores buscam superar as definições formais de cidade e campo, urbano e rural, almejando chegar a definições mais complexas e mais pertinentes com a realidade atual. Para Brenner, por exemplo, o urbano é uma

[...] ‘abstração concreta’, em que as relações socioespaciais contraditórias do capitalismo (mercantilização, circulação/acumulação de capital e formas conexas de regulação/impugnação política) se territorializam (incorporadas em contextos concretos e, assim, fragmentadas) e ao mesmo tempo se generalizam (estendidas a cada lugar, território e escala e, portanto, universalizadas) (BRENNER, 2013, p. 50, tradução nossa).

Como “abstração concreta”, o urbano, mais do que territorialmente demarcado ou reduzido às cidades, realiza-se através do espaço global em seu conjunto. A problemática contemporânea da urbanização, para o autor, refere-se à extensão desigual do processo de destruição criativa capitalista à escala planetária (BRENNER, 2013, p. 66). Portanto, mais do que a malha urbana de construções, ruas e edificações, trata-se da generalização de uma lógica, a problemática urbana impondo-se em escala mundial.

A concepção trabalhada por Brenner aproxima-se também do que Gottmann (1961, apud LENCIONI, 2015) denomina de “nebulosa urbana”, ou seja, a urbanização que assume outra forma ou essência a partir do movimento de implosão-explosão da cidade: a dispersão. O caráter difuso ou disperso da urbanização contemporânea, que não conforma uma área, mas uma região (LENCIONI, 2015, p. 10), torna cada vez mais obsoletas as divisões entre cidade e campo e centro e periferia, segundo a autora. As

dimensões de centralidade e dispersão simultaneamente se afirmam, em um contexto que o urbano transcende a cidade e se expande no mundo.

Este contexto de “nebulosa urbana”, de “metropolização difusa”, solicita um reescalonamento da questão urbana, configurado a partir dos processos sociais que, por sua vez, precisam ser compreendidos de forma relacional (BRENNER, 2013). Torna-se necessária, mais do que nunca, a concepção da escala enquanto processo, e as dimensões escalares das práticas sociais enquanto dinâmicas e variáveis. A relativização de escalas em curso, apontada por Brenner (2013, p. 207), sinaliza para “configurações interescares novas”, de caráter processual, que desvinculam-se dos resultados provisoriamente estabilizados/congelados e redefinem as geografias das relações de poder.

Propomos, desta maneira, o reescalonamento da questão urbana e de suas decorrentes transformações espaciais por meio da abordagem dos desenvolvimentos geográficos desiguais. Mais do que ficar presos à determinada porção da superfície terrestre, é importante analisar as problemáticas espaciais por meio das dinâmicas de desigualização e hierarquização no espaço. Da mesma forma, mais do que pensar apenas – e separadamente – em desenvolvimento urbano e desenvolvimento rural, talvez seja pertinente analisar de maneira crítica o desenvolvimento sócio-espacial (ou apenas desenvolvimento no espaço) para pensa-lo mediante às suas particularidades.

Para além das mudanças no rural, falamos aqui em transformações no espaço. Se dissociarmos pontos específicos ou recortes pré-definidos, constrangemos o processo em análise, uma vez que o âmbito do processo e o âmbito da ação extrapolam constantemente as demarcações por nós efetuadas. Se trabalhamos com transformações espaciais, vinculadas aos desenvolvimentos geográficos desiguais, necessariamente precisamos atravessar escalas, abordar desde o âmbito da acumulação capitalista, ou seja, da expansão das relações sociais de produção, até o lugar, a escala do espaço vivido, do particular. Por isso, acreditamos que problematizar o desenvolvimento é pensar de maneira crítica o desenvolvimento no espaço.

Tal mudança promoveria uma “espacialização” das teorias críticas ao desenvolvimento único e teleológico, podendo resultar, por sua vez, em

uma regeneração do conceito de desenvolvimento. Desse modo, trazer a dimensão espacial destas contestações pode configurar o primeiro passo para a formulação de projetos coesos alternativos ao desenvolvimento. Tais projetos, ressaltamos, devem buscar ser efetivamente autônomos, possibilitando outros parâmetros de desenvolvimento, segundo os valores culturais de cada lugar e considerando os conteúdos sociais diferenciados de urbano e rural.

Dessa forma, se a natureza da acumulação capitalista é o desenvolvimento desigual - que a partir da produção de escalas espaciais e da produção da diferenciação geográfica, constitui desenvolvimentos geográficos desiguais -, os “movimentos anticapitalistas têm que coordenar sua própria dinâmica de desenvolvimento geográfico desigual, a construção de espaços de diferença emancipadores, a fim de reinventar e explorar alternativas regionais criadoras ao capital” (HARVEY, 2014, p. 163). Lembra bem o autor que:

Vivemos em tempos caóticos e voláteis, em particular no que diz respeito aos desenvolvimentos geográficos desiguais. Não é, sem dúvida, equivocado esperar que as resistências e oposições sejam igualmente coesas, voláteis e dependentes do entorno geográfico (HARVEY, 2014, p. 164)

Viabilizar o projeto de autonomia, como aponta Souza (2017), exige a consideração de variadas escalas nos processos decisórios, relacionando diferentes territórios e levando em conta as identidades sócio-espaciais. Da mesma forma, a constituição de “novas relações sociais (dinâmicas decisórias radicalmente democráticas, formas de morar menos individualistas, não massificadas e não atomizadas, processos produtivos e tecnologias mais conviviais etc.)” demandam “novas formas espaciais do substrato para agasalha-las” (SOUZA, 2017, p. 339).

Como lembra Marcelo Lopes de Souza, falar de desenvolvimento não necessariamente significa endossar a ideologia capitalista do desenvolvimento econômico. É possível que moldemos conceitualmente a palavra como alternativa à sua captura pela ideologia capitalista (SOUZA, 2013, p. 100), incorporando sua dimensão espacial enquanto possibilidade de outros desenvolvimentos.

Conceituar o espaço, em consonância com Massey (2004, p. 8), como a “esfera da possibilidade da existência da multiplicidade”, da

coexistência, como “produto de inter-relações” e sempre em construção, é defini-lo como aberto, múltiplo e relacional, é possibilitar um eterno devir (HAESBAERT, 2014, p. 38).

O que buscamos neste capítulo, conforme apontado na Introdução, foi efetuar um debate teórico centrado no conceito de desenvolvimento, visando analisar a relevância teórica e política do mesmo na atualidade. Para a discussão, entretanto, ainda que de forma breve, foi preciso ultrapassar a retórica na busca por elucidar a matriz discursiva dominante. Desvendando o discurso, torna-se possível refletir sobre novos parâmetros, novas éticas, novos desenvolvimentos e novas sustentabilidades que não estejam comprometidos com a dinâmica tendencialmente expansiva e desigual do modo de produção.

Constatamos que, num contexto de planetarização do urbano, universalizam-se também as relações sociais capitalistas e as representações do espaço hegemônicas. Generaliza-se, assim, uma concepção de desenvolvimento fundamentalmente reducionista, restrita à dimensão econômica e tendo como pressuposto básico o crescimento. Como mostra Lefebvre, à contradição entre crescimento e desenvolvimento, se sobrepõe outra ainda mais essencial: entre o domínio e a apropriação. É pela apropriação do cotidiano que advoga o autor, ou seja, pela restituição no cotidiano da obra e do sentido da obra (LEFEBVRE, 1991, p. 214).

O desenvolvimento reduzido a crescimento econômico, transformado na consciência das pessoas em valor de troca (enquanto possibilidade de lucro, rendimento) e limitado à esfera da economia é um desenvolvimento que aliena, que reifica, que reduz as relações humanas complexas, múltiplas e concretas a concepções simplificadas, homogêneas e abstratas. Trata-se de um desenvolvimento que torna intercambiáveis os indivíduos e retira-lhes suas potencialidades diferenciadas. Entretanto, mais uma vez lembra Henri Lefebvre que “quanto ao desenvolvimento, a experiência e a história nos ensinam que não há criação de formas sociais e de relações sociais sem a criação de um espaço apropriado” (LEFEBVRE, 2008, p. 161).

Por isso consideramos que “o desenvolvimento é, necessariamente, sócio-espacial, ou seja, da sociedade e do espaço” (SOUZA, 1996, p. 11), e, em meio à desorientação na vida moderna, precisamos de um esforço real para resistir a essa “erosão dissimulada do sentido do espaço” (CHESNEAUX, 1996, p. 33).

Dessa forma, abordamos algumas das tentativas de transcender as perspectivas hegemônicas de desenvolvimento, buscando libertá-lo das “amarras ocidentais”. A partir da análise das limitações e possibilidades destas teorizações e experiências contestatórias, reconhecemos a necessidade de “geografizar” o desenvolvimento e a autonomia, ou seja, revelar a dimensão espacial que permeia essas temáticas, ressaltando a multiplicidade e o movimento que permeiam a relação indissociável entre o social e o natural no espaço-tempo. Não se trata de fugir da racionalidade científica cuja matriz epistemológica encontra-se no Ocidente, mas de permitir - por meio da concepção do espaço como esfera da multiplicidade, com trajetórias, ritmos e interações distintas - outras possibilidades, outros caminhos que concernem a um processo em devir.

Assim, recuperamos os esforços efetuados para trazer a dimensão do espaço para o desenvolvimento desigual do capitalismo e propomos o reescalonamento do “fenômeno urbano” a partir da abordagem dos desenvolvimentos geográficos desiguais como alternativa analítica na atualidade. Acreditamos ser importante analisar as transformações espaciais por meio das dinâmicas de diferenciação/desigualização e hierarquização do espaço, integrando a produção de escalas espaciais e a produção da diferença geográfica enquanto componentes da produção capitalista do espaço.

Analisar as diferentes espacialidades existentes no rural fluminense exige abordagens que ultrapassem uma concepção única de desenvolvimento. Se as transformações espaciais, por um lado, são resultantes dos desenvolvimentos geográficos desiguais do capitalismo, por outro, não podemos esquecer que são produzidas fragmentações e hierarquizações no espaço através desta dinâmica, ou seja, tais transformações demandam processos de reescalonamento. Dessa forma, é possível fazer um paralelo entre a escala como categoria de análise e

prática – e, de forma semelhante, o reescalonamento do fenômeno urbano como, simultaneamente, um processo e uma necessidade de análise - e os desenvolvimentos geográficos desiguais como dinâmica própria do desenvolvimento capitalista e, ao mesmo tempo, uma abordagem alternativa frente às atuais transformações espaciais.

O caminho que escolhemos seguir no presente trabalho passa sem dúvida pelos desenvolvimentos geográficos desiguais e tem como cerne na análise as representações. Se a concepção de desenvolvimento serve como parâmetro, modelo ou discurso primordial que acompanha as transformações espaciais, as representações nos permitem interpretar as mesmas para além da forma e dos aspectos materiais. As próprias representações de desenvolvimento acompanham historicamente os debates travados sobre as relações complexas entre rural e urbano, desde as delimitações formais, legais ou político-administrativas até as representações que as atravessam, como a dialética que se constitui entre urbanidades e ruralidades. São as representações que serão nosso alicerce no capítulo seguinte, nos servindo como mediações para apreender as relações urbano-rurais e permitindo extrapolar as diferenciações dicotômicas para compreender o conteúdo das transformações atuais que percebemos nas localidades de Vargem Grande e Barracão dos Mendes. É a partir delas, da mesma forma, que simultaneamente interpretamos a realidade, agimos sobre ela e projetamos a virtualidade de nossas concepções de mundo, ou seja, a possibilidade de outros desenvolvimentos advém de nossas próprias representações.

Concordamos com Souza (1996) quando o autor abdica de uma definição fechada do conteúdo do desenvolvimento, ou seja, reconhece a necessidade de refutar uma concepção homogênea e tornada ilusoriamente reproduzível e exportável a nível planetário. O fim da “grande teoria”, das grandes explicações universais e universalizantes a serviço de uma homogeneização e da pasteurização cultural em nome da modernização, exige discernir os limites da generalização e da abstração.

Como veremos no último capítulo, viabilizar o “projeto de autonomia” a partir do “imaginário radical” perpassa a regeneração do conceito de desenvolvimento sob novos parâmetros. Este processo também exige a



necessária autocrítica do projeto de modernidade, buscando, simultaneamente, não ficar preso à razão instrumental, mas também não negá-la e desprezá-la simplesmente. Por fim, demanda a retomada do espaço enquanto “esfera da possibilidade” e da busca por autonomia e justiça social.

### **3. Urbano e rural: Das representações de desenvolvimento aos desenvolvimentos geográficos desiguais**

Conforme apontamos na Introdução, neste capítulo temos como base as representações do espaço. Se estudamos as novas relações urbano-rurais e as decorrentes transformações espaciais a partir dos desenvolvimentos geográficos desiguais, optamos por ir além de separações dicotômicas e delimitações arbitrárias para entender o espaço enquanto simultaneamente homogeneizado, fragmentado e hierarquizado em diferentes escalas. Não se restringindo a recortes político-administrativos, as representações parecem-nos elementos-chave para compreender esta dinâmica contraditória do desenvolvimento, que reconfigura relações urbano-rurais de acordo com as necessidades da produção capitalista do espaço. São as representações, da mesma maneira, que indicam caminhos em meio à confusão e à mistura contraditória de formas, signos e modos de vida verificada nas localidades de Vargem Grande e Barracão dos Mendes.

Neste capítulo, seguimos os seguintes objetivos: Analisar as diferentes perspectivas acerca do urbano, do rural e da questão agrária de acordo com os referidos contextos histórico-geográficos; Analisar o espaço urbano e o espaço rural de acordo com as representações do desenvolvimento e de acordo com a abordagem dos desenvolvimentos geográficos desiguais. A questão específica subjacente é: De que forma as representações do espaço urbano e do espaço rural estão associadas às representações do desenvolvimento e à lógica desigual da acumulação capitalista?

O estudo do espaço urbano ganha contornos específicos no contexto atual. São numerosas as denominações para as tendências e formas que surgem com a urbanização: “urbanização dispersa”, “metropolização difusa”, “pós-metropolização”, “arquipélago megalopolitano mundial” e “megarregião” são apenas alguns dos exemplos adotados. O fenômeno urbano, expansivo em sua essência, generaliza-se, mas mantém o espaço fragmentado e desigual, criando novas relações

hierárquicas e cada vez mais vinculando o cotidiano ao consumo, um consumo, por sua vez, cada vez mais dirigido.

Neste contexto, partimos de uma constatação extremamente simples, mas importante de ser destacada para fomentar a discussão: “A urbanização da sociedade é acompanhada de uma deterioração da vida urbana” (LEFEBVRE, 2008, p. 149). Tal formulação exerce mais o papel de uma inquietação inicial geral, sobre a qual se desenvolverá o debate sobre o urbano e o rural na atualidade.

Para desenvolver o debate proposto, analisaremos alguns conceitos importantes: urbano, rural, representação, desenvolvimento e alienação, buscando possibilidades nos seus pontos de interseção. Pretendemos tirar proveito, justamente, dos terrenos de confluência, das áreas de encontro entre as noções destacadas. Ainda que muitos dos conceitos abordados no trabalho não sejam próprios da geografia – e que a discussão teórica pretendida ultrapasse em muito as fronteiras desta ciência – buscaremos, por meio de um olhar geográfico (e centrado em uma análise espacial), reafirmar o potencial analítico dos mesmos a partir de uma perspectiva integradora.

Temos como ponto de partida as representações no espaço urbano, ou mais especificamente, as representações do espaço urbano. Historicamente associadas ao imaginário do progresso, as representações do urbano convergem em muito com as representações dominantes do desenvolvimento, constituindo a imagem ou símbolo da sociedade moderna, capitalista e ocidental. É interessante perceber a forma de alienação derivada dessa relação, onde constitui-se um paralelo entre o reducionismo do discurso e a própria perda da humanidade, ou seja, a representação enquanto limitação - que parcializa a apreensão da realidade e exterioriza a mesma - restringe as potencialidades humanas, retira do indivíduo algumas de suas faculdades essenciais. Tal processo se manifesta no mundo contemporâneo através da espetacularização da sociedade e da imposição de um cotidiano programado.

As representações que envolvem o espaço rural não são menos complexas ou controversas. Da mesma forma, estão envoltas em inúmeras desavenças e conflitos, sendo ressignificadas de acordo com os contextos

histórico-geográficos e com as relações sociais de produção do capitalismo. Se vemos, historicamente, representações de um rural associado ao atraso, ao “não-desenvolvido”, percebemos hoje uma tentativa de retorno ou revalorização do rural sobre outros prismas e concepções. Para além das qualificações, o que não há dúvida é que o rural nunca foi e nunca será completamente dissociado do urbano. As definições de um atravessam e implicam a definição do outro, numa relação dialética. Assim, buscaremos sair de uma relação puramente baseada na oposição (representação do desenvolvido em oposição ao não desenvolvido, como etapas pré-determinadas de um desenvolvimento histórico) para chegar a uma relação associada aos desenvolvimentos geográficos desiguais, onde urbanidades e ruralidades se misturam e nos fornecem caminhos para a melhor compreensão do espaço na chamada fase de “refusão da relação cidade-campo” (MOREIRA, 2005, p. 2). Pensar o rural e a ruralidade nos dias de hoje, em meio às mudanças qualitativas que o urbano adquiriu, exige novos instrumentos e o conceito de representação, à maneira como é trabalhado por Henri Lefebvre, pode nos fornecer outras perspectivas.

Iniciaremos a reflexão pelos conceitos de urbano e rural, a complexidade que envolve as suas definições e as necessidades de redefinição dos conceitos na atualidade, especialmente em um contexto de transformações espaciais como as verificadas nas áreas de estudo. Veremos que o urbano, historicamente, é envolvido por inúmeras representações, com associações ao desenvolvimento da sociedade capitalista e vinculado à criação parâmetros de comparação. Em seguida, tendo como base a teoria das representações sob a perspectiva crítica de Henri Lefebvre, discutiremos mais a fundo o que seriam estas representações, analisando os limites e possibilidades do conceito e as relações de poder que as permeiam. Uma vez que o urbano – encoberto por símbolos e representações – passa a ser quase que institivamente associado ao desenvolvimento, refletiremos também sobre que tipo de desenvolvimento é esse e de que forma a concepção hegemônica de desenvolvimento aliena, provoca um estranhamento em relação à realidade e desumaniza. Tais representações acarretam em

transformações também no cotidiano de áreas rurais, como evidenciaremos a partir dos exemplos de Vargem Grande e Barracão dos Mendes. Por fim, efetuiremos um debate sobre o que consiste a alienação na sociedade contemporânea – urbana e rural - para pensar as formas de superá-la, chegar à desalienação e à realização plena das potencialidades humanas. Pensaremos, portanto, à maneira de Lefebvre, o que seria o “Outro” (presente-ausente) nas relações urbano-rurais a partir das áreas de estudo.

Para discutir as definições formais de urbano e rural e suas inerentes limitações nos apoiaremos nas discussões efetuadas por Capel, Endlich, Lyson, Rua, Carneiro e Bernardelli, buscando agregar concepções de autores como Lencioni, Brenner, Hiernaux, Soja, Woods e Cloke, que buscam ultrapassar estes parâmetros. Ampliaremos o debate sobre o que representa o urbano no mundo contemporâneo a partir, sobretudo, de Henri Lefebvre. Assim, para além do urbano, chegaremos às representações na perspectiva trabalhada pelo autor. Visando retomar o debate que envolve o conceito de desenvolvimento sob a perspectiva das representações de urbano e rural e as decorrentes relações de alienação/reificação, nos apropriaremos das ideias de Feuerbach, Hegel, Marx, Lukács, Mészáros, Debord, Vaneigem, Martins e Goldmann. Naturalmente, outros autores aparecerão no decorrer da discussão.

A análise de cada um destes conceitos torna mais completa a compreensão dos demais, numa relação mútua e extremamente pertinente para o estudo do espaço na atualidade. Estes conceitos - internamente heterogêneos e dinâmicos por natureza – serão aqui apreendidos pelas relações externas que constituem, pela possibilidade de “iluminar” as problemáticas associadas (HAESBAERT, 2014). O que buscamos, assim, é incorporar seus aportes para outras questões, projetar suas “luzes próprias” para uma interpretação diferenciada de certos problemas.

### **3.1. A complexa definição de espaços urbanos e rurais: Ultrapassando as delimitações político-administrativas**

Uma vez que analisamos neste capítulo as representações do espaço urbano e do espaço rural, acreditamos ser necessário, ainda que de forma breve, discutir o que caracteriza um espaço como urbano ou rural, para posteriormente refletir sobre suas expressões na atualidade. Como veremos, com maior profundidade, no debate acerca das representações, o urbano é definido sempre em relação ao seu oposto, o rural (assim como a cidade é definida a partir do campo). Dessa forma, discorreremos, de maneira sucinta, sobre as definições político-administrativas de urbano e rural para posteriormente aprofundar o debate acerca dos imaginários e representações que os cercam.

As definições formais de urbano e rural são consideradas aqui como, essencialmente, recortes arbitrários, que não contemplam a subjetividade e a abstração que caracterizam estas dimensões do espaço. A distinção entre zona urbana ou rural, imóvel urbano ou rural e, de maneira mais ampla, espaço urbano ou rural expressam a obscuridade intrínseca ao debate, que acarreta em reduções simplistas e incoerentes com a realidade apreendida. As contradições aparecem como frutos da diluição dicotômica da realidade em apenas dois espaços distintos, com características próprias e singulares, quando na verdade, percebemos uma verdadeira mistura ou hibridez no que tange aos usos e atividades, à natureza das relações estabelecidas e aos símbolos e representações atribuídos. As transformações constantes impossibilitam a delimitação absoluta como forma de diferenciação, principalmente quando visamos uma abordagem relacional do espaço.

Assim, a própria definição de urbano, segundo Capel (1975), constitui um dos problemas mais complexos e interessantes da Geografia Urbana, tendo em vista a atual dificuldade de distinguir o que seria urbano do que seria rural. O desenvolvimento dos meios de comunicação e dos meios de transporte, a homogeneização de muitas pautas de comportamento e formas de vida cada vez mais encobrem as fronteiras, outrora bem definidas e menos problemáticas. Quando lidamos com o caso brasileiro - e a imensa extensão que constitui o território nacional -, vemos que é ainda maior o desafio de estabelecer padrões em meio às complexas e heterogêneas manifestações socioespaciais que o urbano e o rural

apresentam. Feitas estas ressalvas, destacaremos de maneira sucinta as principais características responsáveis pela diferenciação entre urbano e rural (e cidade e campo).

Primeiramente, vale destacar que existe uma larga experiência de delimitações de áreas urbanas e rurais, com demarcações que geraram tipologias muito discrepantes entre si, tanto em relação aos critérios utilizados como em relação ao nível de detalhamento das classificações (IBGE, 2017, p. 24). Tais elaborações, consideradas na esfera institucional, historicamente se constituíram enquanto meios relevantes para subsidiar políticas públicas e descrever a geografia de países do mundo inteiro. Entretanto, conforme destaca a Divisão Estatística das Nações Unidas, devido às diferenças nacionais significativas, não existe uma definição de urbano e rural acordada internacionalmente. Tais divergências não permitem uma abordagem aplicável a todos os países do mundo ou de uma região e, por esse motivo, essa instituição não recomenda nenhuma tipologia específica como padrão ou metodologia.

A delimitação formal obedece a alguns critérios, sendo definida, no Brasil, pelo Plano Diretor ou por lei municipal. Trata-se, portanto, de uma divisão baseada em critérios legais ou político-administrativos. Em geral, são declarados como urbanos aqueles que residem em lugares com determinada forma de administração, como as sedes municipais brasileiras, por exemplo (ENDLICH, 2013, p. 13). A variedade de significados da palavra urbano gera constantemente uma confusão na delimitação, sendo comum o desalinho entre o conceito econômico e o conceito político-administrativo de cidade.

Um dos critérios mais utilizados para a diferenciação entre o urbano e o rural é o patamar demográfico, onde busca-se determinar o tamanho de uma cidade pelo número de habitantes ou pela densidade demográfica (número de habitantes por quilômetro quadrado). A dimensão, medida mais comumente pelo número de habitantes ou edifícios, é apreendida como um dos fundamentos mais usuais para definir uma cidade. Nesse sentido, o urbano aparece como sinônimo de aglomeração, enquanto o rural aparece, em contraposição, como dispersão. Estas formas de definição apresentam problemas significativos. A dificuldade de encontrar um patamar

demográfico e a distribuição heterogênea da densidade demográfica pelas cidades são exemplos da incompatibilidade do critério para a definição do conceito, como lembram Endlich (2013) e Abramovay (2000). Por isso, Bernardelli (2013, p. 34) aponta que o patamar numérico pode levar a uma “simplificação problemática da realidade”.

Outro critério bastante adotado é a ocupação econômica da população. Nessa perspectiva, o rural é associado às atividades primárias, notadamente as agropecuárias, enquanto o urbano abarcaria pessoas envolvidas em atividades secundárias e terciárias. As funções econômicas, ou mais especificamente, a distinção entre atividades agrícolas e comerciais/industriais foram adotadas como parâmetros de diferenciação por diversos autores, como aponta Capel (1975, p. 267). Tal critério é extremamente controverso (principalmente na atualidade), uma vez que cada vez menos habitantes do campo estão ocupados em atividades agrícolas. O ponto de vista estritamente econômico torna-se, assim, um referencial inadequado, especialmente nos dias de hoje, onde o uso do solo assume características variadas. Diversas áreas rurais da Região Serrana Fluminense, por exemplo, são caracterizadas pelo crescimento expressivo de atividades terciárias e pela diminuição das atividades agrícolas, sem deixar de reunir características rurais.

Autores como Angulo e Dominguez (1991) e Bernardelli (2013) ainda consideram os aspectos morfológicos e os modos de vida como elementos importantes nessa definição. Os aspectos morfológicos remetem às formas assumidas no processo de produção da cidade. Assim, compreendem os elementos de sua expressão material, como “as edificações, a forma de parcelamento do solo; a estruturação dos usos do solo, as vias de transporte, os espaços públicos e privados etc” (BERNARDELLI, 2013, p. 35). Estas formas, juntamente com as atividades, estão associadas ao surgimento de novas funções, que são consideradas como “geradoras dos processos de urbanização” (ANGULO; DOMINGUEZ, 1991 apud BERNARDELLI, 2013, p. 35).

O debate acerca do modo de vida dos habitantes, ou de uma “cultura urbana”, remonta os trabalhos realizados na geografia sobre o conceito de “habitat”. Muito inspirada nos estudos de Vidal de la Blache sobre o gênero



de vida, a concepção de habitat – e, mais especificamente, de habitat rural – abarca o conjunto de atividades a partir das quais um grupo condiciona e assegura sua existência. É com base na integração entre o meio e a organização social de um grupo que muitos estudos clássicos buscam identificar e classificar os fenômenos que regem as atividades humanas nas áreas rurais (DERRUAU, 1970 apud IBGE, 2017, p, 16). Trabalhos de autores como Nilo Bernardes (1963), Elza Keller (1970) e Nice Lecoq Müller (1956), fundamentados, sobretudo, na vertente da geografia agrária, analisam diferentes formas de povoamento e as relações estabelecidas no rural brasileiro. Nesses casos, as inter-relações urbanas e a heterogeneidade social dos habitantes das cidades são opostas às práticas do meio rural, tendo como elemento central nessa diferenciação a divisão do trabalho.

Entretanto, como analisaremos a partir das localidades de Vargem Grande e Barracão dos Mendes, tanto os aspectos morfológicos como o modo de vida dos habitantes também podem mostrar-se controversos enquanto parâmetros de diferenciação entre espaços urbanos e rurais nos dias de hoje. Apoiado nas novas formas espaciais que surgem em áreas rurais, o modo de vida urbano generaliza-se, expande-se quase que por completo em nossa sociedade atual. Os hábitos difundidos pela mídia, centrados em novas formas de consumo, são componentes de uma forma de viver que atinge áreas afastadas da cidade, uma racionalidade que ultrapassa as fronteiras, os limites do perímetro urbano ou da Região Metropolitana. Elementos da moda, a preocupação excessiva com a segurança, indústrias, o aperfeiçoamento da infra-estrutura e dos serviços e os novos meios de comunicação são apenas alguns dos exemplos de elementos materiais e imateriais que transformam o campo e tornam a distinção com relação à cidade cada vez mais obscura.

Merecem destaque, ainda, algumas discrepâncias e inconsistências verificadas na delimitação formal de áreas urbanas e rurais, sobretudo no que tange à legislação brasileira e à metodologia utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As classificações elaboradas para os territórios, seja através dos limites oficiais para atender aos objetivos fiscais das prefeituras ou de outros critérios e tipologias para fins

de direcionamento de políticas públicas e investimentos, apesar de fornecerem indicativos importantes da realidade, sempre apresentaram problemas na definição de limites. A experiência brasileira no âmbito institucional traz inúmeros exemplos de dispositivos legais cujas referências tornaram-se demasiado abstratas ou imprecisas, o que contribuiu para a instauração de delimitações arbitrárias.

Dentre estes dispositivos, vale mencionar o Decreto-lei n. 311 de 1938, um marco legal que estabelece critérios de diferenciação e apresenta uma definição para identificar áreas urbanas e rurais. Ao distinguir vilas e cidades enquanto diferentes unidades político-administrativas e estabelecer uma base sistematizada de dados sobre o território nacional, o decreto-lei tornou mais claras as hierarquias e divisões administrativas. Se classificou todos os distritos-sede de municípios como cidades – independentemente de suas características estruturais e funcionais - e as vilas como sedes de distritos, o rural passou a representar tudo o que estivesse fora deste enquadramento (IBGE, 2017, p. 37). Conforme apontam Lima (2007) e Veiga (2002), nenhum outro documento legal alterou o estabelecido quanto ao significado de urbano e rural. Assim, o Decreto-lei n. 311/1938, apesar de todos as posteriores evoluções institucionais, tornou-se responsável por uma concepção de espaço rural como o que é externo às vilas e cidades, um entendimento conservado até hoje e uma norma que continua em vigor. A Lei n. 5.172/1966, por exemplo, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional, reafirma que é incumbência do município “definir os limites da zona urbana e, por exclusão da zona rural” (IBGE, 2017, p. 38). Esta lei, para os efeitos do imposto – uma vez que trata das disposições gerais sobre o sistema tributário, incluindo o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) -, entende a zona urbana como aquela “definida em lei municipal” e a propriedade rural como aquela que tem “localização fora da zona urbana do Município”. De forma semelhante, o Manual da base territorial (2014, p. 21) parte da referência legal para definir o que seria uma área urbana, ou seja, compreende a mesma como “[...] interna ao perímetro urbano, criada através de lei municipal [...]”. Em seguida, define a área rural como “[...] aquela que não

foi incluída no perímetro urbano por lei municipal” (MANUAL, 2014, p. 21). Portanto, tratam-se de exemplos de definição do rural por exclusão da área urbana.

Ainda que atenda a fins estatísticos e de planejamento territorial, tais demarcações acarretam em estimativas obsoletas do “grau de urbanização” de muitas áreas do território nacional e, mais do que isso, em uma concepção de rural como aquele que é resultado da negação do urbano, como um resíduo do urbano ou uma área que não se enquadra na delimitação formal do município. Percebemos, dessa forma, que as classificações no âmbito institucional não deixam de ser representações que, como veremos, estão imbuídas da concepção de desenvolvimento como um alicerce que as orienta e, por vezes, limita a análise das discontinuidades e das transformações sociais e econômicas.

É nítido que os critérios e parâmetros legais apresentados não correspondem à atual realidade urbana e rural. As características utilizadas enquanto indicadores da diferenciação hoje mesclam-se profundamente nos espaços, dificultando a separação dicotômica comumente efetuada. Ao percebermos o espaço enquanto “totalidade em movimento” (RUA, 2011), vinculado a transformações multiescalares, constatamos que delimitações absolutas não correspondem à realidade, uma vez que a mesma encontra-se em constante transformação.

É nesse sentido que certos autores buscam ultrapassar tais critérios previamente estipulados, almejando chegar a definições mais abrangentes e complexas e, portanto, mais pertinentes com a realidade atual. Neil Brenner (2013, p. 50), por exemplo, define o urbano como uma “abstração concreta”, em que as “relações socioespaciais contraditórias do capitalismo” se territorializam e, concomitantemente, se generalizam. Assim, se estendem a cada lugar e escala, universalizando os imperativos de mercantilização e acumulação do capital.

Entendido como “abstração concreta”, o urbano, mais do que territorialmente demarcado ou reduzido às cidades, passa a realizar-se através do espaço global em seu conjunto. A problemática contemporânea da urbanização, para o autor, refere-se à extensão desigual do processo

de destruição criativa capitalista à escala planetária (BRENNER, 2013, p. 66) e não apenas às transformações materiais promovidas nas cidades.

A concepção trabalhada por Brenner se aproxima também do que Sandra Lencioni (2015) denomina de “nebulosa urbana”, ou seja, o processo de urbanização que assume outra forma ou essência a partir do movimento de implosão-explosão da cidade: a dispersão. O caráter difuso ou disperso da urbanização contemporânea, que não conforma uma área, mas uma região (LENCIONI, 2015, p. 10), torna cada vez mais obsoletas as divisões entre cidade e campo e centro e periferia, segundo a autora.

Nesse sentido, Hiernaux (2006) defende que efetueemos uma reflexão sobre a definição tradicional de cidade. Para ele, a descrição das formas de ocupação no espaço parece ter se congelado mediante a transformação intensa que vivenciamos. Dessa forma, a caracterização de cidade pela concentração de população, por atividades que não estão diretamente ligadas à produção no campo e por um modo de vida distinto do que prevalece em zonas qualificadas como rurais (HIERNAUX, 2006, p. 199) parece ultrapassada, não contemplando a dimensão subjetiva das transformações. Assim, apesar de definições que centram-se no material ou no visível, as cidades ultrapassam suas dimensões demográficas, morfológicas ou econômicas, rompem fronteiras arbitrariamente estipuladas, uma vez que estão vinculadas ao fenômeno urbano, por essência disperso, expansivo, instável, fragmentado e desigual. Cidades não podem ser definidas como aglomerações mensuráveis e relativamente permanentes, envolvem outros elementos ou dimensões: o labiríntico, o fugaz e o fortuito (HIERNAUX, 2006) se mesclam e se complementam nas cidades, revelam sua riqueza inesgotável, seu caráter incontrolável, mas também as pequenas transgressões e subversões que possibilitam a produção de um outro espaço.

A mudança paradigmática na verdadeira natureza do processo de urbanização (SOJA, 2003) entra em contraste com o pensamento estanque, com as divisões convencionais dualistas entre urbano e suburbano, cidade e campo, que indubitavelmente não contemplam a nova fase da urbanização: regional, dispersa e multiescalar. Os elementos imanentes do conceito clássico de cidade - como a aglomeração, o

sedentarismo, o mercado (troca), a administração e sede de poder – se complexificam, relativizam e assumem formas variadas (LENCIONI, 2008). Não por acaso nos deparamos na atualidade frequentemente com aglomerações difusas, caracterizadas por fluxos e multicentralidades, que demandam um reescalonamento que atenda aos novos arranjos espaciais (BRENNER, 2013).

Se nos deparamos com tentativas de redefinição dos conceitos de cidade e urbano nos dias de hoje, certamente não é diferente com o rural. São percebidos esforços nacionais e internacionais para desvincular a ideia de espaço rural das concepções que o restringem a um resíduo do urbano. Paul Cloke (2006, p. 18), por exemplo, afirma que enquanto as cidades são geralmente entendidas em seus próprios termos, sem problemas detectáveis para justificar esse entendimento, as áreas rurais representam mais um terreno de luta conceitual, onde o “outro-que-não-urbano” atende às condições múltiplas de escalas e estilos de vida. O autor defende que o aspecto de distinção do rural e da ruralidade não seja apenas calcado em seu posicionamento de oposição ao urbano, mas na “multiplicidade de espaços sociais que constitui” (CLOKE, 2006, p. 18, tradução nossa) e nas mudanças geradas pela expansão e contato com o urbano. De forma semelhante, Thomas Lyson (2006) enfatiza as transformações das comunidades rurais pelo capital global. Uma vez que as fronteiras entre o rural e o urbano tornam-se progressivamente turvas ou embaçadas na esteira do desenvolvimento capitalista, comunidades tradicionais e economias locais estão cada vez mais incluídas em circuitos de produção e consumo em massa (LYSON, 2006, p. 292).

Buscando romper com a identificação problemática de lugares como simplesmente rurais ou urbanos, por vezes autores fazem uso do conceito de “*continuum* rural-urbano”. Em reação às dicotomias fortemente polarizadas, o conceito não fala de uma divisão sempre aguda entre a realidade urbana e rural, mas de níveis ou graus de variação e de características que se entrelaçam e se sobrepõem. Desse modo, aborda sobretudo as continuidades entre os aspectos culturais de populações residentes em áreas urbanas e não-urbanas. Se a classificação oficial obedece aos municípios e a configuração espacial dos mesmos altera-se

sem que a legislação acompanhe, como vimos, é fácil encontrar imperfeições e descontinuidades em outros níveis de análise. É possível identificar, por exemplo, áreas que parecem rurais dentro do perímetro urbano, ao mesmo tempo em que vemos lugares significativamente urbanizados em áreas consideradas rurais.

Entretanto, conforme destacam Rosa e Ferreira (2010, p. 194), muitas críticas foram feitas ao modelo teórico em que o conceito de *continuum* está envolto, já que este “polarizava rural e urbano, visualizando a homogeneização da sociedade e não levando em consideração a interação e os fatores históricos de cada grupo.” Além disso, o conceito de *continuum* é utilizado de maneira diferenciada de acordo com cada área do conhecimento, gerando perspectivas teóricas distintas. Assim, uma interpretação do conceito – caracterizada por ser urbano-centrada - dialoga com a ideia de homogeneização social do rural (CANDIOTO; CORRÊA, 2008), considerando que “com o aumento da heterogeneidade e complexificação dos grupos sociais, esse *continuum* caminharia para o urbano” (ROSA; FERREIRA, 2010, p. 194), independentemente das especificidades destes grupos envolvidos. Portanto, segundo esta perspectiva, “a relação mútua aparece determinada pelo urbano” (ROSA; FERREIRA, 2010, p. 195). Para Manuel Castells, por exemplo:

O rural e o urbano são polos opostos de um mesmo ‘continuum’ em cujo seio podem constatar-se, empiricamente, situações completamente diferentes e matizadas, mas que no fim das contas possuem em comum dois traços essenciais: situam-se todas nesse ‘continuum’ e evoluem todas do rural para o urbano (CASTELLS, 1975, p. 62 apud ROSA; FERREIRA, 2010, p. 195).

Já a outra linha teórica “tem seu foco interpretativo na integração do rural e do urbano sem excluir suas particularidades” (KIELING; SILVEIRA, 2015, p. 139). De acordo com Pahl (1966)<sup>19</sup>, “qualquer tentativa de ligar padrões particulares de relações sociais a um meio geográfico específico é um exercício particularmente infrutífero” (PAHL, 1966 apud ABRAMOVAY, 2000, p. 15). Segundo Abramovay (2000, p. 15), “o *continuum* rural-urbano significa que não existem diferenças fundamentais nos modos de vida, na

<sup>19</sup> O sociólogo Raymond E. Pahl foi o autor responsável por elaborar a ideia de um *continuum* rural-urbano, conforme sinaliza Abramovay (2000). Rosa e Ferreira (2010, p. 194), por sua vez, conferem destaque ao antropólogo estadunidense Robert Redfield, segundo elas o primeiro a utilizar o conceito de *continuum*, em meados de 1930.

organização social e na cultura, determinados por sua vinculação social.” Nessa perspectiva, que está menos direcionada à visão de fim do rural, é mais enfática a ideia de “espaço uno”.

Entretanto, mais do que classes, níveis de urbanização, ou áreas com características que extrapolam os limites formais municipais, enfatizamos no trabalho as desigualdades e hierarquizações encontradas nas relações urbano-rurais em diferentes escalas e atreladas a distintas representações que entrelaçam o espaço sob o atual contexto urbano-metropolitano e manifestam o contato/tensão rural-urbano a todo momento. Portanto, não mais lidamos com áreas rurais que negam por completo as características do urbano ou as abarcam de maneira apenas residual, precária ou limitada. Falar do rural na atualidade é falar de um rural marcado pela realização do urbano no espaço global, associado a uma mudança na natureza do processo de urbanização.

### **3.2. Os imaginários associados ao urbano e ao rural: Ampliando as reflexões acerca dos conceitos**

Como aponta Oscar Sobarzo (2013, p. 53), “quem procura em Henri Lefebvre uma definição sintética e precisa do que é urbano e rural, uma linha de corte, um critério específico, dificilmente o encontrará”. Além de trabalhar com aproximações da totalidade e reflexões filosóficas, rejeitando receitas e respostas imediatas às exigências pragmáticas e criticando o pensamento fragmentário dos tecnocratas, Lefebvre constrói seu pensamento em uma extensa obra, que, ainda que extremamente coesa e congruente, apresenta distintos momentos e focos analíticos.

Se abordamos, até aqui, sobretudo os critérios e as definições formais ou político-administrativas de urbano e rural, neste tópico pretendemos ampliar as reflexões acerca dos conceitos ao analisar os imaginários que os cercam. O debate que envolve as diferenciações estatísticas permeia outra discussão, que extrapola o formalismo: o conteúdo dos conceitos de urbano e rural, termos que efetivamente

reproduzem uma realidade social concreta<sup>20</sup> e, apesar de envolverem a transformação da relação cidade/campo na atualidade, não se restringem a ela.

Como destaca Carlos (2004, p. 130), “cidade e campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais neles contidas e estas, hoje, ganham conteúdo em sua articulação com a construção da sociedade urbana.” Por isso, Sobarzo afirma que:

A superação da divisão entre cidade e campo não deve ser confundida com a visão – um tanto apocalíptica – do desaparecimento do campo e das atividades agrícolas e da urbanização (no sentido estrito) total do planeta. Essa superação está ligada às relações de produção. Assim, ela não consiste num processo em que o campo se perde no seio da cidade, nem a cidade absorvendo o campo se perde nele; “a superação da oposição não pode ser concebida como uma neutralização recíproca (LEFEBVRE, 1991b, p. 69)”. Nesse sentido, urbano e rural permanecem como conteúdos sociais diferenciados (“urbanidade” e “ruralidade”), mas a oposição cidade/campo atenua-se (SOBARZO, 2013, p. 55).

O conceito de urbano, em nossa concepção, é erroneamente utilizado por muitos autores como sinônimo de cidade. Veremos que a concepção de urbano, especialmente a trabalhada por Lefebvre, extrapola a cidade, abarcando um fenômeno mais amplo e complexo. Ainda assim, com as devidas ressalvas, utilizaremos tais conceitos inicialmente como sinônimos (seguindo as concepções utilizadas pelos autores abordados) para depois apontar as limitações e diferenciá-los.

Como apontamos no primeiro capítulo, a diferenciação entre cidade e campo, inclusive na tradição marxista, historicamente acompanhou o debate acerca do desenvolvimento, usualmente tratado de maneira linear e, de certa forma, pré-concebido. A distinção entre campo e cidade foi muitas vezes entendida como um reflexo do desenvolvimento histórico, a representação mais efetiva da transição da barbárie para a civilização,

<sup>20</sup> Aqui torna-se importante fazer uma ressalva. Apesar de reproduzir uma realidade social concreta, os conceitos não podem se confundir com o real e a linguagem não dá conta de apreender por completo a realidade. Como apontamos na Introdução, a partir de autores como Haesbaert (2014) e Cruz (2013), um conceito não é unicamente um reflexo ou espelho do real, ou seja, não consegue traduzir sua essência (HAESBAERT, 2014, p. 24). O que buscamos inferir quando afirmamos que urbano e rural “reproduzem uma realidade social concreta”, é que não são meras palavras ou simplesmente idealidades ou abstrações afastadas do mundo concreto, mas, enquanto conceitos, estão relacionados à realidade, “compõem representações mentais que instrumentalizam o pensamento para que esse possa desvendar a realidade” (LENCIONI, 2006, p. 41).



demonstrando aquilo que Doreen Massey (2004, p. 15) chamou de “conceber as diferenciações no espaço em termos temporais”.

Conforme também abordamos, a concepção etapista e economicista de desenvolvimento é a concepção dominante, e até hoje hegemônica, expressando a ideologia do progresso e assumindo “roupagens” diferentes de acordo com o momento histórico. Uma vez vinculada ao modo de produção capitalista, representa os ideais de crescimento ilimitado das forças produtivas e de apropriação utilitarista da natureza, demonstrando a atuação do capitalismo enquanto um projeto civilizatório.

A teorização sobre a sociedade urbana acompanhou o debate sobre o desenvolvimento e o progresso, justamente a partir do enfoque da divisão, colocando o rural e urbano como, fundamentalmente, antagônicos. Sob o prisma das diferenças, foram inúmeras as tentativas de separação a partir da definição de características próprias, que seriam típicas de cada espaço. Tais divisões, que não deixam de ter relevância (para fins administrativos, sobretudo), ocorreram através dos mais variados argumentos e perspectivas, constituindo critérios e tipologias distintas, as quais discutimos brevemente no tópico anterior.

Segundo Lefebvre (2011, p. 36), a separação entre cidade e campo toma lugar entre as primeiras e fundamentais divisões do trabalho, tanto com a divisão biológica como com a divisão técnica do mesmo. Esta divisão social do trabalho entre cidade e campo corresponde, segundo o autor, à separação entre o trabalho material e o trabalho intelectual, uma vez que à cidade incumbiria as funções de organização, direção, atividades políticas, militares e elaboração do conhecimento teórico.

O filósofo e sociólogo francês, diferentemente de grande parte dos autores de base teórica marxista, não entende a cidade e o campo apenas como etapas do desenvolvimento histórico, mas como divisões ou separações de uma totalidade. O autor, inclusive, reconhece os símbolos e representações derivados desta divisão social do trabalho entre cidade e campo:

O campo, ao mesmo tempo realidade prática e representação, vai trazer as imagens da natureza, do ser, do original. A cidade vai trazer as imagens do esforço, da vontade, da subjetividade, da reflexão, sem que essas representações se alastrem de

atividades reais. Dessas imagens confrontadas irão nascer grandes simbolismos (LEFEBVRE, 2011 p. 36 - 37).

Destacando justamente estes simbolismos e representações, Gallo (2017, p. 112), nos recupera o pensamento de Antonio Gramsci (2001, p. 250-251) sobre a relação cidade-campo<sup>21</sup>, salientando que esta:

[...] é geralmente caracterizada pelo desprezo, por parte da cidade, em relação a tudo que tenha a ver com o trabalho camponês no campo, sentimento amplamente retribuído pelos camponeses, mesmo se mesclando a um sentimento de inveja e de inferioridade. No campo imperam a ignorância, o analfabetismo, a alta taxa de fecundidade, frequentemente as mais sinistras aberrações sexuais. A cidade coloca o problema de uma adaptação psicofísica às condições de trabalho, de nutrição, de baixa taxa de natalidade, de habitações que não são 'naturais', mas urbanas.

O campo foi historicamente associado ao atraso e à “falta de desenvolvimento”, enquanto a cidade sempre foi representada como símbolo do progresso. O burguês, polido, político e cidadão era oposto ao primitivo, arcaico e obsoleto camponês. Se as inovações e virtuosidades advinham da cidade, o campo, ainda que transformado, não escapava da reputação relacionada à decadência, à privação e ao retardamento. Associado ao discurso hegemônico, portanto, está o discurso que aponta a proeminência do urbano sobre o rural e da cidade sobre o campo, construindo uma supremacia histórica, fundada em relações profundamente assimétricas entre ambos.

Como discute Gramsci (2000), o domínio dos meios de produção material está intrinsecamente relacionado ao domínio dos meios de produção intelectual, ou seja, os pensamentos dominantes expressam as relações materiais dominantes e ajudam a perpetuá-las. Nas palavras de Marx (2008, p. 48): “Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a

<sup>21</sup> Antonio Gramsci, mesmo sem se afastar muito do tradicional esquema marxiano que prevê a iniciativa operária à frente guiando as massas rurais, que estariam menos agregadas e conscientes (GALLO, 2017, p. 114), apresenta certa originalidade em sua “profunda consciência de que a iniciativa revolucionária simplesmente fracassa sem o envolvimento capilar das massas rurais” (GALLO, 2017, p. 114). Elisabetta Gallo destaca que, em Gramsci, a “crise orgânica” tem consequências diferentes sobre as massas urbanas e rurais e que a união cidade-campo seria um “problema não resolvido”. Para o autor, tão problemático como a desagregação social camponesa seria o corporativismo operário (GRAMSCI, 2001).

classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante”.

É dessa maneira que o espaço rural foi, ao longo da história, associado ao atraso e representado como inferior, involuído e primitivo, em oposição ao desenvolvimento e à modernidade do espaço urbano. A cidade capitalista era o símbolo da modernidade ocidental, o exemplo a ser seguido rumo ao desenvolvimento, como apontamos anteriormente. Assim, recorreremos mais uma vez a Karl Marx (2008, p. 55): “A oposição entre cidade e campo surge como a passagem da barbárie para a civilização, da organização tribal para o Estado, do provincialismo para a nação, e persiste através de toda a história da civilização até nossos dias.” Trata-se de uma oposição que remonta, segundo Lefebvre (2011), a separação entre a *Physis* e o *Logos*, entre a teoria e a prática e até entre o natural e o espiritual.

Nesta dualidade do rural e do urbano, onde os dois termos, ainda que interajam, “são absolutamente irreduzíveis um ao outro”, o rural “é concebido como ‘atrasado’ em sua evolução, em relação ao urbano, e sua influência sobre este é tida como ‘sobrevivência tradicional’” (QUEIROZ, 1978, p. 265). Já a penetração de elementos urbanos no campo passa a ser instintivamente considerada como um benefício para este, uma vez que estes elementos aparecem como inovações próprias de uma evolução histórica. Conforme aponta Queiroz (1978, p. 265), na colocação habitualmente feita por sociólogos, geógrafos e historiadores, a medida em que aumenta cada vez mais a invasão de elementos urbanos, “vão se perdendo as características peculiares à sociedade rural, que tende a se confundir cada vez mais com a sociedade urbana e, portanto, desaparecer.” Assim sendo, o êxodo rural e a invasão do rural pelo urbano acabariam com a irreduzibilidade de ambos, já que o rural acabaria por se converter em urbano.

Em discussões realizadas em trabalhos anteriores (AGUEDA, 2016; 2017), constatamos que a maior parte das obras clássicas da filosofia política do agrarianismo - apesar da indiscutível importância enquanto excelentes pilares teóricos para o debate acerca do desenvolvimento capitalista na agricultura -, estava pautada na ideia da impossibilidade de

agregar o campesinato frente a uma visão social regida por duas classes: os donos dos meios de produção e os expropriados dos mesmos. Com raras exceções de autores como Tepicht e Chayanov<sup>22</sup>, a tradição marxista no debate sobre a questão agrária – sobretudo a partir do último quartel do século XIX (LIMA, 2005) – não escapou de interpretações do espaço agrário como atrasado ou até como um empecilho à revolução<sup>23</sup>. Lênin e

<sup>22</sup> Estes dois autores, destacados por Abramovay (1992), discutiam a economia camponesa por um viés racional e positivo, buscando explicar a racionalidade e as particularidades da produção camponesa a partir de seu interior. Assim, ambos tinham suas ideias centradas na teoria da organização da unidade econômica camponesa, ou seja, não baseavam suas explicações em comparações externas, como na confrontação do campesinato com uma estrutura de classes consolidada e exterior a eles. Alexander Chayanov argumentava que a economia camponesa se orienta pela organização interna do trabalho de seus componentes em moldes não-capitalistas, ou seja, não há relações de assalariamento na organização familiar da produção. É justamente esta constatação – a mesma que levou Lênin e Kautsky a pensar que o campesinato estivesse fadado à extinção – que embasa a premissa de permanência da produção familiar e, mais do que isso, a incorporação desta ao modo de produção capitalista. O polonês Jerzy Tepicht, de forma semelhante, demonstra a importância da família camponesa para o capitalismo, unificando em sua análise as “forças internas formadoras do campesinato e as funções econômicas que ele preenche na reprodução social” (ABRAMOVAY, 1992, p. 77). Para estes autores, devido ao aspecto contraditório intrínseco ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, o próprio capital cria e recria relações não-capitalistas de produção no campo. Estas relações, como lembra Martins (1981), são essenciais à produção capitalista, evitando que a mesma entre em uma crise irresolúvel.

<sup>23</sup> Em trabalhos anteriores (AGUEDA, 2016) sinalizamos para algumas interpretações equivocadas a respeito do pensamento de Karl Marx sobre o campesinato. Marx falava da incapacidade de se transitar do feudalismo para o socialismo por meio de uma revolução camponesa, pois era preciso, antes, que o modo de produção capitalista se instaurasse, para que ele por si só criasse as contradições necessárias para uma transformação social. Sem poder de organizar-se enquanto classe e tido como “saco de batatas”, o campesinato foi tido como atrasado na tradição marxista, por vezes tratado como “um submundo arcaico, de pobreza material e débil contra as forças exploratórias externas” (LIMA, 2005, p. 140). Entretanto, a famosa citação que compara a massa camponesa a um saco de batatas (MARX, 2011, p. 142), é, na verdade, parte de um conjunto de observações voltadas à sociedade francesa sobre o regime de Bonaparte. Assim, se o autor afirma que “[...] a grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira que as batatas de um saco constituem um saco de batatas” (MARX, 2011, p. 142), ele complementa sua análise nas páginas seguintes reforçando a particularidade de suas observações: “A dinastia de Bonaparte representa não o camponês revolucionário, mas o conservador; não o camponês que luta para escapar às condições de sua existência social, a pequena propriedade, mas antes o camponês que quer consolidar sua propriedade; não a população rural que, ligada a das cidades, quer derrubar a ordem das coisas por meio de seus próprios esforços, mas, pelo contrário, aqueles que, presos por essa velha ordem em um isolamento embrutecedor, querem ver-se a si próprios e suas propriedades salvos e beneficiados pelo fantasma do império” (MARX, 2011, p. 144). O autor, ainda no livro “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”, integraliza sua avaliação ao exaltar as diferenças para evitar generalizações e destacar o papel de resistência dos camponeses: “Os interesses dos camponeses, portanto, já não estão mais, como ao tempo de Napoleão, em consonância, mas sim em oposição com os interesses da burguesia do capital. Por isso, os camponeses encontram seu aliado e dirigente natural no proletariado urbano, cuja tarefa é derrubar o regime burguês” (MARX, 2011, p. 147). Por fim, vale destacar que a visão do autor sobre a inadequação - ou papel secundário - do campesinato mudou com o passar do tempo. Lima

Kautsky, por exemplo, acreditavam na extinção do campesinato com a penetração capitalista no campo. Ainda que por motivos diferentes – enquanto Lênin acreditava que a extinção do campesinato aconteceria pela diferenciação social do mesmo, ou seja, tendendo à proletarização por um lado e à formação de uma elite burguesa por outro, Kautsky defendia que este processo aconteceria devido à superioridade técnica da produção capitalista sobre a agricultura familiar -, os autores acreditavam na transformação dos camponeses em uma classe de trabalhadores assalariados, uma vez que o campesinato, para eles, não passava de uma camada proveniente do modo de produção feudal que invariavelmente sucumbiria ao avanço das relações capitalistas de produção. Tais perspectivas, evidentemente muito vinculadas aos contextos sociais e históricos dos referidos autores, relegavam ao campesinato uma posição de atraso e de ausência de poder de organização enquanto classe. Mais do que isso, em um contexto onde o espaço rural era tido como sinônimo de espaço agrário - mesmo porque as práticas sociais neste espaço eram marcadas pela atividade agrícola -, este enfoque entendia a agricultura enquanto marca de um rural fadado ao fracasso, ou seja, como uma etapa que atravancava a evolução da sociedade.

Lefebvre concebe o rural de forma diferente. Não seria uma etapa histórica rumo ao desenvolvimento, e nem uma força produtiva primitiva, arcaica, mas justamente uma separação do espaço como totalidade derivada da divisão social do trabalho, como vimos. Desse modo, a comunidade rural não está paralisada no tempo, estaria vinculada de alguma maneira às relações sociais de produção do sistema econômico (LEFEBVRE, 1978). Na obra “De lo rural a lo urbano”, o autor disserta amplamente sobre esta “comunidade rural”, contestando aqueles que acreditam em sua extinção imediata pela “chegada” do capitalismo no campo. Para o autor:

La comunidad rural se mantiene, se defiende. Desaparece o se reconstituye bajo modos de producción muy diferentes: esclavista, feudal, capitalista, socialista. Persiste, más o menos viva, en ascensión o disolución, desde los tiempos más remotos

---

(2005, p. 140), por exemplo, destaca que “[...] o Marx tardio (pós-1870) admitiu a coexistência e a dependência mútua de formas sociais capitalistas e não capitalistas no espaço agrário.”

hasta nuestros días; ciertamente no extraña a las vicisitudes de la Historia y las transformaciones económico-políticas, pero con vida e historia propias. Sin lugar a dudas constituye, pues, una forma de comunidad, como la familia, o la nación, formas todas ellas que aparecen, se transforman, se desarrollan o perecen en condiciones determinadas ante el nivel de las fuerzas productivas y el modo de producción, sin por esto identificarse con estas determinaciones del proceso económico-social (LEFEBVRE, 1978, p. 25).

Porém, para Lefebvre, a comunidade rural representa um conjunto de pessoas que são obrigados a dispor de muito tempo de trabalho para sua sobrevivência. Seria um grupo de famílias fixadas ao solo, relacionados por disciplinas coletivas e que designam líderes responsáveis pelas tarefas de interesse geral (LEFEBVRE, 1978, p. 31). Dessa forma, na perspectiva do autor, alguns aspectos relacionados às relações sociais próprias da comunidade rural seriam prejudicados com a expansão das relações capitalistas no espaço, transformando profundamente certas práticas e fazendo com que outras desapareçam por completo. Portanto, ainda que a comunidade rural esteja relacionada com o desenvolvimento das forças produtivas, existem grandes problemas históricos decorrentes da interação entre as “formas”. Nas palavras do autor:

Deducimos, pues, que la comunidad rural no tiene nada de inmutable o eterna. En ciertas condiciones desapareció o desaparece. Quizá desaparezca completamente: en las formas industrializadas de la agricultura (la gran granja capitalista, o, con una estructura económica y social totalmente distinta, el chojov) no se puede ya hablar de pueblo o comunidade rural en el sentido preciso de estos términos. Como toda realidad histórica, la comunidad campesina se desarrolló, se reafirmó y se disolvió. ¿En qué condiciones? Este es el problema histórico, concebido en toda su amplitud (LEFEBVRE, 1978, p. 35).

Se, em Lefebvre, a vida rural significa uma situação em que o homem deve dispor de muito tempo de trabalho para produzir sua própria sobrevivência, ao mesmo tempo, para ele, o rural constitui relações sociais próprias que, ainda que estejam relacionadas ao desenvolvimento das forças produtivas, são passíveis de ser transformadas por completo a partir das relações com o urbano. A vida rural, caracterizada pelo autor, essencialmente, como uma situação de precariedade, de não-abundância, de limitação no cotidiano e de não realização plena das condições de vida, se reconstitui nos diferentes modos de produção, mas exhibe marcas das relações desiguais (LEFEBVRE, 1978, p. 25).

O “urbano” trabalhado por Henri Lefebvre é um urbano diferente do abordado usualmente, pois, enquanto uma condição social posterior e mais ampla, carrega uma fundamental dimensão utópica, de potencial superação da precariedade e dos limites encontrados pelo valor de troca, pela lógica da mercadoria. Conforme aponta Endlich (2013, p. 25), “As condições objetivas, materiais e técnicas já existem. Foram produzidas no âmbito do modo capitalista de produção. Já a superação real das vidas precárias é, ainda, uma perspectiva”. Como define o filósofo francês:

O urbano (abreviação de “sociedade urbana”) define-se portanto não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora (LEFEBVRE, 1999, p.28).

A concepção de sociedade urbana do autor representaria a apropriação do tempo e do espaço pelo ser humano. Segundo ele, no momento atual de nossa sociedade, a era industrial transforma-se em urbana, no sentido de que o urbano passaria a ser um indutor das relações sociais de produção, deixando de ser um processo orientado apenas pela indústria. Assim, a problemática urbana criaria condições novas, deslocando a problemática originada pelo processo de industrialização. A partir da difusão das relações capitalistas e da transformação do cotidiano, a noção da apropriação do espaço ganharia força no movimento contrário ao da propriedade, ou seja, a condição urbana produziria novos parâmetros a serem alcançados, representando o urbano enquanto processo de constituição da sociedade urbana. Porém, ainda que a vida urbana forneça condições para a ação revolucionária, para Lefebvre “a revolução fará o ‘urbano’, e não o contrário” (LEFEBVRE, 1991, p. 215).

A cidade, importante para a reprodução do capital, para nós, não é sinônimo de urbano. A cidade é histórica, ocupa um lugar e uma situação, tornando-se um “lócus” da reprodução social, como aponta Araújo (2012). A cidade, enquanto morfologia material ou dado prático-sensível (SOBARZO, 2013, p. 58), representaria a centralidade, um núcleo cuja influência é exercida para o entorno. A partir de sua implosão e explosão, segundo Lefebvre, a concentração urbana e o êxodo rural ocorrem de maneira concomitante à extensão do tecido urbano e à subordinação completa do agrário ao mesmo. O urbano, assim, descola-se da cidade.

Enquanto conteúdo social, projeta sua lógica para áreas distantes dos núcleos tradicionais da cidade e de suas periferias. A cidade, desse modo, não mais apenas concentra riquezas, pessoas, atividades e instrumentos, mas também projeta fragmentos múltiplos para muito além dela. É por isso que, enquanto ferramenta analítica, a cidade torna-se hoje uma categoria problemática (BRENNER, 2017, p. 188).

Já o urbano seria um fenômeno muito mais amplo e complexo, trans-histórico, onde, a partir da exploração, faz-se necessária a apropriação do cotidiano pelo ser humano. Trata-se, também, de um modo de vida que ultrapassa as fronteiras da cidade, vai além da materialidade. “[...] É um fenômeno que se impõe em escala mundial a partir do duplo processo de implosão-explosão da cidade atual” (ARAÚJO, 2012, p. 134). A urbanização planetária, portanto, compreende que até espaços bem distantes das fronteiras da cidade, como áreas agrícolas, zonas extrativistas, áreas de produção energética, lixões, infraestruturas de comunicação e parques naturais, se tornaram partes integrais do tecido urbano (BRENNER, 2017, p. 189), ou, ao menos, estão completamente integrados em sua lógica. Mais do que um tipo particular de lugar, assentamento ou área estabelecida, o urbano hoje “representa uma condição cada vez mais mundial, na qual todas as relações político-econômicas, geografias infraestruturais e paisagens socioambientais estão enredadas” (BRENNER, 2017, p. 189, tradução nossa). Refere-se, assim, a um modo de vida calcado na urbanização capitalista, crescentemente generalizado e transformador das relações sociais. De forma contraditória, ao expandir um modo de vida urbano e a mercadificação de quase todos os aspectos da vida, produziria os meios para esta superação, os quais residiriam no próprio cotidiano. Como aponta Lefebvre (2008, p. 85), “no próprio seio do processo negativo da dispersão, da segregação, o urbano se manifesta como exigência do encontro, da reunião, da informação”.

De maneira mais simplificada, enquanto a cidade estaria mais associada à forma, o urbano é associado ao processo, “aparece e se manifesta no curso da explosão da cidade” (LEFEBVRE, 2008, p. 84). Este urbano, é pensado por Lefebvre sob dois momentos ou perspectivas distintas: Por um lado, o urbano como fenômeno, como correspondente à



fase atual da expansão das relações sociais capitalistas, como uma escala mais ampla do valor de troca – próximo ao que seria a escala mais geral da homogeneização – que ultrapassa as fronteiras da divisão cidade/campo; por outro lado, o urbano como projeto, como virtualidade, como devir, como uma dimensão utópica, de apropriação do espaço e superação das relações sociais capitalistas. Assim, a partir da expansão dessas relações – dando lugar à segregação, ao crescimento da desigualdade – criar-se-iam as condições para a superação das mesmas. Por meio da “revolução urbana” é que ocorreria o retorno ao uso, o retorno à obra em contraposição à propriedade privada. A “urbanização completa” (planetária) da sociedade, contraditoriamente, suscitaria a “planetarização do urbano” (da sociedade urbana).

É importante ressaltar que a concepção de sociedade urbana do autor é uma projeção, ou seja, a “urbanização completa” da sociedade, enquanto perspectiva futura, ocorreria em uma escala mais ampla do que a cidade ou o campo. Portanto, é uma ideia de urbano que abarca o rural, mas considera que seus conteúdos sociais diferenciados, suas lógicas próprias, tendem a permanecer. Trata-se de uma “totalidade que modifica e transforma a agricultura e a indústria, mas que não faz com que elas desapareçam” (SOBARZO, 2013, p. 58). Nesse sentido, como aponta Nunes (2009, p. 7), é equivocada a interpretação dicotômica comumente atrelada ao autor, uma vez que a chamada sociedade urbana de Lefebvre é uma virtualidade, uma realidade não concluída:

O urbano, isto é, a sociedade urbana, ainda não existe e, contudo, existe virtualmente; através das contradições entre o habitat, as segregações e a centralidade urbana que é essencial à prática social, manifesta-se uma contradição plena de sentido (LEFEBVRE, 2008, p. 84).

Ainda que muitas vezes fundamentada em uma perspectiva futura, virtual ou até utópica, a obra de Henri Lefebvre apresenta, em nossa concepção, enorme relevância para a interpretação da realidade atual. Por isso, conforme apresentado anteriormente, utilizamos como base no trabalho a perspectiva espacial desenvolvida pelo autor, reafirmando esta concepção de sociedade urbana a partir do “impossível-possível” – a virtualidade contraditória do urbano - e incorporando algumas de suas tríades na tentativa de apreender diversas acepções do espaço geográfico.

Tendo em vista o contexto histórico e geográfico – e fortemente marcado pela urbanização - de elaboração das ideias de Lefebvre, Keith Halfacree (2007) busca incorporar seu pensamento ao espaço rural, sem entender o mesmo como um par dicotômico ou uma resposta dualista ao urbano, mas como uma categoria igualmente inerente à espacialidade capitalista e também influenciada pelo desenvolvimento desigual, mas com características próprias, particulares. O autor operacionaliza esta perspectiva triádica lefebvriana, visando compreender as transformações no campo britânico a partir da análise da heterogeneidade do pós-produtivismo rural. Dessa forma, desdobra a divisão entre práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representação em localidades rurais (associadas às práticas espaciais, com base nas atividades de produção e consumo), representações formais do rural (expressas pelos interesses dos capitalistas, planejadores e políticos) e cotidianos rurais (subjetivos e diversos, simultaneamente apropriando e subvertendo as representações formais e práticas espaciais) (HALFACREE, 2007). A partir das três categorias, analisa por meio de exemplos, diferentes formatos de coerência interna, os quais consideramos úteis à presente pesquisa. O autor, entretanto, ressalta que nenhuma destas facetas pode ser entendida isoladamente. São intrinsecamente dinâmicas e complementares. A elas, devem sempre ser incorporados os eventos e relações que permeiam a vida na atualidade, para evitar que tornem-se estáticas em relação às mudanças que percebemos no cotidiano, mantendo-se dinâmicas como é a própria vida.

Neste trabalho, aplicamos a construção teórica desenvolvida pelos dois autores a um rural em transformação, inserido num contexto bastante distinto da realidade europeia, que traz características próprias relevantes. Os padrões de industrialização no Brasil ocorreram em ritmos fundamentalmente diferentes e as relações entre o espaço urbano e o espaço rural foram, da mesma maneira, distintas. Num contexto de múltiplas urbanidades e ruralidades, correspondente à fase de “refusão da relação campo-cidade” (MOREIRA, 2005), percebemos distintas localidades, representações formais e cotidianos rurais na área de estudo,

formando níveis de coerência interna próprios a partir das relações entre estas categorias, numa constelação particular de relações sociais.

Entretanto, ainda que não consideremos as áreas de estudo como restritas às características estipuladas, constatamos semelhanças significativas e elementos comuns aos formatos delimitados por Halfacree. Tratam-se das características próprias do desenvolvimento capitalista, associadas à escala geral da mercadoria, que se expande para o espaço como um todo, adquirindo contornos específicos de acordo com a localidade. Dessa forma, tendo em vista o caráter híbrido das espacialidades emergentes e a necessidade de superação da dicotomia historicamente construída entre o urbano e o rural, conforme apontamos na Introdução, consideramos válida a incorporação e adaptação de tal perspectiva ao rural da Região Serrana Fluminense e, em especial, às localidades de Vargem Grande e Teresópolis. A visão universalista dos autores, que tem como base a crítica à reprodução do capital, permite a adaptação da referida construção teórica a localidades com características distintas, uma vez que a concepção de totalidade aberta possibilita a compreensão da interdependência universal do processo de reprodução do capital e, conseqüentemente, do urbano.

O contexto de pós-produtivismo rural abordado por Halfacree (2006; 2007) coincide em parte com a fase de refusão cidade-campo trabalhada por Moreira (2005), a medida em que aborda as relações no espaço rural em um contexto de capitalismo avançado, particularmente sob a égide do neoliberalismo. É nesse cenário que Lyson (2006, p. 292) afirma que as comunidades rurais têm cada vez menos liberdade para traçar seus próprios caminhos de desenvolvimento econômico. Para ele, em um âmbito mundial, as comunidades “auto-suficientes” do passado são forçadas a entrar em um “jogo de desenvolvimento global corporativamente orquestrado”, onde a partir do direcionamento dos fluxos globais de capital para locais que oferecem maior retorno sobre o investimento, comunidades rurais são compelidas a acumular incentivos empresariais na esperança de atrair empregos (LYSON, 2006, p. 292).

Notadamente a partir da Segunda Guerra Mundial, a reestruturação da economia global esteve associada a um discurso de que o capital global

poderia beneficiar igualmente comunidades rurais e urbanas. O ideal de que o aumento de produtividade converter-se-ia em ganhos salariais e economias locais mais prósperas, culminou no que o autor britânico chama de “comunidades corporativas”, onde imperam os princípios de eficiência econômica e produtividade. Portanto, para ele, o modelo de desenvolvimento ancorado em uma dominante ideologia “neo-liberal/neo-clássica/mercadológica” transforma profundamente as comunidades rurais no mundo (LYSON, 2006, p. 298).

Entretanto, ainda que sob o neoliberalismo ocorram relações intrínsecas ao padrão econômico global, com características marcantes, existem variações significativas, decorrentes dos desenvolvimentos geográficos desiguais do capitalismo. Nesse sentido, sobretudo pela posição do Brasil na divisão internacional do trabalho e pelas relações históricas de colonialidade, a incorporação da estrutura de pensamento acerca do espaço rural traz conflitos importantes, o que torna, para nós ainda mais pertinente a adaptação pela incorporação de características particulares (tanto do Brasil como, mais especificamente, da Região Serrana do Rio de Janeiro e dos municípios de Teresópolis e Nova Friburgo, como veremos com maior profundidade no capítulo seguinte).

Dentre as “espécies” de pós-produtivismo destacadas por Halfacree, evidencia-se nas duas localidades estudadas o conjunto de características associadas ao que denomina de “consuming idylls” (imaginário idílico consumido). Conforme ressalta o autor, nesta forma/faceta do pós-produtivismo, o elemento central são as práticas espaciais de contemplação, moradia, lazer, representando uma espécie de “contraurbanização”. No bairro de Vargem Grande, são notáveis as tentativas de criação de um imaginário bucólico, em oposição ao “caos” da cidade, tendo como pano de fundo as pequenas propriedades agrícolas. Segundo o autor, nesse caso “o cotidiano, porém, varia, em função de disputas entre o local e o de fora, o velho e o novo” (HALFACREE, 2007, p. 131). Tais disputas são facilmente verificadas no local de estudo, tanto expressas na paisagem (onde são vistas pequenas propriedades agrícolas, tradicionais na região, ao lado de novos empreendimentos, principalmente associados ao “turismo rural”) como nos relatos realizados nas entrevistas

efetuadas na região (ressaltando um conflito de valores e uma reconstrução identitária associados às transformações).

Contraditoriamente, percebemos, ainda que em menor proporção, elementos associados ao que denomina de “superprodutivismo”, forma de pós-produtivismo rural associado à maximização do lucro e à concepção da terra apenas enquanto recurso produtivo. Nota-se a difusão de práticas, mesmo nas pequenas propriedades familiares, associadas ao uso de agrotóxicos e agroquímicos, assim como a utilização de organismos geneticamente modificados, reafirmando perspectivas do capitalismo neoliberal em meio a um rural multifuncional. Neste “modelo” da condição pós-produtivista, a espacialidade produtivista é vista de maneira ainda mais explícita. Estas características, ainda que representem uma tendência no rural fluminense, são verificadas, sobretudo, na localidade rural de Barracão dos Mendes e nos arredores, áreas (ainda) fortemente marcadas pela agricultura em pequenas propriedades e tidas como “fronteiras” para a emergência das referidas representações mercadológicas. Mesmo em pequenos lotes de terra, verificamos facilmente o uso abusivo de pesticidas, agrotóxicos e outros itens direcionados ao aumento da produtividade, em um cenário onde cada vez mais impera a competitividade.

Portanto, verificamos que a região estudada não pode ser apreendida como exemplo de um rural mais “congruente e unificado” (HALFACREE, 2007), onde os elementos do espaço rural funcionariam como pertencentes a uma espacialidade única, consistente. Trata-se de uma espacialidade híbrida, unificada sob a lógica do urbano, mas essencialmente fragmentada e diversa internamente. O espaço vivido, representado pelos “cotidianos rurais”, mostra-se subjetivo e heterogêneo, constituído a partir de múltiplas apropriações e interconexões entre as representações formais e as localidades.

### **3.3. As representações e as relações sociais: O verdadeiro e o falso em relação dialética**

Neste tópico, tendo como base a discussão sobre o espaço urbano e o espaço rural, nos dedicaremos com maior profundidade às representações, buscando, no lugar de afastá-las da realidade, tratá-las como meios de apreender a mesma. Para esta discussão, é importante lembrar que trabalhamos com o conceito de produção em sua perspectiva mais extensa - tal como é trabalhada por Henri Lefebvre -, associada não apenas a objetos e coisas materiais, mas também abrangendo a produção da subjetividade do homem a partir da própria consciência da produção (CARLOS, 2011). Portanto, conforme já destacamos, utilizamos tal conceito como relacionado igualmente à produção e reprodução das relações sociais (envolvendo a subjetividade das representações e significados incorporados) e sua materialização enquanto relações temporais e espaciais. Esta materialização ocorre na paisagem, e é por meio dela que temos o contato imediato com o espaço geográfico.

Vinculadas às relações sociais de produção, as representações são produzidas por sujeitos e é por meio delas que concebemos o mundo. São aproximações da realidade ou, no dizer de Lefebvre (2006), mediações. Daí decorre a necessidade de trabalhar os espaços urbanos e rurais atuais também como produtos, constituídos por um conjunto de representações, com significados e intencionalidades que legitimam e deslegitimam valores dos diversos grupos que os produzem.

No livro “A presença e a ausência”, o filósofo francês Henri Lefebvre discorre amplamente sobre o conceito de representação, buscando, a partir da dialética, simultaneamente descrevê-lo e situá-lo, apontando seus limites. Partindo do pressuposto que os conceitos são dinâmicos e múltiplos, mas simultaneamente históricos e limitados em sua apreensão – deixando certas questões ou problemáticas “fora de foco” - o autor contribui para a construção de uma teoria crítica das representações, recuperando a história do conceito no pensamento filosófico e apontando relações com outras noções importantes.

Lefebvre (2006), a partir de autores como Kant, Nietzsche, Marx, Heidegger e Hegel, discute a história das representações na filosofia, onde buscou-se, acima de tudo, a superação destas, na tentativa de se chegar à verdade absoluta, à essência, ao “saber puro”. A tentativa incessante de

transcender as representações, que marcou os debates teóricos em torno do conceito na filosofia, acarretou muitas vezes em um certo desprezo pelas mesmas, sem a devida exploração de seu potencial analítico.

Além disso, mostra Lefebvre, o conceito de representação por vezes aparece como sinônimo de ideologia, confusão aparente nos trabalhos de Marx, devido à falta de rigor em certas obras do autor e à difícil tradução das palavras alemãs “*Vorstellung*” e “*Darstellung*”. Como apontam Lutfi, Sochaczewski e Jahnel (1996, p. 91), Marx, sem esclarecer com precisão o significado do termo representação, o substitui gradualmente em suas obras pelo de ideologia. Assim, a conotação negativa atribuída às ideologias (vistas como “mentiras de classe”) se expande para as representações, que não são desenvolvidas na obra do autor.

Henri Lefebvre, de forma distinta, analisa a importância das representações na sociedade contemporânea, buscando suas diferentes genealogias e atribuições. O autor, que como de costume trabalha com aproximações, concebe as representações como mediações - por vezes de caráter extremamente ambíguo – entre o ser e o mundo (mas também entre a presença e a ausência, entre o verdadeiro e o falso, entre o “mesmo” e o “Outro”). Como apontam Lutfi, Sochaczewski e Jahnel (1996, p. 88) “Lefebvre reconhece-lhes a força, naquilo que impedem e no que permitem o *possível*.” É por meio delas que interpretamos a realidade e, por consequência, agimos sobre ela. Assim, elas simultaneamente possibilitam e limitam nossos projetos e concepções de mundo.

Os projetos, sonhos e utopias derivam das representações. É a partir delas que concebemos e transformamos a vida, projetando o virtual a partir de representações do real. Daí deriva a necessidade de “(se) representar, mas também transgredir as representações” (LEFEBVRE, 2006, p. 98, tradução nossa), criar novas representações, pensar o “impossível possível”.

Buscando abordar o problema da distância entre o ser e o pensamento, Lefebvre mostra que as representações:

[...] não se distinguem em verdadeiras e falsas, mas em estáveis e móveis, em reativas e superáveis, em alegorias – figuras redundantes e repetitivas – e em estereótipos incorporados de maneira sólida em espaços e instituições (LEFEBVRE, 2006, p. 24, tradução nossa).

Dessa forma, simultaneamente mascaram e revelam a realidade, “não são falsas nem verdadeiras, mas ao mesmo tempo falsas e verdadeiras: verdadeiras como resposta a problemas ‘reais’ e falsas como dissimuladoras de objetivos ‘reais’” (LEFEBVRE, 2006, p. 62, tradução nossa).

Sendo simultaneamente verdadeiras e falsas, as representações não podem ser absolutizadas, ocorrer e definir-se em si mesmas. Nesse aspecto, merece atenção a relação representação-representado, uma vez que as representações ocorrem a partir de sujeitos que as engendram mediante as suas percepções. Dessa forma, as representações são sempre produzidas, não podem:

[...] ser reduzidas a uma imagem de espelho, um reflexo. Pelo contrário, o espelho e o efeito de espelho, o duplo, a sombra, o eco, o reflexo pálido e a reflexão incerta fazem parte do mundo de representações e mediações. Isto permite ver como e porquê a representação é tão potente como necessária, mas também como não há representação privilegiada (LEFEBVRE, 2006, p. 168, tradução nossa).

Como afirmamos, as representações não são absolutas, não existem por si, mas são produzidas. Sendo produzidas, são permeadas por relações de poder, seja nas mais diversas expressões em que se manifestam. Dentre as inúmeras manifestações, Lefebvre confere destaque à linguagem, que torna-se fetichizada por meio da “arbitrariedade” dos signos, que se “desprendem” das coisas, tornando-se autônomos, representações de uma representação (LEFEBVRE, 2006, p. 26).

Nesse sentido, a legitimação de uma hierarquia e a constituição de uma hegemonia também se dão por distintos mecanismos, onde a própria linguagem expressa relações de poder, constituindo, nas palavras de Gramsci (2000), os “meios de produção espiritual” da sociedade. Como apontamos na Introdução, um discurso nunca é neutro, ou seja, sempre carrega uma forma de ver o mundo, está “localizado” no espaço e contém uma ideologia específica. Quando afirma-se verdadeiro, é um importante mecanismo portador de poder, além de ser um dos instrumentos por onde o poder circula, contendo diversas intencionalidades, como mostra Stuart Hall (2002), ao discutir Foucault. A perspectiva foucaultiana - assim como,



nesse aspecto, a de Hannah Arendt<sup>24</sup> -, demonstra que o poder não é uma “coisa”, algo que se possui ou se adquire, mas expressa sempre uma relação e por isso, pressupõe um “outro” (FOUCAULT, 1989). Ao apontar os defeitos e as diferenças desse “outro”, o discurso se proclama como superior e se auto-legitima, reproduzindo relações de poder através da própria linguagem.

As representações atravessam a linguagem, e em vista disso, simultaneamente vêm de dentro e de fora do sujeito. Não à toa, lembra Zizek (2013, p. 37), Hegel apontava repetidas vezes que, quando falamos, estamos sempre no universal, ou seja, com sua entrada na linguagem, o sujeito perde suas raízes no mundo vivido concreto.

Em termos mais patéticos, posso dizer que, no momento em que começo a falar, deixo de ser o eu sensualmente concreto, pois sou apanhado por um mecanismo impessoal que sempre me faz dizer algo diferente do que eu queria dizer – ou, como costumava dizer Lacan, eu não estou falando, estou sendo falado pela linguagem (ZIZEK, 2013, p. 37).<sup>25</sup>

Vindo simultaneamente de dentro e fora do sujeito, a representação refere-se a um processo imanente à dialética da consciência - abordada por Friedrich Hegel na “Fenomenologia do Espírito”<sup>26</sup> -, ainda que não seja,

<sup>24</sup> Hannah Arendt e Michel Foucault efetuaram importantes reflexões sobre as formas de poder e suas implicações. Os dois autores, além de demonstrarem que poder e discurso não podem nunca ser dissociados por completo, concordam na concepção de que o poder não é uma “coisa”, algo que seja propriedade de algum indivíduo ou que se possa armazenar, mas sim, como também destacam Souza (2017) e Hall (2002), uma relação, algo que se exerce. Entretanto, Marcelo Lopes de Souza afirma que, ainda que considerando o poder não apenas no sentido puramente “negativo”, mas também ressaltando sua face “afirmativa” e “produtiva”, “Foucault tratava o ‘poder’, na prática, acima de tudo como poder heterônomo, e por conseguinte como algo fundamentalmente problemático [...]” (SOUZA, 2017, p. 312). Já Arendt, associando o conceito de poder a muitos outros, destacou com maior ênfase o aspecto de poder associado à democracia em “sentido forte e próprio” (ARENDT, 1985), aproximando-se da concepção de Cornelius Castoriadis do poder como libertário ou autônomo, em contraposição ao poder heterônomo (SOUZA, 2017, p. 312-312).

<sup>25</sup> Friedrich Hegel, no primeiro capítulo da Fenomenologia do Espírito, discorre sobre a certeza sensível e a linguagem. Para ele: “[...] em toda certeza sensível só se experimenta, em verdade, o que já vimos: a saber, o isto como um universal, - o contrário do que aquela afirmação garante ser experiência universal.” (HEGEL, 1988, p. 81). Justamente pelo distanciamento do mundo vivido concreto pela linguagem, Hegel complementa: “[...] o isto sensível é inatingível pela linguagem, que pertence à consciência, ao universal em si” (HEGEL, 1988, p. 81).

<sup>26</sup> Na Fenomenologia do Espírito, Hegel busca “articular com um fio de discurso científico – ou com a necessidade de uma lógica – as figuras do sujeito e da consciência que se desenham no horizonte do seu afrontamento com o mundo objetivo” (VAZ, 1988, p. 10). O propósito de conhecimento racional do absoluto, para o filósofo alemão, passa, sem dúvida, pela refutação à imediatez no tratamento da consciência e do sujeito. Nas palavras de Robert Pippin (2014, p. 104): “Pondo de uma maneira definitiva, uma vez que o problema mente-mundo está conectado ao problema sujeito-sujeito e que tais sujeitos

para Hegel, uma faculdade ou forma de consciência. Ou seja, a representação está fundamentada na contradição intrínseca à tentativa de conhecer a realidade em si mesma. Esta tentativa, por sua vez, se trata de um ato psicológico definido pela dinâmica de exteriorização (*Ent-Äußerung*) e interiorização (*Erinnerung*) do conteúdo do pensamento (MALABOU, 2004, p. 111-112). Como aponta Robert Pippin (2014, p. 14):

[...] como Hegel tenta mostrar, qualquer relação cognitiva possível a objetos deve implicar o “eu” tomando o mundo “para si”, e assim algum tipo de autorrelação, ou de apercepção, entender teoricamente de que maneira um sujeito pode vir a conhecer a si mesmo em sua relação com toda alteridade [...].

Nas palavras do próprio Hegel: “A consciência de um outro, de um objeto geral é ela própria, necessariamente, consciência-de-si, ser-refletido em si, consciência de si mesmo no seu ser outro” (HEGEL, 1988, p. 127).

Uma vez que atravessam a linguagem e estão atreladas à relação psicológica que é estabelecida com a alteridade, as representações são concomitantemente internas e externas ao sujeito. Não existem apenas a partir de uma imposição de fora, com existência independente da constituição de cada sujeito e da história de cada indivíduo, assim como não são produzidas somente pelo sujeito, afastadas das relações sociais e da diferença. Como aponta Lefebvre:

O mesmo se ‘representa’ através do outro — o sujeito através do objeto —, o real através do ideal, a vontade obscura através das representações, etc. Isto significa que o mesmo não pode apresentar-se a si mesmo; não pode tornar-se presente a si mesmo sem passar pela prova do outro, da ausência e da abstração, do nada. Não pode prescindir da representação (LEFEBVRE, 2006, p. 167, tradução nossa).

Dessa forma, presença e ausência não configuram campos opostos, exclusivos, mas, pelo contrário, existem simultaneamente nas representações, uma prescinde da outra, uma é mediada pela outra e uma se complementa pela outra. Mais do que isso, uma se define pela outra; contraditoriamente formam uma unidade. Desse modo, não há presença absoluta e não há ausência absoluta (LEFEBVRE, 2006, p. 257), mas um duplo aspecto.

---

são entendidos como mutuamente dependentes em seu modo autotransformados de ser, o problema da consciência deve tornar-se o problema do *Geist* [...].”

Tal unidade contraditória surge em Lefebvre como um terceiro termo para essa dupla relação: o “presente-ausente”. Da mesma maneira em que supera a dicotomia representante-representado através da representação, complexifica a relação entre presença e ausência pelo “Outro” (o “presente-ausente”). Uma vez que nos definimos através do “Outro” (e pelas diferenças com relação a ele), este “Outro” está “presente-ausente”, configurando a relação de alteridade através do falso isolamento da diferença. Essa definição no “Outro”, lembra Slavoj Žižek (2013), não se trata simplesmente de um sujeito preexistente que primeiro se exterioriza e depois se reapropria de sua alteridade alienada: “o sujeito *strictu sensu* surge por esse processo de alienação no Outro” (ŽIZEK, 2013, p. 77). Já Hommi Bhabha (1998) chama essa definição de “externalidade do interior”, onde está introduzida “no âmago da subjetividade uma referência radical e anárquica para o outro que, na verdade, constitui a interioridade do sujeito”. (BHABHA, 1998, p. 38).

Da mesma forma que a presença se revela na ausência, o sujeito se constrói na comparação com seu “oposto”, ou seja, conhecemos a nós mesmos no “Outro”, nos auto-revelamos e nos movemos pelo “motor” da diferença. Não à toa, Fredric Jameson, em sua análise da filosofia de Hegel e na sua crítica aos “problemas organizacionais” derivados da tentativa de sistematização teleológica do pensamento do autor, afirma que “[...] o que foi esquecido é essencialmente o Outro, e a estrutura da autoconsciência que o choque do Outro produz/revela”<sup>27</sup> (JAMESON, 2010, p.14, tradução nossa). Este choque e esta diferença, em Hegel, mais do que separam, nos definem, nos movem:

A desigualdade que se estabelece na consciência entre o Eu e a substância – que é o seu objeto – é a diferença entre eles, o negativo em geral. Pode considerar-se como falha dos dois, mas é sua alma, ou seja, é o que os move. Foi por isso que alguns dos antigos conceberam o vazio como o motor (HEGEL, 1988, p. 40).

<sup>27</sup> Sobre a relação – e a “auto-revelação” – que o contato com o Outro produz na consciência, é relevante destacar, ainda, as contribuições de Freud, recuperadas por Name (2013, p. 44): “ [...] como aponta Freud, em tudo que é considerado estranho, há um pouco de familiar (FREUD, 1976, p. 275-315), justamente porque no processo de *reconhecer o outro*, há o de *reconhecer-se no outro*, espelhar-se e relacionar-se, havendo sempre duplicação, divisão e intercâmbio do eu.”

Com perspectiva semelhante, e imbuído da concepção de “identidade sujeito-objeto” como algo que tem essência e existência independente, Schelling discorre sobre a falsa separação na consciência entre o “mesmo” e o “Outro”, entre a representação e o seu objeto<sup>28</sup>. O filósofo mais uma vez ressalta que é fictícia a distância entre ser e pensamento:

Somente na autointuição de uma mente existe a identidade entre uma representação e seu objeto. Assim, para explicar a correspondência absoluta entre uma representação e seu objeto, sobre a qual depende a realidade de todo o nosso conhecimento, é preciso demonstrar que a mente, na medida em que intui objetos, intui realmente a si mesma. Se isso puder ser mostrado, então a realidade de todo nosso conhecimento será assegurada. (SCHELLING, 1997, p. 336 apud BEISER, 2014, p. 24)

De uma forma ou de outra, os autores mencionados abordam as tensões, ou melhor, a dialética entre as representações e o real. Essa dialética, por sua vez, é movida pelo conflito que existe com relação ao “vazio”, à “ausência”, ao “negativo”, que contraditoriamente revelam um aspecto de positividade que dá lugar à “unidade de opostos”. A relação representado-representante, portanto, não é unilateral ou unidimensional, mas mediada pelas representações e vinculada tanto aos aspectos da consciência como às relações sociais de produção.

Rua (2007, p. 163), a partir da tríade representado-representação-representante, mostra como o estudo das representações “permite compreender o processo pelo qual a força do representado é suplantada pelo seu representante por meio das representações”. Trata-se de um jogo dinâmico, uma relação intercambiável e contraditória entre estes três momentos que constituem a tríade. Assim:

Entre as representações, umas são engendradas pelas relações e pelo modo de produção e se põem a serviço de ambos, elaborando-se em ideologia e cientificidade. Outras vêm de mais longe, do mais profundo, de sociedades anteriores, de mitologias, de religiões. Com o passar do tempo foram sendo modificadas, desprendendo-se dos arquétipos simbólicos. Passaram então a servir para dissimular, simulando outra coisa.

<sup>28</sup> Vale destacar que a semelhança na perspectiva dos dois autores se refere, nesse caso, à identidade entre a representação e seu objeto e, conseqüentemente, à forma como intuimos a nós mesmos ou nos autoconhecemos a medida em que intuimos objetos. Entretanto, enquanto em Schelling essa relação aparece como uma unidade ou identidade profunda, em Hegel, tal relação aparece mais como uma unidade dialética, e, portanto, contraditória, conflituosa.

Estão em todas as mentes (LEFEBVRE, 1980, p. 69, apud RUA, 2007, p. 163).

Estando em “todas as mentes”, as representações vinculam-se à hierarquia estabelecida nas relações sociais, ou seja, (re)produzem-se desigualmente no espaço. Torna-se importante, desta maneira, recuperar outra tríade analítica de Lefebvre, que tem como foco a espacialidade: as práticas espaciais (o espaço da experiência e da percepção aberto ao toque físico e à sensação); as representações do espaço (o espaço como concebido e representado); e os espaços de representação (o espaço vivido das sensações, a imaginação, das emoções e significados incorporados no modo como vivemos o dia a dia). (LEFEBVRE, 1991).

O urbano está relacionado às representações do espaço, mas também aos espaços de representação (sendo permeado pelas práticas espaciais). Ainda que produzido desigualmente, incorpora tanto as representações hegemônicas, dos saberes técnicos e racionais, como as locais, do espaço vivido, sejam elas “contra-representações” de resistência ou apenas reproduções dos valores impostos. Esta consciência de que o espaço não é apenas resultado das representações hegemônicas, ou um rebatimento direto dos interesses dominantes, é fundamental para a concepção do mesmo em movimento, aberto e em constante devir.

Assim, o urbano (enquanto representação) só revela a presença de uma determinada concepção da relação sociedade-natureza na ausência das distintas manifestações espaciais (e vice e versa). A paisagem urbana contém o “Outro” nela, simultaneamente retrata e esconde as disputas ideológicas e simbólicas travadas no espaço. A discussão sobre o rural em certos trabalhos cujas temáticas residem, fundamentalmente, no espaço urbano – como algumas das obras de Henri Lefebvre, previamente mencionadas -, desta maneira, não se deu por acaso. É através do rural que o urbano se define, e, assim, o rural está contido na paisagem urbana. A paisagem, portanto, enquanto espaço-representação<sup>29</sup> (HAESBAERT,

---

<sup>29</sup> Faremos uma discussão mais aprofundada sobre a paisagem enquanto espaço-representação no terceiro capítulo, em que analisaremos as transformações das paisagens das localidades de estudo em virtude das novas relações urbano-rurais associadas a um contexto de metropolização do espaço.

2014), simultaneamente apresenta a realidade e mascara a mesma, num movimento constante e contraditório.

Porém, da mesma forma que as representações envolvem as ideologias, mas as ultrapassam, a paisagem urbana não está relacionada apenas à reprodução do capital e ao espaço dominante em uma sociedade (associado ao modo de produção). Está permeada pelas práticas espaciais, as expressa e as produz, assim como condiciona novas percepções. Aí reside um avanço significativo trazido pelo pensamento de Lefebvre, ou seja, sua tentativa de transcender o dualismo entre concebido/abstrato e percebido/concreto para incorporar sua personificação como vivido (HALFACREE, 2007).

Uma vez que temos como ponto de partida a concepção de produção – e, da mesma forma, produção do espaço – como associada simultaneamente a aspectos materiais e imateriais, analisar as transformações espaciais nas localidades de Vargem Grande e Barracão dos Mendes é também analisar as transformações nas percepções, nos imaginários construídos, na reconstrução de identidades territoriais e na forma como tais aspectos são abordados na produção do conhecimento. Portanto, as representações de urbano e rural – vinculadas tanto às figuras da linguagem e do pensamento, como à prática social material – não podem ser dissociadas das transformações espaciais que analisamos. Pelo contrário, defendemos a centralidade das representações enquanto possibilidade de análise não-dicotômica das relações entre estes espaços na atualidade.

As representações atravessam o urbano e o rural, ressignificam as localidades e mediam as relações entre ambos. É assim que, tendo como base a teoria crítica das representações desenvolvida por Henri Lefebvre e o pensamento de Friedrich Hegel - talvez a principal inspiração do autor para estas formulações -, propomos a reflexão sobre a alteridade na produção de representações do urbano e do rural. É da negação do rural que se constrói o primado urbano, um urbano que, por conseguinte, contém o rural enquanto negação em sua própria definição.

A dificuldade de qualificar e classificar as localidades em questão nos demanda uma contestação dos parâmetros que até então nos serviam

de fundamento. Em que medida a tentativa de reafirmar a ruralidade nas bases empíricas estudadas se dá a partir da negação do urbano (da negatividade do urbano e da crise do urbano manifestada no “caos da cidade contemporânea”)? Mais do que isso, em que medida a própria ruralidade enquanto representação nesses espaços não é, contraditoriamente, uma manifestação do urbano – da “lógica urbana” -, e uma evidência dos mecanismos de acumulação por espoliação na produção capitalista do espaço? O que apreendemos é que o urbano contém o rural em seu conteúdo, em sua acepção, e vice e versa. Não apenas contém, mas um se define pelo outro, ou melhor, pelas “ausências”, pelo “vazio”, pela “negatividade” encontradas no outro.

Às vezes a maneira mais fácil de explicar ou caracterizar estes espaços é em relação ao seu “oposto”. Apontar o que define uma área como urbana ou rural é um exercício que, naturalmente, nos remete a comparações, a tentativas de caracterizações do que seriam espaços “não-urbanos” ou “não-rurais”. Fugir disso é uma tarefa extremamente árdua. A tensão está sempre presente nos discursos - e, como veremos no terceiro capítulo, permeia inclusive as falas dos mais diversos grupos sociais que produzem espaço nas áreas de estudo - e os autores utilizados nos auxiliam a compreender que totalidade e fragmentação são momentos articulados e não-lineares da dialética. Pensar o “presente-ausente” nas relações urbano-rurais contemporâneas exige repensar o método na geografia e aqui, tentamos executar isso ao recuperar o estudo crítico das representações para interpretar criticamente as definições formais. É a abordagem dos desenvolvimentos geográficos desiguais, imbuída das intrínsecas representações de urbanidades e ruralidades no espaço, que dá unidade - uma unidade contraditória - e movimento à análise das transformações espaciais.

As delimitações formais e os critérios legais abordados no início do capítulo não deixam de ser representações. São representações que, contudo, sem dar conta da realidade social concreta, podem constituir estigmatizações sobre os espaços analisados, com recortes arbitrários que sobrevalorizam a forma em detrimento do conteúdo. Restringindo-se à forma, muitas vezes deixam de lado as tensões, as ausências, ainda que

esse próprio processo, ou seja, as escolhas e prioridades, revelem as ausências e a alteridade nelas mesmas.

Daí assimilamos que a figura do Outro é também geográfica. Ainda que tradicionalmente abordada nos campos científicos que costumam fazer referência aos fundamentos da mente, do pensamento, dos sonhos e do inconsciente – seja na fenomenologia hegeliana ou no campo da psicanálise, com Lacan<sup>30</sup>, por exemplo -, a dialética entre internalização/isolamento da diferença é um processo intrínseco à produção do espaço. Por isso consideramos pertinente a incorporação das ideias destes autores para pensar urbano e rural, por mais que estas categorias não sejam comumente encontradas em seus campos de debate e ainda que discordemos de algumas de suas perspectivas.

A intrínseca relação de interiorização e exteriorização que discutimos revela uma tensão, ainda que esta tensão constitua, nas áreas que estudamos, muito mais a manifestação das contradições próprias de uma integração na escala do urbano ou das relações sociais de produção do capital. É sobre essa relação de integração e ruptura, homogeneização e fragmentação, que discorreremos com maior ênfase no próximo tópico, a partir das urbanidades e ruralidades.

### **3.4. Urbanidades e ruralidades em contraposição às dualidades: A dialética do rural e do urbano na fase de refusão da relação cidade-campo**

Maria Isaura Pereira de Queiroz, em “Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil” (1978), aborda, entre outras coisas, as perspectivas da Sociologia Rural sobre as transformações nas relações

---

<sup>30</sup> No que se refere ao pensamento de Lacan, nos interessa particularmente a figura do grande Outro, constantemente lembrada por Žižek em seus textos e associada, justamente, à relação entre o inconsciente e a linguagem (CAMPOS, 2017, p. 27-28). A figura do grande Outro remete a um lugar que não se identifica com o semelhante, com o próximo, com nossos pares (um duplo de nós mesmos). Um lugar, portanto, que exerce a função de alteridade radical do Outro. Trata-se, evidentemente, de um lugar simbólico, de onde recebo minha própria mensagem em sua negação, de maneira invertida, fazendo com que eu escute e conheça a mim mesmo para além da posição enquanto “eu” ou “o mesmo”, como aparece na terminologia de Henri Lefebvre (2006). Estas representações envolvem, além da linguagem, elementos como a morte e a diferença sexual, figuras resgatadas constantemente por Lefebvre em “A presença e a ausência”.



entre cidade e campo no Brasil e na América Latina. Segundo a autora, os pesquisadores que abordam as principais questões relacionadas à Sociologia Rural, como a divulgação das inovações e o próprio êxodo rural

[...] não têm o costume de considerar as relações entre campo e cidade como estreitamente interdependentes e se influenciando mutuamente de modo profundo. Sua posição é muito mais a de verificar como paralelamente se desenvolvem as duas realidades, quais as concomitâncias e divergências através do tempo, do que realmente a de colocar a ambas num mesmo conjunto mais amplo e tentar visualizar que lugares ocupam no interior de uma única estrutura. Isto é, a perspectiva adotada foi em geral a de considerar que se tratava de duas sociedades bastante díspares, que podiam se interinfluenciar, porém que constituíam duas “coisas” de essência diversa, que não se misturavam. Ou então, quando se misturavam, os elementos rurais constituíam “sobrevivências” no meio citadino, os elementos citadinos constituíam “inovações” no meio rural. Tinham-se sempre em mente o “atraso” da sociedade rural em relação à sociedade urbana, e este atraso era interpretado como um indicador seguro da diferença essencial existente entre ambos (QUEIROZ, 1978, p. 265).

A autora, em contraposição às perspectivas fragmentárias e dualistas, busca pensar o que chama de dialética do urbano e do rural, mostrando as interrelações contraditórias entre os espaços, sobretudo por meio de exemplos brasileiros. De maneira semelhante, e inspirados pelos referidos estudos, objetivamos aqui sair de uma relação entre urbano e rural puramente pautada na oposição para chegar a uma relação associada aos desenvolvimentos geográficos desiguais, conforme apontamos no primeiro capítulo. Entretanto, nos cabe a seguinte pergunta: Como evitar que mesmo uma abordagem mediada pelos desenvolvimentos geográficos desiguais não caia em interpretações dicotômicas da realidade, com fragmentações desnecessárias e parcelas isoladas? Destacamos, de início, que não temos esta resposta, e muito menos almejamos alcançar uma reflexão sobre as transformações espaciais nas localidades de Vargem Grande e Barracão dos Mendes que ultrapasse por completo as delimitações político-administrativas ou os recortes formais implementados, uma vez que constantemente ficamos presos à representações e delimitações absolutas destes espaços ao longo da análise. Ainda assim, se é que existe solução para o desafio proposto, acreditamos que seja entendendo o espaço através das representações, que atravessam essas delimitações, simultaneamente unem e separam

esses espaços, uma relação de integração/ruptura, internalização/externalização, que certamente está em consonância com os desenvolvimentos geográficos desiguais. Em outros termos, imbuídos do caráter de totalidade da produção do espaço, trata-se de refletir dialeticamente sobre as presenças e ausências, sobre o “Outro” que está contido e que constrói cada um desses espaços.

Discutimos, ao longo deste capítulo, como as concepções de urbano/rural, cidade/campo foram pautadas, acima de tudo, em diferenciações, por vezes ilusórias ou puramente formais e abstratas, entre as características de ocupação, atividades econômicas e modos de vida destes espaços. Estas diferenciações, por sua vez, foram pautadas em comparações entre o progresso e o atraso, o evoluído e o primitivo, um confronto simbólico alicerçado na concepção de desenvolvimento enquanto fundamento primordial da modernização capitalista.

Conforme aponta Neil Brenner, mesmo nos debates sobre como definir melhor a especificidade da vida urbana, “esta foi universalmente demarcada em oposição a uma zona supostamente ‘não urbana’, geralmente classificada como ‘rural’” (BRENNER, 2017, p. 186, tradução nossa). As cidades – e, posteriormente, “conurbações”, “cidades-regiões”, “cidades-globais”, “megacidades”, “regiões metropolitanas”, dentre outros termos – representavam, segundo o autor “um tipo particular de território que era qualitativamente específico e, portanto, diferente dos espaços supostamente não-urbanos que estavam além de suas fronteiras”.

Estes espaços ou zonas “não-urbanos” foram, em geral, deixados de lado pelos pesquisadores, como se estivessem paralisados no tempo e para além das transformações em curso na sociedade. Assim,

As demarcações que separam zonas urbanas, suburbanas e rurais foram reconhecidas por mudar historicamente, mas os próprios espaços foram assumidos por se manterem discretos, distintos e universais. Enquanto desacordos paradigmáticos se acentuaram em relação à natureza precisa da cidade e do urbano, todo o campo de estudos há muito tempo pressupõe a existência de um domínio relativamente estável, supostamente não-urbano, como um “fora constitutivo” para suas operações epistemológicas e empíricas (BRENNER, 2017, p. 186-187, tradução nossa).

Entretanto, mais do que “sobrevivências”, algumas características que seriam próprias do rural hoje voltam a ser valorizadas pelos cidadãos. Se a

lógica urbana se manifesta enquanto crise, a ruralidade aparece enquanto refúgio. De maneira interligada e contraditória, essa ruralidade - o conteúdo social diferenciado do rural - é transformada, mercadificada, incorporada ao urbano enquanto escala mais ampla da produção capitalista do espaço.

É justamente a partir dessa expansão da lógica da mercadoria - ou do “urbano” - que o espaço rural se complexifica na atualidade, o que dificulta cada vez mais a distinção entre o mesmo e o urbano. Essa difusão do “urbano” ocorre segundo os parâmetros da lei de reprodução ampliada do capital, caracterizada por ser crescente, expansiva. Ou seja, já que a tendência do capital é se expandir e dominar progressivamente todos os ramos e setores da produção, a lógica da mercadoria tende a integrar o espaço como um todo, o que resulta na geração de novas atividades e funções para rural, além de novas tendências e perspectivas que ganham destaque.

Assim, como sinalizamos na Introdução, a partir de Graziano da Silva (2001), o rural não se opõe ao urbano enquanto símbolo de modernidade. Conforme destacamos, existem símbolos associados a divisão social do trabalho, onde o rural foi historicamente apontado como atrasado, involuído. Apesar da concepção do atraso, da violência, associados a razões históricas, é notável na atualidade a emergência de um novo rural, movido pelo turismo e pelo agrobusiness e com novos sujeitos sociais. Entre estes diversos sujeitos ou grupos sociais, Graziano da Silva destaca os neo-rurais, os moradores de condomínios rurais de alto padrão, os empregados domésticos e aposentados, os agricultores familiares pluriativos, e os mihões do que chama de “sem-sem” (crescente categoria de excluídos e desorganizados).

A precariedade no acesso à terra e a ausência de carteira assinada, luz elétrica, água canalizada e esgoto não são características que se restringem ao rural, aparecendo com grande intensidade nas pequenas e médias cidades (e até nas grandes cidades). Cabe, ainda, destacar o papel de algumas políticas governamentais, como o Pronaf e o Bolsa Família, que através do impacto no bem-estar e na atividade produtiva, borram cada vez mais as fronteiras entre urbano e rural. Assim, até o baixo rendimento domiciliar parece hoje estar muito mais associado ao isolamento (às

chamadas “áreas remotas”) do que às classificações de urbano e rural. O campo enquanto precariedade, limitação, torna-se uma concepção inválida, a medida em que as cidades compartilham de muitas das dificuldades e mazelas sociais.

Esse “novo rural” é caracterizado também pelo número crescente de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas. O processo histórico de êxodo rural é “compensado” com o crescimento dessas atividades, que agora marcam a vida no campo. A dinâmica agrícola, embora fundamental, já não determina sozinha os rumos da demografia no campo. A tendência da urbanização fez com que as áreas rurais se organizassem econômica, social e culturalmente de acordo com os requerimentos urbanos, evidenciando o jogo de forças desigual que ocorre. Vargem Grande é um exemplo notável destas atividades. Um bairro outrora marcado pelas pequenas propriedades, exerce agora centralidade na região pelo potencial turístico, com hotéis e condomínios de veraneio que atraem pessoas de diferentes cidades do país. A evasão da população rural do setor agrícola para “novos tipos de ocupações”, sobretudo a partir da exploração do turismo e transformação de espaços rurais em áreas de lazer (CARNEIRO, 2012, p. 29), é tendência em boa parte da Região Serrana Fluminense, fornecendo novas “alternativas de trabalho para jovens filhos de agricultores (jardineiros, pedreiros, caseiros, empregadas domésticas, dentre outras) [...]”.

Tais transformações são frutos do movimento contraditório de desenvolvimentos geográficos desiguais que elucidamos no capítulo anterior, onde valorizam-se determinados elementos e símbolos do espaço em detrimento de outros, numa dinâmica constante. Assim, são criados novos imaginários sobre o espaço rural, apoiados também no “pensamento verde”, que revaloriza o campo como sinônimo de harmonia e tranquilidade em oposição ao caos da cidade. Ocorre uma verdadeira ressignificação dos lugares rurais, onde certos valores são incorporados, inclusive, à vida das grandes cidades. “Microcosmos” de áreas de agricultura tradicional, hortas urbanas, festas e músicas características são exemplos dos elementos típicos do rural incorporados à vida urbana. Nas palavras de Henri

Lefebvre, são “ilhas de ruralidade” entre as malhas do tecido urbano (LEFEBVRE, 2011 p. 19).

Aqui, torna-se útil recuperar Sobarzo, que aponta:

Essas novas relações cidade/campo não devem ser pensadas como de dependência ou de “mão única”, já que não é somente a cidade que irradia o conhecimento, a racionalidade ou os comportamentos para o campo, mas é o campo que em função de suas demandas determina alguns processos na cidade (SOBARZO, 2013, p. 56).

Entretanto, não podemos deixar de destacar a negociação desigual entre os atores locais e supralocais, onde esta ressignificação muitas vezes não visa a manutenção de práticas e valores tradicionais para as populações rurais, mas, pelo contrário, busca criar cenários, simulacros da vida no campo para as populações das grandes cidades. No bairro de Vargem Grande, é notável a contradição: por um lado há a diminuição da agricultura, levando as populações locais a ocuparem-se de outras atividades e, muitas vezes, tendo que buscar outras opções de moradia na região; por outro, ocorre a chegada de numerosos empreendimentos associados à “vida no campo”, valorizando a tranquilidade e o contato com a natureza, numa verdadeira simulação da vida rural. Já na localidade de Barracão dos Mendes, a contradição se apresenta de outra forma. Mais do que uma simulação da vida rural, o que se percebe é uma vida ainda fundamentada ao redor da dinâmica agrícola - sobretudo de pequenas propriedades familiares e estufas -, mas cada vez mais permeada por símbolos e elementos advindos da metrópole, como a lógica consumista, as relações mediadas pelas ferramentas da Internet e preocupações antes restritas às cidades.

São os efeitos do que Candiottto e Corrêa (2008, p. 238-239) denominam de “ruralidade dos urbanos”, que, para além das territorialidades próprias da população rural, “[...] estariam ligadas à utilização do rural como mercadoria, manifestadas na busca idealizada de um rural/natureza, bucólico e tranquilo, onde a vida é mais devagar, mais saudável e sem *stress*.” Estão associadas, portanto, aos aspectos que a população urbana percebe como identitários do rural:

[...] os urbanos valorizam o rural como paisagem, e buscam um rural sem os inconvenientes tradicionais do campo (mau cheiro, insetos, sujeira, animais peçonhentos, trabalho pesado),

e com o máximo de conforto das cidades (infraestrutura, boas estradas, TV, internet, piscina, ar condicionado, etc.). É de se entender, portanto, que existe uma diferença entre as ruralidades “reais” e as ruralidades idealizadas pela mídia, pelos empresários e pelos políticos, que influenciam a percepção dos habitantes urbanos, atraindo-os para o consumo do espaço rural (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p. 239).

Por outro lado, as chamadas “urbanidades no rural” (RUA, 2005, 2011 e 2016) também aparecem como evidência dessa hibridez, unificado o espaço sob a lógica do mercado. Estas “seriam todas as manifestações materiais e imateriais com caráter inovador em áreas rurais, sem que, por isso, fosse identificado tal subespaço como urbano”, como mostra Rua (2011, p. 4), que completa:

Considera-se que as urbanidades podem ser constituídas por uma enorme gama de manifestações, que incluem, em seus aspectos materiais, a melhoria da infra-estrutura e dos meios de comunicação, novas formas de lazer, a segunda residência, o turismo, as indústrias, o acesso a bens de consumo coletivos, especulação imobiliária e o preço da terra, novas relações de trabalho, direitos trabalhistas, aposentadoria rural, dentre outros indicadores a relevar. Como aspectos imateriais poderiam ser citados os valores, a moda, a preocupação com a segurança, os costumes e os hábitos difundidos pela mídia que alteram sobremaneira a vida cotidiana rural. No dizer de Lefèbvre, (2001, p. 12) “uma racionalidade divulgada pela cidade”.

Por meio da interação entre diferentes escalas espaciais, Rua (2006) dá destaque à chamada “urbanização ideológica”, significativamente mais ampla do que a urbanização física. Trata-se de um processo difuso, comportamental, e que gera, na escala local, um rural transformado em sua relação com o urbano, mas sem deixar de ser rural. É na escala local que se percebe mais concretamente o caráter híbrido dos territórios, em um processo que produz múltiplas territorialidades, vividas de maneira diferenciada, desigual. O aspecto desigual é associado, pelo autor, à possibilidade de vivenciar e experimentar múltiplas territorialidades, “transitar” entre as escalas e as possibilidades de ação (RUA, 2006, p. 101).

Dialogando com Lefebvre a partir de uma abordagem multiescalar – que abarca tanto a escala da urbanização que abrange todo o território como as outras escalas, correspondentes a leituras particulares das interações entre global e local, urbano e rural (RUA, 2006, p. 91) -, João Rua aborda a ressignificação do espaço rural pelo contato com as urbanidades. Portanto, mais do que um rural urbanizado, constrói-se algo novo, um espaço híbrido, múltiplo, mas profundamente reconfigurado pela

intrusão de elementos urbanos. A relação urbano-rural, assim, definitivamente não se manifesta de forma simétrica, mas evidencia um jogo desigual de escalas de ação, onde a “ênfase no rural não pode ser exagerada” (RUA, 2006, p. 94).

Daí apreendemos que a “valorização do rural”, a retomada das ruralidades – ainda que de maneira simulada ou idealizada - podem expressar nada mais do que sua mercantilização (KIELING; SILVEIRA, 2015, p. 139) e, portanto, na perspectiva lefebvriana, uma expressão da lógica ou racionalidade urbana, logo, uma urbanidade. O rural, nesse sentido, torna-se também, nas palavras das autoras, “[...] mercadoria vendida nas ‘prateleiras’ das agências de turismo.” Assim, “[...] ao transformar o espaço rural em mercadoria, subtraem-se elementos que podem ser essenciais à preservação de valores simbólicos que os caracterizam e lhes dão sentido.” Tal “desterritorialização” do rural também é trazida por Paul Cloke (2006, p. 19), que se refere à mudança gradual de ênfase do domínio da economia agrícola nas áreas rurais, “de paisagens de produção para paisagens de consumo”.

Por esse ângulo, a perspectiva centrada nas chamadas “novas ruralidades” e a vertente que discute as urbanidades no rural apresentam semelhanças, como destaca João Rua (2006, p. 99). O autor aborda as “intrincadas formas de produção do espaço rural” pelas territorialidades híbridas que se manifestam na atualidade (RUA, 2006, p. 83)

Portanto, Rua ultrapassa a divisão tradicional entre urbano e rural por meio de novas territorialidades, o que leva a constituição de urbanidades e ruralidades. Vemos um movimento de integração onde há uma difusão de atitudes e condutas “urbanas”, vinculando cada vez mais as práticas no rural ao mercado. Por outro lado, certos valores rurais são resgatados e até reafirmados enquanto aspectos identitários. O rural, ainda, é valorizado enquanto estilo de vida, notadamente a partir das experiências de maior contato com a natureza.

É nessa direção que Cloke indica que:

[...] não apenas aquela mudança rural constituiu uma indefinição das fronteiras convencionais entre o campo e a cidade, mas também que tal obscurecimento funciona em ambas as

direções, indicando uma urbanização do rural e uma ruralização do urbano (CLOKE, 2006, p. 180, tradução nossa).

Embora alguns autores apontem que a difusão de características comuns denotaria uma tendência a homogeneização dos espaços, defendemos que a intensificação das inter-relações ocorre sobretudo pelas características próprias, pelas peculiaridades de cada um. Portanto, no lugar do fim do rural e da vida no campo, vemos um maior contato entre as representações do rural e do urbano, ressignificando ambos os espaços.

A relação “urbanidade-ruralidade”, portanto, não desaparece; pelo contrário intensifica-se, e isto mesmo nos países mais industrializados. (...) Aqui ou ali, as tensões tornam-se conflitos, os conflitos latentes se exasperam; aparece então em plena luz do dia aquilo que se escondia sob o “tecido urbano” (LEFEBVRE, 2011, p. 19).

De maneira semelhante, tanto Carneiro (2012) como Candiottto e Corrêa (2008) defendem que a ruralidade não pode mais ser definida com base na oposição à urbanidade. “Pelo contrário, a revalorização da natureza cria uma urbanidade contemporânea que revaloriza a vida no campo e a produção de alimentos saudáveis” (CANDIOTTO e CORRÊA, 2008, p. 234). Este é o caso das transformações no bairro de Vargem Grande que mencionamos, ou seja, objetos e práticas característicos do rural – e que são componentes do que seria a identidade da população rural – são revalorizados e recriados enquanto um imaginário, justamente a partir do crescente contato com a urbanização e com as relações cada vez mais intensas com a metrópole.

Trata-se do que Ruy Moreira (2005) denominou de fase de refusão da relação cidade-campo. Tal fase corresponderia ao momento atual, onde, no capitalismo avançado, com a divisão do trabalho globalizada e mundializada, a cidade e o campo passam a “organizar-se com base numa difusão dos meios de transferência (meios de transporte, de comunicação e de transmissão de energia)” (MOREIRA, 2005, p. 2). Nesse contexto, a indústria tem maior facilidade para desenvolver-se no espaço rural, fazendo com que a função primário-agrícola e industrial se fundam no campo e que a cidade se terceirize como função econômica exclusiva. O campo, segundo o autor, passa por uma “incrível metamorfose”, com novos hábitos de consumo e a alteração dos modos de vida a partir da cultura urbana. Os



costumes da antiga cultura rural, entretanto, “permanecem arraigados por trás das cidades em que ele transforma” (MOREIRA, 2005, p. 5).

Na “nítida relação simbiótica” constituída, a mídia e o poder político não podem ser desconsiderados. A urbanização assume outras facetas e a adequação da linguagem, das imagens fornecidas, é crucial na divulgação das mensagens. Nesse caso, Moreira (2005) chama a atenção para o jogo de forças que ocorre, onde símbolos históricos e paisagísticos locais constantemente impregnam as imagens do consumo. Ao passo em que ocorre a generalização de um modo de vida centrado na mercadoria, contraditoriamente “uma nova grade de fragmentação vai se multiplicando sobre o pano de fundo da antiga divisão cidade-campo” (MOREIRA, 2005, p. 6). Não mais restrita aos centros pavimentados e edificados, a urbanização altera os cotidianos rurais e fragmenta o território “não-urbano” em “diferentes áreas de recortes de gestão e funcionamento”.

Neil Brenner, em direção semelhante, busca “desenhar” outras urbanizações no intuito de representar mais fielmente a realidade. Para o autor, a urbanização implica mais do que a “difusão universal das ‘cidades’ como unidades elementares de assentamento humano” ou o “crescimento das ‘cidades’ enquanto unidades de assentamento espacial limitadas dentro de um território” (BRENNER, 2018, p. 314-315). Trata-se, segundo ele, de um processo que também compreende o rural, o interior ou a hinterlândia, e, mais do que isso, por vezes coloca estes espaços como estrategicamente centrais aos processos de destruição criativa que sustentam a urbanização capitalista. Desse modo, são tão importantes ao capital como os densos centros urbanos que costumam monopolizar a atenção dos urbanistas (BRENNER, 2018, p. 317). De maneira simplificada, para o autor:

[...] não é mais plausível confiar na distinção urbana/ rural (ou urbana/ não-urbana) herdada para caracterizar as diferenças variadas que se obtêm entre zonas densamente aglomeradas e as zonas menos densamente povoadas de uma região, um território, um continente ou o globo (BRENNER, 2017, p. 188-189, tradução nossa).

Nessa tentativa de “desenhar outras urbanizações” a partir de outras perspectivas e de uma exploração sistemática de espaços considerados não-urbanos (sobretudo a chamada hinterlândia e as chamadas paisagens

operacionais), Brenner (2018) nos apresenta duas propostas em vias de conclusão:

A herança deixada pelo vocabulário que descreve os espaços não urbanos – rural, interior, hinterlândia – está enquadrada em um fundamento bastante externalista que tende a diferenciar esses espaços em termos analíticos e espaciais com relação às zonas tradicionalmente urbanas das cidades. Entretanto, hoje em dia é preciso encontrar novas formas de interpretar e mapear os variados territórios, paisagens e ecossistemas do planeta em urbanização de modo que não sejam binariamente postos em oposição a essas “cidades” e/ou que não tenham suas utilidades operacionais desvalorizadas quando observadas pelo fetiche dos critérios demográficos. A “não cidade” não pode mais ser vista como algo exterior ao urbano; ela vem se transformando em terreno estrategicamente essencial para a urbanização capitalista.

A forma capitalista da urbanização continua a produzir padrões contextuais de aglomeração, mas isso tem transformado inevitavelmente, do mesmo modo, espaços não urbanos em intensas e extensas zonas de infraestrutura industrial – as *paisagens operacionais*. Em contraste às conhecidas hinterlândias, nas quais diferentes “dádivas” da natureza presentes nesses locais (como matérias-primas, fontes de energia, trabalho, comida e água) são apropriadas para a produção de *commodities*, as paisagens operacionais consistem no redesenho industrial das atividades extrativistas, agricultoras e logísticas desses territórios para engendrar uma melhor otimização das condições sociais, institucionais, biológicas, ecológicas e de infraestrutura que favoreçam a acumulação de capital, em geral votado para à exportação. Assim sendo, enquanto as hinterlândias são meras “incubadoras” da produção de *commodities* dentro de um determinado terreno, as paisagens operacionais, por sua vez, são espaços planejados mediante as configurações do espaço urbano-industrial, sendo reflexivamente desenhados e monitorados para acelerarem e intensificarem a acumulação de capital no mercado mundial” (BRENNER, 2018, p. 319-320).

A dependência da contínua mobilidade do capital explica em grande parte a transformação das chamadas paisagens operacionais, da hinterlândia, do rural ou de tudo que não é entendido como cidade. Como sinaliza Neil Smith (1988), a escala urbana é onde o capital encontra sua maior mobilidade. A ampliação desta escala, agregando simultaneamente a cidade e o campo, resulta em espacialidades híbridas, múltiplas territorialidades e representações que ultrapassam as delimitações formais estabelecidas, com ruralidades e urbanidades se mesclando na fase de refusão cidade-campo.

Portanto, se o modo de produção se realiza a partir da produção do espaço, este processo ocorre através da expansão do fenômeno urbano. “O conceito de urbano, dialético, não permanece imóvel e estático”

(LEFEBVRE, 1986, p. 162), assume diversas expressões na atualidade. Enquanto urbanização dispersa, desprende-se da cidade, deixa de restringir-se a uma área formalmente delimitada, confrontando as tradicionais delimitações dicotômicas e complexificando a análise. Conforme já destacamos, se “a cidade está morta, [...] no entanto, ‘o urbano’ persiste, no estado de atualidade dispersa e alienada, de embrião, de virtualidade” (LEFEBVRE, 1991, p. 105). O urbano cria um novo rural e, nesse processo, igualmente se recria, se redefine se ressignifica pelo contato e pela diferença.

As relações urbano-rurais em Barracão dos Mendes e Vargem Grande são marcadas por esse contato, pela mistura desordenada de urbanidades e ruralidades que traz novos significados e conteúdos para as representações do espaço. Os “múltiplos rurais” integrados na escala do urbano na área de estudo, expressam uma infinidade de transformações, desvinculando-se dos terrenos conceituais em que estavam tradicionalmente circunscritos. É sobre seus distintos conteúdos sociais em um contexto de generalização de um modelo reducionista de desenvolvimento e planetarização das relações capitalistas na integração urbano-metropolitana, que discorreremos no último capítulo, partindo das transformações espaciais nas localidades escolhidas. Como conclui Paul Cloke:

A ruralidade é caracterizada por uma multiplicidade de espaços sociais que se sobrepõem à mesma área geográfica, de modo que enquanto os espaços geográficos da cidade e do campo se tornaram turvos/indistintos, é na distinção social da ruralidade que permanecem diferenças significativas entre o rural e o urbano (CLOKE, 2006, p. 19, tradução nossa).

#### **4. Os desenvolvimentos nas relações urbano-rurais em espaços de metropolização: As localidades de Vargem Grande (Teresópolis-RJ) e Barracão dos Mendes (Nova Friburgo-RJ)**

Neste capítulo, o foco da análise recairá sobre o atual contexto de metropolização do espaço no âmbito das relações urbano-rurais. Mais voltado para a base empírica que os demais, o capítulo terá a discussão centrada nas transformações percebidas nas localidades de estudo. Isso não significa que deixaremos de abordar os desenvolvimentos geográficos desiguais. Pelo contrário, analisaremos o processo a partir de suas manifestações espaciais nas localidades rurais.

Conforme apresentamos na Introdução, sem dissociar absolutamente sujeito/objeto e concreto/abstrato, naturalmente partimos das problemáticas presentes na base empírica, das inquietações despertadas que mobilizam a análise. São as mudanças nas relações urbano-rurais, ou, mais especificamente, as manifestações espaciais nas localidades – e a miscelânea particular que constituem a partir dos arranjos formados na interconexão complexa do local com o exterior – que nos incitam o interesse de pesquisa e de onde surgem os questionamentos iniciais. Entretanto, para compreender estas transformações, recorreremos à base teórico-conceitual destacada, ou seja, buscamos o embasamento teórico como forma de situar o objeto de pesquisa - por meio de “mediações multiformes” - nas relações mais gerais do processo. Assim, tendo em vista a concepção de totalidade aberta e a universalidade do urbano, optamos por uma abordagem relacional, preocupada em adentrar com maior profundidade nas ferramentas teórico-conceituais e discussões mais amplas em um primeiro momento, para posteriormente entender as particularidades presentes na empiria. Após uma maior preocupação com os conceitos e teorias, voltamos à base empírica - mesmo sem nunca ter saído dela efetivamente, uma vez que não perdemos de vista o concreto durante a pesquisa.

Portanto, de modo genérico, no primeiro capítulo trabalhamos com conceitos e ideias mais gerais, que permearão todo o trabalho. No

segundo, o foco está nas mediações, onde encontramos as representações, sobretudo, como formas de nos aproximar das relações urbano-rurais e das problemáticas encontradas nas localidades estudadas. Este terceiro capítulo, mais empírico, nos aproxima ainda mais, tanto em relação ao momento atual, como em relação ao âmbito dos processos estudados, que agora tem o enfoque nas localidades de Vargem Grande e Barracão dos Mendes.

Lembramos que essa tentativa de sumarização é genérica e até bastante imprecisa, uma vez que tanto a base empírica como os conceitos e categorias gerais atravessam todo o trabalho e a conexão global/local ou geral/particular se faz presente o tempo todo. Uma vez que estes “momentos” estão em interação dialética, tal “separação” ou “dissecação” do real, própria do método, tem apenas o sentido pragmático e instrumental de aprimorar a análise. Nesse sentido, a decomposição no processo de produção do conhecimento não é tão exata como aparenta ser na descrição acima e, quando voltarmos nossa discussão para os exemplos empíricos dos processos estudados, nos remeteremos às discussões travadas anteriormente.

Não à toa, neste capítulo, quando abordarmos as facetas atuais da metropolização do espaço, a partir de autores como Lencioni, Mongin, Ferreira, Aglietta e Brenner, não perderemos de vista o urbano na perspectiva lefebvriana. Partindo de uma contextualização histórico-geográfica das relações urbano-rurais na Região Serrana - com base em Rua, Alentejano e Davidovich, sobretudo - analisaremos o fenômeno urbano-metropolitano para além das cidades ou da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, do qual resultam diferentes desenvolvimentos e transformações no rural fluminense.

Dentre as mudanças verificadas, faremos uma análise do crescimento do preço da terra, a partir do acompanhamento do Valor da Terra Nua<sup>31</sup> nos municípios do Rio de Janeiro e da identificação dos preços

---

<sup>31</sup> O Valor da Terra Nua (VTN), que consiste em um dos principais itens da declaração do ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural), é o valor de mercado do imóvel rural, sem incluir as construções, instalações, benfeitorias, culturas (permanentes e temporárias), pastagens cultivadas e melhoradas, além das florestas plantadas. Conforme aponta Rua (2011, p. 91-92): “É efetuado por um conjunto de técnicos (incluindo a

de lotes de terra e imóveis nas localidades estudadas. O padrão da arrecadação familiar também será alvo do nosso exame, uma vez que as relações de trabalho se transformam profundamente a partir dos efeitos da metropolização do espaço nos espaços rurais. Possivelmente associado à elevação do preço da terra, o crescimento de atividades não-agrícolas torna-se uma tendência nas áreas estudadas, ainda que em diferentes ritmos e atingindo a diferentes propósitos. A pluriatividade, nesse contexto, também merecerá uma certa atenção, uma vez que não é rara a diversificação das fontes de obtenção de renda na área de estudo.

Por fim, as representações do espaço modificam-se significativamente com a difusão de novos signos e padrões de comportamento advindos da metrópole. Vinculada à reinvenção do capitalismo está a reinvenção do rural e a decorrente ressignificação da agricultura. A materialidade das transformações atuais não é possível sem os aspectos imateriais que permeiam a produção do espaço. Em vista disso, efetuiremos um debate sobre o que consiste a alienação na sociedade contemporânea – urbana e rural - para pensar as formas de superá-la, chegar à desalienação e à realização plena das potencialidades humanas. Pensaremos, portanto, à maneira de Lefebvre, o que seria o “Outro” (presente-ausente) nas relações urbano-rurais a partir das áreas de estudo.

Cada um destes fatores ou evidências da metropolização do espaço em áreas rurais nos ajuda a entender os outros, numa correlação intrínseca ao processo. É com base neles que analisaremos as diferenças e

---

EMATER e os sindicatos rurais) para as prefeituras. A legislação obriga a fixação do VTN anualmente, cujos preços devem servir apenas de referência” (RUA, 2011, p. 91–92). É importante destacar que o referido Valor da Terra Nua, em verdade, concerne ao preço da terra e não ao valor da mesma (que relata uma concepção muito mais ampla do que o preço, especialmente na perspectiva marxista, enquanto imaterialidade do trabalho social materialmente representada pelo dinheiro). Esse preço destacado refere-se à média do município, como valor absoluto. Porém, é interessante refletir sobre as distorções internas do município, onde os preços variam de acordo com a localização, acessibilidade e aptidão do solo, dentre outras coisas. Dessa forma, certos lotes de terra em áreas rurais são vendidos a preços consideravelmente mais elevados do que aponta a média do município. Ainda que os dados destacados apresentem limitações, como a própria variação interna do valor da terra de acordo com as características próprias de cada propriedade rural, acreditamos que constituam-se em indicativos da “valorização” da terra no Estado do Rio de Janeiro, sobretudo nas áreas de maior adensamento de urbanidades.

desigualdades dos espaços rurais de Vargem Grande e Barracão dos Mendes a partir da relação com o urbano em um contexto de “explosão da metrópole”.

Desse modo, delimitamos como objetivos específicos deste último capítulo: Analisar as particularidades das transformações espaciais e das novas relações urbano-rurais nas localidades de Vargem Grande (Teresópolis – RJ) e Barracão dos Mendes (Nova Friburgo – RJ) a partir das evidências de integração e ruptura nos espaços rurais pela metropolização do espaço; Analisar as transformações decorrentes da atual fase de metropolização do espaço nas relações urbano-rurais da Região Serrana Fluminense, tendo como base o caráter geograficamente desigual do desenvolvimento do fenômeno urbano-metropolitano. No referido capítulo, seguimos a questão: Qual a natureza das transformações espaciais e das novas relações urbano rurais nas localidades estudadas e de que forma estão associadas aos desenvolvimentos geográficos desiguais?

Estamos, sem dúvida, diante de um novo momento da urbanização. Neste novo momento, a lógica que se coloca como hegemônica é a metropolização. Como destaca Lencioni (2015, p. 8), é a metropolização que “domina e dirige os processos que metamorfoseiam o espaço”. Em meio a essa metamorfose, a relação cidade-campo se modifica profundamente, exigindo uma revisão na distinção clássica e tão nítida no passado entre o urbano e o rural.

Nesse contexto, hábitos e padrões de comportamento oriundos da metrópole invadem o campo. Veiculados pelas redes de comunicações, os signos metropolitanos chegam a todos os lugares (LENCIONI, 2015, p. 8). Assim, ainda que fora da Região Metropolitana, os efeitos da metropolização do espaço (ou da difusão do urbano pelo fenômeno metropolitano) são notáveis. Apoiada na lógica do capital financeiro, a metropolização se constitui na forma contemporânea de hegemonia do capital, da conjuntura atual de acumulação e de redefinição da relação de subordinação capital/trabalho.

#### 4.1. A Região Serrana Fluminense e a metropolização do espaço

O espaço fluminense foi palco de diversas transformações que atingiram suas localidades de maneiras diferenciadas. Algumas singularidades importantes do estado do Rio de Janeiro, como o perfil histórico de centralização e de concentração de população, atividades e recursos (DAVIDOVICH, 2000) refletiram na atual configuração do território, no qual formas espaciais passadas ainda exercem um importante papel. Sobretudo durante o século XX, o espaço agrário sofre aceleradas mudanças influenciadas por uma constante transformação na dinâmica capitalista de acumulação, que se movimenta através de ciclos específicos, mesclando novos e velhos elementos para a constante acumulação do capital. Como mostram os autores:

O processo de penetração capitalista nas áreas rurais fluminenses tem sido frequentemente acompanhado pelo processo de concentração fundiária, quer através da aglutinação de áreas de posses, como vem ocorrendo no litoral sul, quer através da aglutinação de propriedades menores ou do arrendamento de extensas áreas para aproveitamento agropecuário, como se tem verificado no vale do São João. (BRITO e INNOCENCIO, 1988 apud ALENTEJANO, 2005, p. 59).

Até o início de século XX, a organização do espaço fluminense era hegemonizada pelo capital agrário e pelo mercantil (ALENTEJANO, 2005). Assim, as regiões que apresentavam centralidade nesse ordenamento territorial eram aquelas que tinham capacidade de materializar no espaço (ou adequar-se) a lógica econômica específica desse período. A região do Vale do Paraíba, a região das baixadas ao leste da Baixada da Guanabara, a região da Baixada da Guanabara em si e a região sul e noroeste do Estado, passando pela Serra dos Órgãos (ALENTEJANO, 2005), tinham seus desenvolvimentos associados aos interesses do capital agrário e mercantil, aliando particularidades ambientais (que são elementos marcantes para o ordenamento territorial no estado do Rio de Janeiro) e interesses econômicos em diferentes formas de ordenamento do território.

As primeiras décadas do século, como mostra Alentejano, marcam o impulso inicial da metropolização (com um caráter distinto do que vemos atualmente) e do que o autor denomina de “desruralização”, tendo em vista



a decadência das oligarquias cafeeiras e o surgimento de uma burguesia industrial. Assim transforma-se a lógica de acumulação que se materializa no espaço a partir da redefinição das formas de utilização dos recursos naturais e de um novo ordenamento territorial. Nesse período, a Região Serrana passa a exercer dois papéis fundamentais para a dinâmica sócio-econômica do estado, assumindo cada vez mais relevância como área de reprodução do capital comercial (ALENTEJANO, 2005, p. 53). Tais papéis seriam: abastecimento alimentício da Região Metropolitana, sobretudo a partir da presença significativa de pequenos produtores na região; atuação enquanto elo de ligação com outras regiões do país, conectando outros estados e exercendo importante papel pela circulação de pessoas e mercadorias, uma vez que alguns dos principais eixos rodoviários do país cruzam a região. Destaca-se que estes eixos rodoviários foram responsáveis pelo surgimento de diversas novas atividades na região, sendo diretamente relacionados às transformações verificadas na atualidade.

A topografia acidentada do interior do estado, que historicamente dificultou o plantio de café, fez com que São Paulo crescentemente tornasse hegemônico na atividade. Ainda que - mesmo com certas condições adversas relacionadas ao relevo - tenha prevalecido no cenário agrícola da Zona Serrana por cerca de oito décadas, o café teve sua derrocada a partir da crise econômica de 1929 e da crise política desenvolvida após a revolução de 1930 (INCRA, 2017). A lavoura cafeeira de exportação foi seriamente atingida com tais eventos e os cafeicultores perderam prestígio e influência em detrimento dos grandes plantadores de cana-de-açúcar. Data desse período também a substituição de cafezais pela pecuária na região, com o intuito de assegurar a posse de grandes áreas pelos proprietários tradicionais. Isso levou à desagregação de relações de colonato, uma vez que muitos trabalhadores rurais não foram absorvidos pela pecuária (LEITE; MEDEIROS, 1999 apud INCRA, 2017, p. 11).

A produção agrícola na Região Serrana Fluminense, desse modo, ocorreu predominantemente sob pequenas propriedades, principalmente a partir da horticultura, que concentrou-se rumo a Teresópolis e Nova

Friburgo. A produção de hortifrutigranjeiros<sup>32</sup> nos vales intermontanos constitui até hoje – juntamente com as atividades industriais e turística – uma das mais expressivas atividades associadas ao desenvolvimento socioeconômico regional. Bertha Becker (1966, p. 136) dá destaque à expansão destas atividades relacionadas à horticultura na Zona Serrana, salientando que estas são, de fato, bastante antigas:

Quando em fins do século XIX a cidade apresentou surto de crescimento, a baixada encontrava-se totalmente decadente e estagnada, em decorrência do declínio da produção açucareira, única suficientemente valorizada naquele momento, para estimular o tremendo esforço que significava o aproveitamento de uma baixada pantanosa e mal drenada. [...] Ao mesmo tempo, o Rio elaborava a sua região através da expansão da rede ferroviária que lhe permitia recorrer à serra próxima, cujos altos, excessivamente frios para o café, eram extremamente favoráveis às hortaliças e flores, cujo cultivo se dispersou pelos pequenos alvéolos entremeados nos cursos acidentados dos rios. Isto ocorreu em Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo, que, aliás, já abasteciam a cidade em gêneros não perecíveis antes da ferrovia [...].

Sobretudo no período que vai de 1940 a 1964, o processo de metropolização – na perspectiva de Alentejano (2005) – acelera-se e algumas regiões do interior sofrem grandes esvaziamentos populacionais. Neste período intensifica-se a transferência de população do campo para a cidade mas, simultaneamente, percebe-se um movimento inverso, onde significativos contingentes populacionais são deslocados para áreas rurais, seja pela intensificação da atividade turística ou por outras transformações associadas aos novos eixos viários<sup>33</sup>. Conforme destaca relatório do INCRA sobre a Zona Homogênea Serrana (2017), ocorreu um

[...] processo acentuado de desterritorialização da população rural, associado a uma urbanização significativa. Em 1940, em números absolutos, a população regional era de 270.902 habitantes enquanto que a estimativa para 2017 chegou a 854.970, um crescimento próximo a 315% em 77 anos. Verificou-se, no interior da própria zona homogênea, uma

<sup>32</sup> Está relacionada à produção de hortifrutigranjeiros e da floricultura o perfil de trabalhadores “sem terra” da Zona Serrana. Esta área é caracterizada pelo grande número de trabalhadores posseiros, meeiros e arrendatários, que têm presença histórica nestas atividades. Como aponta o Relatório de Análise do Mercado de Terras do INCRA (2017, p. 13): “Décadas se passaram e a produção da pequena agricultura familiar em maior parte ocorreu sem acesso a terra.”

<sup>33</sup> Dessa forma, mesmo com o processo de urbanização do campo e a transferência da população de áreas rurais para as grandes cidades, a Zona Serrana apresenta hoje o segundo menor índice de urbanização da população dentre as demais zonas homogêneas (85,36% de seus habitantes residentes nas cidades) e a maior proporção de habitantes entre as zonas rurais (23,17%) do Rio de Janeiro (INCRA, 2017, p. 17).

transferência de população do campo para a cidade, com início ao final da década de 50 (com os terminos das obras da Estrada do Contorno – ligando Petrópolis à Baixada Fluminense), mas, sobretudo a partir da década de 1970 (com a conclusão das obras da construção da BR040 – ligando o Rio de Janeiro à Brasília) quando a velocidade da urbanização aumentou significativamente. Não somente a construção dessas rodovias, como também as de acesso às estas, necessitou de considerável quantidade de mão de obra, parte desta deslocada de áreas rurais. Além disso, indústrias se alocaram ao longo dessas rodovias, com isso gerando aglomerações próximas a elas, servindo de atrativo para mão de obra campesina (INCRA, 2017, p. 16).

Na Região Serrana, entretanto, inicia-se efetivamente o desenvolvimento da atividade turística.<sup>34</sup> Como área de expansão turística (tendo em vista alguns fatores, como a proximidade com a capital, as condições ambientais e o clima mais ameno, além da construção de importantes rodovias que cruzam a região), a região é crescentemente incorporada à dinâmica metropolitana, o que acarreta no avanço do capital imobiliário sobre as áreas predominantemente ocupadas por pequenos produtores. Data desta época o início do processo que verificamos com mais intensidade hoje em diversas localidades da região: a transformação de áreas de pequena propriedade agrícola em locais de veraneio e segunda moradia para a população metropolitana. O papel de oferta das produções de horticulturas para a capital, entretanto, faz com que a agricultura continue desempenhando grande importância no período destacado, ainda que, para Alentejano, a “desruralização”<sup>35</sup> seja notável.

O auge do que o autor chama de “desruralização” se constrói no período que vai de 1964 a 1980, tendo como principais motivos,

<sup>34</sup> Todavia, é importante ressaltar que há notícias, conforme aponta Rua (2002, p. 57), de que, “em Teresópolis, desde as primeiras décadas do século XIX, existia um movimento constante de veranistas que, fugindo do verão carioca, se alojavam em bangalôs da Fazenda March, embrião da atual cidade de Teresópolis.”

<sup>35</sup> Temos discordâncias com relação às perspectivas de “desruralização” e metropolização trazidas por Alentejano (2005) para referir-se às mudanças na Região Serrana Fluminense. O que o autor chama de “desruralização”, para nós, compreende múltiplos processos distintos, abarcando desde uma chamada “urbanização ideológica” - ou “cultural, extensiva, difusa” (RUA, 2002, p. 36) -, que ocorre de maneira muito diferenciada no interior fluminense, até uma “urbanização física”, associada a uma urbanização centrada em atividades de industrialização, construção civil, turismo, veraneio, que efetivamente retiram da atividade agrícola e das áreas rurais muitas famílias (RUA 2002; 2005). Nesse caso, pode ocorrer tanto uma “verdadeira destruição do rural”, a partir dessa “avassaladora urbanização” (RUA, 2002, p 36), como a construção de um rural modificado, que se transforma sem perder algumas de suas especificidades. Quanto à metropolização – e ao que o autor entende como desmetropolização – expressaremos nosso entendimento no decorrer do capítulo.

[...] as mudanças estruturais na atividade canavieira; a enorme expansão da atividade turística e com ela a especulação imobiliária; a desarticulação da resistência dos trabalhadores rurais pela repressão militar, o que eliminou umas das poucas forças contrárias ao processo dominante de urbanização/metropolização (ALENTEJANO, 2005, p. 58).

Posteriormente, quando o processo se encontra mais consolidado, começa-se a observar investimentos direcionados à modernização da agricultura<sup>36</sup> e ao incentivo ao avanço do turismo, gerando uma consequente especulação imobiliária. Assim, como já mencionado, o espaço se complexifica na medida em que o capital impõe uma nova lógica acumulativa na articulação de fatores externos, que ganham novo valor. Instaure-se, então, a fase de desconcentração industrial, aliada a uma política de tendências neoliberais, propiciando uma supressão das forças locais frente às grandes corporações.

É importante destacar que o processo de urbanização do interior no espaço fluminense, como aponta Rua (2002, p. 48), segue um certo padrão, prevalecendo a projeção da metrópole carioca ao longo de determinados eixos marcados por “elevados índices de população urbana mas onde se percebe uma urbanização mais intensa (baseada num movimento de difusão de ‘urbanidades’) do que a captada pelas delimitações oficiais.” Dentre os eixos identificados pelo autor – por vezes mais voltados ao conhecimento empírico do que a dados estatísticos em nível municipal -, destacamos o que denomina de “topo da serra”, cuja urbanização apresenta especificidades interessantes e abarca os municípios de Teresópolis e Nova Friburgo, como dois de seus núcleos urbanos mais dinâmicos. É nesse eixo que as marcas da urbanização dos comportamentos se percebem mais nitidamente, superpondo-se às da urbanização formal (RUA, 2002, p.49), e as transformações das práticas

---

<sup>36</sup> No que se refere à modernização da agricultura e da pecuária, Rua (2002) destaca que o estado do Rio de Janeiro foi pouco marcado pelo modelo “clássico” de desenvolvimento agrícola decorrente do pacote de transformações da Revolução Verde, com uma mudança apenas parcial no padrão técnico e tecnológico. Percebe-se um contexto de desarticulação da agropecuária no estado, onde apenas alguns setores vêm apresentando sinais de dinamização (RUA, 2002, p. 63). Entretanto, ainda que o viés tecnológico da Revolução Verde não tenha significativos desdobramentos no padrão produtivo do Rio de Janeiro, este foi “impactado fortemente pelos desdobramentos socioeconômicos do referido modelo com seus corolários de desemprego, concentração de terras e precarização das condições de vida da população rural” (RUA, 2002, p. 64).

espaciais das populações são mais significativas. Sobretudo pelos impactos causados pelo fluxo de turistas e veranistas e pelas decorrentes transformações na dinâmica imobiliária ao longo da rodovia Teresópolis-Friburgo, percebemos nesse eixo a instauração de problemáticas novas e níveis de densidade da urbanização muito mais elevados do que nas áreas do entorno.

Em meio à fase de desconcentração industrial e às transformações de tendências neoliberais que mencionamos, cria-se uma urbanização descontínua em áreas rurais, com novos modos de organização social no espaço e, mais especificamente, uma intensa transformação no modo de vida da população a partir de novos serviços, equipamentos e infraestruturas. A chegada de luz elétrica, a presença de novas estradas (e a pavimentação de algumas já existentes), novas linhas de ônibus, serviços de segurança, educação e saúde pública, além de telefone e, mais recentemente, Internet, conferem transformações significativas nas práticas espaciais em ambientes rurais da Zona Serrana. São percebidas alterações expressivas nos hábitos, com a produção de novas necessidades que modificam o modo de trabalho e de lazer nos cotidianos dos espaços rurais. Tais mudanças, como destaca João Rua (2002, p. 53), são fruto do “‘derramamento’ para áreas rurais, sob a forma de inovações transformadoras/urbanidades, do modo de pensar, agir e produzir urbano.” Se ocorrem transformações no padrão capitalista de acumulação, estas passam pela inserção de espaços diferenciados na lógica dominante do modo de produção, ajustando-os às determinações impostas.

Regiões antes esquecidas são revalorizadas, para que se adequem aos novos padrões de acumulação. Alentejano destaca a revalorização do espaço rural,

[...] seja como área de moradia, seja como lócus de uma produção em moldes diferenciados do padrão típico da revolução verde, que não significa uma volta ao antigo rural, mas a produção de um novo rural e a revitalização demográfica, econômica, política e cultural deste, transformado pelo próprio processo de urbanização e, no caso, do Rio de Janeiro, de metropolização. Esta revalorização do rural se expressa no avanço do ecoturismo, na expansão de atividades de lazer em áreas rurais, como pesque-pagues e hotéis-fazenda, e na conversão Evolução do Espaço Agrário Fluminense de antigas áreas agrícolas em área de veraneio e segunda moradia para as

classes média e alta da Região Metropolitana (ALENTEJANO, 2005, p. 66 – 67).

Esta tendência de revalorização do rural ocorre com mais expressividade justamente na Região Serrana, notadamente devido às pequenas propriedades agrícolas e ao maior grau de preservação da Mata Atlântica. O avanço do capital imobiliário, como destaca Davidovich (1999), atende à expansão do turismo, do lazer e da segunda residência, configurando uma refuncionalização nesses “espaços da metropolização” – como extensão da metrópole, na perspectiva da autora – a partir da construção de imaginários sobre esses espaços. A paisagem é vendida como mercadoria de luxo, agregando “pacotes de apelo ao ‘astral alpino’, às ‘montanhas verdes’, ao ‘bucolismo’” (RUA, 2002). É o que Inês Aguiar de Freitas concebe como o turismo “chique/pós-moderno”, que se desenvolve principalmente a partir da estrada que liga a cidade de Teresópolis à de Nova Friburgo. Trata-se de um processo em que

[...] hotéis temáticos, pousadas, sítios e casas de veraneio em moldes não oriundos da própria área aliam-se ao ambiente das áreas rurais para criar uma realidade fictícia, “virtual”, que faz parte do mundo imaginado, programado e esperado pelos “refugiados urbanos” (FREITAS, 2002, p. 94).

Com o crescimento das atividades de turismo, lazer e da segunda residência nessas áreas rurais, outras construções tomam parte da paisagem, construindo uma cada vez maior artificialização das mesmas. Dessa forma, ao passo em que o indivíduo urbano, fugindo da cidade, entra em contato direto com o meio rural, “traz com ele suas práticas, objetos e hábitos, que passam a compor a paisagem local” (FREITAS, 2002, p. 93). Assim, criam-se por vezes paisagens difíceis de serem compreendidas, com signos que se embaralham a partir de fatores que não têm origens ligadas à produção agrícola, mas ao modo de ser e viver urbano, como painéis eletrônicos, hipermercados, estacionamentos e até *shopping centers*. Nota-se também uma certa inversão de elementos, pois o consumo destas paisagens, onde a busca pelo rural fundamenta-se na compra de um imaginário de aproximação do “verde”, do “natural” e do “ecológico”, diferente de décadas anteriores, “imprime ritmos e valores urbanos aos objetos e costumes anteriormente encontrados normalmente

em áreas rurais<sup>37</sup> (FREITAS, 2002, p. 93). Portanto, ao lado de um processo já conhecido de urbanização do rural, cria-se ainda um “novo rural” como, acima de tudo, um objeto de consumo, cercado de imaginários e ideologias.

Uma outra tendência, esta verificada com maior intensidade no recorte espacial utilizado, é a multiplicação da pluriatividade entre os pequenos produtores. Tal tendência está fortemente associada ao crescimento do turismo e do setor de serviços na região, ganhando impulso com a crise recente, principalmente após as fortes chuvas de 2011. Muitas famílias, assim, tornam-se pluriativas, ou seja, passam a combinar a renda obtida com o trabalho agrícola com outras atividades, notadamente associadas ao turismo, ao veraneio e aos serviços decorrentes destas atividades<sup>38</sup>, constituindo uma das características do que Graziano da Silva (2001) conceitua como o “novo rural”. A mudança no padrão da renda familiar é aqui identificada como evidência da metropolização do espaço para além da Região Metropolitana, estando fundamentalmente associada à revalorização do rural com outras atividades voltadas à população metropolitana e à difusão crescente de padrões de vida e signos urbano-metropolitanos. Se por um lado, como mostra Silva (2008, p. 172), o *part-time farming* é utilizado para demonstrar o caráter instável e transitório daqueles agricultores que não se dedicavam em tempo integral à atividade agrícola, devido à sua inviabilidade econômica, por outro, muitos estudiosos têm percebido que não são apenas os pequenos agricultores marginalizados que buscam trabalhos extra-agrícolas para manter e

---

<sup>37</sup> Esta contradição é abordada por Natal (2008, p. 117): “A atratividade dos lugares, paisagens naturais ou construídas, precisa ser constantemente vendida; então ela é constantemente recriada, ou melhor, padronizada em estilo, estética e atendimento. Os próprios serviços relacionados ao turismo produzem um novo fluxo de relação entre as pessoas (turistas, profissionais do setor terciário, administradores) e a materialidade oferecida pelo setor como rede de hotéis, restaurantes, redes de *fast-food*, *boutiques*, parques, museus, etc. Em muitos casos, [...] os atrativos turísticos originais são suplantados pela própria estrutura oferecida pelo setor.”

<sup>38</sup> Schneider define a pluriatividade como “[...] um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Nesse sentido, ainda que se possa afirmar que a pluriatividade é decorrente de fatores que lhe são exógenos como o mercado de trabalho não-agrícola, ela é uma prática que depende das decisões dos indivíduos e das famílias” (SCHNEIDER, 2003, pp. 91-92 apud SILVA, 2008, p. 173).

ampliar as suas rendas e que a agricultura a tempo parcial poderia ser, na verdade, uma alternativa de fixação da população no meio rural em um contexto de redirecionamento de fluxos econômicos e populacionais para essas áreas.

Em meio à revalorização, se multiplicam na Região Serrana os chamados “neo-rurais” (habitantes urbanos que se transferem para áreas rurais), que passam a atuar como empreendedores em seus novos locais de moradia. Rua (2002, p. 36) dá atenção, também, aos trabalhadores de origem urbana que se mudam para áreas rurais em busca de ocupações na construção civil e nos diversos serviços que surgem ligados ao turismo e ao veraneio. Muitos destes passam a residir nas favelas que surgem nas adjacências destes núcleos urbanos da Zona Serrana.

Uma última característica da configuração espacial da Região Serrana Fluminense a partir da reestruturação produtiva e do processo de metropolização reside na tentativa de desenvolvimento de um pólo tecnológico nas regiões onde prevaleciam a indústria têxtil e atividades turísticas, particularmente em Petrópolis (Davidovich, 2001). Segundo a autora:

No eixo da Zona Serrana grandes mudanças se fizeram sentir, na medida em que, foram eliminadas as indústrias têxteis tradicionais, apropriadamente adaptadas à paisagem montanhosa, e na medida em que suas principais cidades passaram a ser invadidas pela especulação imobiliária e pela degradação ambiental. Petrópolis mantém, atualmente, o Laboratório Nacional de Computação Científica, parte de um projeto que acalentou a formação local de uma Tecnópolis. Teresópolis conta com uma importante firma de gestão empresarial, que sustenta uma rede nacional e venda de projetos para o exterior (exemplo de Angola). Em Nova Friburgo as antigas têxteis foram substituídas por um pólo de confecção de moda íntima, que comporta uma ativa rede de representações comerciais (DAVIDOVICH, 2010, p. 9).

Nesse sentido, Alentejano (2005 p. 65) aponta para o avanço do que seria a “desmetropolização” do espaço fluminense, onde não seriam mais identificados determinados indícios do processo. Embora constatem os projetos de ordenamento territorial novas atividades valorizadas para além da metrópole, sobretudo voltadas ao lazer e ao turismo, discordamos do autor quanto à perspectiva de “desmetropolização”. Acreditamos tratar-se de uma mudança na dinâmica de acumulação capitalista, com a passagem gradual do padrão fordista para a predominância de um padrão “pós-



fordista” (vinculado a projetos neoliberais), associado a mudanças organizacionais derivadas da “explosão” da metrópole. Nesse sentido, referimo-nos a uma “desconcentração concentrada”, a uma difusão de códigos urbano-metropolitanos para além da metrópole (esta, cada vez mais acentuada).

As relações urbano-rurais são concebidas como processos fortemente marcados pela metropolização do espaço, por concepções e imaginários que partem da metrópole, mas não restringem-se aos limites político-administrativos da Região Metropolitana. A predominância de complexos urbano-industriais dá lugar a novas configurações na organização do trabalho e na gestão territorial, mas pautadas no fenômeno metropolitano e na precarização do trabalho. As características de difusão verificadas não são entendidas no presente trabalho como antagônicas à metropolização, mas, justamente, como reflexos dessa “explosão da metrópole” e do consequente espraiamento da lógica mercantil, sobretudo em um contexto global de hegemonia do capital financeiro.

Como discorreremos no decorrer do capítulo, preferimos falar de uma escala mais abrangente associada a uma urbanização difusa e comportamental – com transformações nos hábitos, costumes ou na cultura de forma geral – que incide sobre o chamado “espaço da metropolização” (DAVIDOVICH, 2000), afetando de maneira desigual e em diferentes ritmos e intensidades o território fluminense. Ainda que, numa escala mais ampla, valores e signos sejam irradiados a partir da metrópole em interações assimétricas, o processo, concernente ao espaço, integra campo e cidade, engendrando novas problemáticas e possibilidades.

#### **4.2. A metropolização do espaço como um processo que transcende a metrópole**

É pelos motivos destacados na seção anterior que optamos por uma abordagem da metropolização do espaço e de seus efeitos que não restrinja a análise aos limites político-administrativos. Para isso, acredita-se ser importante o diálogo com as ideias da geógrafa Sandra Lencioni,

que entende a metropolização como um processo socioespacial que transforma profundamente o território, implicando em alterações não só nas formas, mas também de estrutura e natureza (LENCIONI, 2013; 2015). Tal processo, que segundo a autora homogeneíza, fragmenta e hierarquiza os lugares (formando territórios socialmente segregados, ainda que com elementos em comum), não se restringe às áreas metropolitanas. Nesse sentido, podemos apreender o fenômeno metropolitano como um processo que transcende a metrópole, não respeita os limites formais da Região Metropolitana. Sandra Lencioni mostra que a metropolização contém, ainda que constantemente ignorada pela maioria dos autores, uma dimensão cultural e simbólica muito forte. Assim, o processo é acompanhado de uma alteração profunda pela cultura mercantil, que atinge todas as esferas da vida e se desenvolve em diversas escalas territoriais.

Não concebemos a metropolização como uma etapa que emerge com o fim da urbanização, mas como uma outra natureza da urbanização ou, nas palavras de Lencioni (2015, p. 37), “[...] uma segunda natureza da urbanização. Uma natureza (no sentido de essência, substância) posterior e diferente da primeira.” Trata-se, portanto, de uma nova fase da urbanização onde são hegemônicos os processos de metropolização do espaço, o que nos traz referenciais analíticos fundamentalmente distintos. Nesse contexto, “as cidades estariam ligadas à materialidade do momento atual, que tem como modelo a metrópole” (FERREIRA, 2014, p. 2).

Na conjuntura da metropolização do espaço, as paisagens e os ritmos de vida transformam-se profundamente pela imposição dos signos metropolitanos. Lencioni (2015; 2016) ressalta o crescente domínio do dinheiro e do relógio no controle dos ritmos de vida, pautados agora por uma agitação não antes vista. A financeirização hoje rege a linguagem dos veículos da mídia, seja nos jornais impressos, nos programas de rádio, na televisão ou Internet.<sup>39</sup> Os estudos e análises técnicas, cercados de nomes estrangeiros trazidos pelos economistas e exames da mistificada variação diária da bolsa de valores, compõem a retórica neoliberal, que “com sua linguagem hermética afugenta leitores, inibe questionamentos e a tudo

---

<sup>39</sup> Nos termos da autora: “A financeirização invadiu a vida cotidiana e as finanças se transformaram no deus dos tempos atuais” (LENCIONI, 2016, p. 27).

fetichiza” (LENCIONI, 2016, p. 27). A lógica do capital financeiro, vinculada ao processo de metropolização, sobrepõe-se às demais, torna-se hegemônica sob espaços metropolitanos e não-metropolitanos. Nas palavras da autora: “O reino das finanças se impôs e o capital financeiro passou a ser dominante” (LENCIONI, 2016, p. 25).

O processo de metropolização, com seus atributos e símbolos agora dominantes no espaço, aparece como a forma contemporânea de expansão do urbano. Da mesma forma, podemos afirmar que é a forma contemporânea da hegemonia do capital, a conjuntura da realização de uma nova fase de acumulação do capital, da realização do valor de troca e da redefinição da subordinação capital/trabalho.

Como forma contemporânea de expansão do capital, a metropolização assume e adapta as características da acumulação capitalista, reproduzindo assim, a lógica da reprodução ampliada, a dinâmica inerentemente expansiva e sendo influenciada pelas crises de sobreacumulação do capitalismo. Desta forma, como aponta Lencioni (2008), a metrópole contemporânea desenvolve os processos de concentração e centralização do capital. A autora demonstra a importância de distinguir os dois conceitos, trabalhados de maneira aprofundada por Aglietta (1986).

O primeiro refere-se “ao processo que faz expandir os meios de produção e de trabalhadores, ampliando, assim, a base da acumulação e confundindo-se com ela” (LENCIONI, 2008, p. 11). Visando a produção de riqueza econômica, o processo de concentração do capital “é a ampliação da propriedade dentro de um processo de valorização” (AGLIETTA, 1986, p. 193, tradução nossa). Refere-se, portanto, à concentração da propriedade, sem que se alterem os proprietários jurídicos, ou seja, sem a necessidade de eliminar capitais autônomos. No contexto atual, manifesta a racionalidade da acumulação capitalista de “concentrar um grande número de população, renda, indústrias de alta tecnologia e trabalho qualificado, bem como fazer da metrópole difusa e espalhada territorialmente, uma única bacia de trabalho e habitat [...]” (LENCIONI, 2008, p. 8).

Já o conceito de centralização, de maneira distinta, refere-se a “uma modificação qualitativa que remodela a autonomia dos capitais e cria novas relações de competição” (AGLIETTA, 1986, p. 195, tradução nossa). A centralização do capital, como aponta Lencioni (2008, p. 12) significa a “reorganização na distribuição da propriedade dos capitais”, ou seja, de forma geral, está relacionada ao desaparecimento de capitais individuais, onde essas frações de capital se associam, se fundem ou se reagrupam, alterando o agrupamento das partes que constituem o capital social. O capital centraliza-se, assim, em grandes grupos econômicos, a partir da transferência – ou expropriação - de capitais que eram propriedade de outro capitalista. O conceito de centralização é também importante para uma melhor compreensão do contexto atual da metrópole, que reafirma sua centralidade a partir da administração e do controle do capital.

Estas características, próprias da acumulação capitalista, demonstram que a metropolização também reproduz os processos de valorização do capital, estando associada à concentração territorial de riqueza e ao acentuado papel de comando exercido por determinados grupos empresariais em algumas metrópoles (sobretudo a metrópole de São Paulo, no caso brasileiro). Verifica-se um novo patamar da urbanização, com algumas transformações significativas, mas mantendo-se a lógica de acumulação do capital como prerrogativa básica. Como uma “outra natureza” da urbanização e vinculado à intensa aceleração da globalização com a fase neoliberal, o processo de metropolização do espaço não pode ser desvinculado das necessidades de desregulação e da mobilidade acrescida.<sup>40</sup> Estas, devem ser entendidas como estratégias territoriais características do momento atual, tendo em vista a necessidade

---

<sup>40</sup> As relações entre o neoliberalismo – ou os processos de “neoliberalização”, na terminologia de Peck e Tickell (2002) – e as transformações urbanas no contexto atual são abordadas com maior profundidade por Theodore, Peck e Brenner (2009) e Peck e Tickell (2002), que destacam aspectos como a “financeirização do cotidiano” a partir da produção do discurso ideológico neoliberal e o papel das regiões urbanas como importantes pontos de referência para compreender a destruição criativa do capital no neoliberalismo, bem como as contradições do projeto que se desenvolve a partir das últimas décadas do século XX. Neste trabalho, incorporamos as perspectivas apresentadas pelos autores na tentativa de analisar as transformações próprias da metropolização do espaço no contexto neoliberal, não apenas em “regiões urbanas”, mas também em espaços rurais “metropolizados”. As transformações econômicas nos espaços e os processos de alienação derivados desta dinâmica serão alvos de análise.

de reorganização permanente em busca de incentivos fiscais e uma mão-de-obra barata e ausente de leis trabalhistas para o processo produtivo.

É nesse contexto, e através das supramencionadas dinâmicas territoriais, que se permite a chamada “chantagem locacional”, também abordada como “guerra dos lugares”, que se refere ao confronto dos atores locais. Esses processos de desregulação e deslocalização também acompanham um conflito ambiental, como mostra Acselrad (2009), onde há uma alocação concentrada dos riscos sobre os mais pobres, permitida por meio de pressões e ameaças dos “portadores” de poder. O que é visto como “intolerável” ou “arriscado” é constrangido pelas condições impostas pelas empresas, o que evidencia a desigualdade das relações de poder (ACSELRAD, 2009).

No seio da mobilidade acrescida dos capitais, é criado um imaginário de flexibilidade, liberdade, mascarando o controle dos fluxos econômicos e simbólicos. A chantagem da “deslocalização”, escondida por uma suposta liberdade de mercados, que buscam atrair esses investimentos, está inserida nesse contexto, sendo uma das marcas dessa etapa histórica do capitalismo. Essa etapa, ressaltamos, é marcada pelos processos de “acumulação via espoliação” ou “acumulação por despossessão”, segundo Harvey (2004), como estratégia de superar suas “crises cíclicas” de superprodução a partir de um ambiente “exterior”.

O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo. No caso da acumulação primitiva que Marx descreveu, isso significava tomar, digamos, a terra, cercá-la e expulsar a população residente para criar um proletariado sem terra, transferindo então a terra para a corrente principal privatizada da acumulação de capital (HARVEY, 2004, p. 124).

Tal tomada e apropriação privada da terra constitui ainda hoje um dos elementos centrais da acumulação capitalista, encontrando na renda da terra (e na sua sujeição ao capital) uma forma contínua de exploração da mais-valia do trabalhador a partir da expropriação de seus meios de produção. A renda da terra, vinculada a diversos mecanismos de apropriação privada do espaço, é um dos elementos centrais nesta análise, vista como uma das principais marcas da acumulação por espoliação nas

localidades de Vargem Grande, em Teresópolis, e Barracão dos Mendes, em Nova Friburgo.

Para entender esse processo, é importante a distinção feita por José de Souza Martins (1981) entre capital (relativo à reprodução ampliada, mais-valia extraída do trabalhador, trabalho não-pago) e dinheiro (equivalente geral da troca na sociedade capitalista ou manifestação/representação monetária do valor da mercadoria, da imaterialidade do trabalho social). A terra, instrumento fundamental de produção, é erroneamente considerada como capital por muitos autores, em nossa visão. Diferentemente do capital, a terra não é produto do trabalho assalariado, nem de nenhuma outra forma de trabalho. É um bem que não pode ser reproduzido ou criado pelo trabalho. Assim, a terra não tem valor como materialização do trabalho humano, como discute Martins (1981, p.159), funcionando como um “instrumento de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção”. Porém, como a lógica de reprodução ampliada tende a transformar tudo em mercadoria, subordinando todos os setores e ramos da produção, também pode transformar a terra em mercadoria, fazendo com que adquira um preço, mas não valor.<sup>41</sup>

Oliveira (2007), seguindo a mesma linha teórica, difere a concentração da terra da concentração de capital, sendo a primeira produto do monopólio de uma classe sobre um meio de produção específico, que é a terra. O autor mostra que a propriedade capitalista da terra é renda capitalizada, ou seja, o direito de apropriar-se de uma renda. A propriedade privada da terra permite a cobrança de um tributo: a renda capitalista da terra. A “grilagem”, nesse sentido, funcionaria como um “caminho ‘gratuito’ do acesso à renda, do direito antecipado de obter o pagamento da renda, sem mesmo ter sequer pago para poder auferi-la”, nas palavras de Oliveira (2007, p. 66).

A renda da terra, mencionada anteriormente, funciona, portanto, como apropriação privada da mais-valia social. É o lucro extraordinário, suplementar, fração do trabalho não-pago e está embutida no preço final

---

<sup>41</sup> Segundo Paulo Cesar Xavier Pereira (2017, p. 201), “[...] no reino das mercadorias, é o preço que faz pressupor o valor, inclusive o (in)existente na propriedade da terra”.

do produto (definido por aquele que tem as piores condições de produção). Pode ser dividida em renda absoluta (cobrada pelos proprietários, resultante do monopólio da terra) e renda diferencial (cobrada pelos produtores, resultante da concorrência entre os mesmos e associada a múltiplos fatores). Como um lucro suplementar, atua na própria estrutura agrária, alterando a distribuição e o acesso à terra. Como mostra Lefebvre:

El doble monopolio (con sus distintas combinaciones) remodela, por tanto, a la vez la estructura agraria y la distribución del ingreso, es decir, de la renta de la tierra. El gran agricultor capitalista, propietario o productor, no sólo consigue el beneficio medio del capital invertido, sino una parte considerable de la renta, y a veces la totalidad. Consideremos, por ejemplo, los beneficios permanentes obtenidos por los bajos salarios del obrero agrícola, el bajo costo de producción de empresas muy mecanizadas, la manipulación de precios en el mercado, los cupos y tarifas aduaneras, las condiciones de crédito, etc (LEFEBVRE, 1978 p. 82).

A renda da terra, por conseguinte, funciona como um lucro a mais do que o lucro médio do capital, apropriado pelo capitalista e escondido no complexo processo de produção, ocorrendo tanto no campo como na cidade. A sujeição da renda da terra ao capital expressa a necessidade de renovação das lutas pela reforma agrária, uma vez que ter a terra para produzir já não faz-se suficiente na luta por dignas condições de vida, para isso é preciso ter a renda da terra.

É crucial abordar a renda da terra uma vez que a mesma se torna, ainda que com configurações diferentes daquelas abordadas por Karl Marx no século XIX – demandando uma atualização dos fatores que definem esta renda -, uma das formas preponderantes de acumulação no período atual, sobretudo se atentarmos para as áreas analisadas neste estudo. Se “o domínio e a direção da reprodução do capital em geral estão sob o manto das finanças”, como aponta Lencioni (2016, p. 24), no chamado “regime da acumulação patrimonial” (AGLIETTA, 1998, apud LENCIONI, 2016) sobressaem-se as possibilidades de rendimentos a partir da propriedade, seja esta renda relativa à propriedade da terra e de imóveis ou a aplicações de dinheiro no mercado financeiro. Isso ocorre pela “autonomização crescente das finanças em relação à produção”, onde realiza-se uma “valorização do capital fora da produção, descolada do trabalho” (LENCIONI, 2016, p. 24-25). Assim, segundo a lógica imobiliária-financeira

da propriedade patrimonial – ou “metromonopolização financeiro-imobiliária”, na expressão de Daher (2013, apud LENCIONI, 2016) -, o propósito da acumulação não é apenas a ampliação da produção, mas sobretudo os rendimentos (em geral, a partir da especulação), ganhos por fora da esfera produtiva.

Merece destaque no momento atual a forte relação entre o capital financeiro e o setor imobiliário, que conforme destaca Lencioni (2016, p. 33), é o que “eleva a magnitude do capital-dinheiro em circulação”, servindo como reinvenção constante das formas de escoamento dos excedentes e atendendo à lógica fluída do capital. Para Pereira (2017, pp. 190), a “crescente presença do fictício na acumulação amplia a expansão capitalista e engendra a dominância da acumulação financeira.” Nesse sentido, os fundos de investimento e o crédito imobiliário aparecem como formas atualizadas de espoliação no contexto de metropolização do espaço. É na conjuntura atual, onde o fictício torna-se importante como meio de acumulação capitalista e também suporte para a “crescente mobilização do imobiliário e das finanças mundializadas”, que “a reprodução do capital na produção do espaço combina a valorização pela exploração do trabalho e a capitalização da renda por processos que espoliam a sociedade” (PEREIRA, 2017, p. 190-191).

Neste quadro, o que seria “eixo de urbanidades” que se configura a partir da RJ-130 senão uma fronteira para a expansão destes investimentos e um escoadouro para a fluidez do capital financeiro a partir da ampliação de empreendimentos turísticos e do setor imobiliário? As transformações que ocorrem ao longo da rodovia que liga Teresópolis a Nova Friburgo sem dúvida atendem à dinâmica imobiliária e expressam as necessidades de expansão da lógica urbana no espaço. Assim, torna-se importante recuperar Neil Brenner, que nos mostra que o rural, o interior ou a hinterlândia “não podem ser reduzidos a meras áreas coadjuvantes de cultivo que deram o suporte necessário para catapultar as operações econômicas principais dos grandes centros populacionais” (BRENNER, 2018, p. 317), mas são espaços continuamente operacionalizados a favor de processos de formações urbanas e estrategicamente centrais à



urbanização capitalista. Essa operacionalização se dá, no contexto atual, por meio da metropolização do espaço.

A metropolização, concebida como “pós-urbanização”, não deixa de representar também uma espécie de mundialização do urbano, da sociedade urbana. Como aponta Ferreira (2014, p. 3) a metropolização não exclui a “urbanização completa” da sociedade, no sentido trabalhado por Lefebvre. Trata-se de um acúmulo de espaço-temporalidades, da incorporação de determinadas características e do desenvolvimento de outras. Assim, da mesma forma em que Lefebvre aborda o urbano como pós-industrial, muitos autores falam da metropolização como pós-urbano, não no sentido de que a industrialização e a urbanização deixaram de existir, mas no sentido de que a metropolização é determinante na atualidade. A metropolização está relacionada à:

[...] grande intensidade de fluxos de pessoas, mercadorias e capitais, do crescimento das atividades de serviços e de cada vez maior demanda do trabalho imaterial, da concentração de atividades de gestão e administração, da construção de um modo de viver e consumo que se espelha no perfil da metrópole (FERREIRA, 2014, p. 3).

O processo de metropolização do espaço, na atualidade, assume características mais complexas, combinando processos de dispersão e concentração, como ressalta Lencioni (2008). Não representa uma aglomeração coesa, marcada apenas pela atração que exerce para outras localidades. O esgarçamento do tecido urbano torna os limites territoriais cada vez mais difusos, deixando de restringir-se à “cidade-mãe”. A metrópole difusa ou dispersa é uma forma comum da aglomeração nos dias de hoje, constituindo uma nova lógica espacial que prescinde o território em rede e o espaço de fluxos. Esta nova lógica está associada à economia informacional global, que, por sua vez, organiza-se através de centros direcionais “capazes de coordenar, gerenciar e inovar as atividades de empresas estruturadas em redes de intercâmbio interurbano e, com frequência, transnacional” (BORJA e CASTELLS, 2004, p. 36, tradução nossa).

No mundo urbano generalizado em que vivemos, como destaca Mongin (2010), organizam-se no território em rede relações hierárquicas inéditas, com conexões diretamente do local com o global. É nesse

contexto que se forma, segundo o autor, um arquipélago megalopolitano mundial, com diferentes níveis hierarquizados entre si, mas configurados pelo “urbano generalizado e contínuo”, em resposta às descontinuidades produzidas (MONGIN, 2010, p. 186).

Em um contexto de uma economia global-informacional, articulada por fluxos, as manifestações espaciais desse processo de interação desigual do fenômeno globalização/fragmentação se dão no conflito global/local. Dessa forma, certas cidades passam a assumir papéis centrais na economia mundial, sendo articuladas de acordo com os interesses privados internacionais do capitalismo e, conseqüentemente, tornando-se palcos das transformações e contradições inerentes à reprodução do capital.

Nessa relação da lógica global com o local, vemos simultaneamente o lugar como reprodutor e gerador de conflito com as tendências globais. Portanto, o cotidiano é revelado também como totalidade, como discute Lefebvre (1991) ou “cada lugar é, à sua maneira, o mundo”, como analisa Santos (2006, p. 252). O urbano contínuo, universalizado, assim, pode ser analisado também pelos lugares na conexão que constituem com o global. Porém, é importante entender a maneira assimétrica com que se dá essa relação, pautada em um jogo de forças essencialmente desigual.

A metropolização do espaço, portanto, é um processo múltiplo e complexo, que gera profundas modificações nos arranjos espaciais e nas relações sociais. Está relacionada à reestruturação produtiva, com a desconcentração de indústrias e de determinadas atividades, enquanto há uma crescente concentração da gestão e administração das mesmas. Trata-se de uma crescente fragmentação do espaço, enquanto, por outro lado, ocorre a difusão de um modo de vida mais homogêneo, padronizado. Trata-se de uma, cada vez maior, precarização do trabalho, mas também da incorporação de direitos (dentre os quais destacamos as transformações causadas pelo próprio consumo, que aparece como parte de um movimento de integração no qual populações rurais passam a ter acesso a práticas antes restritas ao ambiente urbano). Por fim, trata-se de um processo que, através da financeirização, tem a função de dar sobrevida à reprodução de relações capitalistas.

Ferreira descreve algumas das características marcantes do atual período:

Os lançamentos imobiliários são produzidos, imaginados e vendidos fazendo uso dessa lógica estratégica. Estilo de vida em condomínios fechados, grandes lançamentos de edifícios empresariais modernos e com sofisticados projetos de vigilância, empreendimentos de lazer programado [...] Tudo isso é introjetado no cotidiano dos moradores das cidades e passam a ser naturalizados.

A mobilização da moda em mercados de massa forneceu um meio de acelerar o ritmo do consumo, não somente em termos de roupas, ornamentos e decoração, mas também de uma ampla gama de estilos de vida, hábitos de lazer e esporte. Outra transformação importante ocorreu com a passagem do consumo de bens para o consumo de serviços. A publicidade e as imagens da mídia passaram a ter um papel muito mais integrador nas práticas culturais, tendo assumido agora importância maior na dinâmica de crescimento do capitalismo. A publicidade já não parte da ideia de informar ou promover no sentido comum, pois se volta cada vez mais para a manipulação dos desejos e gostos (FERREIRA, 2014, p. 2 - 3).

É interessante perceber que as características, destacadas com precisão pelo autor, não se restringem, de forma alguma, às cidades metropolitanas. Diversas localidades estudadas na Região Serrana Fluminense encaixam-se nessa lógica. O bairro de Vargem Grande, por exemplo, rural e localizado fora da região metropolitana (Teresópolis), apresenta, de uma forma ou outra, todos os aspectos destacados pelo autor no bojo das atuais transformações. Condomínios fechados com muros, câmeras e sistemas de vigilância são cada vez mais marcantes na paisagem deste e de outros bairros da região, expandindo-se de maneira desmesurada. A maior facilidade de consumo é visível, o que não deixa de representar um direito da população rural, mas pode ocasionar um impacto significativo pela vasta aceleração do ritmo de compra em um curto período de tempo. Sobretudo a partir da maior oferta de serviços no bairro, a vida torna-se efetivamente mais acelerada, ao passo que continuam sendo vendidos imaginários de paz e tranquilidade. Além do referido bairro, destacam-se, neste aspecto, outras áreas dos municípios de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis, marcados pelo grande dinamismo e maior relevância demográfica e econômica em comparação com os demais municípios da Região Serrana, que possuem menor dinamismo econômico e contingente populacional e “onde os processos de criação de novas

territorialidades e de interação urbano-rural são menos marcantes” (RUA, 2011, p. 95).

A partir desta discussão, é possível efetuar relações entre o processo de metropolização e a dinâmica imobiliária, com o possível aumento do preço da terra na região serrana e novas áreas continuamente incorporadas à lógica do mercado de terras da metrópole. Dessa maneira são produzidas multicentralidades, de acordo com a necessidade de reprodução do capital nos setores imobiliário e financeiro, com infraestruturas produzidas principalmente de acordo com interesses da iniciativa privada. Ao longo do eixo que une Teresópolis e Nova Friburgo, são criadas centralidades locais, áreas com concentração de serviços e atração de investimentos, seja pelo turismo – como no caso de Vargem Grande, que torna-se uma centralidade na região pelos hotéis, serviços, condomínios de luxo e casas de veraneio que atendem principalmente à população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - ou pela provisão de produtos (agrícolas ou não) – como vemos em Barracão dos Mendes, com o abastecimento de produtos agrícolas para áreas próximas e, mais recentemente, pela presença de lojas de materiais de construção para provimento das obras que se avolumam nos dois municípios.

Ainda que fora da região metropolitana, os efeitos da metropolização são visíveis, principalmente no que tange à cultura mercantil, que, utilizando-se do referido eixo de transformações, difunde-se com enorme facilidade na região. A alienação própria de um modo de vida urbano-metropolitano, no bojo desse processo, é verificável em ambientes consideravelmente afastados das grandes metrópoles e os efeitos disso serão examinados no tópico seguinte, a partir do que percebemos nas localidades escolhidas neste estudo.

É nesse contexto, marcado pelos efeitos da metropolização para além da metrópole e da região metropolitana, que podemos falar de “explosão da metrópole”, tal como Lefebvre referia-se ao urbano a partir da “explosão da cidade”. Assim:

A dinâmica metropolitana rompe com a lógica urbana clássica: enquanto a cidade clássica atrai a periferia, o seu fora, para o centro, a metrópole simbolizava a reviravolta dessa dialética urbana. Não é mais a aspiração do fora para o dentro que é prioridade, mas o inverso, uma vez que o urbano se volta para o

fora. Desde então, a metrópole se distingue duplamente da cidade: por um lado, ela não corresponde mais a uma entidade que delimita concretamente um dentro e um fora; ela não é mais definida essencialmente por sua capacidade de acolhida e por sua vontade, mais ou menos afirmada, de integração. Por outro lado, sua extensão é ilimitada, uma vez que ela não tem fronteiras bem nítidas, o que dá lugar a uma configuração territorial que se inscreve nas áreas urbanas estendidas (MONGIN, 2010, p. 196).

#### **4.3. A alienação rural e urbana no mundo atual: O cotidiano programado, a “sociedade do espetáculo” e o “Outro” nas relações urbano-rurais**

É no debate sobre a alienação que talvez resida o maior desafio deste trabalho. Não apenas pelos problemas de linguagem e terminologia do conceito – as complexidades de tradução e as ambiguidades terminológicas – apontados por Mészáros (2006), mas, sobretudo, pela dificuldade de pensar meios de superar esta alienação, especialmente em um contexto de proliferação de representações que espetacularizam a vida e reduzem o cotidiano ao consumo programado.

Associamos a concepção de alienação a uma espécie de limitação, um reducionismo generalizado que abarca as relações sociais e, por consequência, se estende às representações e aos discursos, que limitam a apreensão da realidade e as possibilidades da mesma. A alienação não deixa de ser, como usualmente é abordada, uma diminuição da capacidade dos indivíduos em pensar ou agir por si próprios. Porém, buscamos ir além, ultrapassar as concepções habituais para trabalhar o conceito em outro sentido: o sentido de que os indivíduos seriam, em função de dadas condições sociais, subtraídos de faculdades humanas essenciais ao exercício da liberdade. A partir de tal falta (subtração), tais faculdades seriam projetadas para fora deles, gerando uma “falsa consciência”. A alienação, dessa maneira, consiste em um processo que desorienta, que exclui e fragmenta (separa), ao limitar a expressão do potencial humano, a “essência da espécie.” É a condição que isola, ao mesmo tempo, o indivíduo da natureza, de si mesmo (da sua própria consciência e

atividade), de seu ser genérico (de seu ser como membro da espécie humana) e da sociedade (dos outros homens). (MÉSZÁROS, 2006, p. 20). Assim, é uma condição que, conforme apresenta o autor (MÉSZÁROS, 2006, p. 21), “compreende as manifestações de estranhamento do homem em relação à natureza e a si mesmo, de um lado, e as expressões desse processo na relação homem-humanidade e homem e homem, de outro”. Condição esta, que evidentemente é aprofundada na atualidade, ainda que sob novos parâmetros. Discutiremos, sobretudo, a alienação própria de um modo de vida urbano, ainda que esta se manifeste na atualidade no espaço rural.

Devemos ter em mente que as relações de produção capitalistas são relações sociais de produção, ou seja, relações entre os homens no processo de produção das condições materiais de sua existência. Nesse sentido, o produto final do processo de produção não é a mais-valia e sim a mercadoria, cujo valor, na perspectiva de Marx, é representado pelo trabalho social inserido nela.

Dentre as mercadorias, há de se destacar uma em especial, o trabalho humano, único capaz de produzir novas mercadorias e valor. Porém, só é possível explorar a mais-valia do trabalhador a partir da expropriação de seus meios de produção. Uma vez expropriados, os trabalhadores se transformam em trabalhadores “livres”, libertos de toda a propriedade que não seja a sua força de trabalho. Assim, cria-se uma igualdade jurídica, uma relação livre entre proprietários dos meios de produção e proprietários da força de trabalho, uma relação de compra e venda que só pode existir entre pessoas formalmente iguais. A relação criada de suposta liberdade e igualdade é a base da relação social capitalista e se assenta no processo de expropriação dos meios de produção ocorrido no movimento de acumulação primitiva. Segundo Karl Marx (1982, p. 831):

O processo que produz o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador. O progresso consistiu numa metamorfose dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista.

É dessa forma que o trabalhador é apropriado pelo capital. Como mostra Martins (1981, p.154) “A função do salário é a de recriar o

trabalhador, fazer com que o homem que trabalha reapareça como trabalhador do capital”, recriando ao mesmo tempo sua liberdade e sua sujeição. Assim, podemos dizer que o trabalhador fica livre ao mesmo tempo em que fica preso. A lógica contraditória do capital se apresenta desse modo, onde ao mesmo tempo em que a relação social capitalista é aparentemente igual, ela reproduz resultados econômicos fundamentalmente desiguais, personificados por posições hierárquicas e expressos na luta de classes.

Tal contradição constitui a chamada “alienação política”, intensamente discutida por Marx em “Sobre a questão judaica”. O autor, em meados do século XIX, aponta que a criação do Estado Moderno representou a idealização de uma cidadania que os homens de fato não vivem, criando uma discrepância entre o “homem da constituição” e o “homem real”. Assim,

[...] o homem *político* constitui apenas o homem abstraído, artificial, o homem como pessoal *alegórica, moral*. O homem real só chega a ser reconhecido na forma de indivíduo *egoísta*, o homem *verdadeiro*, só na forma do *citoyen abstrato* (MARX, 2010, p. 53).

A ilusão que se forma é de que não há exploração, de que ocorre uma troca em condições iguais, o que é uma relação alienadora. A riqueza que o capital acumula não aparece como se fosse retirada do trabalhador e sim como produto do capital.

É na obra Manuscritos Econômico-Filosóficos, de 1844, que o autor se dedica com maior ênfase à chamada “alienação do trabalho”, referente ao esvaziamento do sentido de criação do trabalho e à dissociação entre o trabalhador e o produto de seu trabalho. Com a crescente parcialização e mecanização do mesmo, cada vez menos o trabalhador tem o controle e o conhecimento sobre o trabalho que realiza. No bojo desta separação generalizada entre o trabalhador e aquilo que ele produz, perde-se todo ponto de vista unitário sobre a atividade realizada (DEBORD, 1997, p. 23). O trabalho, que para Lefebvre (1977, p. 153) é o que difere o homem do animal (enquanto meio para conseguir o objeto de suas necessidades e fundamento essencial do homem), perde seu sentido, se esvazia. O trabalhador, assim, não vê a riqueza que cria, “se torna estranho diante da

própria obra, do trabalho” (MARTINS, 1981 p.156). Como afirma Guy Debord (1997, p. 26):

O trabalhador não produz para si próprio, ele produz para um poder independente. O sucesso desta produção, a sua abundância, regressa ao produtor como abundância da despossessão. Todo o tempo e o espaço do seu mundo se lhe tornam estranhos com a acumulação dos seus produtos alienados.

Destituído de suas faculdades humanas (no caso, sua capacidade estética e criativa), o homem se desumaniza, enquanto projeta estas capacidades para o próprio produto. Ou seja, ao passo que o homem se “coisifica” no processo de trabalho, a mercadoria se humaniza, incorpora os atributos humanos que foram alienados no processo de produção. Como aponta Goldmann (1977, p. 141), o valor passa a se apresentar à consciência dos homens como uma qualidade objetiva do produto. Trata-se do que Karl Marx denominou de “fetiche da mercadoria”.

A propagação da produção para o mercado, que desenvolveu o valor de troca, criou uma relação nova, que para Goldmann (1977, p. 145), passa a ser “o fenômeno social fundamental da sociedade capitalista: a transformação de relações humanas qualitativas em atributo quantitativo de coisas inertes”. São estes bens que assumem uma qualidade objetiva, num processo de limitação da plenitude dos seres humanos. É o que o autor, a partir de Lukács, chama de reificação, um processo que se estende progressivamente a todos os aspectos da vida na atualidade, “faz predominar o abstrato e o quantitativo sobre o concreto e qualitativo” (GOLDMANN, 1977, p. 145).

Transformando os aspectos qualitativos, a riqueza que permeia a vida humana, em elementos quantitativos, da esfera do preço, reduz-se a apreensão da realidade, retira-se do homem seu papel ativo (no sentido a que referimos como práxis), transformando-o em espectador. A consciência, no âmago deste processo, também perde seu papel ativo, tende a transformar-se em simples reflexo.

O desenvolvimento destas relações reificadas se dá em conjunto com as determinações capitalistas, em suas tendências inerentes de expansão a todos os aspectos que permeiam nossas vidas e de dissolução das formas pretéritas ou alternativas. Se dá, portanto, através da expansão



de determinadas relações sociais de produção e das representações do valor de troca, que não deixam de ser representações da sociedade ocidental, do capitalismo na modernidade.

A partir do modelo de desenvolvimento hegemônico, impõe-se um estilo de vida que associa as cidades a unidades de consumo. Lefebvre (2008, p. 46) relaciona esta perspectiva à teoria da falsa consciência, em que a consciência burguesa (falsa) seria produzida pela própria espacialização, transformando o espaço no “lugar da reificação, um lugar fora do tempo, fora da vida e da práxis” (LEFEBVRE, 2008, p. 46) e instrumentalizando a realização-reificação das relações sociais. É o que Lefebvre caracteriza como espaço simultaneamente funcional e instrumental, vinculado à reprodução da força de trabalho pelo consumo.

Ainda que esta perspectiva – que consiste em uma das hipóteses do autor sobre o espaço – restrinja-se à reprodução dos meios de produção (e às relações sociais de produção), como objetiva o próprio autor, é relevante para nós a ideia de espaço como meio de veiculação dos valores da sociedade capitalista. O lugar da reificação, da alienação, torna-se assim pela criação de uma consciência afastada da práxis, que banaliza o cotidiano e vincula as relações sociais ao espetáculo. O espaço banalizado, enquanto reproduz das relações sociais de produção, aliena, limita a apreensão do mundo. Simultaneamente, reproduz um desenvolvimento reducionista, único e homogêneo, afastado da realidade e da vida.

A relação entre práxis e reificação também é abordada, em outro livro, por Lefebvre (1977) e Goldmann (1977). O primeiro discorre sobre a noção de práxis a partir do sentido hegeliano para mostrar que “a essência do ser humano é social e a essência da sociedade é práxis: ato, ação, interação” (LEFEBVRE, 1977, p. 150). A noção de práxis, segundo o autor, pressupõe a restituição do prático-sensível, constituindo um fenômeno total que envolve um duplo fundamento: “o sensível, de um lado, e, do outro, a atividade criadora, estimulada pela necessidade que ela transforma” (LEFEBVRE, 1977, p. 153).

Para Lefebvre (1977, p. 154), a práxis é “antes de tudo, ato; relação dialética entre a natureza e o homem, as coisas e a consciência”. Toda práxis, para o autor, é conteúdo, um conteúdo essencialmente inseparável.

Em outro texto, desenvolve esta discussão, mostrando que a reprodução das relações sociais constitutivas desta sociedade (capitalista) lhe é inerente (LEFEBVRE, 1977), ou seja, trata-se da própria tendência do capital expandir-se, continuar a reprodução ampliada. O valor de troca, a medida em que se expande nas relações sociais, encobre sua própria essência, fetichiza a forma de maneira que esta reaja sobre o conteúdo, criando “aparências” e “névoas” que substituem o real. (LEFEBVRE, 1977, p. 155). Porém, enquanto representações, estas névoas não deixam de ser reais. Ao passo que mascaram o real, dele fazem parte constitutiva.

É a própria forma que conduz a sociedade à reificação. A ordem formal das relações (a relação contratual) apresenta-se em sua expressão dominante, mas fundamentalmente enganadora. A mercadoria, ao ser separada do conteúdo e das contingências que a acompanham, tende a reduzir o ato de troca à forma “pura” (LEFEBVRE, 1991, p. 114). Porém, como bem lembra Raoul Vaneigem,

[...] o instrumento só aliena o trabalhador a partir do momento que é o senhor que o possui. Do mesmo modo no domínio do consumo, não são os bens que são intrinsecamente alienantes, mas a escolha condicionada e a ideologia que os envolve (VANEIGEM, 2002, p. 110).

Esta ideologia, ou melhor, o modelo presente na vida socialmente dominante, é o espetáculo. Num contexto em que “tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação”, “a realidade surge no espetáculo, e o espetáculo no real. Esta alienação recíproca é a essência e o sustento da sociedade existente” (DEBORD, 1997, p. 13-14). Na “sociedade do espetáculo”, o cotidiano é burocraticamente programado, padronizado. Sendo assim, o próprio cotidiano, reduzido ao consumo, reprime os conteúdos na consciência e na ação dos indivíduos. Os desejos passam a ser impostos, delineados, encurralados.

É por isso que quando Lefebvre afirma que o fim e a legitimação oficial dessa sociedade é a satisfação (LEFEBVRE, 1991, p. 89), o faz em um tom de crítica. Para ele, a satisfação consiste em uma saturação “tão rápida quanto possível” das necessidades.

A necessidade se compara a um vazio, mas bem definido, a um oco bem delimitado. O consumo e o consumidor enchem esse vazio, ocupam esse oco. É a saturação. Logo que atingida, a satisfação é solicitada pelos mesmos dispositivos que engendraram a saturação (LEFEBVRE, 1991, p. 89).

Portanto, ainda que esta satisfação - ou impressão de satisfação - seja atingida, ela nunca se torna plena. Paira sobre a sociedade um mal-estar generalizado, uma vez que a satisfação, em princípio generalizada, se dá de maneira concomitante a uma crise generalizada. O mal-estar geral, ou “mal-estar espacial” (MOREIRA, 2008) derivado da chamada obsolescência programada da necessidade constitui para Lefebvre (1991, p. 103), um enriquecimento da tipologia da alienação, onde às antigas alienações juntam-se novos gêneros. É neste sentido que o autor argumenta que “a alienação tende para uma totalidade e se torna tão poderosa que apaga os traços (a consciência da alienação). A própria teoria da alienação, apoiada na ‘vida dura’ da ideologia do economicismo, tornou-se uma prática social” (LEFEBVRE, 1991, p. 104 -106).

É na relação dialética entre a “necessidade de totalidade (isto é, de realização, de plenitude no exercício de todas as atividades e gozo de todos os desejos)” (LEFEBVRE, 1977, p. 153) e o vazio (o oco, a lacuna deixada pelo domínio da forma sobre o conteúdo), que situa-se a alienação. É o “movimento de descompressão”, como cunhou Vaneigem (2002, p. 81) que “entrava a vontade mais irredutível do homem, a vontade de ser ele próprio”.

Este vazio (ou o “oco”, a “lacuna”) trazido por Lefebvre em “A ‘práxis’: A relação social como processo” (1977), remonta, mais uma vez o debate entre representação e a “falta no Outro”, que discutimos no capítulo anterior. Se, como apontamos, a representação envolve as dinâmicas de exteriorização (*Ent- Äußerung*) e interiorização (*Erinnerung*) do conteúdo do pensamento (MALABOU, 2004, p. 111-112), o predomínio das ausências e o distanciamento do concreto e do vivido nesta dinâmica configura a alienação. Não é por acaso que, como ressalta Jameson (2010, p. 19), o ritmo de internalização e externalização (*Äußerung* e *Erinnerung*) trabalhado por Hegel, corresponde ao sentido literal da palavra alienação.

Entretanto, no sentido hegeliano, é a Ideia que se aliena. Dessa forma, é a Ideia que se aliena nas “coisas”, como aponta Lefebvre (1966, p. 155): “[...] primeiramente na Natureza, em seguida no homem como ser sensível e ativo e, por fim, nas múltiplas obras do homem e, sobretudo, nas

suas obras materiais.” O homem, ainda que como suporte da Ideia, assim se aliena:

Os homens criam, produzem, inventam: coisas, instrumentos, obras, ideias, instituições. O que produzem e criam volta-se contra eles e torna-se o motivo de lancinantes contradições. A realização do homem em obras e produtos é também o afastamento de si próprio; a contradição destrói incessantemente cada momento histórico e obriga o homem a ir mais longe e mais profundamente, para se reencontrar. [...] É assim que Hegel, no interior de sua construção abstrata, nos mostra o homem concreto, social, prático e o seu drama: a realização de si (as coisas nas quais o homem se realiza) é “também” a “desrealização” de si. A objetivação (nos produtos e obras) é também a “desobjetivação”. O trabalho criador é também a perda do homem e o que leva à desgraça, à abjeção, à escravidão: à alienação (LEFEBVRE, 1966, p. 155-156).

É por isso que o idealismo de Hegel não deixa de ser “objetivo” e fundamentado em inúmeras “observações concretas”, como ressalta Lefebvre (1966). Mais do que isso, é um pensamento que, enfim, acaba não dissociando por completo o mundo material do mundo imaterial, espiritual, ideal e abstrato<sup>42</sup>. Essa associação no pensamento hegeliano, se dá, justamente, a partir de sua teoria da alienação. Desse modo, “a teoria hegeliana da alienação mostra o princípio de uma crítica da realidade econômica e da economia política, como ciência dessa realidade.” Em relação mútua, “[...] a realidade econômica e as noções fundamentais (as ‘categorias’) dessa realidade e do seu conhecimento dão um fundamento concreto - uma ‘base’ - à teoria filosófica da alienação” (LEFEBVRE, 1966, p. 160). Por isso:

Não é a teoria dialética das contradições (teoria lógica, teoria do conhecimento) que, “naquele momento”, passa do hegelianismo para o pensamento de Marx. É, sobretudo, a teoria filosófica da alienação, na qual Marx fundamenta seu humanismo. Mas essa teoria é concretamente dialética, uma teoria da contradição (negatividade), viva e histórica no seio humano (LEFEBVRE, 1966, p. 168-169).

<sup>42</sup> Essa interrelação complexa no pensamento de Hegel levou autores como Frederick Beiser (2014) e Robert Pippin (2014) a contestar a designação usual do filósofo como idealista. Sobre isso, Beiser (2014, p. 19) destaca: “Se parece estranho considerar Hegel como um materialista, dado seus inúmeros proferimentos sobre o ‘espírito’, então devemos afastar a usual imagem mecanicista do materialismo. Não devemos esquecer, também, que, para Hegel, o espírito é apenas o mais alto grau de organização e de desenvolvimento dos poderes orgânicos no interior da natureza.” Em direção semelhante, Lênin aponta que o lado mais idealista da lógica hegeliana, o da Ideia absoluta (ou a teoria do desenvolvimento objetivo na Ideia), é, ao mesmo tempo, o mais materialista (LEFEBVRE e GUTERMAN, 2018).

Karl Marx, a partir de Hegel, estrutura uma nova teoria da alienação, na qual o homem, enquanto ser ativo, é apresentado como essência de toda a atividade. A relação humana, no materialismo de Marx, não tem como base a Ideia ou a consciência de si, mas se estrutura em seu próprio humanismo, no sentido do reconhecimento do que é verdadeiramente humano, ou seja, das necessidades de trabalhar, transformar a natureza, próprias do homem como ser natural. Esta noção, como discute Lefebvre, Marx encontra em Feuerbach, que substitui o homem enquanto categoria abstrata pelo homem “real e vivo” (LEFEBVRE, 1966, p. 162). Trata-se da ideia do “homem total”, como um todo vivo, na plenitude de suas potencialidades.

Relacionando o pensamento de Hegel e Feuerbach, Marx situa este homem na história, “dialetriza profundamente a noção de homem total”, restituindo os elementos históricos e as contradições reais para conectar essa categoria filosófica à ação. A partir da concepção histórica hegeliana, mostra que “a história da alienação humana é também a história do homem<sup>43</sup>” (LEFEBVRE, 1966, p. 165). Desse modo:

O homem é um todo em qualquer momento histórico, mas contraditório, dilacerado, arrancado a si mesmo. Assim, o homem plenamente desenvolvido, desabrochado, verdadeiramente total, não é dado. Não é biologicamente natural. Produz-se e ganha-se a si próprio no decorrer da história. É, simultaneamente, o limite (infinitamente longínquo) e o sentido da história humana (LEFEBVRE, 1966, p. 164).

A ultrapassagem da alienação (ou desalienação) trata, portanto, do retorno consciente do homem a si próprio como ser social. Mais do que a simplesmente a Ideia hegeliana ou a consciência, enquanto pura filosofia especulativa, o homem, enquanto simultaneamente objeto (corpo) e sujeito (consciência) (LEFEBVRE, 1966, p. 166), se realiza, através de toda a riqueza de seu desenvolvimento, como homem social. Segundo Erich Fromm (1970, p. 41), essa ultrapassagem da alienação humana representa nada mais do que a “verdadeira apropriação da natureza humana por meio do e para o homem”. O paralelo entre a desalienação e a constituição da sociedade urbana – como virtualidade, possibilidade – torna-se então

---

<sup>43</sup> Para Agnes Heller (1982, p. 85 apud SANTOS, 2007, p. 51), a alienação representa a “cisão entre a essência do homem e a sua existência [...]”.

nítido, onde o direito ao encontro, o direito ao usufruto pleno do espaço urbano e à vida urbana renovada, é também o direito da realização plena do homem (social), do homem plenamente desenvolvido, “desabrochado”, verdadeiramente “total”.

Constatamos que a alienação envolve a limitação das potencialidades humanas, a construção de uma “falsa consciência” a partir das representações e o estranhamento/isolamento do indivíduo em relação à natureza, a si mesmo, a seu ser genérico e à sociedade (MÉSZÁROS, 2006), sobretudo a partir do desenvolvimento e da sobredeterminação de determinadas relações sociais de produção. Da mesma forma, vimos que a concepção de alienação não pode ser trabalhada de forma demasiado abstrata, uma vez que a mesma está inscrita na história do homem, enquanto ser ativo e transformador da natureza através do trabalho. Entretanto, uma vez que analisamos criticamente o conceito de alienação e as abordagens excessivamente abstratas que o cercam, devemos também, voltar ao concreto, situar melhor as concepções aqui trabalhadas a partir das transformações espaciais estudadas.

Desse modo, qual a validade do estudo da alienação para pensar as novas transformações no espaço que constatamos a partir das relações urbano-rurais? Se escolhemos como elementos mediadores para a análise dessas mudanças as representações do espaço, e buscamos destacar as dinâmicas de diferenciação/“desigualização” e hierarquização próprias do desenvolvimento capitalista em suas configurações geograficamente desiguais, é fulcral pensar os efeitos destas transformações em suas diversas escalas e a alienação aparece como consequência inevitável da expansão e preponderância de determinadas relações sociais na atual fase de universalização do urbano, associada à metropolização do espaço.

Definitivamente, diversos processos de alienação já se fazem presentes nos cotidianos de localidades rurais – ou localidades fortemente marcadas pelas relações urbano-rurais – e situadas para além dos limites formais da Região Metropolitana. Assim, cabem aqui algumas ressalvas relacionadas a argumentos proferidos anteriormente. Se ressaltávamos, a partir de Lefebvre (2008), a ideia de espaço como meio de veiculação de elementos e valores próprios da sociedade capitalista e destacávamos,

também com base no autor, as consequências de um modelo de desenvolvimento que associava as cidades às unidades de consumo, precisamos agora salientar certas inadequações com relação ao que percebemos no presente estudo.

Primeiramente, quando falamos no espaço como meio de veiculação de elementos próprios da sociedade capitalista, não podemos, na atualidade, nos restringir às cidades enquanto as unidades próprias do consumo. A reprodução ampliada do capital e a expansão das relações sociais de produção capitalistas são dinâmicas que requerem, no momento atual, a incorporação de espaços antes limitados nesta condição. Se o “sistema do capital” é orientado para a expansão e sempre movido para a acumulação (MÉSZÁROS, 2002, p. 100-102), como o “mais eficiente extrator de excedente e liberação das amarras da auto-suficiência”, é esperado que este tenda a dominar progressivamente os demais setores da produção e impor suas relações de maneira a integrar o espaço como um todo<sup>44</sup>. É assim que, justamente pelo aspecto difuso da metropolização do espaço, que apresentamos no tópico anterior, cada vez mais vemos em áreas “não-urbanas” ou afastadas das cidades, a inserção em práticas de consumo e em um modo de vida urbano e antes restrito às metrópoles. A geração de novas atividades e funções para o espaço rural, assim como a reconstrução permanente dos imaginários a ele associados, não podem, desse modo, ser dissociados da tendência de reprodução ampliada do capital e do escoamento desigual de excedentes no espaço.

A alienação própria de um modo de vida urbano e a idealização de uma ruralidade são elementos constitutivos dos processos aqui analisados, estando presentes nas localidades de estudo. O que percebemos, na prática, são verdadeiras metamorfoses nos espaços rurais atreladas a representações e imaginários por vezes extremamente enganadores com relação à vida que de fato ali ocorre. São representações que, portanto, se afastam do real (alienam) e transformam estas localidades em refúgios da “crise do urbano”, quando, na verdade, são as mudanças, elas mesmas,

---

<sup>44</sup> Nas palavras de Lefebvre (2008, p. 117), “[...] o capitalismo se estendeu subordinando a si tudo o que lhe preexistia.”. Desse modo, “[...] o capitalismo se manteve estendendo-se ao espaço inteiro”.

resultados do urbano, urbanidades no rural. Como vimos, as “ruralidades dos urbanos”, forjadas e idealizadas, se afastam do conteúdo social do rural, carregando, nelas próprias, códigos de comportamento urbano-metropolitanos. Essas ruralidades idealizadas, constituem, na prática, a venda dos elementos do rural como “mercadorias em prateleiras” (KIELING e SILVEIRA, 2015, p. 139). O rural idealizado e transformado em mercadoria é, assim, um rural subtraído dos “elementos que podem ser essenciais à preservação de valores simbólicos que os caracterizam e lhes dão sentido.” É essa subtração, perda daquilo que dá sentido ou constitui o verdadeiro conteúdo social da ruralidade que concebemos aqui como efeito da alienação para além das cidades.

São inúmeros exemplos em Vargem Grande e Barracão dos Mendes que nos levam a essa constatação de uma alienação própria de um modo de vida urbano para além das cidades. Quando falamos em uma alienação própria de um modo de vida urbano – ou urbano-metropolitano – e atrelada às urbanidades no rural, vale destacar, queremos realçar justamente as relações de força desiguais entre o rural e o urbano, ou seja, concebemos a alienação, no sentido trabalhado por Mészáros (2006, p. 14) como uma “força externa” que destitui e leva à “perda de controle”, ainda que esta força externa seja internalizada, como nas condutas urbanas cada vez mais presentes nas áreas de estudo. Dentre os exemplos que nos remeteram a processos sucessivos de alienação, destacamos desde constrangimentos no cotidiano até o estranhamento por parte dos moradores com relação às novas formas e empreendimentos.

Tomemos como exemplo a vida cotidiana do bairro de Vargem Grande, em Teresópolis. Um bairro tradicionalmente agrícola, outrora composto predominantemente por pequenas propriedades rurais familiares, naturalmente passa a ter suas relações sociais e cotidianos completamente alterados com a acelerada intrusão de empreendimentos turísticos e inúmeros condomínios de luxo. Relações características de espaços rurais, como o contato próximo de vizinhança e o conhecimento acerca das famílias que ali residem e dos principais serviços oferecidos no local passam a dar lugar a maiores distanciamentos em cada um destes aspectos. É nítido, por exemplo, o crescente desconhecimento por parte



dos agricultores entrevistados em relação aos outros moradores, assim como diversos dos empreendimentos recentemente edificadas – ou em construção – tinham suas funções desconhecidas pelos indivíduos residentes do bairro, ainda que estes fossem moradores de longa data do local.

A crescente ocupação dos moradores em atividades não-agrícolas - sobretudo os trabalhos de tempo parcial para complementar a arrecadação -, da mesma forma – e isso também foi verificado pelo relato dos moradores -, traz um notório distanciamento com relação à terra e com relação ao trabalho realizado. O que servia como o principal meio de realização de suas práticas cotidianas e de trabalho, em alguns casos torna-se apenas o local de moradia ou de uma atividade complementar aos rendimentos familiares. Assim, alteram-se as relações estabelecidas no cotidiano e os hábitos, como expressão das transformações na realidade circundante. Relações antes concretizadas tendo por base uma intensa ligação com a terra, onde os hábitos eram construídos sobre as definições de uma lógica mais atrelada ao meio natural e as atividades e horários mais orientados de acordo com os ciclos naturais dos produtos cultivados (BAGLI, 2013, p. 93) dão lugar a outra lógica, em que “a rotina é determinada pelas condições artificialmente construídas e os hábitos surgem das relações estabelecidas sobre essas condições”, onde há uma atenuação do contato direto com a terra e o consumo torna-se um hábito comum aos espaços urbanos e rurais (BAGLI, 2013, p. 94).<sup>45</sup> Da mesma forma, o uso de aparatos tecnológicos<sup>46</sup>, seja para a realização das tarefas domésticas ou

<sup>45</sup> Vale destacar que o trabalho de Priscilla Bagli, por nós referenciado, não faz alusão a nenhuma das localidades estudadas. A menção ocorre por acreditarmos na pertinência do estudo das diferenças e semelhanças dos hábitos urbanos e rurais para pensar as mudanças verificadas em diversas áreas da Região Serrana Fluminense.

<sup>46</sup> A incorporação de certas infraestruturas e aparatos tecnológicos, tratada de maneira simplificada como a urbanização do campo e considerada pela Constituição Federal como introdução de atributos de áreas urbanas, mais uma vez remonta a concepção da ruralidade como limitação, atraso e precariedade, discutida no capítulo anterior. A expansão de determinados benefícios, como energia elétrica, pavimentação, segurança pública e serviços de telefonia e Internet, além de fazerem parte de lutas históricas e movimentos de reivindicação das populações rurais dos municípios estudados da Região Serrana, não podem ser tidos como características exclusivas dos moradores de áreas urbanas, uma vez que tal concepção aparta o espaço urbano e o espaço rural pela presença de condições hoje necessárias para a manutenção de uma vida digna. Nas palavras de Bagli (2013, p. 95): “Seguindo essa reflexão, o rural para se manter rural teria que estar destituído de todo e qualquer tipo de tecnologia criada para facilitar a vida das

para a melhor inserção do mercado – como verificamos também em Barracão dos Mendes, onde agricultores, com a chegada de serviços de Internet, usam das redes sociais para divulgar e vender seus produtos -, faz-se presente em grande parte das áreas rurais da Região Serrana Fluminense e facilita a inserção no mercado de consumo.

Além disso, não podemos deixar de destacar os constrangimentos derivados de um cotidiano agora vigiado por um sistema de câmeras de segurança ativo durante 24 horas, mesmo em áreas predominantemente agrícolas de Vargem Grande. Os muros, cercas elétricas e equipamentos de vigilância, se levam uma sensação de segurança para uns, para outros representam barreiras e constrangimentos nos locais onde sempre viveram, limitações e controle do ir e vir do dia a dia. O que para um grupo representa a liberdade e o fim do medo, simboliza, para outros – aqueles que são “mal-vistos”, que não se encaixam no “perfil adequado” - a emergência do medo e a restrição da liberdade. O urbano, que chega nesse rural enquanto crise e sentimento de insegurança, a partir da propagação de um modo de vida estruturado com base em condomínios fechados, produz uma urbanidade vivida em fragmentos, uma experiência urbana despedaçada e descontínua.

Essa experiência fragmentada, parcializada, corre o risco de ser naturalizada enquanto total e única, onde o predomínio de uma racionalidade enclausura as demais experiências possíveis e as virtualidades do urbano. E aqui é possível fazer um paralelo com a “razão metonímica”, abordada por Boaventura de Souza Santos (2002), onde a parte é tomada pelo todo ou o todo aparece como “uma das partes transformada em termos de referência para as demais” (SANTOS, 2002, p. 7). Calcada em uma relação dicotômica, a razão metonímica revela-se exclusiva, nega qualquer experiência alternativa ao apresentar um modo de vida limitado e parcializado como total e possibilidade única. Se a experiência urbana não é vivenciada em sua totalidade, da mesma forma, o homem não pode controlar o mundo objetivo com suas próprias faculdades, “não se vivencia como agente ativo de seu controle sobre o

---

peças. Isso significaria dizer que a condição de ruralidade seria dada pela ausência total de tecnologias e pela rusticidade.”

mundo” (FROMM, 1970, p. 50) e, sem constituir-se enquanto “homem total”, iguala-se historicamente à parte.<sup>47</sup> Portanto, o novo modo de vida que é difundido nessas áreas, especialmente aquele associado à vivência dos condomínios fechados, ao passo que tenta reproduzir o cotidiano urbano em sua plenitude, com todos os serviços, infraestruturas e aparatos tecnológicos possíveis, acaba limitando as suas possibilidades, fabricando hábitos dirigidos e criando um duplo processo de segregação/autosegregação.

Um cotidiano cada vez mais programado, reificado na escala de abrangência do “mundo da mercadoria” é também um cotidiano produzido como espetáculo, como já indicava Guy Debord (1997). Com as rotinas diárias reduzidas às possibilidades de consumo dos indivíduos e a padronização de condutas (urbanas) cada vez mais presentes nas localidades de estudo, a vida é alienada de sua multiplicidade e o espetáculo substitui o real no espaço vivido. As mídias e redes sociais, mesmo na pequena localidade rural de Barracão dos Mendes, passam a alicerçar as relações sociais. O contato fica cada vez mais reduzido à Internet e mesmo a venda de produtos agrícolas é crescentemente inserida na lógica dos aplicativos e das redes sociais. Percebe-se um simulacro da vida em contato com a natureza, da conexão com o bucólico, quando o que ocorre é um efetivo distanciamento/alienação com relação à natureza, à terra e à sociabilidade humana. O que se constrói é um rural espetacularizado, das paisagens aos cotidianos.

Trata-se de um processo de desterritorialização e de uma consequente reterritorialização<sup>48</sup> a partir da construção de novas

<sup>47</sup> Mészáros (2006) discute a relação entre o homem real e o homem fictício através da relação entre a parte e o todo. Segundo o autor, os ideais transcendentais não têm lugar no pensamento de Karl Marx. Mais do que isso, Marx rejeita os quadros sobre os quais estes ideais estão superpostos, onde as ideias de superação das limitações inerentemente humanas estão fundadas em suposições a-históricas e absolutas, como a de que o homem seria egoísta por natureza. “Na visão de Marx, esse tipo de superposição é possível somente porque vivemos numa sociedade alienada na qual o homem é *de fato* egoísta. Identificar o homem egoísta (alienado) de uma dada situação histórica como o homem em geral, e assim concluir que o homem é por natureza egoísta, é cometer a ‘falácia ideológica’ de igualar a-historicamente a *parte* (aquilo que corresponde a um interesse *parcial*) com o *todo*. O resultado é, inevitavelmente, um homem fictício, que se presta facilmente a essa superposição transcendental” (MÉSZÁROS, 2006, p. 149-150).

<sup>48</sup> Ou “desreterritorialização” e constituição de múltiplas territorialidades, na conceituação de Haesbaert (2004).

identidades territoriais e novas ruralidades. São processos que, diga-se de passagem, não ocorrem sem tensões ou resistências. O morador e agricultor muitas vezes não se vê enquanto parte dessa nova concepção de natureza<sup>49</sup>, mas esta acaba sendo imposta por desiguais relações de força. Dessa forma, ainda que o habitante dessas áreas se perceba distante e alheio em relação a essa nova natureza espetacularizada, estranhada, tais imaginários, componentes da ordem de reprodução sociometabólica do capital, (MÉSZÁROS, 2002) tendem a dominar e integrar os cotidianos. Esses imaginários, por sua vez, não se inserem nos cotidianos rurais apenas como representações e percepções de mundo, mas efetivamente transformam o metabolismo social.<sup>50</sup> Ainda que

<sup>49</sup> Segundo Carlos (1995, p. 28 apud RUA, 2002, p. 62): “O lugar é produto de relações humanas, entre homens e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade. Aí o homem se reconhece porque aí vive. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar se liga indissociavelmente à produção da vida.” A partir desta citação, torna-se evidente que a reconstrução identitária face às modificações das paisagens não é um processo simples e unidimensional, mas envolve “significados e sentidos” que afrontam e estranham a falsa paisagem-mercadoria que é vendida. Significados estes que não serão facilmente apagados nos laços historicamente estabelecidos entre a comunidade e o lugar.

<sup>50</sup> O metabolismo social pode ser considerado, de maneira simplificada, como o conjunto de fluxos de materiais e de energia que se produzem entre a natureza e a sociedade, assim como entre diferentes sociedades entre si, de acordo com uma forma cultural específica. Esta relação de determinação recíproca - onde a forma de organização em sociedade determina a maneira em que os humanos afetam e transformam a natureza, enquanto esta condiciona a maneira como as sociedades se configuram (TOLEDO; MOLINA, 2011, p. 4) – ocorre no nível individual/biológico ou coletivo/social (FOLADORI, 2001). Como apontam Toledo e Molina, a partir de Schmidt (1976): “As sociedades humanas produzem e reproduzem suas condições materiais de existência a partir de seu metabolismo com a natureza, uma condição que aparece como pré-social, natural e eterna”. Assim, o metabolismo entre natureza e sociedade implica “o conjunto de processos por meio dos quais os seres humanos organizados em sociedade, independentemente de sua situação no espaço (formação social) e no tempo (momento histórico), se apropriam, circulam, transformam, consomem e excretam, materiais e/ou energias provenientes do mundo natural” (TOLEDO; MOLINA, 2011, p. 4, tradução nossa). O metabolismo social, dessa forma, é um dos principais conceitos articuladores das relações entre sociedade e natureza. Considerado como elemento fundante de uma nova teoria socioecológica (TOLEDO, 2013; LEFF, 2004), o conceito tem suas bases nos escritos de Karl Marx sobre o trabalho em meados do século XIX. Segundo Foladori (2001, p. 106): “Todo o método do materialismo histórico parte desse conceito. Marx entende por metabolismo social o processo por meio do qual a sociedade humana transforma a natureza externa e, ao fazê-lo, transforma sua natureza interna. A ação de transformar a natureza externa constitui o processo de trabalho, e seu efeito sobre a natureza interna se manifesta na forma como se estabelecem as relações sociais de produção.” Esta transformação ocorre de diferentes maneiras, tanto positivas como negativas. Rodrigues (2012, p. 41), por exemplo, destaca o papel das transformações tecnológicas, exemplo verificado com intensidade nas localidades de estudo: “A questão da tecnologia no capitalismo nos mostra que a relação humana estabelecida com a natureza possui,

constituindo verdadeiros clichês para agradar turistas, as relações sociais de produção nos locais efetivamente se remodelam.

Concordamos com Marta Inez Medeiros Marques quando a autora afirma que “para compreender as imagens do campo e da cidade é preciso examinar os processos sociais concretos de alienação, separação, exterioridade e abstração de modo crítico.” (MARQUES, 2002, p. 104). A autora, com base em Raymond Williams, demonstra que o contraste entre campo e cidade que prevalece em nosso imaginário “é uma das principais maneiras de tomarmos consciência de uma parte central de nossa experiência e das crises de nossa sociedade capitalista” (MARQUES, 2002, p. 103). Tal separação, que estaria na base do processo de alienação e, assim, nos dividiria enquanto seres humanos, constituiria diferentes maneiras de nos posicionarmos diante de todo um desenvolvimento social do sistema capitalista. Entretanto, se na perspectiva de Williams a cidade apareceria comumente como a representação por excelência do capitalismo e, dessa forma, “[...] a imagem idealizada do campo corresponderia, assim, a uma reação crítica à forma alienada das relações sociais dominantes” (MARQUES, 2002, p. 103), consideramos neste trabalho que a valorização da paisagem natural e do bucólico fazem parte da constituição de novos objetos de consumo próprios dessa nova sociedade capitalista. São componentes da busca incessante por escoadouros e fronteiras para direcionamento do capital sobreacumulado e, portanto, peças indispensáveis à acumulação do capital em um contexto de metropolização do espaço. É sobre algumas evidências desse processo que nos debruçaremos em seguida.

---

contraditoriamente, aspectos positivos relacionados ao conhecimento e, portanto, ao domínio das forças da natureza, que representam o desenvolvimento das forças produtivas e uma grande negatividade, na medida em que a ciência e a tecnologia são estimuladas e desenvolvidas visando à elevação da produtividade do trabalho e da taxa de exploração.” Relacionada aos sistemas produtivos instituídos no capitalismo, a moderna propriedade do solo – que tem como base a propriedade privada e a sujeição da renda da terra ao capital – institui relações completamente novas, com base na transformação do próprio trabalho e na constituição de novas representações do espaço. Assim, a comparação efetuada por Marx entre o metabolismo com a natureza no capitalismo e em sociedades pré-capitalistas visa instaurar uma outra forma de relação. Trata-se na busca da humanização do homem através da conquista de “uma nova sociedade que restabeleça os laços com a natureza externa” (FOLADORI, 2001, p. 107).

#### **4.3. O preço da terra, o padrão da renda familiar e as representações do espaço: Evidências da transformação das relações urbano-rurais em um contexto de metropolização**

Como apontam Rua (2011, p. 95) e Marafon (2005, p. 110), a região serrana é formada por 14 municípios, sendo caracterizada por uma grande heterogeneidade interna, onde podemos identificar duas unidades espaciais diferenciadas: uma correspondente aos municípios de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis, que são marcados pelo grande dinamismo e maior relevância demográfica e econômica<sup>51</sup>, principalmente em função das atividades industriais e turísticas, além da produção de hortifrutigranjeiros; e a outra unidade, constituída pelos demais municípios, que possuem menor dinamismo e contingente populacional e “onde os processos de criação de novas territorialidades e de interação urbano-rural são menos marcantes.” (RUA, 2011, p. 95)

Vargem Grande, localizada em Teresópolis - logo, no primeiro grupo - presenciou, sobretudo a partir do final dos anos 1970, uma significativa entrada de hotéis e condomínios de alto padrão. É possível fazer uma associação entre a chegada destes empreendimentos e o asfaltamento da RJ-130, que liga Nova Friburgo e Teresópolis, ocorrido na mesma década. Tal rodovia, construída pelos próprios agricultores da região, “transformou-se em importante eixo de circulação e de escoamento para os produtos hortícolas e olerícolas dessa parte da região de governo aludida” (RUA, 2005, p. 4). Associadas às belezas paisagísticas e ao cenário bucólico (em oposição ao “caos urbano”), a facilidade de transporte e a diminuição do tempo de viagem contribuíram para a instalação destes empreendimentos ligados ao turismo e ao veraneio.

---

<sup>51</sup> Os três municípios correspondem, juntos, a mais de 80% da participação do Produto Interno Bruto da ZH Serrana, sendo os líderes no Valor Adicionado Bruto referente aos setores de agropecuária, indústria e serviços da referida Zona Homogênea.

**Figura 5:** Pequena produção de alface no bairro de Vargem Grande. Fonte: Blog Montanha das Nove Flores



**Figura 6:** Pequenas propriedades agrícolas e, ao fundo, condomínios de luxo no bairro de Vargem Grande.





**Figura 7:** Exemplo de condomínio de alto padrão no bairro de Vargem Grande. Fonte: Imobiliária Brasil Brokers



Como vemos nas imagens anteriores, instala-se na paisagem de Vargem Grande um aparente contraste. Pequenas propriedades agrícolas, tradicionais na região, passam a dividir espaço com condomínios e hotéis de luxo. Estes, com elevada infraestrutura e equipamentos avançados de vigilância e aquelas, em sua maioria, pequenas hortas familiares, com casas simples e sem mudanças significativas de padrão técnico na agricultura. Defendemos, entretanto, que o aparente contraste demonstra, na realidade, uma integração do espaço em uma escala mais ampla, associada à produção capitalista do espaço e à generalização da lógica da mercadoria (ou do “urbano”).

Barracão dos Mendes, por outro lado, tem as atividades relacionadas ao turismo e ao veraneio ainda muito menos marcantes. Também com localização muito próxima à RJ-130, mas pertencente ao município de Nova Friburgo, esta localidade rural é muito marcada pela agricultura, com pequenos sítios e grande presença de estufas. Diferentemente de Vargem Grande, nota-se em Barracão dos Mendes uma mudança considerável no padrão técnico da atividade agrícola e um certo desenvolvimento tecnológico, com uso de arados, máquinas, tratores e grande quantidade de agrotóxicos e defensivos agrícolas. Além disso, destaca-se mais recentemente a utilização de hidroponia, sementes selecionadas e produção e compra de mudas em viveiros, em uma rede já



expressivamente articulada, inclusive em canais de divulgação que atendem sob encomenda – e com nichos de mercado - através de ferramentas da Internet. Se a integração com o mercado é antiga e expressiva – a Ceasa (Central Estadual de Abastecimento) está localizada a poucos quilômetros de distância e o próprio nome do local indica o histórico antigo de entreposto de comercialização de produtos agrícolas -, tais redes e ferramentas tecnológicas tiveram sua chegada na localidade em período recente, num movimento muito vinculado à mobilização dos moradores.

**Figura 8:** Pequenas propriedades agrícolas na localidade rural de Barracão dos Mendes.



**Figura 9:** Paisagem marcada pela agricultura em Barracão dos Mendes.



O conjunto de transformações associadas ao processo de urbanização, com a chegada de novas infraestruturas e serviços, entretanto, tem no rural não-agrícola de Barracão dos Mendes seu principal motivador. Ainda que em menor proporção, são as atividades não-agrícolas da localidade – e, obviamente, as populações ocupadas em tais atividades - que induzem às inovações. São principalmente os residentes dali que trabalham fora da lavoura, seja na cidade ou localmente nos numerosos bares, na escola ou nos (poucos) sítios de final de semana, que requerem a incorporação de determinados serviços que historicamente demoraram a adentrar a localidade. Desse modo, mesmo sendo historicamente uma importante centralidade local pela produção e comercialização de produtos agrícolas, serviços básicos como luz elétrica demoraram a adentrar a localidade, enquanto outros permanecem precários até hoje, sobretudo no que diz respeito às áreas de transporte, saúde e educação.

Com a difusão de valores urbano-metropolitanos, especialmente a partir das duas últimas décadas (e com aceleração descomunal recentemente, notadamente nos últimos anos), mudam-se também os hábitos e os costumes na região em que as áreas se encontram. Certos aspectos da vida cotidiana passam a ser pensados, portanto, a partir de perspectivas urbanas, mesmo em área rural. A própria terra, inclusive, passa a ser valorizada/precificada em termos urbanos e, a medida em que referimo-nos a áreas tradicionalmente rurais e agrícolas, tal fator passa a constituir um problema significativo.

Assim, como o princípio fundamental do capitalismo é o crescimento exponencial através da tendência à reprodução ampliada, sua lógica (da mercadoria, da supremacia do valor de troca) se expande no espaço - atualmente, sob o fenômeno metropolitano -, resultando na concepção da terra enquanto ativo financeiro. A difusão de valores e comportamentos urbano-metropolitanos diversifica, desse modo, as lógicas de uso do solo em áreas rurais, passando a predominar outras formas de apropriação da renda da terra. O uso agrícola muitas vezes passa a ser desestimulado, em decorrência do aparecimento de formas mais lucrativas de obtenção de renda. A valorização de terras para recreação e lazer, portanto, compete com o uso destinado à agricultura. Além disso, a especulação, que acarreta

na elevação do preço da terra, dificulta a permanência de pequenos proprietários e impede o acesso à terra ao diverso grupo dos não-proprietários.

Nesse sentido, a partir da pesquisa efetuada por Rua (2011), estendemos o acompanhamento do Valor da Terra Nua nos municípios do Rio de Janeiro inicialmente até 2016<sup>52</sup>, objetivando efetuar comparações com o período analisado pelo autor. O Valor da Terra Nua (VTN), que constitui-se num dos principais itens da declaração do ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural), é:

(...) o valor de mercado do imóvel rural, sem incluir as benfeitorias, e serve de base para o cálculo do ITR. É efetuado por um conjunto de técnicos (incluindo a EMATER e os sindicatos rurais) para as prefeituras. A legislação obriga a fixação do VTN anualmente, cujos preços devem servir apenas de referência (RUA, 2011, p. 91 – 92).

Acompanhamos os mesmos municípios trabalhados por Rua, prolongando a análise do preço do hectare até 2016 e calculando os percentuais de aumento. Foram percebidas algumas diferenças significativas em relação ao acompanhamento realizado pelo autor, sobretudo no que se refere aos municípios de Teresópolis e Nova Friburgo. Assim, a tabela 1 merece reflexões:

---

<sup>52</sup> As mudanças com relação ao ano de 2017 serão analisadas posteriormente, seguindo os procedimentos efetuados na pesquisa. Os dados mais atualizados, referentes ao ano de 2018, não aparecem conforme a média total do município, mas separados de acordo com o rol de aptidões agrícolas, o que traz contribuições interessantes, mas, ao mesmo tempo, impossibilita uma análise comparativa profícua. Destacaremos alguns aspectos relacionados a estes dados no decorrer do capítulo.

**Tabela 1:** Valor da Terra Nua para alguns municípios do Rio de Janeiro nos anos de 2009, 2011 e 2016. Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (2009-2016). Adaptado de RUA (2011)

MUNICÍPIO	\$/HECTARE - 2009	\$/HECTARE - 2011	\$/HECTARE - 2016
Angra dos Reis	1.000,00	1.170,00	1.525,00
Cachoeiras de Macacu	1.800,00	2.545,00	3.300,00
Campos dos Goytacazes	2.000,00	2.800,00	3.635,00
Carapebus	2.000,00	2.335,00	3.040,00
Engenheiro Paulo de Frontin	800,00	955,00	1.240,00
Itaboraí	1.800,00	2.545,00	3.300,00
Macaé	2.000,00	2.335,00	3.040,00
Mangaratiba	1.500,00	1.750,00	2.275,00
Nova Friburgo	1.800,00	2.000,00	2.755,00
Parati	1.000,00	1.170,00	1.525,00
Paty do Alferes	1.000,00	1.170,00	1.525,00
Petrópolis	1.500,00	1.750,00	2.275,00
Quissamã	2.000,00	2.800,00	3.637,00
Rio Bonito	1.800,00	2.545,00	3.300,00
Rio das Ostras	1.500,00	1.750,00	2.275,00
Rio de Janeiro (C. Grande)	1.800,00	2.120,00	2.755,00
São João da Barra	2.000,00	2.800,00	3.455,00
Teresópolis	1.500,00	1.750,00	2.275,00
Trajano de Moraes	800,00	955,00	1.240,00

Constatou-se, até 2016, uma manutenção do padrão de valorização do preço da terra em muitos municípios do Rio de Janeiro, com índices de crescimento relativamente semelhantes. Em geral, as taxas de crescimento do Valor da Terra Nua entre 2011 e 2016 variam entre 23% e 30,5%<sup>53</sup>, evidenciando a manutenção nos últimos anos da lógica especulativa no preço da terra no Rio de Janeiro. Em relação a Teresópolis e Nova Friburgo, pertencentes a unidade espacial de maior dinamismo e relevância econômica da Região Serrana - e onde os processos de criação de novas territorialidades e de interação urbano-rural são mais marcantes, segundo Rua (2011) – os resultados analisados são reveladores. Justamente nestes municípios, onde destacamos o marcante contato recente com valores

<sup>53</sup> As exceções são os municípios de Campos dos Goytacazes (com variação de 35, 76% no período), Nova Friburgo (37,75%) e Teresópolis (37,88%). O primeiro, associado ainda à especulação atrelada à valorização advinda com os investimentos ligados ao petróleo e às instalações do Porto do Açu, como aponta Rua (2011, p. 92). Com a diminuição do impacto destes investimentos, o ritmo do crescimento do VTN de Campos dos Goytacazes, Quissamã e São João da Barra diminui, enquanto Teresópolis e Nova Friburgo despontam com as maiores variações.

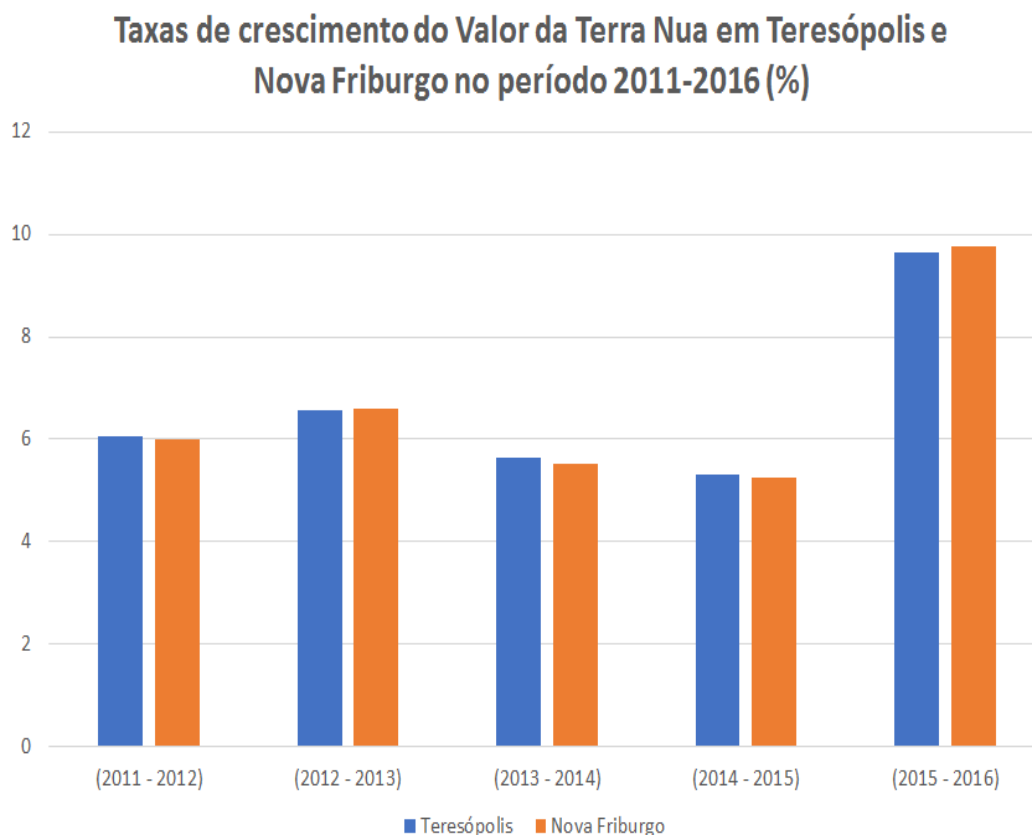
urbano-metropolitanos e alterações profundas vinculadas à metropolização do espaço, é que ocorreram as maiores elevações no VTN nos últimos anos, destoando dos demais. Como vemos na tabela a seguir, os percentuais de valorização nessas áreas foram os maiores entre os municípios analisados.

**Tabela 2:** Taxas percentuais de crescimento do Valor da Terra Nua em alguns municípios do Rio de Janeiro 2011 – 2016. Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro

MUNICÍPIO	\$/HECTARE - 2011	\$/HECTARE - 2016	Crescimento (%)
Angra dos Reis	1.170,00	1.525,00	30,34%
Cachoeiras de Macacu	2.545,00	3.300,00	29,67%
Campos dos Goytacazes	2.800,00	3.635,00	35,76%
Carapebus	2.335,00	3.040,00	30,19%
Engenheiro Paulo de Frontin	955,00	1.240,00	29,84%
Itaboraí	2.545,00	3.300,00	29,66%
Macaé	2.335,00	3.040,00	30,19%
Mangaratiba	1.750,00	2.275,00	30,00%
Nova Friburgo	2.000,00	2.755,00	37,75%
Parati	1.170,00	1.525,00	30,34%
Paty do Alferes	1.170,00	1.525,00	30,34%
Petrópolis	1.750,00	2.275,00	30,00%
Quissamã	2.800,00	3.637,00	29,89%
Rio Bonito	2.545,00	3.300,00	29,67%
Rio das Ostras	1.750,00	2.275,00	30,00%
Rio de Janeiro (C. Grande)	2.120,00	2.755,00	29,95%
São João da Barra	2.800,00	3.455,00	23,39%
Teresópolis	1.750,00	2.275,00	37,88%
Trajano de Moraes	955,00	1.240,00	29,84%

É possível destacar, ainda, que o município de Teresópolis, que, em geral, obteve anualmente índices de valorização relativamente semelhantes aos verificados no período 2009-2011, apresentou uma valorização consideravelmente acima da média entre 2015 e 2016, elevando a média do crescimento para a maior entre os municípios. O município de Nova Friburgo também acompanhou tal tendência, conforme verificamos no gráfico da página seguinte:

**Gráfico 1:** Taxas percentuais de crescimento do Valor da Terra Nua nos municípios de Nova Friburgo e Teresópolis 2011 – 2016. Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro



Tal informação coincide com as transformações recentes verificadas em alguns dos bairros e localidades rurais dos dois municípios, observadas a partir dos trabalhos de campo. Os novos serviços e empreendimentos que chegam na região transformam em ritmos extremamente acelerados certas localidades, engendrando mudanças significativas na paisagem em um curto período de tempo. Sobretudo no bairro de Vargem Grande, mais vinculado aos empreendimentos turísticos, verificam-se novas atividades, serviços e equipamentos urbanos a cada visita realizada, especialmente a partir de 2015. Nos últimos trabalhos de campo, percebemos que são cada vez mais marcantes na paisagem os terrenos em edificação, especialmente em áreas já demarcadas por condomínios. São inúmeras as obras em andamento, construções que não param de se multiplicar, especialmente nas duas localidades estudadas, comprovando o crescimento verificado e demonstrando uma tendência à manutenção da elevação para os anos seguintes.



**Figura 10:** Exemplo de condomínio com lotes em construção – Vargem Grande – Teresópolis.



Assim, as mudanças verificadas coincidem com os valores pesquisados. Ainda que os dados destacados apresentem limitações, como a própria variação interna do valor da terra de acordo com as características próprias de cada propriedade rural<sup>54</sup>, acreditamos que constituam-se em indicativos da valorização da terra no Estado do Rio de Janeiro, sobretudo nas áreas de maior adensamento de urbanidades.

Estas mudanças ocorrem principalmente nos eixos de expansão urbana dos municípios, sendo um dos principais núcleos desta expansão o bairro de Vargem Grande. O bairro, como já afirmamos, é cortado pela RJ-130, que liga Nova Friburgo a Teresópolis e tornou-se um dos principais eixos rodoviários da Região Serrana Fluminense. Rua (2011) destacou o

<sup>54</sup> Merecem destaque as variações internas do VTN. Como destaca Rua (2011, p. 24) “Os preços não devem ser utilizados como valor absoluto, fechado, tendo em vista que cada propriedade rural tem suas características próprias quanto ao tamanho, localização, vias de acesso, topografia, hidrografia, tipo de solo, capacidade de uso e grau de mecanização. O valor varia até mesmo dentro da propriedade entre áreas de várzea, encosta ou morros.” Entretanto, a partir de entrevistas realizadas com técnicos, confirmamos tais elevações do VTN, que, segundo eles, geram problemas de parcelamento (com a venda de fragmentos da terra). Foi confirmado que a urbanização, ainda que “informal”, valoriza a terra. Além disso, foi ressaltado que a cobrança do IPTU dentro de zonas rurais - com a elevação do valor da terra - é um dos fatores responsáveis por desvincular a pessoa da realidade rural. “O Serviço de Fiscalização do ITR da Receita Federal, utiliza o levantamento feito pelas prefeituras e técnicos, para comparar com os valores declarados pelos proprietários rurais, nas declarações do ITR” (RUA, 2011, p. 24).

papel fundamental das rodovias enquanto apoio à criação e ao desenvolvimento de elementos materiais e imateriais no espaço, destacando, inclusive, a RJ-130 como um dos “mais importantes eixos de maior adensamento de urbanidades no rural de todo o estado do Rio de Janeiro” (RUA, 2011, p. 95).

Ao efetuar uma análise mais detalhada nas tabelas apresentadas, constatamos variações muito semelhantes nos municípios de Teresópolis e Nova Friburgo ao longo dos anos. Além da proximidade física, os municípios são cortados pelo importante eixo rodoviário destacado, o que implica na ocorrência de processos semelhantes, vinculados ao forte contato com elementos materiais e imateriais das urbanidades no rural. Constituem dois dos municípios mais economicamente dinâmicos da Região Serrana e, conseqüentemente, estão entre os mais afetados pela especulação exercida pelos detentores de terras na região. Esta dinâmica torna-se talvez o principal fator regional que influencia o aumento do preço da terra, “em função da demanda por estas áreas pelos setores em expansão, principalmente o turístico, além da própria expansão urbana” (INCRA, 2017, p. 45).

Entretanto, o padrão de crescimento do VTN sofre alterações a partir de 2016. Conforme destaca o próprio relatório do INCRA (2017), a crise econômica estadual tem afetado os preços de terras na maior parte dos municípios fluminenses, causando uma certa estagnação nos preços de terras na Zona Serrana, sobretudo em áreas de mata e de uso de olerícolas. Além disso, como destaca o mesmo relatório, a exploração econômica de terras na Região Serrana, nas condições atuais, requer altos investimentos em conservação de solos, reflorestamento de nascentes e obras de contenção de enchentes (INCRA, 2017, p. 47). Portanto, se considerarmos as médias no município entre os anos de 2016 e 2017, percebemos também no Valor da Terra Nua um retorno aos padrões de crescimento de anos anteriores (em torno de 6%). Verificamos estes dados na tabela seguinte:



**Tabela 3:** Taxas percentuais de crescimento do Valor da Terra Nua em alguns municípios do Rio de Janeiro 2016 – 2017. Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro

MUNICÍPIO	\$/HECTARE - 2016	\$/HECTARE - 2017	Crescimento (%)
Angra dos Reis	1.525,00	1.625,00	6,15%
Cachoeiras de Macacu	3.300,00	3.515,00	6,11%
Campos dos Goytacazes	3.635,00	3.870,00	6,07%
Carapebus	3.040,00	3.235,00	6,02%
Engenheiro Paulo de Frontin	1.240,00	1.320,00	6,06%
Itaboraí	3.300,00	3.515,00	6,11%
Macaé	3.040,00	3.235,00	6,02%
Mangaratiba	2.275,00	2.420,00	5,99%
Nova Friburgo	2.755,00	2.935,00	6,13%
Parati	1.525,00	1.625,00	6,15%
Paty do Alferes	1.525,00	1.625,00	6,15%
Petrópolis	2.275,00	2.420,00	5,99%
Quissamã	3.637,00	3.870,00	6,02%
Rio Bonito	3.300,00	3.515,00	6,11%
Rio das Ostras	2.275,00	2.420,00	5,99%
Rio de Janeiro (C. Grande)	2.755,00	2.935,00	6,13%
São João da Barra	3.455,00	3.680,00	6,11%
Teresópolis	2.275,00	2.420,00	5,99%
Trajano de Moraes	1.240,00	1.320,00	6,06%

A crise que o estado atravessa é relatada constantemente nas entrevistas realizadas e pode ser percebida, inclusive, nas transformações da paisagem. Na localidade rural de Barracão dos Mendes, por exemplo, foi mencionado que diversas das obras que constatamos recentemente estavam momentaneamente paralisadas. Para além das novas lojas de construção e da distribuidora “Galera dos Legumes”, recém-construída, um grande supermercado encontra-se em estágio de conclusão de obras, por

mais que os prazos previstos de finalização e abertura para funcionamento não tenham sido atendidos, justamente com justificativas associadas à crise econômica. Ainda assim, é notável a velocidade das alterações recentes para o padrão de uma pequena localidade rural e predominantemente agrícola.

**Figura 11:** Nova distribuidora na localidade rural de Barracão dos Mendes.



Bernardo Agueda (2019)

**Figura 12:** Grande supermercado em estágio de conclusão de obras em Barracão dos Mendes.



Bernardo Agueda (2019)

Portanto, a relativa estagnação no ritmo de crescimento do Valor da Terra Nua nos municípios não pode ser diretamente associada a um estancamento dos efeitos dos processos que verificamos na Região Serrana Fluminense. Se considerarmos um período de tempo mais extenso, Teresópolis e Nova Friburgo continuam sendo os municípios a apresentar as maiores variações nos indicadores e as transformações vinculadas a um contexto de metropolização do espaço – e associadas,

acima de tudo, ao crescimento de um rural não-agrícola - continuam extremamente aceleradas em um período recente em ambas as áreas analisadas.

Exemplo preciso disso é o bairro de Vargem Grande, cujas transformações parecem estar na contramão da crise estadual. Não param de surgir novos empreendimentos no local. Nos últimos anos, foram construídas inúmeras casas nos condomínios, além de outros empreendimentos finalizados, como lojas, bares, novas instalações nos hotéis, uma cervejaria e até um prédio que conta com elevador e estacionamento privativo. As Figuras 13 e 14, que aparecem em seguida, trazem exemplos destes negócios que se expandem em ritmo acelerado no bairro. A cervejaria e o prédio destacados, recém-finalizados, expressam a mistura complexa que se instala na paisagem e representam algumas das formas espaciais responsáveis pelo encarecimento da terra e do custo de vida no local.

**Figura 13:** Cervejaria “Soul Terê” no bairro de Vargem Grande, um dos empreendimentos recentes no local.



Bernardo Agueda (2019)

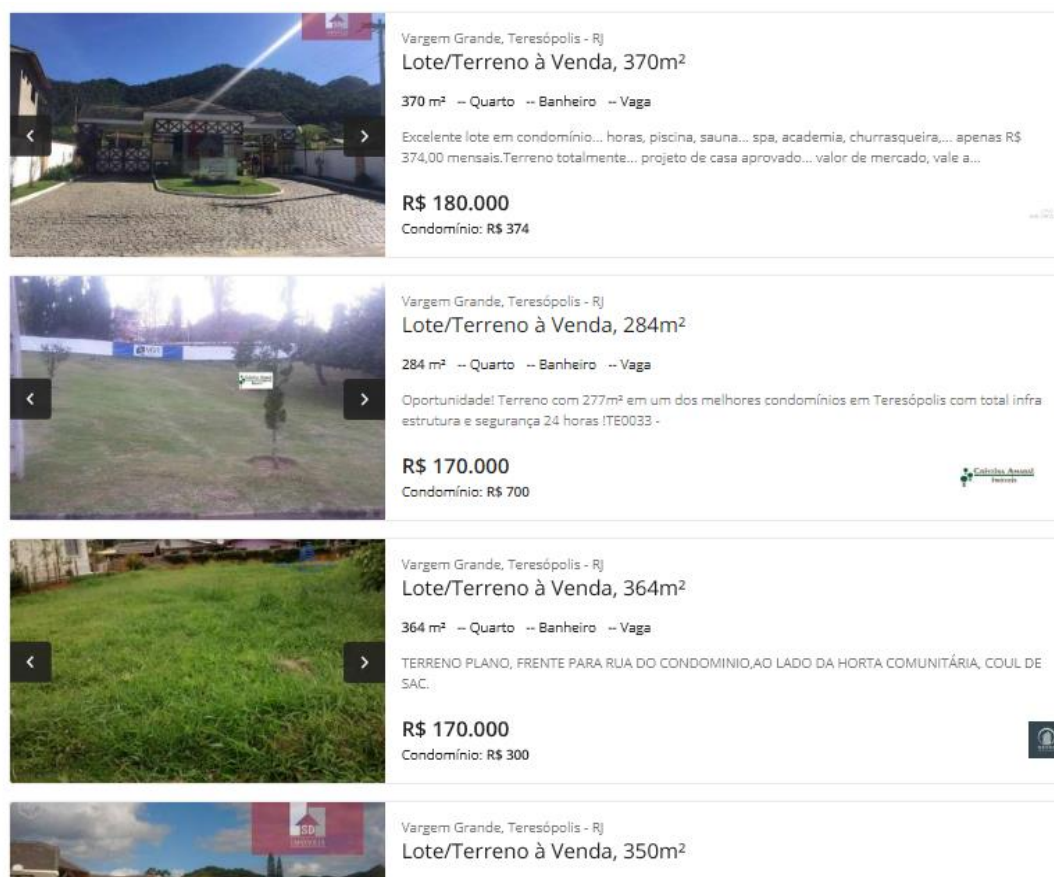


**Figura 14:** Prédio recentemente edificado no bairro de Vargem Grande, em local repleto de pequenas propriedades agrícolas.



É importante ressaltar que o referido Valor da Terra Nua, em verdade, concerne ao preço da terra e não ao valor da mesma (que relata uma concepção muito mais ampla do que o preço, conforme já mencionamos). Como também já foi apontado, esse preço destacado nos serve apenas como referência e diz respeito à média do município, o que causa limitações quanto a interpretação de bairros e localidades rurais específicas. Nesse caso, é interessante refletir sobre as distorções internas do município, onde os preços variam de acordo com a localização, acessibilidade e aptidão do solo, dentre outras coisas. Dessa forma, certos lotes de terra em áreas rurais são vendidos a preços consideravelmente mais elevados do que aponta a média municipal. No bairro de Vargem Grande, por exemplo, é notável esta distorção, principalmente devido a mistura de lotes considerados urbanos ou rurais. Assim, além do VTN, foi feito um levantamento *in loco*, com corretores imobiliários, e nos meios de divulgação dos imóveis ofertados. Mesmo sem constituir um universo amostral representativo para calcular de maneira precisa estes dados, acreditamos ser importante destacar alguns preços de lotes à venda no bairro, onde estas variações são significativas:

**Figura 15:** Preços de lotes/terrenos à venda em Vargem Grande – Teresópolis – RJ. Fonte: vivareal.com.br



O preço dos lotes de terra no bairro, seja nos condomínios ou não, claramente assume parâmetros urbanos, como é possível identificar na Figura 15. Muitos, inclusive, já cobram pagamento de condomínio e IPTU, numa área em que ainda é marcada por pequenas propriedades agrícolas e, que num passado recente, era quase completamente ocupada pelas mesmas. Assim, a elevação do preço dos lotes em áreas de pagamento de IPTU acarreta na elevação do preço dos lotes vizinhos, rurais e que pagam ITR. A própria mensuração da terra a partir de metros quadrados (e não mais por hectares) já demonstra a concepção da mesma através de parâmetros urbanos.

Quando associamos os preços dos lotes de terra analisados com os dados mais recentes do Valor da Terra Nua (2018) – divididos de acordo com o rol de aptidões agrícolas -, torna-se nítido que os municípios com maior apelo turístico, como é o caso de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis, apresentam maior valorização de suas áreas em detrimento

dos municípios limítrofes desta zona homogênea (ZH Serrana). Como destaca relatório recente do INCRA:

O forte caráter especulativo sobre as áreas urbanas e também rurais nos municípios com maior apelo turístico repercute em maior valorização das áreas “disponíveis” para o mercado imobiliário. Isso reflete na divergência entre o valor mercadológico da terra e o seu valor real de produção, ou seja, o valor atribuído a uma área em função do retorno econômico que a mesma pode proporcionar se cultivada (INCRA, 2017, p. 56).

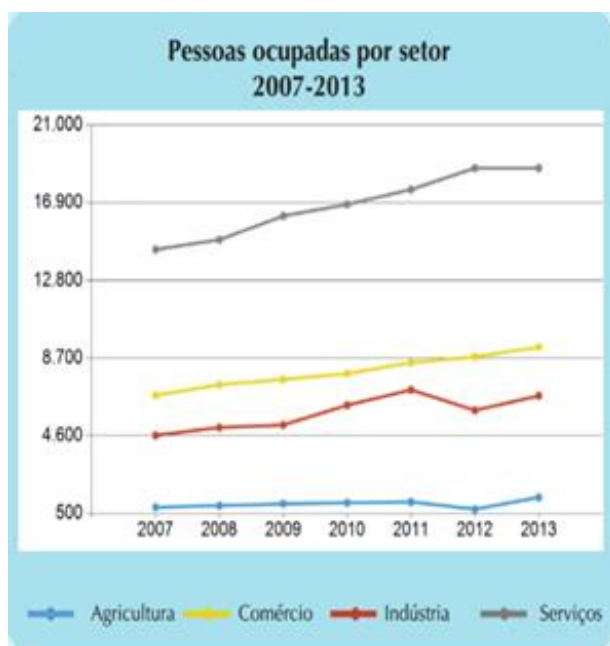
Outro aspecto interessante percebido a partir da variação do VTN e do referido relatório é que as áreas com maior valorização na Zona Serrana são aquelas utilizadas “com culturas olerícolas, constituindo o cinturão verde da capital do estado (RIBEIRO, 2002), basicamente formado por pequenas e médias propriedades e com o uso de mão de obra familiar (CORTES, 2017)” (INCRA, 2017, p. 47). O forte viés de valorização nas áreas de maior apelo turístico indica também que a presença de mata – imóveis pertencentes à tipologia “Mata”, segundo o relatório, ou à tipologia “Preservação de fauna ou flora”, segundo o VTN (2018) – é uma variável bem reconhecida pelo mercado de terras nessas áreas, apresentado índices de valorização extremamente altos, tanto em Nova Friburgo como em Teresópolis. Tais índices, inclusive, superam os padrões de valorização da média municipal ainda que, naturalmente, as médias de preço referencial (R\$/ hectare) continuem abaixo das demais categorias.

**Tabela 4:** Valor da Terra Nua nos municípios de Nova Friburgo e Teresópolis de acordo com as aptidões agrícolas (2018). Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro

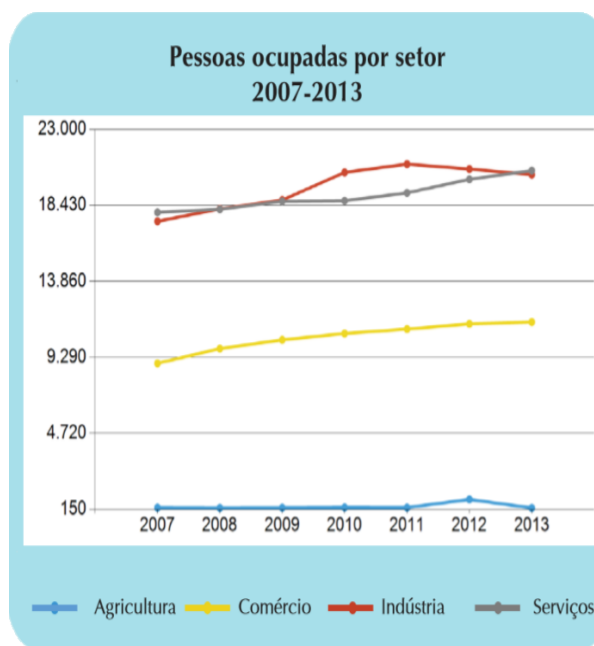
VALOR DA TERRA NUA NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2018)						
Rol de Aptidões Agrícolas						
MUNICÍPIOS	Lavoura Aptidão BOA	Lavoura Aptidão REGULAR	Lavoura Aptidão RESTRITA	PASTAGEM PLANTADA	Silvicultura / Pastagem Natural	Preservação da Fauna ou Flora
Nova Friburgo	3,624.00	3,020.00	2,718.00	2,869.00	2,416.00	2,416.00
Teresópolis	2,988.00	2,490.00	2,241.00	2,365.50	1,992.00	1,992.00

Associada à elevação do preço da terra e entendida como outra evidência da integração do espaço pelo fenômeno urbano-metropolitano, está a transformação no padrão da renda familiar. Constatamos que a valorização da terra rural em padrões urbanos resulta na concepção da terra enquanto ativo financeiro, o que acarreta em novos usos para o solo e desestimula o uso agrícola. Da mesma forma, a cobrança do IPTU em áreas rurais fomenta novos usos e torna-se um fator determinante na desvinculação (ou afastamento) da realidade rural por parte do habitante. Em decorrência dos fatores supracitados, percebe-se o crescimento em ritmo acelerado de atividades não-agrícolas no de bairro de Vargem Grande e na localidade rural de Barracão dos Mendes, particularmente voltadas para o setor de serviços. No município de Teresópolis como um todo, inclusive, é notável o crescimento do setor de serviços, tanto relacionado ao número de pessoas ocupadas por setor como na participação no PIB. Nova Friburgo também acompanha tal tendência, como verificamos a partir dos gráficos a seguir:

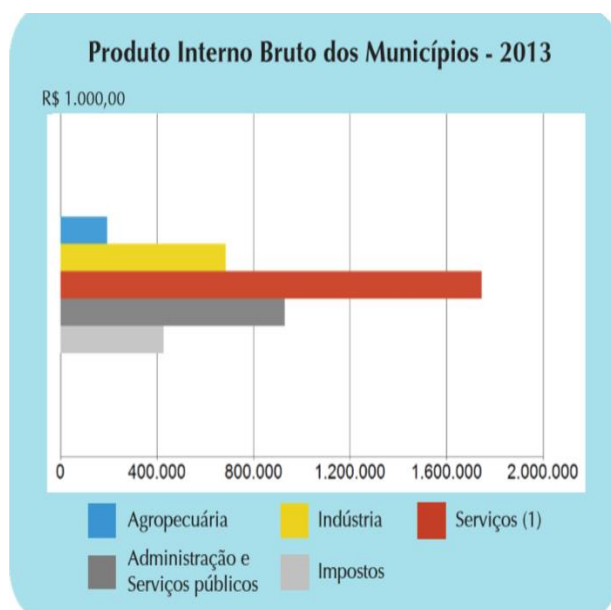
**Gráfico 2:** Pessoas ocupadas por setor em Teresópolis (2007-2013).  
Fonte: IBGE (portal: cidades.ibge.gov)



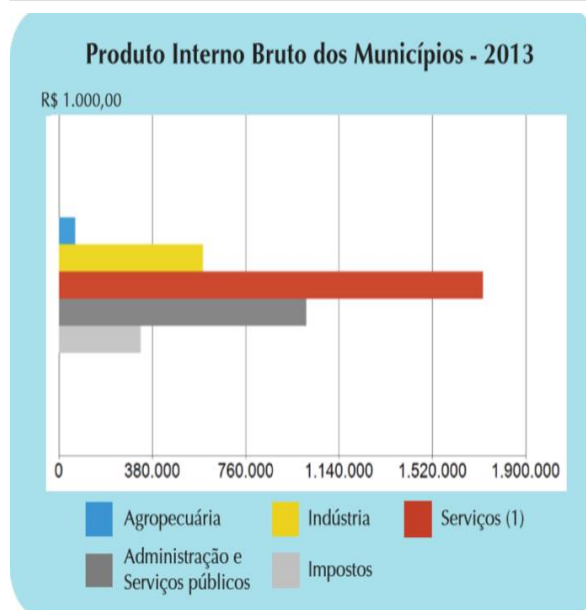
**Gráfico 3:** Pessoas ocupadas por setor em Nova Friburgo (2007-2013).  
Fonte: IBGE (portal: cidades.ibge.gov)



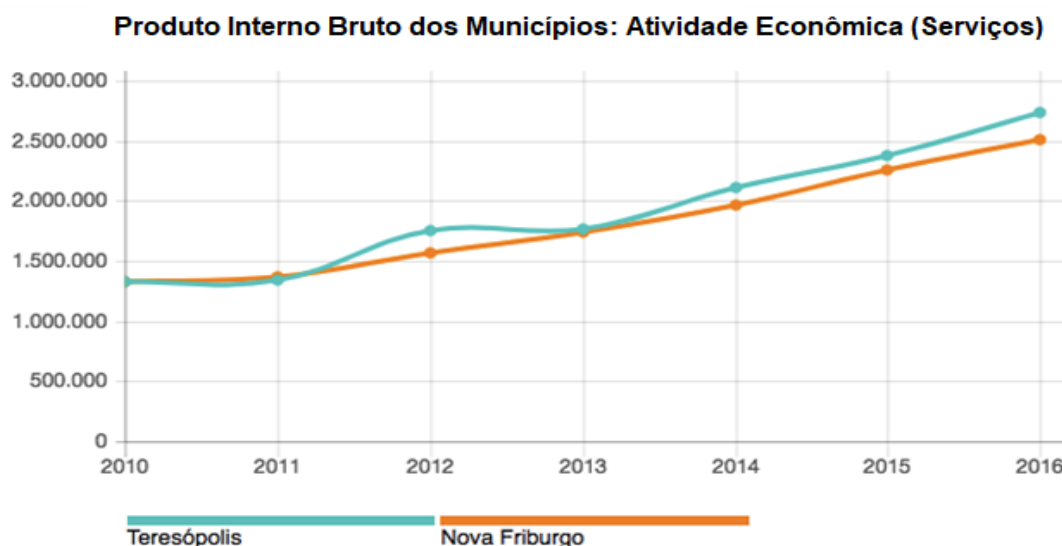
**Gráfico 4:** Produto Interno Bruto do Município de Teresópolis (2013).  
Fonte: IBGE (portal: cidades.ibge.gov)



**Gráfico 5:** Produto Interno Bruto do Município de Nova Friburgo (2013).  
Fonte: IBGE (portal: cidades.ibge.gov)



**Gráfico 6:** Produto Interno Bruto dos Municípios de Teresópolis e Nova Friburgo – Participação da atividade de serviços (2010-2016). Fonte: IBGE (portal: cidades.ibge.gov)



Se até 2010 já era verificado um crescimento acelerado da participação do setor de serviços no PIB dos dois municípios, essa variação sem dúvida se manteve nos últimos anos. O que percebemos com clareza é uma variação muito próxima entre Teresópolis e Nova Friburgo, conforme ilustra o Gráfico 6, constituindo a intensificação de uma tendência já identificada na década anterior.

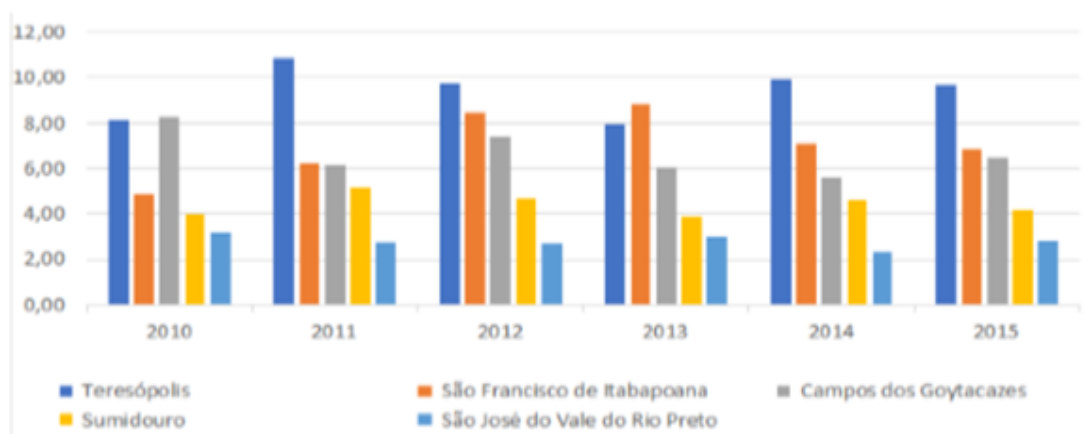


No momento atual, a maior parte do PIB dos dois municípios advém do setor de serviços, representando em ambos uma taxa percentual de valor adicionado bruto da atividade econômica acima de 50%<sup>55</sup>. Nova Friburgo ainda conta com a relevância das indústrias (notadamente do setor têxtil) e fatia considerável da receita no setor agrícola, quando comparado aos outros municípios do Rio de Janeiro.

O Gráfico 3 nos mostra que até 2013, a indústria ainda exercia uma forte competição com o setor de serviços em Nova Friburgo no que se refere ao número de pessoas ocupadas. Entretanto, no que concerne à participação no PIB municipal, os serviços despontam como líderes absolutos em contribuição, taxa que apresenta crescimento vertiginoso nos últimos anos em virtude do já mencionado apelo turístico.

Teresópolis ainda apresenta grande destaque no setor agropecuário, constituindo-se, na atualidade, como atual líder no valor adicionado desse setor - esta informação pode ser verificada no gráfico seguinte. Ainda que não apresente queda no valor adicionado da atividade agropecuária (e consista no principal município do Rio de Janeiro na mesma), este é quase inexpressivo quando comparado ao setor de serviços (seja na contribuição ao PIB ou no número de pessoas ocupadas).

**Gráfico 7:** Participação dos cinco maiores municípios no valor adicionado da agropecuária – Rio de Janeiro (2010-2015) Fonte: TCE -RJ: Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro (Teresópolis e Nova Friburgo) – 2017. Dados do IBGE.



<sup>55</sup> Segundo os dados de 2015 fornecidos pelo TCE-RJ (RIO DE JANEIRO, 2017), os serviços (excluindo administração pública) correspondem a 52,54% do valor adicionado bruto em Teresópolis e 55,52% no município de Nova Friburgo.

Os processos que ocorrem em Vargem Grande ilustram com precisão algumas das características destacadas na economia municipal. A expansão do setor terciário reflete o avolumamento da atividade turística e esta, se dá notadamente a partir dos eixos de expansão urbana do município, dentre os quais se sobressai como um dos principais núcleos o bairro de Vargem Grande. É curioso que um dos maiores núcleos da área de expansão urbana do município seja um bairro ainda extremamente marcado pela agricultura de pequenas propriedades familiares. Assim, os aspectos contraditórios se manifestam em Vargem Grande pela constituição de um centro de crescimento expressivo dos serviços, enquanto, ao mesmo tempo, ocorre uma relativa manutenção da atividade agrícola, das quais estas atividades tornam-se dependentes.

Para além dos efeitos tradicionais da urbanização do rural, a entrada significativa de hotéis e condomínios de luxo modifica ainda mais a dinâmica econômica e socioespacial de Vargem Grande, uma vez que tais empreendimentos empregam boa parte dos residentes do bairro, que, em geral, pertencem a famílias com histórico de trabalho na atividade agrícola. Muitas vezes, os filhos de famílias ainda vinculadas à agricultura é que desempenham tais atividades. As funções mais comuns de trabalho nesses casos são de jardineiro(a), pedreiro, caseiro e faxineiro(a), além de ocupações mais específicas associadas ao serviço hoteleiro, como camareiro(a) ou até recepcionista.

O turismo rural, juntamente com os condomínios em áreas rurais e os sítios de segunda residência, configuram um conjunto de urbanidades responsáveis por significativas mudanças comportamentais locais, mesmo estando predominantemente associados a um mercado consumidor advindo dos centros urbanos da metrópole. Este mercado consumidor “compra” os imaginários associados à cultura e às tradições locais. Como aponta Rua (2005, p. 35), “algumas prefeituras investem, fortemente, na recriação de suas origens europeias, idealizando-as, tal como ocorre em Nova Friburgo, onde a origem suíça de seus habitantes, constitui forte ‘marketing’ do município.”

É o caso do Hotel Le Canton, localizado no bairro de Vargem Grande, que exerce centralidade significativa na região ao criar simulacros da vida

no campo a partir de representações associadas aos imigrantes suíços. Por meio da construção de um cenário que simula a vida no campo, como podemos observar nas imagens que se seguem, o hotel surge como um dos principais núcleos atrativos da atividade turística na região, sendo também um dos responsáveis pela valorização/precificação da terra. A partir da instalação do Le Canton, seguiram-se muitos outros hotéis e condomínios, que criam dinâmicas novas, empregando em grande quantidade uma mão-de-obra da localidade.<sup>56</sup> Há também uma procura cada vez maior de parcela da população do centro do município de Teresópolis por Vargem Grande, buscando emprego nas diversas atividades que surgem relacionadas ao veraneio, não apenas em ocupações de faxineiras, caseiros e jardineiros, mas também em atividades alternativas (como pequenos comerciantes informais).

**Figura 16:** Interior do Hotel Le Canton, localizado em Vargem Grande – Teresópolis.



Bernardo Agueda (2016)

<sup>56</sup> Como já destacava Rua (2002, p. 61): “Cerca de 40% dos empregados do Hotel Le Canton (o maior da área) são residentes no local e fazem parte de famílias de horticultores. Da mesma maneira um condomínio de alto luxo (Sítio do Bonfim), no mesmo local, registra um número grande de jardineiros, faxineiras e outros empregados, parte de famílias de sitiantes.”



**Figura 17:** Interior do Hotel Le Canton, localizado em Vargem Grande – Teresópolis (área distinta).



Bernardo Agueda (2016)

**Figura 18:** Parques montados e outras áreas de recreação no interior do Hotel Le Canton, em Vargem Grande. Fonte: Bernardo Agueda (2019)



Bernardo Agueda (2019)

O turismo associado ao hotel é, como já afirmamos, um turismo mais elitizado, denominado por Freitas (2002) de “chique/pós-moderno”. Segundo a autora, nesta forma de turismo, o objeto de consumo não possui apenas um aspecto de funcionalidade, mas “traz em si mesmo um valor de prestígio social, de riqueza, de *status* (de ‘dilapidação’ e de ‘ociosidade’, valores atribuídos às classes dominantes)” (FREITAS, 2002, p. 94). O Hotel Le Canton, juntamente com os outros hotéis e condomínios que o seguiram no bairro, se apoia na venda do campo como um objeto de consumo diferenciado, discriminante de classes, criando novas relações sociais

associadas a concepções de distinção e superioridade. A reconstrução do rural ali se dá a partir da imposição de estilos e linguagens que intentam combinar o rústico ao luxuoso, transferindo os confortos da vida urbana e, ao mesmo tempo, artificializando a paisagem natural e remodelando os conteúdos sociais próprios da ruralidade.

O crescimento do turismo e do rural não-agrícola em Vargem Grande se dá, portanto, atrelado a essa mescla entre a reconstrução de representações acerca da ruralidade – que cria paisagens extremamente artificiais e inusitadas, como enormes parques de diversões, infraestruturas com tecnologias de ponta e até castelos medievais no meio de uma área de agricultura familiar – e aparatos próprios do cotidiano de um habitante de uma grande metrópole, com todos os equipamentos, serviços e facilidades que a vida urbana pode proporcionar – como nos serviços de segurança, na televisão, no acesso à Internet ou nos outros aparelhos eletrônicos e acessórios encontrados nos grandes hotéis e condomínios fechados do bairro. Essa mescla também representa a combinação contraditória e por vezes simulada entre o rural agrícola e não-agrícola. Uma mistura que expressa a assimetria das relações de poder entre urbano e rural em um contexto de metropolização do espaço e modifica dinâmicas, hábitos e atividades locais.

As atividades não-agrícolas referidas, como afirmamos, são muitas vezes desempenhadas por filhos de agricultores, que seguem um rumo diferente dos pais. Por vezes, porém, percebemos a pluriatividade como alternativa, ou seja, a opção por parte dos agricultores pelo exercício de diferentes atividades (não-agrícolas), mas mantendo a moradia no ambiente rural e conservando uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida rural, como aponta Rua (2005, p. 9), a partir de Schneider (2003, p. 91 – 92). A opção pela pluriatividade é também, em muitos casos, decorrente da mecanização e de incrementos tecnológicos na agricultura, que acarretam na diminuição do tempo necessário para o trabalho agrícola. Este, torna-se um trabalho de dedicação parcial, o que permite aos agricultores a busca por incorporar outras fontes de renda ao orçamento familiar. As relações sociais dentro da família são então modificadas, assim como a relação com a própria terra. A pluriatividade

está associada, portanto, a recriação do campo por parte do modo de produção capitalista, que engendra novas funções e atividades a um rural que cada vez mais se distancia do tradicional rural agrícola.

O contexto de crescente integração dos agricultores ao mercado marca também a saída dos agricultores do local de moradia. Talvez seja esta a consequência mais marcante no bairro de Vargem Grande. Relatos dos moradores revelam que a população do bairro mudou quase que por completo. Devido ao crescimento do preço da terra, agora vinculada a atividades de recreação e lazer, a manutenção da mesma para fins agrícolas torna-se inviável para muitas pessoas, que se destinam, predominantemente, aos bairros vizinhos, ainda localizados no eixo que abrange Nova Friburgo e Teresópolis. São poucos os agricultores antigos remanescentes em Vargem Grande, o que modifica a vida cotidiana no bairro com a perda das relações de vizinhança e da cadência diferenciada dos hábitos e costumes.

Dessa forma, alterações no padrão da renda familiar tornam-se problemáticas para certos grupos sociais, uma vez que certas atividades perdem importância em detrimento de outras. Constata-se uma marcante modificação na dinâmica agrícola local, que não extingue a atividade, mas dificulta as condições de permanecer dependendo exclusivamente da mesma como fonte de obtenção de renda. É importante destacar que, ao passo em que a agricultura perde importância ao competir com as novas atividades que começam a emergir no local, ela também ganha outro destino (e, com isso, novas demandas e relações de subordinação): passa a atender também às redes de hotelaria, restaurantes e pousadas de luxo, fornecendo produtos, dessa forma, não apenas para a Ceasa, mas sobretudo para o turismo de alto padrão no bairro.

Embora a agricultura não desapareça no local, os proprietários de terras têm de se adequar aos novos mercados e ao encarecimento do custo de vida no local. Aos não-proprietários<sup>57</sup> não restam muitas alternativas, ou

---

<sup>57</sup> Longe de ser homogêneo, o grupo dos não proprietários é maioria na região, sendo composto por arrendatários, meeiros, posseiros, comodatários, sócios ou até assentados. Tais grupos, naturalmente, são afetados de maneira diferenciada pelo processo em questão, tendo em vista as diferenças na estrutura fundiária.

seja, os mesmos têm de submeter-se às condições impostas pelas atividades emergentes na busca por emprego.

Nesse aspecto, a localidade rural de Barracão dos Mendes exprime muitas características semelhantes. Ainda que as alterações nas atividades responsáveis pelo orçamento familiar sejam muito menos marcantes do que no primeiro bairro destacado, o grupo de não-proprietários é igualmente marcante e o crescimento de atividades não-agrícolas exerce os mesmos efeitos. Entretanto, estas ocupações não relacionadas à agricultura estão muito mais associadas nesta localidade a outros serviços (como lojas de materiais de construção, bares e supermercados) do que propriamente ao turismo e ao veraneio.

Assim, o que percebemos no local é uma profunda mudança nos hábitos, comportamentos e representações do espaço - muito atrelada à chegada recente de determinadas tecnologias, como já destacamos – que não é acompanhada de equivalente modificação nas atividades de onde deriva o orçamento familiar, até pela menor oferta de serviços e empreendimentos que não estão voltados para a agricultura.

Sem constituir-se num centro de expansão urbana ou numa área de forte apelo turístico, portanto, as transformações no padrão de arrecadação familiar não são tão visíveis como na primeira localidade mencionada. Ainda assim, percebem-se casos de uma pluriatividade resultante da diminuição do tempo destinado à atividade agrícola – esta, decorrente do alto nível de mecanização, transformação do padrão técnico e incrementos tecnológicos na agricultura local. Outro processo perceptível é a busca por outros empreendimentos para além do cultivo, como as já mencionadas lojas de construção, os bares e os novos supermercados locais. Cabe destacar que, diferentemente de Vargem Grande, estas atividades são exercidas e financiadas em Barracão dos Mendes predominantemente pela arrecadação proveniente da atividade agrícola por parte alguns produtores locais e não, como no primeiro caso, através de investimentos de empreendedores advindos de fora do bairro e sobretudo, da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

---

O crescimento do rural não-agrícola em Barracão dos Mendes não pode ser desvinculado das catástrofes climáticas de 2011, já abordadas por Rua (2017) como um dos marcos espaçotemporais determinantes no processo de integração urbano-rural na região. Os grandes acumulados de chuva que atingiram a Zona Serrana entre os dias 11 e 12 de janeiro de 2011<sup>58</sup> fizeram com que a localidade ganhasse destaque como uma das principais áreas de interesse de relatórios nacionais e internacionais de infraestrutura e projetos relacionados ao fortalecimento da gestão integrada em riscos de desastres naturais. A área, localizada no reverso da Serra do Mar e caracterizada por vales de baixa declividade e propícios à formação de enchentes no verão (RUA, 2017), teve estes processos naturais acelerados pela transformação da lógica fundiária.<sup>59</sup> Conforme destaca o autor, a intensificação de tais processos naturais, que sempre existiram, mas que foram “humanizados” ao serem ignorados pela precificação do solo e pela especulação imobiliária, criam uma espécie de apropriação/dominação dos mesmos “pelo avesso”, fabricando as

---

<sup>58</sup> As chuvas nesta ocasião superaram os 270mm em Nova Friburgo e causaram centenas de mortes, além de desaparecimentos e grandes prejuízos materiais para os cidadãos e a economia local (INCRA, 2017, p. 13). Estes eventos catastróficos, segundo estimativas do Banco Mundial, apontaram para custos totais da ordem de R\$ 4,78 bilhões (INCRA, 2017, p. 13) – com os impactos mais relevantes no setor habitacional - e fizeram com que municípios como Nova Friburgo e Teresópolis decretassem estado de calamidade pública em 2011.

<sup>59</sup> Rua (2011, p. 99 – 100) salienta os eventos climáticos de janeiro de 2011 como reflexos do quão predatória do ambiente natural tem sido a ocupação humana, com o predomínio de uma visão de caráter especulativo e uma percepção da natureza apenas enquanto mercadoria, fonte de lucro. Como aponta o autor, a construção de hotéis, condomínios, além de outros empreendimentos de usos não agrícolas têm sido construídos sem a devida atenção à dinâmica natural, com construções em encostas de alto risco, várzeas e *knickpoints*. Os resultados dessa ocupação predatória são destacados por Rua: “A ocupação agrícola tradicional da região foi fortemente atingida pelas chuvas de janeiro. Perderam-se safras, vidas, solo antes destinado à produção. Mas a estrutura fundiária, com posse jurídica da terra altamente concentrada, dificultou (e dificulta) mais ainda, a sobrevivência dos não-proprietários (a extensa maioria). Estes, com enormes dificuldades de alcançar os apoios sociais e creditícios, ficaram na dependência da assistência da EMATER, FAERJ e do SEBRAE que muito auxiliam na manutenção das atividades agropecuárias na região. Em alguns lugares pesquisados há uma predominância dos parceiros (como meeiros). Estes, dividindo a produção com o dono da terra, em não havendo produção, ficam impedidos de permanecer, ou têm ampliadas suas, já claras, dificuldades. Entretanto, segundo informações obtidas no local cerca de 50% dos meeiros conseguiu refazer as lavouras pelas quais eram responsáveis. Ainda segundo informações no local, houve diminuição da área plantada, mas aumento da produtividade (com maior investimento em técnicas e apoio aos produtores por conta daquelas organizações já citadas)” (RUA, 2011, p. 99 – 100).



condições para que desastres dessa natureza ocorram (RUA, 2017, p. 469).

Até então relativamente isolada do contato com as urbanidades que verificamos ao longo de todo o eixo, a localidade passa a ser, a partir dos eventos destacados, consideravelmente integrada aos costumes urbano-metropolitanos. Integração que, como já afirmamos, em muitos casos reafirma as lógicas predatórias de uso e ocupação do solo e propicia que desastres continuem a ocorrer.

Os eventos de 2011 também redefinem os usos do espaço e as representações da natureza, abrindo novas possibilidades de espoliação e escoamento de excedentes na dinâmica de reprodução ampliada do capital. Se os sistemas produtivos mais tradicionais na região passam a se modernizar mais recentemente, a revalorização e reapropriação da natureza como um recurso a ser explorado também se faz presente em Barracão dos Mendes.

Como afirmamos, a integração da localidade com a lógica urbano-metropolitana se dá essencialmente pela incorporação ao consumo em um período recente. Assim, ainda que sem alterações tão visíveis na paisagem, as novas representações que derivam desse contato e do derramamento de características urbano-metropolitanas nessa área instauram uma lógica contraditória. Referimo-nos a transformações decorrentes da lógica capitalista de mercadificação, que percebe o natural como possibilidade de especulação e lucro, ao passo que cria e reafirma relações predatórias, que degradam a natureza, esgotam a terra e dificultam as condições de vida dos produtores.

A mecanização e o uso crescente de defensivos químicos no local aumentam a dependência dos agricultores com relação ao novo padrão produtivo. Estes, em ampla maioria meeiros que, sem a propriedade jurídica da terra, encontram grandes dificuldades de sobrevivência apenas com os rendimentos provenientes da atividade agrícola. E se afirmávamos que o crescimento das atividades turísticas em Nova Friburgo estava associado ao alto grau de preservação da Mata Atlântica e às formas alternativas de produção agrícola, estas definitivamente não são verificadas de forma abundante na área de estudo, que, de forma contrária,

aponta para uma utilização cada vez maior de agrotóxicos e agroquímicos, mesmo nas pequenas propriedades.

O conjunto de transformações identificadas altera, indubitavelmente, o modo de viver dos habitantes. Complexificam-se as relações entre urbano e rural, entre proprietários e não-proprietários, entre residentes na localidade ou na cidade e entre trabalhadores ocupados com o cultivo ou com outros serviços. Conforme já destacava João Rua, cria-se uma clivagem social, com uma “distinção socialmente desigualizadora entre quem conseguiu permanecer na terra e quem dela foi alijado” (RUA, 2017, p. 473). A diversidade de sujeitos se acentua e, do mesmo modo, as interações desiguais revelam progressivas hierarquizações constituídas socialmente de acordo com o local de moradia, o trabalho exercido e o potencial de consumo. A precariedade das condições gerais de vida - identificadas por exemplo nas construções que se assemelham a um princípio de favelização que ocorre na localidade - é contrastada com o crescente acesso de seus residentes a determinados elementos de consumo. Aparelhos de celular, televisão e serviços de Internet já são utilizados por quase todos que residem no local.

**Figura 19:** Aglomerado de casas de construção precária em Barracão dos Mendes.



Joana Simoni (2016)

**Figura 20:** Aparelho da rede local de Internet “Frinet”, recentemente instalado.



Bernardo Agueda (2019)

Se os trabalhadores na condição de meeiros ou arrendatários são geralmente taxados com atributos negativos e têm de se sujeitar às novas condições impostas pela dinâmica econômica e produtiva, os proprietários de terras ocupados em atividade agrícola, por sua vez, têm dificuldade de permanecer dependendo somente desta atividade, tendo que tornar-se pluriativos ou vender suas propriedades para alojar-se em outra localidade. Seja em Barracão dos Mendes ou em Vargem Grande, tais tendências podem ser verificadas com grande intensidade, constituindo, em cada um dos “espaços em metropolização”, leituras particulares da relação entre rural e urbano.

A partir do levantamento de dados e de informações obtidas no local, confirmamos a hipótese de que o aumento do preço da terra está associado ao crescimento de atividades não-agrícolas na região. A transformação no padrão da renda fundiária a partir da mescla das lógicas rurais e urbanas do uso da terra favorece a introdução de lógicas especulativas, vistas como manifestações de “urbanidades”. A terra passa a ser pensada sobretudo a partir da lógica do valor de troca, como possibilidade de venda e obtenção de rendimentos. Trata-se de uma integração à lógica urbana de renda territorial (RUA, 2005, p. 37), ou de uma “... mudança do sentido do espaço: a produção do urbano ‘como negócio’ (como fonte de lucro) sob a égide do capital financeiro” (CARLOS, 2013, p. 37).

Destacamos que a valorização (ou “precificação”) da terra não é uma particularidade dos municípios do Rio de Janeiro ou até do Brasil. Trata-se de um fenômeno mais amplo, global, vinculado à reestruturação produtiva do capitalismo e à decorrente financeirização. Está associado, portanto, ao movimento de acumulação por espoliação que referimos, às práticas de *land grabbing* e à sujeição da renda da terra ao capital.

De maneira contraditória, a reorganização econômica de locais como o bairro de Vargem Grande em função do turismo e dos serviços associados apoia-se na agricultura enquanto um dos principais componentes do imaginário vendido. Portanto, ao passo em que o trabalho agrícola perde importância no bairro enquanto principal atividade econômica, certos empreendimentos dependem do mesmo, o que impossibilita sua dissolução por completo na localidade. Dessa forma, a

agricultura é ressignificada de acordo com valores urbano-metropolitanos, ganhando um novo sentido. Além da função de suprir as demandas de produção de alimentos, passa a funcionar fundamentalmente como um cenário, como um importante componente da paisagem que é vendida.

De certa forma, é possível dizer que a presença de hotéis viabiliza a sobrevivência da atividade agrícola, criando uma dinâmica contraditória em que o estímulo à ampliação de cultivos ocorre concomitantemente ao aumento do preço da terra em função do turismo e do lazer, agora competindo com o uso agrícola. As representações do espaço, desse modo, tornam-se elementos-chave para compreender a contradição que se instala.

A reinvenção da natureza e a relação dialética entre urbanidades e novas ruralidades que se constitui são pautadas em um conjunto de imaginários e símbolos associados ao desenvolvimento. As representações perpassam toda essa relação. Estão presentes desde as definições formais e delimitações político-administrativas de urbano e rural, que separam estes espaços e hierarquizam seus distintos conteúdos sociais por meio de assimetrias de poder, até as relações alienantes que se constituem pela generalização de um modo de vida pautado na mercadoria, que afasta o indivíduo da terra e de si mesmo e retira-lhe algumas de suas potencialidades. A cobrança de impostos sobre a propriedade territorial rural ou sobre a propriedade imobiliária urbana, por exemplo, não deixa de constituir uma representação e, portanto, uma construção social. O preço da terra, atrelado às atividades econômicas realizadas e ao padrão de onde deriva o orçamento familiar, é, igualmente, uma representação, não podendo ser dissociado das relações de poder que atravessam nossa sociedade.

Como aponta Diegues (2001, p. 63) a partir de Godelier (1984):

[...] nenhuma ação intencional do homem sobre a natureza pode começar sem a existência de representações [...]. Em suma, no coração das relações materiais do homem com a natureza aparece uma parte ideal, não-material, onde se exercem e se entrelaçam as três funções do conhecimento: *representar, organizar e legitimar* as relações dos homens entre si e deles com a natureza. Torna-se, assim, necessário analisar o sistema de representações que indivíduos e grupos fazem de seu ambiente, pois é com base nelas que eles agem sobre o meio ambiente.

Dessa forma, concordamos com Serpa (2013) em propor o desafio de reestabelecer a dialética entre forma e conteúdo. Devemos partir das cristalizações morfológicas e dos aspectos materiais, mas ir além da forma, desvendar as representações que estão presentes e escondidas. Conforme lembra o autor: “presença e ausência são unidade e contradição, supõem uma relação como movimento dialético: não há presença absoluta, nem ausência absoluta” (SERPA, 2013, p. 493). Portanto, representação e realidade não são campos opostos e, se a paisagem apresenta a realidade, também mascara a mesma. Superando o olhar e superando a forma é que será possível pensar as transformações espaciais de maneira integradora.

A hibridez que marca as relações urbano-rurais na atualidade é responsável pela resignificação das representações do espaço. Se as paisagens que verificamos nas localidades de estudo estão profundamente relacionadas à reprodução das relações sociais no capitalismo, reproduzindo suas tendências geograficamente desiguais da acumulação, as mesmas contêm o “Outro” nela, onde as disputas ideológicas travadas neste espaço estão presentes e ausentes simultaneamente. Assim sendo, a lógica capitalista de acumulação não ocorre sem resistências, ainda que estas sejam facilmente percebidas.

Portanto, são percebidas mudanças relacionadas tanto a aspectos materiais como imateriais. Se por um lado, são verificados nas localidades estudadas novos serviços, o estabelecimento de grandes empreendimentos, como condomínios de alto padrão, e um aumento do preço da terra associado a eles, por outro, percebemos transformações nas práticas sociais, na formação de novos valores identitários e nas representações acerca daquele espaço. Os aspectos materiais e imateriais mesclam-se na construção de novas espacialidades, híbridas, resultantes da relação dialética entre integração (pela escala mais ampla da mercadoria e da reificação, pelos códigos urbano-metropolitanos) e ruptura (onde percebemos um espaço essencialmente fragmentado, marcado por um nítido contraste entre as territorialidades impostas pelas representações hegemônicas e as territorialidades referentes aos habitantes locais).

É importante ressaltar que o preço da terra, o padrão da renda familiar e as representações do espaço não representam, de forma alguma, a totalidade das transformações, são apenas exemplos marcantes de “urbanidades”, evidências materiais e imateriais da integração do espaço no contexto da metropolização. Como sintetiza Rua (2016, p. 6), “podemos falar em dissolução da metrópole no território e de uma presença simultânea e instantânea em todos os lugares [...]”.

Concluimos ressaltando que não buscamos neste trabalho fazer uma análise estatística detalhada e nem um estudo integral das dinâmicas que se apresentam em Vargem Grande e Barracão dos Mendes. Isso se justifica tanto em função dos objetivos que delimitamos como pela imprecisão e insuficiência de dados relativos às duas localidades escolhidas como bases empíricas. O que pretendemos aqui é refletir sobre as transformações das localidades – com suas similitudes e diferenças - a partir das relações urbano-rurais em um contexto de metropolização do espaço e, para isso, embasamos o estudo em alguns dados referentes aos indicadores selecionados. Isto posto, o que esses dados nos mostram?

De maneira geral, os dados nos revelam: uma integração na escala da produção capitalista do espaço (não como um processo novo, mas através da resignificação de processos de acumulação e da generalização desigual do fenômeno urbano em escala planetária); os desenvolvimentos geográficos desiguais (expressos nas dinâmicas de acumulação manifestadas na heterogeneidade do eixo de transformações); e as transformações associadas ao processo de metropolização do espaço em áreas marcadas pelas relações urbano-rurais (são os valores, comportamentos e representações urbano-metropolitanos que impactam as mudanças referentes ao preço da terra e do padrão da renda familiar, ao passo em que, uma vez que estão em constante transformação, são igualmente transformados pelas mudanças nesses indicadores). A partir destas constatações, novos horizontes analíticos são projetados, exigindo uma reconceitualização das teorias trabalhadas de forma que abordem a heterogeneidade das transformações nas relações urbano-rurais e o caráter geograficamente desigual da produção do espaço.

## 5. Considerações Finais

É importante ressaltar, de início, que nas considerações finais não temos a pretensão de concluir o trabalho realizado, no sentido de esgotá-lo. Apesar de confirmar (ou contestar) determinadas formulações teóricas, a pesquisa incessantemente elucida novas questões a serem investigadas, num movimento constante que nunca encerra as temáticas em questão. Entretanto, é interessante recuperar os objetivos estipulados, pois, ainda que não finalizemos o diálogo, precisamos ocasionalmente sintetizar o conteúdo pesquisado - sem esquecer que a síntese é uma medida política, que, ao ser empregada, desperta outras contradições. É reafirmando a “unidade entre a continuidade e a descontinuidade”, trazida por Mészáros (2013, p. 33), que a originalidade no processo de produção de conhecimento é possível, dando lugar a sínteses imbuídas de uma complexidade cada vez maior.

Em meio a tal processo, voltamos a ressaltar a importância das mediações para não perder de vista o concreto em nossa análise. A negação das mediações e interconexões complexas, como vimos, tende a produzir algo mistificado, onde a presença se perde na representação ou, como afirma Serpa (2013, p. 493), “o concebido prevalece sobre o vivido”. A interação dialética entre sujeito e objeto, nesse sentido, é vital para não nos atermos a postulados abstratos, vazios, mas, de maneira contrária, buscar conceber o objeto de pesquisa na totalidade de relações em que está envolvido. A concepção de totalidade(s) aberta(s) e em movimento nos dá a unidade - uma unidade sistematicamente e historicamente relativa, como apontava Lukács (1947 apud MÉSZÁROS, 2013, p. 58) - das contradições interagentes no espaço, o que confere significados distintos às transformações particulares que apreendemos.

Nosso objetivo central, esmiuçado por meio dos objetivos específicos de cada capítulo, é analisar as transformações espaciais e as novas relações urbano-rurais nas localidades de Vargem Grande (Teresópolis - RJ) e Barracão dos Mendes (Nova Friburgo - RJ) a partir dos desenvolvimentos geográficos desiguais. O que, entretanto, significa

analisar estas transformações no espaço a partir dos desenvolvimentos geográficos desiguais? Para nós, essa tentativa abarca uma multiplicidade de concepções - o que talvez justifique nossa abertura a debates e matrizes teóricas tão distintas para falar, efetivamente, de modificações nas relações entre urbano e rural a partir de localidades específicas. Essas variadas concepções vão ao encontro de nossa opção por uma abordagem não-dicotômica, no esforço de empreender uma percepção integrada das diferentes espaçotemporalidades e da produção de novas espacialidades, do âmbito geral da acumulação capitalista ao âmbito do lugar, do cotidiano e do vivido.

De maneira sintética, entendemos que abordar as transformações nas relações urbano-rurais por meio dos desenvolvimentos geográficos desiguais envolve: interpretar a produção de escalas espaciais, ou seja, a dimensão inerentemente escalar do desenvolvimento capitalista, a multiescalaridade dos processos de dominação e resistência (da sobredeterminação do valor de troca aos efeitos da metropolização do espaço e à ação cotidiana) e o reescalonamento do fenômeno urbano a partir das múltiplas configurações que assume na atualidade; pensar a diferenciação geográfica, o que envolve conceber a alteridade no espaço geográfico, as diferenças hierarquizadas e transformadas em desigualdades pelas relações de poder, o “Outro” nas relações urbano-rurais e a dialética entre as tendências de igualização e diferenciação geográficas; analisar criticamente a produção de representações e a reconstrução de imaginários, abarcando os que correspondem ao urbano e ao rural (das delimitações formais/político-administrativas às urbanidades e novas ruralidades), os símbolos que se constituem e alienam/reificam as relações sociais; por fim, interpretar as transformações do espaço a partir da acumulação (isto é, pensar a produção capitalista do espaço, a dinâmica de sobreacumulação e a formação de estoques de mais-valia reivindicando sua realização, o que induz ao deslocamento desigual dos excedentes, às formas suplementares de pressão sobre o trabalho e à resignificação dos mecanismos de acumulação por espoliação, o que significa, em outras palavras, abordar as modificações no espaço tendo em vista a reprodução ampliada do capital, a transferência geográfica de valor e as distintas



estratégias territoriais). São os desenvolvimentos geográficos desiguais que nos ajudam a perceber que as transformações no espaço não são aleatórias, mas estão vinculadas à contradição entre a “relativa imobilidade espacial e lógica própria do poder territorial e a fluida dinâmica do capital no espaço-tempo” (HARVEY, 2014, p.157), contradição esta que se manifesta na interação entre as múltiplas escalas espaciais.

Salientamos que, obviamente, não conseguimos explorar cada um desses temas com a profundidade que eles exigem. Algumas discussões, sobretudo as que dizem respeito ao âmbito do lugar, do vivido e das resistências intrínsecas ao cotidiano, permanecem apenas como possibilidades para trabalhos futuros, ainda que reconheçamos sua imprescindibilidade nesta abordagem teórico-metodológica.

Nos propomos, assim, o desafio de tentar recuperar em poucas páginas as principais discussões realizadas ao longo dos capítulos do trabalho, associando as temáticas e os conceitos-chave com vistas a alcançar o objetivo central estipulado inicialmente e apontar possíveis aberturas e reflexões para o debate.

Por mais que possa parecer abstrata ou afastada da temática, consideramos a discussão efetuada no primeiro capítulo essencial para as problematizações que seguem. Nesse sentido, partimos de uma discussão mais abrangente, alicerçada ao redor do conceito de desenvolvimento, que nos serve de referência para pensar a transformação das relações urbano-rurais. Mais do que uma simples palavra, a concepção de desenvolvimento serve como parâmetro de diferenciação – e hierarquização - entre as formas de relação com o meio e organização social de diferentes grupos. Ainda que o termo desenvolvimento represente um conceito complexo, imbuído de diferentes acepções e significados, quando o contextualizamos frente às matrizes discursivas em que está envolto, percebemos uma associação quase imanente às configurações que assume enquanto desenvolvimento capitalista. As possibilidades do conceito são, assim, enclausuradas a determinados pressupostos ancorados nas ideias de progresso (sobretudo um progresso técnico) e crescimento (acima de tudo, um crescimento econômico). Com vista a atingir estes pressupostos, são reafirmadas e legitimadas as práticas que visam atender a dinâmica

autoexpansiva imposta pela reprodução ampliada do capital. A produção de desigualdades e os diferentes mecanismos de acumulação por espoliação, conforme destacam alguns autores vinculados à perspectiva marxista, são partes constitutivas deste desenvolvimento, sem as quais o mesmo não existe. Tais autores, que vão desde Lênin, Trotsky e Rosa Luxemburgo (construindo a perspectiva teórica do Desenvolvimento Desigual e Combinado) até, mais recentemente, Smith, Soja e Harvey (pensando o Desenvolvimento Geograficamente Desigual) conferem novos significados e possibilidades ao conceito de desenvolvimento a partir de uma perspectiva crítica.

Portanto, partem de uma análise crítica da produção capitalista do espaço, orientada segundo a dinâmica de “sobreacumulação”, ou seja, a partir da produção de excedentes pela reprodução ampliada do capital. A alocação desigual dos excedentes no espaço, por meio das distintas formas de acumulação por espoliação, fragmenta o mesmo, produzindo desenvolvimentos geográficos desiguais. Assim, apropriando-se das crises, o capitalismo constantemente se reinventa, valoriza imaginários em detrimento de outros, reconstrói periodicamente uma nova paisagem sob os rastros da velha, reorienta os fluxos de capital e cria combinações particulares. Representações e símbolos são ressignificados no bojo destas transformações, seguindo as necessidades dos padrões produtivos vigentes.

É a partir das representações e dos símbolos criados que foi construída historicamente a supremacia do urbano sobre o rural, conforme apontamos no segundo capítulo. A concepção etapista e economicista de desenvolvimento fez com que o rural fosse associado ao atraso, sendo visto como primitivo e arcaico em oposição ao progresso advindo da urbanização. Muitos autores, mesmo na tradição marxista, previram o fim do campesinato para a formação da tradicional luta de classes entre a burguesia e o proletariado urbano. O espaço rural, representado fundamentalmente como um espaço agrário, estava fadado à dissolução frente a expansão das relações capitalistas de produção.

Encontramos marcas destas relações de poder mesmo nas definições formais que delimitam oficialmente zonas urbanas e rurais. Os Decretos-lei

e os parâmetros utilizados para definir o perímetro urbano ou caracterizar áreas rurais ou urbanas de cada município, além de comumente desalinhados com as expressões que percebemos na atualidade, costumam ainda restringir o rural ao “que sobra”, ao que é externo às cidades, ao “outro-que-não-urbano” (CLOKE, 2006, tradução nossa). É interessante perceber que estas definições absolutas – e que entram em contraste com a diversidade de configurações que assumem estes espaços – revelam a alteridade que está presente em suas representações. A definição do rural por exclusão manifesta que este está “presente-ausente” na significação histórica do espaço urbano, ainda que como negação do mesmo.

Nesse capítulo, é a teoria crítica das representações apresentada pelo filósofo francês Henri Lefebvre que nos auxilia a entender tal relação contraditória. Em consonância com a perspectiva do autor, empregamos as representações como mediações, buscando não absolutizá-las e nem tratá-las de maneira dissociada das relações sociais. Vindo simultaneamente de dentro e de fora do sujeito, as representações são elementos essenciais na articulação das diferentes escalas em que os processos analisados estão imbricados. É a partir das representações que concebemos de forma conjunta os aspectos materiais e imateriais relativos à expansão e imposição de determinadas relações sociais de produção.

O urbano na concepção lefebvriana, assim, não se restringe ao conjunto de transformações materiais da urbanização. Está associado a uma lógica, a um modo de vida que ultrapassa as fronteiras da cidade e se impõe em escala mundial. Se refere à própria concepção do desenvolvimento capitalista, à reificação e à “mercadificação” de quase todos os aspectos que cercam nossas vidas cotidianas. São as manifestações desta “planetarização do urbano” que percebemos nas localidades de estudo, manifestações estas, que, contraditoriamente, produzem os meios para sua superação. Como lembrava Lefebvre, nossos sonhos, projetos e utopias também derivam das representações do espaço e “no próprio seio do processo negativo da dispersão, da segregação, o urbano se manifesta como exigência do encontro, da reunião, da informação” (LEFEBVRE, 2008, p. 85).

Em um contexto de transformações associadas à universalização do urbano por meio do processo de metropolização do espaço, percebemos hoje uma mescla entre urbanidades e ruralidades, num cenário de revalorização de certas práticas e de manifestações constantes da integração do espaço pela “lógica da mercadoria”. Surge um “novo rural”, revalorizado em oposição ao “caos urbano” e marcado pelo crescimento do turismo e das atividades não-agrícolas, de forma geral. Torna-se cada vez mais difícil de separar o espaço urbano do espaço rural a partir da “fase de refusão da relação cidade-campo” (MOREIRA, 2005), com espacialidades híbridas, mas simultaneamente fragmentadas e conflituosas. Em Vargem Grande e Barracão dos Mendes, misturam-se as facetas do chamado “pós-produtivismo rural” (HALFACREE, 2007), configurando arranjos variados entre as localidades rurais, as representações formais do rural e os cotidianos rurais, numa constelação particular de relações sociais.

Como destacamos no terceiro capítulo, os efeitos da metropolização do espaço (ou da difusão do urbano pelo fenômeno metropolitano) são notáveis em ambas as áreas analisadas neste estudo. Se a lógica do capital financeiro torna-se hegemônica para além da metrópole, configurando uma nova fase da urbanização que transforma profundamente o território, sobretudo através da difusão de códigos urbano-metropolitanos, vemos também, de maneira associada, uma expansão do capital imobiliário para novas áreas através dos chamados eixos de “maior adensamento de urbanidades” (RUA, 2011, p. 95). A paisagem rural é revalorizada neste contexto, atraindo investimentos e fornecendo renovados escoadouros lucrativos para o capital. Assim, cada vez mais percebemos as atividades de turismo e veraneio exercendo influência significativa - sobretudo no que se refere aos municípios de Teresópolis e Nova Friburgo, na Região Serrana Fluminense – e evidenciando a integração do espaço a partir da metropolização, num processo de “derramamento de características metropolitanas por uma vasta região metropolizada na qual se percebem aquelas transformações” (RUA, 2017, p. 458). As novas formas de se explorar a renda da terra no chamado “regime de acumulação patrimonial” (AGLIETTA, 1998 apud LENCIONI, 2016), a especulação imobiliária, a transformação das

atividades econômicas e os processos espoliativos, em geral, constituem um conjunto de dinâmicas verificadas em diferentes localidades no momento atual, na busca de novas fronteiras para a acumulação do capital. Trata-se da forma contemporânea de hegemonia do capital, da conjuntura atual de acumulação e de redefinição da relação de subordinação capital/trabalho.

Chegamos assim, ao que consideramos as evidências da metropolização do espaço para além da metrópole, “urbanidades” que alteram profundamente os hábitos e costumes da região. Não deixam de ser evidências, também, da reprodução ampliada, do crescimento exponencial do capitalismo e dos mecanismos de acumulação por espoliação contemporâneos. Dentre eles, destacamos no trabalho a elevação do preço da terra, cada vez mais concebida enquanto ativo financeiro, a alteração no padrão da renda familiar, cada vez menos decorrente da atividade agrícola, e as representações do espaço, cada vez mais transformadas e ressignificadas em virtude da redefinição das relações urbano-rurais pela metropolização do espaço. Tais fatores estão intrinsecamente correlacionados, associados também à reorganização econômica das localidades em função da atividade turística, dos empreendimentos imobiliários e do crescimento de atividades não-agrícolas em geral.

Constatamos a partir da pesquisa realizada que estes fatores destacados em meio à infinidade de transformações atuais estão intrinsecamente relacionados. O preço da terra, que continua apresentando elevados índices de crescimento nos dois municípios – seja nos dados referentes ao Valor da Terra Nua ou nos lotes de terra/terrenos à venda -, não pode ser dissociado do conjunto de representações que são criadas sobre os espaços rurais, redirecionando os fluxos de investimentos através do mercado imobiliário, do turismo e do veraneio, assim como está irrefutavelmente relacionado com a proliferação de atividades não-agrícolas nestes espaços e a decorrente transformação no padrão da arrecadação familiar em virtude das mesmas. De forma semelhante, a reorganização econômica das localidades em decorrência de novos empreendimentos influencia na redefinição dos preços segundo padrões

urbanos e na reconstrução de representações do espaço dos habitantes em função de códigos de comportamento urbano-metropolitanos.

Acreditamos ter alcançado o objetivo central estipulado para o trabalho, ainda que, naturalmente, emergjam novos questionamentos para trabalhos futuros. Após tecer uma análise a respeito do que constitui o desenvolvimento capitalista e os pressupostos da acumulação, proferimos considerações acerca das particularidades do momento atual e dos efeitos dos processos nas localidades em questão, ou seja, nas transformações espaciais perceptíveis a partir da reconfiguração das relações urbano-rurais em um contexto de metropolização. Vargem Grande e Barracão dos Mendes, nesse sentido, aparecem como exemplos da heterogeneidade dos “espaços em metropolização”, representando em diferentes espaçotemporalidades as mudanças nas relações entre rural e urbano.

Vinculada à reinvenção do capitalismo está a reinvenção do rural e a decorrente ressignificação da agricultura. Aspectos materiais e imateriais se misturam na construção de novas espacialidades híbridas, resultantes dos desenvolvimentos geográficos desiguais. As transformações espaciais, entretanto, manifestam-se no lugar, na escala do cotidiano. Assim, é injetado no cotidiano o que Halfacree (2007, p. 125) chama de “um desafio espacial politicamente radical”. Como mostra o autor, um dos elementos primordiais do pensamento de Lefebvre é a tentativa de transcender o dualismo entre concebido/abstrato e percebido/concreto para incorporar sua personificação como vivido. É no cotidiano - ou nos “cotidianos rurais” -, por mais subjetivo e diverso que seja, que encontramos a apropriação e a subversão do contraditório modelo de desenvolvimento que é imposto por meio das representações hegemônicas. Precisamos dar a devida atenção para as “ruralidades conflitantes”, para as diferentes concepções de espaço existentes. Ou seja, como aponta Halfacree, precisamos valorizar o aspecto subversivo da dimensão da vida no cotidiano do espaço rural.

Dessa forma, o relato dos diferentes sujeitos envolvidos no processo nos ajuda a compreender a maneira contraditória com que se dá o desenvolvimento do capitalismo no campo, o que representa o grande desafio acadêmico de entender as novas dinâmicas territoriais, com a difusão da racionalidade do urbano e a consequente ressignificação do

rural na acumulação via espoliação. As práticas sociais e os valores identitários expressam a complexidade das mudanças, resultados da relação dialética entre integração e ruptura que evidenciamos. A desigualdade de forças com que se dá o processo, por sua vez, exprime a necessidade de uma análise que contemple variadas escalas, assim como as diversas dimensões e mecanismos de exercício de poder. A partir do local, do cotidiano, devemos agregar novas utopias, buscar o nexo aglutinador entre as lutas particulares (HARVEY, 2004) e valorizar o espaço pela sua multiplicidade (MASSEY, 2004), uma vez que o mesmo está sempre em devir, ou seja, é constantemente produzido pelas relações sociais.

Nesse sentido, partindo dos conflitos identificados, concluiremos o trabalho trazendo uma discussão que consideramos pertinente para pensar as possíveis aberturas e possibilidades de construção de novas relações urbano-rurais, fundamentadas na produção de espaços urbanos e rurais alternativos. Trata-se de um debate que envolve o paradigma da complexidade, o imaginário radical, o projeto de autonomia e o urbano como virtualidade. A partir destas distintas perspectivas e linhas teóricas, pensaremos os limites e possibilidades de conceber outros desenvolvimentos em meio ao processo de transformação das relações urbano-rurais em um contexto de metropolização.

Destacamos preliminarmente que existem aspectos positivos e negativos nesse processo. Os efeitos da metropolização do espaço não são integralmente prejudiciais, mas podem abrir possibilidades de conhecimento e de acesso a direitos, como lembra Rua (2017). Portanto, uma vez que percebemos o espaço de forma integrada, não é o contato do rural com o urbano que constitui o problema, mas sim as formas desiguais com que esse contato ocorre. Não buscamos o isolamento do rural, nem a completa manutenção de suas relações e conteúdos sociais próprios, mas a redefinição das supremacias a partir do surgimento de novos desenhos espaciais. Como aponta Rua (2017, p. 446), ao passo que as urbanidades no rural “evidenciam aspectos da dominação pela mercadificação do espaço e das relações sociais”, esse quadro contraditório, “evidencia

também a expansão de direitos e possibilidades de autonomia individual e coletiva.”

Em um cenário em que as comunidades rurais têm cada vez menos liberdade para traçar seus próprios caminhos, sendo vistas sobretudo como novas possibilidades de oferecer retorno para investimentos (LYSON, 2006, p. 292), torna-se essencial formular outros projetos, com base em outras concepções de desenvolvimento. Nos contatos e conflitos do local com o “de fora”, desponta a possibilidade de surgimento de algo não predeterminado e com maior participação das populações locais. Entretanto, como transcender as concepções vinculadas ao pensamento tradicional e ao modelo de desenvolvimento ancorado na dominante ideologia “mercadológica/neo-liberal/neo-clássica” (LYSON, 2006)? Ou melhor, num contexto de “fadiga teórica” e “conformismo generalizado” (SOUZA, 1997), como produzir concepções alternativas?

Vimos que os imperativos da racionalidade, do progresso técnico e do crescimento econômico enclausuraram até mesmo as tentativas de formular projetos alternativos de desenvolvimento, sejam estes nas experiências na América Latina (Cepal), ou no chamado “bloco socialista”. Uma vez que a produção – em sentido amplo - é apoderada quase que por completo pelo capital - enquanto as relações sociais próprias do modo de produção capitalista -, como transgredir estas barreiras? Buscamos, para isso, as contribuições de Edgar Morin e Cornelius Castoriadis.

Morin (1999) advoga em favor de uma reforma no pensamento. Assim, contesta a própria ciência e os pressupostos que lhe dão sustentação. O fundamento nas ciências era o procedimento empírico-racional, que reconhecia o conhecimento como “o espelho da realidade e o espelho do mundo” (MORIN, 1999, p. 22) e as ideias de ordem, separação e razão eram as três premissas poderosas que davam a certeza de ter um conhecimento verdadeiramente pertinente.

É então que, a partir do início do século XX, “ocorre algo realmente revolucionário no campo da ordem e da certeza: é o surgimento da desordem e da incerteza” (MORIN, 1999, p. 23). Outra transformação aparece quando, na segunda metade do século, surgem as chamadas ciências sistêmicas - sobretudo a ecologia - que afirmam que as ciências



da Terra não são mais facilmente separáveis e têm a preocupação em contextualizar e globalizar, procedimentos impedidos com a hiper-especialização. A teoria da informação e a cibernética também apontam a necessidade de um pensamento espiral, exigindo a apreensão do todo (como “mais do que a soma das partes”) e concebendo o objeto da ciência não mais de forma isolada. Todas estas mudanças culminam no que Morin concebe como o ponto crucial: o aparecimento da incerteza na ciência, ou melhor, a combinação complexa entre a certeza e a incerteza. Esta reforma do pensamento não significa que devemos abrir mão da velha lógica, mas, ao contrário, “integrá-la em um jogo complexo” (MORIN, 1999, p. 30), juntando os princípios da separação e da não separação. Mais do que isso, o pensamento complexo é a união da simplicidade com a complexidade. A partir disso, defende o autor, devemos enfrentar a contradição ao invés de eliminá-la. Constitui-se, assim, à chave do problema: a reforma paradigmática, que relaciona e une o que era separado e reduzido, contextualiza e globaliza operando diferenciações no esforço para unir, como necessidade e desafio que se impõem à humanidade.

Marcelo Lopes de Souza (1997), partindo de algumas das questões semelhantes às nossas – sobretudo, no que concerne ao desenvolvimento sócio-espacial, “em que condições se elabora o conhecimento?” –, disserta amplamente sobre o chamado paradigma da complexidade, como um promotor de uma genuína revolução científica sobre o “paradigma da simplificação”. A crise da explicação simples, segundo ele, perpassa a dialética existente entre a ordem e a desordem e a recusa da monocausalidade nas explicações de problemas sociais complexos. Ademais, esta crise pressupõe um enorme desafio: o desafio de abrir-se ao novo, de dialogar com as outras ciências e, mais do que isso, “de discernir as múltiplas raízes desse novo, relativizando assim a sua novidade” (SOUZA, 1997, p. 82). Esta última citação é para nós especialmente relevante, pois aponta uma das principais armadilhas que foguearam os movimentos revolucionários: a armadilha de, na convicção de estar formulando novas alternativas, pensar sob as mesmas bases, não romper com os parâmetros hegemônicos.

Samir Rihani (2005), dando continuidade à discussão efetuada por Morin e Souza, também discute a teoria da complexidade com base no conjunto de teorias sobre o desenvolvimento. Para o autor, se muitos concordam que a mudança é necessária, não existe o mesmo nível de consenso quanto a novas práticas. Assim, tendo como ponto de partida as dificuldades associadas à transição para uma visão complexa do desenvolvimento e baseando-se em questionamentos contundentes, o autor pleiteia a contestação às percepções simples e estruturais. Segundo ele:

[...] o desenvolvimento é visto como um processo de evolução aberto que não tem começo, não tem fim e nem atalhos. Não é uma corrida para um destino pré-ordenado, mas um processo incerto de exploração. Contrariamente à sabedoria atual, portanto, o desenvolvimento não é finito, ordenado ou previsível (RIHANI, 2005, p. 55, tradução nossa).

Defendendo que não há leis universais ou modelos passados a serem seguidos, Rihani (2005, p. 55) nos apresenta a visão de desenvolvimento como um complexo processo adaptativo dirigido por numerosas interações locais. Esta perspectiva implica que “o desenvolvimento vai muito além do crescimento econômico para abarcar o desenvolvimento humano” (RIHANI, 2005, p. 55-56, tradução nossa). Vai muito além, portanto, da agenda neoliberal, dos programas apresentados pelo FMI e pelo Banco Mundial e ultrapassa, a ainda vigente, crença na eficácia do Consenso de Washington.

As perspectivas duramente criticadas pelo autor coincidem imensamente com os principais “sintomas da inclinação obsessiva para a simplificação”, listados por Souza (1997): a monodimensionalidade; a separação simplista entre endógeno e exógeno; as abordagens monoescalares ou muito fracamente multiescalares; a negligência para com o papel do espaço; e o caráter fechado, absolutizante, etnocêntrico e teleológico das teorias.

Em contraposição às características listadas – e baseando-se nas contribuições trazidas pela Teoria do Caos - Souza recusa as visões teleológicas e etapistas do processo de desenvolvimento/subdesenvolvimento. Da mesma forma, usa a ideia de contradição para ultrapassar a concepção da sociedade como um mero “sistema”. Assim,

apresenta-nos dois movimentos, que segundo ele, são circularmente integrados:

o surgimento da “desordem” a partir da “ordem” e o seu inverso, o surgimento de “ordem” a partir da “desordem”. [...]Do ponto de vista da teoria do desenvolvimento, uma possível conclusão é que o primeiro momento – ou seja, a ordem criadora de desordem – nos remete à crítica do etnocentrismo da apologia universalizante da ordem capitalista-ocidental como representando um paradigma de progresso social (SOUZA, 1997, p. 72).

O segundo movimento, não menos importante, remete à ordem emergindo em meio e através da desordem, significando respostas provisórias aos desafios derivados da (des)ordem sistêmica, num movimento constante.

Fornecendo novos aportes para a referida discussão, Manuel Losada (2009) recupera o pensamento de Castoriadis, buscando analisar sua proposta à atual crise dos paradigmas das ciências naturais e sociais. Assim, discute o conceito de imaginário radical, que segundo o autor, é o fio condutor do pensamento do filósofo francês. Este conceito permite “pensar a dimensão criadora do sujeito e do social-histórico” (LOSADA, 2009, p. 1), refletindo sobre a alteridade e a criação de maneira distinta, ou seja, a partir da organização do pensamento em função da imaginação e do imaginário. Assim, para Losada, este conceito é apreendido como um projeto teórico novo, com seus pressupostos e implicações.

Como vimos no primeiro capítulo, o projeto empírico-racional da ciência moderna e da própria modernidade se deu a partir da ordem, da separação e da razão, constituindo, a partir destes pressupostos, tanto o estruturalismo como o funcionalismo e o marxismo. Dessa forma, tais procedimentos contruíram um edifício do pensamento que desabou. Como aponta Serge Latouche, “o Ocidente foi vítima de seu próprio êxito e de suas contradições” (LATOUCHE, 1994, p. 22).

Nestes sistemas de pensamento, reforçamos, era impossível pensar a alteridade, limitavam-se as formas de se pensar o novo, de se pensar de maneira criativa. Castoriadis, assim, busca “inverter” o pensamento ocidental, colocando a imaginação e o imaginário no centro do pensamento e assim, implicando esta nova ontologia, a ontologia da indeterminidade, que acompanha a lógica dos magmas ou das significações, e por meio da

qual pensa-se um novo tipo de sujeito e uma nova forma de articulação dos saberes por meio da circularidade. Concebendo o pensamento como um processo de “elucidação interrogativa”, o imaginário radical é, portanto, criador, institui uma nova “gênese ontológica” e uma nova forma de ser.

Pensando de maneira inter-relacionada as ciências naturais e sociais a partir da “lógica dos magmas”, vimos que Castoriadis demonstra sua originalidade ao “inverter o procedimento tradicional” (LOSADA, 2009, p. 17) e colocar o conceito de imaginário radical no centro de seu pensamento. Esta perspectiva, entretanto, exige transformações, a partir de um diálogo crítico com o paradigma da modernidade. Trata-se, portanto, de:

[...] uma nova maneira de entender o ser (a ontologia da indeterminidade e uma lógica dos magmas ou das significações), um novo olhar sobre o homem, isto é, uma nova antropologia que pensa o fenômeno humano a partir da imaginação ou capacidade criadora. Essa compreensão do ser e do homem implica ainda uma nova epistemologia, entendida como uma maneira de ordenar o pensamento de forma circular a partir da imaginação e do imaginário: nesta nova configuração, as ciências naturais e sociais devem ser pensadas numa relação de implicação mútua. São realidades irreduzíveis e inseparáveis (LOSADA, 2009, p. 60).

Conforme aponta Meira (2010), a imensa obra de Castoriadis apresenta uma inovadora concepção do social e do histórico. Tal concepção é radicada na ideia de criação e recriação de formas de organização da sociedade. Refutando o enfoque isomórfico, o autor evidencia que as práticas sociais de luta por autonomia são centrais à dinâmica institucional e organizacional. Assim, o social-histórico, para ele, “é um processo não-determinado por instanciarções” e a noção de “instituição imaginária da sociedade aponta para um excedente da sociedade instituída” (MEIRA, 2010, p. 4).

Dessa forma, a abertura à indeterminação “é a manifestação do imaginário social na instituição, e, ao mesmo tempo, a garantia da permanente atividade instituinte no social instituído” (MEIRA, 2010, p. 4). Trata-se da instituição imaginária da sociedade, a que Castoriadis refere-se constantemente, enquanto criação histórica, ou “inerência recíproca da auto-criação” (MEIRA, 2010, p. 7). Assim, contrapondo-se à linguagem comum, racional e linear, o filósofo francês apresenta a proposta da lógica

dos magmas. Essa metáfora justifica-se por fazer referência a uma forma fluida, passível de ser transformada, algo como “uma massa produtora de formas organizáveis que nunca é redutível às formas organizadas que produz ou potencialmente virá a produzir [...], um tipo de indeterminação habilitada a instaurar a determinação, sem reduzir-se a ela” (MEIRA, 2010, p. 7).

O pensamento de Castoriadis, sobretudo com seu “magma de significações”, entra em consonância com o “paradigma da complexidade”, apresentado por Morin (1999) e Rihani (2005), assim como adequa-se à dialética ordem-desordem apresentada por Souza (1997). A recusa à linguagem tradicional e à racionalidade como únicos parâmetros de explicação da realidade, visa a instituição de novas formas de pensar, a elaboração de projetos alternativos. Representa, acima de tudo, uma contraposição à expansão ilimitada do domínio racional, que como mostramos, tende a penetrar a totalidade da vida social, reificando-a.

Consideramos indispensável na atualidade resgatar a dimensão libertária – e até utópica – do pensamento dos autores supracitados. O “norte”, a orientação deste pensamento é a autonomia do indivíduo, ou, nos termos de Marx, a busca pela emancipação humana. No caso particular de Cornelius Castoriadis, há uma preocupação com a “refundação” da democracia com base da defesa do “projeto de autonomia”. Segundo Souza (2017, p. 309):

A essência da contribuição de Castoriadis, do ângulo político-filosófico (mas de maneira integrada com suas seminais contribuições à teoria do conhecimento e à ontologia do Social), e, portanto, em ligação direta com a questão da inserção dentro da tradição libertária, refere-se à reflexão em torno da natureza e das condições de “refundação” do “projeto de autonomia”.

Entretanto, cabe o questionamento: Em que consiste de fato este “projeto de autonomia”, do qual tanto menciona o autor? Esta pergunta envolve outro complexo debate, cujas contribuições de Castoriadis são, mais uma vez, extremamente inovadoras: a reflexão em torno do poder.

O pensamento de Castoriadis a respeito do poder difere de outros grandes pensadores e especialistas no conceito. O filósofo francês avança no debate tão talentosamente travado por autores como Michel Foucault e Hannah Arendt que, ainda que antiautoritários e comprometidos com a

refutação de práticas de controle coercitivo, tratavam o poder acima de tudo como o poder heterônomo, mesmo que, como ressalta Souza (2017), não fosse no sentido puramente “negativo” da palavra. A rica contribuição de Castoriadis está na “abertura para a possibilidade de uma cristalina distinção entre o poder autônomo em contraposição ao poder heterônomo” (SOUZA, 2017, p. 312).

Em consonância com Arendt, que já reconhecia as “duas faces” do poder – uma faceta ligada à dominação e outra associada à apropriação democrática, própria da esfera pública -, o filósofo francês deu destaque às representações e ao âmbito da ação. Assim, segundo Souza (2017, p. 314-315):

[...] Castoriadis foi aquele que, sem perder de vista a esmagadora predominância do poder heterônomo ao longo da história, melhor soube explorar o poder também em um sentido ao mesmo tempo não negativo e libertário, na qualidade de um poder autônomo, em que a ideia de democracia, em seu sentido profundo e genuíno, é contrastada com a noção de “democracia representativa” (a qual não passa, nas palavras do filósofo, de uma “oligarquia liberal”). Autonomia implica, no domínio do poder explícito, uma democracia radical – ou, como Castoriadis várias vezes insistiu, uma autêntica democracia [...].

O compromisso com uma democracia profunda e extensa perpassa, no pensamento do autor, a defesa do poder autônomo, logo, a defesa da autonomia. Sobre esse tema, Castoriadis faz uma sintética, mas importante contribuição:

Autonomia: *autos-nomos*, (dar-se) a si mesmo as suas leis [...]. Em que sentido pode um indivíduo ser autônomo? [...] a autonomia do indivíduo consiste em estabelecer uma outra relação entre a instância reflexiva e as outras instâncias psíquicas, assim como também entre o seu presente e a história por meio da qual ele se fez tal como ele é, permitindo-lhe escapar à servidão da repetição, refletir sobre si mesmo, sobre as razões de seus pensamentos e sobre os motivos de seus atos, guiado pela intenção do verdadeiro e pela elucidação de seu desejo. [...] Posso dizer que estabeleço eu mesmo a minha lei – uma vez que vivo necessariamente sob a lei da sociedade? Sim, em um caso: se eu puder dizer, reflexiva e lucidamente, que essa é também a minha lei. Para que eu possa dizer isso, não é necessário que a aprove: é suficiente que eu tenha a possibilidade efetiva de participar ativamente da formação e do funcionamento da lei. A possibilidade de participar: se eu aceito a ideia de autonomia como tal (não somente porque ela é “boa para mim”), o que, evidentemente, nenhuma “demonstração” pode me obrigar a fazer, nem tampouco pode me obrigar a colocar de acordo as minhas palavras e os meus atos, a pluralidade de indivíduos pertencendo à sociedade leva

imediatamente à democracia, como possibilidade efetiva de igual participação de todos, tanto nas atividades instituintes como no poder explícito [...] (CASTORIADIS, 1990, p. 131-134 apud SOUZA, 2017, p. 309).

Merece destaque a diferenciação efetuada pelo autor entre a autonomia individual e a autonomia coletiva. Antes de mais nada, precisamos destacar que, para Castoriadis, não há indivíduos autônomos sem uma sociedade autônoma – e vice-versa. Apesar de distintos, são dois aspectos indissociáveis, dois alicerces do projeto castoradiano.

A autonomia individual se refere, resumidamente, ao que se poderia chamar de a capacidade de indivíduos adultos para estabelecer, lucidamente, fins (sob a forma de objetivos, metas e projetos) para sua própria existência e persegui-los de modo tão consequente quanto possível (SOUZA, 2017, p. 311).

Assim, refere-se ao estabelecimento e à capacidade de manutenção das condições para tomar decisões livremente. Essa “capacidade” é, como mostramos, em grande parte de ordem psicológica e associada ao imaginário individual, ainda que ela seja intrinsecamente indissociável da possibilidade material e institucional – logo, através de meios formais - de expressar opiniões e de defender seus interesses e pontos de vista em igualdade efetiva de oportunidades quando comparado a outros indivíduos pertencentes à mesma sociedade. Como sintetiza Marcelo Lopes de Souza, em outro texto: “é a capacidade de indivíduos particulares de realizarem escolhas em liberdade, com responsabilidade e com conhecimento de causa” (SOUZA, 2000, p. 76)

Já a autonomia coletiva está associada à existência de instituições sociais que garantam esta igualdade efetiva de oportunidades às pessoas para a satisfação de suas necessidades e, mais do que isso, para participação em processos decisórios concernentes à regulação da vida coletiva. (SOUZA, 2017, p. 312). Assim:

a autonomia coletiva se fundamenta em instituições que permitam, justamente, que venham a existir indivíduos autônomos, livres e educados para a liberdade – e que animem e defendam essas instituições. O que, praticamente, equivale a dizer: educados para amar a própria liberdade e a dos outros (SOUZA, 2017, p. 312).

Logo, essas garantias político-institucionais e possibilidades materiais de participação efetiva em processos decisórios, a que se refere o autor, não ocorrem sem os indivíduos autônomos, sem a liberdade individual que lhes permita dar vida a estas instituições.

Entretanto, as limitações do pensamento de Castoriadis – e, por conseguinte, de seu “projeto de autonomia” -, como aponta Souza (2017), estão na falta de consideração da dimensão espacial da sociedade. Mais do que isso, como aponta o autor, o pensador greco-francês operou uma “desvalorização ontológica do espaço”, secundarizando o mesmo em relação ao tempo e à história. Ainda que represente um avanço descomunal no que se refere à discussão que envolve poder, democracia e autonomia, Castoriadis considerava o novo e a alteridade como atributos exclusivos do tempo. Isso infere que, nas palavras dele, “a perspectiva do tempo é realmente completa. Ela contém aquela do espaço e a implica” (CASTORIADIS, 1990, p. 273).

Contudo, como bem lembra Souza, “o radicalmente diferente e o novo, a verdadeira criação de novas formas não se esgota na perspectiva do processo, mas pressupõe também a coexistência.” Por isso, completa: “‘espacializar’ o ‘projeto de autonomia’ é uma tarefa essencial e que complementa decisivamente a herança intelectual deixada por Castoriadis e por outros intelectuais libertários [...]” (SOUZA, 2017, p. 322).

Esta é a preocupação central de trabalhos como Soares (2011), Woodward, Jones III & Marston (2012), Pickerill & Chatterton (2006). O primeiro, em consonância com Souza (1997), aborda o movimento dialético entre ordem e desordem. Para ele, “a contra-ordem sócio-espacial constitui um movimento que corresponde à desordem no interior de uma ordem sócio-espacial instituída” (SOARES, 2011, p. 1), podendo constituir movimentos de contra-ordem sócio-espacial abstrata ou concreta. O autor ressalta, inclusive, os riscos desse movimento. Dentre eles, a chamada “armadilha hegeliana”, que corresponde à concepção do Estado como representação do absoluto e a decorrente sujeição e submissão ao saber estatal burocrático pelos movimentos revolucionários. Armadilha esta, responsável por “encarcerar” muitos dos movimentos contestatórios ao desenvolvimento capitalista.

Também refletindo sobre a autonomia do sujeito, Woodward, Jones III e Marston (2012) nos lembram que não há política sem sujeitos e não há sujeitos sem política. Entretanto, contrapondo-se a uma “ontologia rasa”, que “suspende” a subjetividade, discutem a autonomia “espacializada” no



conceito de sítio (“site”), pensando as possibilidades deste tornar-se organizacionalmente e politicamente autônomo.

Já com o enfoque nas resistências, Pickerill e Chatterton (2006) e Featherstone (2003) discutem as chamadas “geografias autônomas”, tendo como base experiências contestatórias do projeto de desenvolvimento hegemônico. Os primeiros buscam discutir os “espaços onde pessoas desejam constituir formas de organização política, social e econômica não-capitalistas, igualitárias e solidárias, a partir da combinação entre resistência e criação” (PICKERILL; CHATTERTON, 2006, p. 1, tradução nossa). Com perspectiva semelhante, David Featherstone (2003) analisa espacialidades construídas a partir de resistências à globalização que culminaram em um movimento transnacional, construindo “nexos aglutinadores” entre os particularismos e unindo indivíduos e grupos com diferentes posições perante os fluxos e interconexões da globalização.

Assim:

“Espacializar” o “projeto de autonomia” é, pode-se afirmar, um desafio inescapável. E, para começo de conversa, deve-se registrar que essa “espacialização” possui numerosos aspectos, sendo que algumas das questões iniciais e mais fundamentais têm a ver com a escala geográfica e, mais exatamente, com o “jogo de escalas” (do ponto de vista analítico) e com a “construção social da escala” e a “política das escalas” (no que diz respeito às próprias práticas dos sujeitos). (SOUZA, 2017, p. 338).

De uma forma ou de outra, acreditamos que a abordagem dos desenvolvimentos geográficos desiguais, através da articulação das escalas espaciais e da diferenciação geográfica, oferece encaminhamentos na direção dessa “espacialização” do desenvolvimento e da autonomia, contribuindo para pensar possibilidades de regeneração dos conceitos na análise de algumas problemáticas contemporâneas. Nesse sentido, a perspectiva crítica/marxista oferece valiosas contribuições ao ultrapassar a retórica e elucidar não só a matriz discursiva dominante, como os imperativos por trás das modificações no espaço. Desvendando o discurso, torna-se possível refletir sobre novos parâmetros, novas éticas, novos desenvolvimentos e novas sustentabilidades que não estejam comprometidos com a dinâmica tendencialmente expansiva e desigual do modo de produção.

Constatamos que, num contexto de planetarização do urbano, universalizam-se também as relações sociais capitalistas e as representações do espaço hegemônicas. Generaliza-se, assim, uma concepção de desenvolvimento fundamentalmente reducionista, restrita à dimensão econômica e tendo como pressuposto básico o crescimento. Como mostra Lefebvre, à contradição entre crescimento e desenvolvimento, se sobrepõe outra ainda mais essencial: entre o domínio e a apropriação. É pela apropriação do cotidiano que advoga o autor, ou seja, pela restituição no cotidiano da obra e do sentido da obra (LEFEBVRE, 1991, p. 214).

O desenvolvimento reduzido a crescimento econômico, transformado na consciência das pessoas em valor de troca (possibilidade de lucro, rendimento) e limitado à esfera da economia é um desenvolvimento que aliena, que reifica, que reduz as relações humanas complexas, múltiplas e concretas a concepções simplificadas, homogêneas e abstratas. Trata-se de um desenvolvimento que torna intercambiáveis os indivíduos e retira-lhes suas potencialidades diferenciadas. Entretanto, mais uma vez lembra Henri Lefebvre que “quanto ao desenvolvimento, a experiência e a história nos ensinam que não há criação de formas sociais e de relações sociais sem a criação de um espaço apropriado” (LEFEBVRE, 2008, p. 161).

Portanto, o modo de produção se realiza ao produzir o seu espaço e este processo ocorre através da expansão do fenômeno urbano. O conceito de urbano, intrinsecamente dialético, não permanece estático (LEFEBVRE, 1986, p. 162), mas assume diversas expressões na atualidade. Enquanto urbanização dispersa, desprende-se da cidade, deixa de restringir-se a uma área formalmente delimitada, confrontando as tradicionais delimitações dicotômicas e complexificando a análise. Se “a cidade está morta, [...] no entanto, ‘o urbano’ persiste, no estado de atualidade dispersa e alienada, de embrião, de virtualidade”. (LEFEBVRE, 1991, p. 105). Assim, mais do que um direito à cidade, é preciso pensar sobre um direito ao (espaço) urbano, um direito que contemple, antes de tudo, a vontade de viver integralmente. Um direito ao “urbano” que incorpore e considere as particularidades do espaço rural.

É nesse contexto que, em oposição ao urbanismo – enquanto ideologia encoberta pelo mito da tecnocracia – Lefebvre aponta para revolução urbana, que daria lugar não a um espaço urbano, mas a espaços diferenciados e apropriados por diferentes grupos sociais. A partir da “práxis revolucionária” é que torna-se possível a conquista da cotidianidade, no campo ou na cidade.

Autor cuja obra serve de base para este pensamento, Karl Marx, que nos escritos da juventude se dedica com maior profundidade ao tema da emancipação humana, em obras posteriores mostra que a transformação social seria a única forma de superar as condições objetivas responsáveis pela alienação. É assim que o autor, tendo na busca pela emancipação humana o seu horizonte, busca as operações para a “desalienação”.

Porém, na sociedade do espetáculo, a alienação é fabricada em um ritmo intenso. O indivíduo alienado, quanto mais tem sua vida transformada em mercadoria, mais se separa dela (DEBORD, 1997, p. 26). Nesse contexto as representações assumem tamanha força que “a presença parece ‘irreal’, indefinida; em contrapartida, seu substituto, o mundo das representações, parece real. (SERPA, 2013, p. 494). Como analisa Serpa:

Desse modo, uma teoria sobre a alienação toma corpo, se amplia e modifica, tendendo para uma prática de desalienação e uma crítica das representações. A análise crítica da alienação se transforma assim em exigência de projetos práticos de desalienação, incluindo um modo de produção diferente, outra maneira de viver, aprofundando as diferenças contra as potências homogeneizantes: o saber, a técnica, a mercadoria, o Estado etc. Explicita-se assim também a necessidade de um processo de desalienação da sociedade como utopia última, transformando a consciência e a vida, deixando de subordinar a experiência e a vivência ao saber, a ação criadora prevalecendo sobre a ação produtora, o cotidiano sobre a tecnologia, a qualidade sobre a quantidade etc (Lefebvre, 2006, p. 302-303). (SERPA, 2013, p. 494).

Podemos inferir, assim, que as representações alienam (no sentido de limitar a percepção da realidade e restringir os atributos humanos) mas, simultaneamente, revelam (permitem desmascarar os discursos e as relações de poder que as permeiam). Dessa forma, o caminho para a desalienação, tão pretendida por Marx, sem dúvida passa pelo estudo (crítico) das representações.

Diante de tamanha transformação, de um urbano disperso e desigual, que produz uma multiplicidade de representações, cabe a nós

refletir sobre nossas ações (e subversões) cotidianas, indagando sobre qual a natureza do urbano que virá em seguida: “Ou o espaço urbano será um espaço de dissociação da sociedade e do social (em um caos, em uma massa agitada de movimentos diversos), ou ele será um lugar de reapropriação (da vida cotidiana, do social)” (LEFEBVRE, 1986, p. 165).

O espaço urbano como lugar da reapropriação, da possibilidade emancipação humana não pode ser um espaço restrito à cidade. Se falamos constantemente de um espaço percebido de maneira integrada, da constituição de espacialidades híbridas, acreditamos também na necessidade de uma teoria urbana – e rural - crítica repaginada, na exigência de um novo léxico de diferenciação socioespacial (BRENNER, 2018) e na reinvenção sistemática do conceito de urbanização, com novas “geografias da urbanização” que consigam captar seus dois momentos dialeticamente inter-relacionados: concentração e extensão (BRENNER, 2018; BRENNER e SCHMID, 2015). Como lembram Rosa e Ferreira (2013, p. 202):

Não se pode negar que existem distinções – espaciais, paisagísticas e culturais – entre a vida no campo e na cidade, mas as especificidades só podem ser avaliadas quando se leva em consideração a contiguidade, a articulação dessas duas esferas em constante fluidez.

As transformações atuais demandam a construção de perspectivas não-dicotômicas. Como lembra Lencioni (2015, p. 9), “estamos a falar de fragmentação de uma unidade, de fragmentação de uma totalidade” e a chave para compreender a dispersão e seus limites está “no exame da integração na dispersão”. Ainda que ressaltemos os fragmentos, as diferenciações e desigualdades no espaço, não podemos perder a concepção de totalidade aberta, que acompanhou o pensamento de Lefebvre. Um contexto de “nebulosa urbana”, de “metropolização difusa”, solicita um reescalonamento da questão urbana, configurado a partir dos processos sociais que, por sua vez, precisam ser compreendidos de forma relacional (BRENNER, 2013). As fragmentações, desigualdades e descontinuidades existentes em meio a essa contiguidade, constituem interações e complementaridades complexas, com novas formas de manifestação que exigem superar as divisões simplistas e as próprias barreiras disciplinares.

É por isso que afirmamos que a questão do método assume nessa pesquisa importância equivalente às próprias manifestações nas localidades específicas. A forma de abordar tais manifestações é primordial para o que intentamos neste trabalho. Como já afirmamos, por percebermos teoria e empiria de forma intrinsecamente relacionadas, acreditamos que analisar as transformações espaciais nas áreas escolhidas é também analisar as mudanças nas percepções, nos imaginários criados, na (re)construção de representações e identidades territoriais, assim como a forma com que todos estes aspectos são abordados na produção do conhecimento científico.

Os desenvolvimentos geográficos desiguais e o conceito de imaginário radical de Cornelius Castoriadis nos permitem refletir sobre a alteridade e a criação de maneira distinta, ou seja, a partir da organização do pensamento em função da imaginação e do imaginário. Pensar “a dimensão criadora do sujeito e do social-histórico” (LOSADA, 2009, p. 1) é fundamental na tentativa de conceber diferentes desenvolvimentos para as localidades, autônomos – no sentido castoriadiano, ou seja, vinculado às relações de poder na totalidade das relações sociais – e mais adequados à justiça social e às demandas locais.

## 6. Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Do setor ao território**: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. IPEA, São Paulo/Rio de Janeiro, n. 702, 2000.

\_\_\_\_\_. O saco de batatas: diferenciação ou identidade, quando o saco de batatas para em pé. In: ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. HUCITEC-ANPOCS – Unicamp; Campinas, São Paulo, 1992.

ACSELRAD, Henri.; BEZERRA, Gustavo. **Desregulação, deslocalização e conflito ambiental**: considerações sobre o controle das demandas sociais no Brasil contemporâneo. XVIII ENANPUR, 2009.

AGLIETTA, Michel. **Concentración y centralización del Capital**. In: Regulación y Crisis del Capitalismo. 3ª Ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1986, p. 192-197.

AGUEDA, Bernardo C. **As transformações espaciais e as novas relações urbano rurais no atual contexto de metropolização do espaço**: o exemplo do bairro de Vargem Grande - Teresópolis (RJ). 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em Geografia) – Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (RJ), 2016.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **A evolução do espaço agrário fluminense**. GEOgraphy, ano 7, n.13, fev. 2005.

AMADEO, Javier; ROJAS, Gonzalo. **Marxismo, pós-colonialidade e teoria do sistemamundo**. 31º Encontro Anual da ANPOCSS de 22 a 26 de outubro de 2007, Caxambu, MG.

ANGULO, Julio V.; DOMÍNGUEZ, María Jesús V. **Los procesos de urbanización**. Madrid: Sintesis, 1991. 205 p.

ARAÚJO, James Amorim. **Sobre a Cidade e o Urbano em Henri Lefebvre**. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 31, pp. 133 – 142, 2012.

ARENDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985 [1970].

BAGLI, Priscilla. Rural e Urbano: Harmonia e Conflito na Cadência da Contradição. In: SPOSITO, Maria Encarnação B.; WHITACKER, Arthur M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. P. 81-109

BAITZ, Ricardo. O trabalho de campo em geografia urbana: da quantidade à qualidade, ou dos procedimentos formais à implicação e transdução. In: BAITZ, Ricardo; DAMIANI, Amélia Luisa (Orgs.). **Atravessando a Geografia, Marx, Lefebvre e os Situacionistas**. São Paulo: Editora Tiragem Livre. Vol. 1, 2017.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, (1979) 2003.

BECKER, Bertha. **O mercado carioca e seu sistema de abastecimento**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, Ano XXVIII, n. 2, p. 129-156, abr/jun, 1966.

BEISER, Frederick C. (Org.). **Hegel**. São Paulo: Ideias & Letras, 2014. Tradução de Guilherme Rodrigues Neto.

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da H. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação B.; WHITACKER, Arthur M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. P. 33-52.

BERNARDES, Nilo. **O problema do estudo do habitat rural no Brasil**. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro: IBGE, v. 22, n. 176, p. 529-544, set/out. 1963. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=719>

BHABHA, Hommi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves.

BONENTE, Bianca Aires Imbiriba Di Maio. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: Por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista**. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ), 2011.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **As principais determinações da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista**. In: BRANDÃO, Carlos Antônio.

Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da UNICAMP. 2007.

\_\_\_\_\_. **O campo da economia política do desenvolvimento:** o embate com os “localismos” na literatura e nas políticas públicas contemporâneas. In: BRANDÃO, Carlos Antônio. Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da UNICAMP. 2007.

\_\_\_\_\_. **O modo trans-escalar de análise e de intervenção pública.** In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. X, 2003. Belo Horizonte: ANPUR, 2003.

BRENNER, Neil. **Critique of Urbanization:** Selected Essays. Birkhäuser Verlag GmbH: Basel, 2017.

\_\_\_\_\_. **Espaços da Urbanização:** O urbano a partir da teoria crítica. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018.

\_\_\_\_\_. **Reestruturação, reescalamento e a questão urbana.** GEOUSP: Espaço e Tempo. São Paulo, n. 33, p. 198-220, 2013. Tradução: Daniel Sanfelici; Karen Heberle.

\_\_\_\_\_. **Tesis sobre la urbanización planetária.** Nueva Sociedad, n. 243, enero-febrero de 2013.

BRENNER, Neil.; SCHMID, Christian. Towards a new epistemology of the urban. **CITY**, 19, n. 2-3, p. 151-182, 2015.

CAMPOS, Livia. **O estatuto do Outro no pensamento de Jacques Lacan.** (Dissertação de mestrado). Instituto de Psicologia: Universidade de Brasília, DF, Brasília, 2017.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti P.; CORRÊA, Walquíria K. **Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo.** CAMPO-TERRITÓRIO. Revista de geografia agrária, v.3, n. 5, 142.

PERSPECTIVA, Erechim. v. 39, n.148, p. 133-143, dezembro/2015 Rejane Inês Kieling - Rogério Leandro Lima da Silveira p. 214-242, fev. 2008.

CAPEL, Horacio. **La definición de lo urbano.** Estudios Geográficos, n. 138-139, febrero-mayo 1975, p. 265-301

CARLOS, Ana Fani A. **A Condição Espacial.** São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. **A Cidade.** 3 ed. São Paulo: Contexto, 1997.



CARNEIRO, Maria José. **Ruralidades Contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: MAUAD, 2012.

CARNEIRO, Maria José; TEIXEIRA, Vanessa Lopes. Para além das dualidades: O rural não agrícola no estado do Rio de Janeiro. In: CARNEIRO, Maria José. **Ruralidades Contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: MAUAD, 2012.

CASTELLS, Manuel. **Problemas de investigação em Sociologia Urbana**. Tradução: Lemos de Azevedo. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

CASTORIADIS, Cornelius. **Encruzilhadas do Labirinto III**. O Mundo Fragmentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre o desenvolvimento e a racionalidade. In: CASTORIADIS, Cornelius. **Encruzilhadas do Labirinto II**, os domínios do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

CIAVATTA, Maria. **O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (Orgs.) Teoria e educação no labirinto do capital. São Paulo: Editoria Expressão Popular, 2014.

CHESNEAUX, Jean. **Modernidade-Mundo**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes. 1996.

CLOKE, Paul. **Conceptualizing rurality**. In: CLOKE, Paul; MARSDEN, Terry and MOONEY, Patrick H. Handbook of Rural Studies. Sage Publications, 2006.

CORONIL, Fernando. **Natureza do Pós-Colonialismo**: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.) A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLASO, p. 105-132, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo L.; SPOSITO, Maria Encarnação B. (orgs.) **Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, p. 41-52, 2011.

CRUZ, Valter do Carmo. **A “teoria como caixa de ferramentas”**: Reflexões sobre o uso dos conceitos na pesquisa em geografia. X ENANPEGE. Geografias, Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais, 2013.

DÁVALOS, Pablo. **El “Sumak Kawsay” (“Buen vivir”) y las cesuras del desarrollo**. Jueves, 10 de junio de 2010.

DAVIDOVICH, Fany. **Estado do Rio de Janeiro: Singularidade de um contexto territorial**. Revista território, Rio de Janeiro, Ano 5, n. 9, pp. 9-24, 2000.

\_\_\_\_\_. **Metrópole e Território: Metropolização do espaço no estado do Rio de Janeiro**. Cadernos Metrópole, n.6, pp. 67-77, 2001.

\_\_\_\_\_. **Estado do Rio de Janeiro: o urbano metropolitano**. Hipóteses e questões. Geo UERJ - Ano 12, nº. 21, v. 2, 2º semestre de 2010.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Que és um dispositivo?** In: Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1972.

DERRUAU, M. **Tratado de geografia humana**. 5. Ed. Barcelona: Vicens-Vives, 1970. 681 p.

DIÁRIO OFICIAL [DO] ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Poder Executivo. Anos: 2009-2018. Visita em 06 fev. 2019.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. Ed. HUCITEC, São Paulo, 2001 [1996].

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o Urbano e o Rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação B.; WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e Campo: Relações e Contradições entre Urbano e Rural**. Outras Expressões, São Paulo, 2013.

ESCOBAR, Arturo. **El “postdesarrollo” como concepto y pratica social**. In: MATO, Daniel (coord.) Políticas de economia, ambiente y sociedade em tempos de globalizacion. Caracas, Facultad de Ciencias Economicas y Sociales. Universidad Central de Venezuela, 2005.

\_\_\_\_\_. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?** In: LANDER, Edgardo (org.) A colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLASO, p. 133-168. 2005.

FABRINI, João Edmilson; MARCOS, Valéria de. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

- FEATHERSTONE, David. **Spacialities of transnational resistance to globalization**: The maps of grievance of the Inter-Continental Caravan. Transactions of the Institute of British Geographers, 28: 404-421. 2003.
- FERREIRA, Álvaro. **Metropolização do Espaço, Tensões e Resistências**: Entre espaços de controle e controle do espaço. XIII Coloquio Internacional de Geocrítica El control del espacio y los espacios de control Barcelona, 5-10 de mayo de 2014.
- FOLADORI, Guillermo. **O metabolismo com a natureza**. Crítica Marxista, 2001. pp. 105-117. Tradução por Marise Manoel.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- FREITAS, Inês Aguiar de. Novas formas de turismo no Rio de Janeiro: o exemplo da Rodovia Teresópolis-Nova Friburgo. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Marta Foeppe (Org.). **Estudos de Geografia Fluminense**. 1 Ed. Rio de Janeiro: Editora Infobook Ltda, 2002. 208 p.
- FROMM, Erich. **Conceito Marxista do Homem**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1970. Tradução de Octavio Alves Velho.
- GALLO, Elisabetta. Cidade-campo. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. Tradução: Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho Ferreira, Leandro de Oliveira Galastri e Sílvia De Bernardinis; Revisão Técnica: Marco Aurélio Nogueira. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.
- GOLDMANN, Lucien. A reificação das relações sociais. In: FORACHI, Maria Mencarini; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Sociedade**. Rio de Janeiro: LTC, 1977, p. 137-146.
- GONZALEZ, Sara. **La geografía escalar del capitalismo actual**. Barcelona: Scripta Nova, v. IX, n. 189, 2005.
- GOTTMANN, Jean. **Megalopolis**. Norwood: The Plimpton Press, 1961.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere – Volume 3**. Edição e Tradução: Carlos Nelson Coutinho; co-edição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere – Volume 4**. Edição e Tradução: Carlos Nelson Coutinho; co-edição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. Estudos Avançados 15 (43), 2001.

GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein; RIEDL, Mario; (Orgs.) **Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos**. Porto Alegre: Conceito, 2017.

GUIMARÃES, Roberto P. Desenvolvimento Sustentável: da retórica a reformulação de políticas públicas. In: BECKER, B; MIRANDA, M.(Orgs.). **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 1997. p.32-35.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2014.

\_\_\_\_\_. **Desterritorialização, Multiterritorialidade e Regionalização**. In: Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial. Brasília, 13-14 de novembro de 2003.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALFACREE, Keith. **Trial by space for a 'radical rural'**: introducing alternative localities, representations and lives. Journal of Rural Studies, 2007.

\_\_\_\_\_. **Rural space: constructing a three fold architecture**. In: Cloke, Paul.; Marsden, Terry e Mooney, Patrick H. (Eds.), Handbook of Rural Studies, London: Sage Publications, 2006.

HALL, Stuart. The **West and the Rest**. In: SCHECH, Susanne e HAGGIS, Jane (eds). Development, a cultural studies reader. Oxford (UK)/Malden (USA): Blackwell Publishing Ltd, 2002.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **Desarrollos geográficos desiguales y producción de espacio**. In: HARVEY, David. Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo. 1ª ed. Quito: Editorial IAEN, 2014.

\_\_\_\_\_. **Justice, Nature and the Geography of Difference**. Oxford: Blackwell, 1996.

\_\_\_\_\_. **O Espaço como Palavra-Chave**. Original: Harvey, D. 2006. Space as a keyword. In: Castree, Noel.; Gregory, Derek. (Eds.) David Harvey: a critical reader. Malden e Oxford: Blackwell. Tradução livre: Letícia Gianella. Revisão técnica: Rogério Haesbaert e Juliana Nunes.

\_\_\_\_\_. **Social Justice and the City**. Londres: John Hopkins University Press, 1973.

\_\_\_\_\_. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 9-24. (HARVEY, David. Rebel cities: from the right to the city to the urban Revolution. London: Verso, 2012).

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**: Parte I. Editora Vozes Ltda., Rio de Janeiro, 1988. Tradução de Paulo Meneses.

\_\_\_\_\_. **Fenomenologia do Espírito**: Parte II. Editora Vozes Ltda., Rio de Janeiro, 1988. Tradução de Paulo Meneses.

HIERNAUX, Daniel. **Pensar a cidade**: a dimensão ontológica do urbano. Geosp – Espaço e Tempo; São Paulo, n. 20, p. 197-205, 2006.

IANNI, Octavio. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1993. Capítulos 3 (A história da mundialização) e 4 (A ocidentalização do mundo).

INCRA. **Relatório de Análise de Mercados de Terras na Zona Homogênea Serrana**. Superintendência Regional no Estado do Rio de Janeiro – SR (07) Divisão de Obtenção de Terras. Rio de Janeiro: INCRA (Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária), dezembro, 2017.

IBGE, Coordenação de Geografia. Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação. **Estudos e Pesquisas Informação Geográfica**; Número 11. Rio de Janeiro: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2017.

INWOOD, Michael. **Dicionário Hegel**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. Tradução de Álvaro Cabral.

JAMESON, Fredric. **The Hegel Variations**: On the Phenomenology of Spirit. Verso: London, 2010.

KAMALI, Masoud. **Conceptualizing the “Other”**: Institutionalized Discrimination and Cultural Racism. Department of Sociology, University of Uppsala (s/d).

KELLER, Elza C. de S. O “habitat” rural. In: AZEVEDO, Aroldo de. (Org.). **Brasil: a terra e o homem**. São Paulo: Ed. Nacional, 1970. V. 2, p. 291-345. (Brasiliense. Formato especial, v. 1).

KIELING, Rejane Inês; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **O rural, o urbano e o continuum urbano-rural no contexto do desenvolvimento regional**. PERSPECTIVA, Erechim. v. 39, n.148, p. 133-143, dezembro/2015.

KOSÍK, Karel. **Dialética do Concreto**. Paz e Terra. 2010. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio.

LANDER, Edgardo. **Ciências Sociais**: saberes coloniais e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.) A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLASO, 2005.

LATOUCHE, Serge. **A ocidentalização do mundo**: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária. Vozes: Petrópolis, 1994.

LEFEBVRE, Henri. Estrutura Social: a reprodução das relações sociais. In: FORACCHI, Maria Mincarini; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Sociedade**. Rio de Janeiro: LTC, 1977, p. 186-212.

\_\_\_\_\_. **La presencia y la ausencia**. Contribución a la teoría de las representaciones. Mexico DF: Editora Fondo de Cultura Economía, 2006.

\_\_\_\_\_. Lo urbano. In: LEFEBVRE, Henri. **Le retour de la dialectique**: 12 mots clef pour le monde moderne. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1986, p. 159-173. Tradução de Margarida Maria de Andrade.

\_\_\_\_\_. A cidade e o urbano. In: LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 79-88 (LEFEBVRE, Henri. La ciudad y lo urbano. In: LEFEBVRE, Henri. Espacio y política: El derecho a la ciudad II. Barcelona: Península, 1976, p. 63-71.)

\_\_\_\_\_. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991, p. 77-216.

- \_\_\_\_\_. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Península, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Forme, fonction, structure dans le Capital*. In: LEFEBVRE, Henri. **L'ideologie structuraliste**. Paris: Anthropos, 1971, p. 161-190.
- \_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. Centauro Editora, São Paulo, 2011 [1991].
- \_\_\_\_\_. **A produção do espaço**. Original: *La production de l'espace*. 1991; 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins.
- \_\_\_\_\_. **Hegel, Marx, Nietzsche** (o el reino de las sombras). Siglo Veintiuno Editores, Madrid, 1976. Traducción de Mauro Armíño. Original: LEFEBVRE, Henri. *Hegel, Marx, Nietzsche ou la riyame des ombres*, 1975.
- \_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Space, state, world: selected essays**. Minnesota, USA. University of Minnesota Press, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Para compreender o pensamento de Karl Marx**. Bordas 1966. Biblioteca 70, Lisboa. Tradução de Laurentina Capela.
- \_\_\_\_\_. A “práxis”: a relação social como processo. In: FORACCHI, Maria Mincarini; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Sociedade**. Rio de Janeiro: LTC, 1977, p. 147-159.
- LEFEBVRE, Henri; GUTERMAN, Norbert. Introdução. In: LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Cadernos Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- LEFF, Enrique. **Racionalidad Ambiental: La reapropiación social de la naturaleza**. Siglo XXI editores, México, 2004.
- LENCIONI, Sandra. **Concentração e Centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar**. Reflexões a partir do caso de São Paulo. *Revista de Geografia Norte Grande*, v. 39, p. 7-20, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Metrópole e sua lógica atual face ao regime de acumulação patrimonial*. In: LENCIONI, Sandra; BLANCO, Jorge (Orgs.). **Argentina e Brasil: territórios em redefinição**. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

\_\_\_\_\_. **Metropolização do espaço:** processos e dinâmicas. In: Metropolização do espaço, gestão territorial e relações urbano rurais. Rio de Janeiro, 2013.

\_\_\_\_\_. **Reconhecendo metrópoles:** Território e Sociedade. In: SILVA, Cátia Antônia da; FREIRE, Désirée; OLIVEIRA, Floriano (Org.). Metrópole: governo, sociedade e território. Lamparina, 2006, p. 41-58.

\_\_\_\_\_. **Totalidades e Tríades:** compreendendo o pensamento de Lefebvre. In: LENCIONI, Sandra. Metrópole, Metropolização e Regionalização. 1. Ed – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

\_\_\_\_\_. **Urbanização difusa e a constituição de megarregiões:** O caso de São Paulo - Rio de Janeiro. In: e-metropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, Rio de Janeiro, n. 22, ano 6, p. 6-15, 2015.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. (Orgs.). **Dicionário Gramsciano** (1926-1937). Tradução: Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho Ferreira, Leandro de Oliveira Galastri e Silvia De Bernardinis; Revisão Técnica: Marco Aurélio Nogueira. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

LIMA, Maria Helena Palmer. **Cidade-campo, urbano-rural:** uma contribuição ao debate a partir de pequenas cidades em Minas Gerais. 2007. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LIMA, Ronaldo Guedes de. **O desenvolvimento agrário no debate científico:** uma reflexão paradigmática a partir dos clássicos. Revista Teoria e Evidência Econômica. Passo Fundo (RS), v. 13, n. 24, 2005.

LOSADA, Manuel. **Imaginário radical:** a proposta de Castoriadis à atual crise dos paradigmas no campo das ciências naturais e sociais. Boletim Interfaces da Psicologia da UFRURALRJ, 2009.

LOUREIRO, Isabel. A menos eurocêntrica de todos: Rosa Luxemburgo e a acumulação primitiva permanente. In: SCHUTRUMPF, Jorn (Orgs.). **Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade.** Nova Letra. 2ª Edição, 2015.

LÖWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado.** Outubro, São Paulo (SP), n. 1, p. 73-80, 1998.



\_\_\_\_\_. Ideologia. In: LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez Editora, 2015. Capítulo I, pp. 17-45.

LUFTI, Eulina Pacheco; SOCHACZEWSKI, Suzanna, JAHNEL, Teresa Cabral. As representações e o possível. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 87-97.

LUKÁCS, Gyorgy. **Ontologia do ser social**: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. São Paulo: Nova Cultural, vol. 2, 1988.

LYSON, Thomas A. **Global capital and the transformation of rural communities**. In: CLOKE, Paul; MARSDEN, Terry and MOONEY, Patrick H. *Handbook of Rural Studies*. Sage Publications, 2006.

MALABOU, Catherine. **The Future of Hegel**: Plasticity, Temporality and Dialectic. Routledge, 2004.

MANUAL da base territorial 2014. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2014. 157 p.

MARAFON, Gláucio et al. **Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro**: uma contribuição geográfica. Rio de Janeiro: Gramma. 2005.

MARQUES, Marta Inez de Medeiros. **O conceito de espaço rural em questão**. Revista Terra Livre, São Paulo: v.18 n. 19, 2002. P. 95-112

MARSDEN, Terry. **Pathways in sociology of rural knowledge**. In: CLOKE, Paul; MARSDEN, Terry and MOONEY, Patrick H. *Handbook of Rural Studies*. Sage Publications, 2006.

MARSTON, Sallie A. **The social construction of scale**. Prog. Human Geography, 2000.

MARTINS, José de Souza. **A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária**. In: Os Camponeses e a Política da Terra no Brasil. Editora Vozes. Petrópolis, 1981.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. Martins Fontes, São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Miséria da Filosofia**: Resposta à Filosofia da Miséria do Sr. Proudhon. São Paulo: Boitempo, 2017. Tradução de José Paulo Netto.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Boitempo Editorial, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro 1: O Processo de Produção do Capital. Vol. 1. Difusão Editorial S. A. 1982.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro 1: O Processo de Produção do Capital. Vol. 2. Difusão Editorial S. A. 1982.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política: Livro III: O processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle; edição de Friedrich Engels. – 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_. **Sobre a Questão Judaica**. Boitempo Editorial, 2010.

MASSEY, Doreen. **Filosofia e política da espacialidade**: algumas considerações. *GEOgraphia*, Vol. 6, N. 12, 2004.

\_\_\_\_\_. **A global sense of place**. In: MASSEY, Doreen. *Space, place and gender*. Oxford: Polity, 1994.

MEIRA, Fabio Bittencourt. **Castoriadis (o instituinte) e a instituição**. XXXIV Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, 25-19 de setembro de 2010.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

\_\_\_\_\_. **O conceito de dialética em Lukács**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

\_\_\_\_\_. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MONGIN, Olivier. **O arquipélago megalopolitano mundial e a explosão da metrópole**. In: *A condição urbana: A cidade na era da globalização*. São Paulo, Editora Estação Liberdade, 2010.

MOORE, Adam. **Rethinking scale as a geographical category**: from analysis to practice. *Progress in Human Geography*, n. 32, 2008.

MOREIRA, Ruy. **Campo e Cidade no Brasil Contemporâneo**. Conferência no Simpósio: Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização. São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. O mal-estar espacial no fim do século XX. In: MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2008.

MORIN, Edgar. **Por uma reforma do pensamento**. In: PENA-VEJA, Alfredo; ALMEIDA, Elimar Pinheiro. O Pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade. Rio de Janeiro: Garamond. 1999.

MORIN, Edgar. **Sociedade-mundo ou império-mundo?** Política Externa, [s.l.], v. 11, n. 1, sem paginação, jun.-jul. 2002.

MÜLLER, Nice Lecoq. **Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná**. Geografia, Londrina, v. 10, n. 1, p. 89-118, jan./jun. 2001. Originalmente publicado em: Boletim Paulista de Geografia, n.22, p.55-97, março, 1956.

NAME, Leonardo. **Escalas de representação**: sobre filmes e cidades, paisagens e experiências. Revista RUA 10. 2007.

\_\_\_\_\_. **Geografia pop**: o cinema e o outro. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Apicuri, 2013.

NATAL, Caroline Beserra. O mundo rural na vitrine: Paisagem serrana fluminense como objeto do consumo turístico. In: MARAFON, Glaucio J.; RIBEIRO, Miguel A. (Org.). **Revisitando o território fluminense II**. Rio de Janeiro: Gramma, 2008.

NUNES, Carla Cristiane. **Campo, cidade, urbano e rural**: Categorias e representações. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juíz de Fora, março de 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; STEDILI, João Pedro. **A Natureza do Agronegócio no Brasil**. Via Campesina: Brasília, 2007.

PECK, Jamie; TICKELL, Adam. **Neoliberalizing the space**. Antípode. Oxford, v. 34, p. 350-377, 2002.

PELUSO, Nancy Lee; LUND, Christian. **New Frontiers of Land Control**: Introduction. Journal of Peasant Studies: London, UK, 2011.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Preço e valor na financeirização da produção do espaço. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia. **O espaço e a metropolização**: Cotidiano e ação. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

PÉREZ, Isaac Enríquez. **Los estudios sobre el desarrollo en los senderos de las ciencias sociales latino-americanas**. Cuadernos del Cendes. Año 32. N. 90. Tercera época. Septiembre-Diciembre 2015.

PICKERILL, Jenny; CHATTERTON, Paul. **Notes towards autonomous geographies**: creation, resistance and self-management as survival tactics. *Progress in Human Geography*, n. 30, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil** (ensaios). Rio de Janeiro/São Paulo: Livros Técnicos Científicos/ EDUSP, 1978.

QUIJANO, Aníbal. **“Bien vivir” para redistribuir el poder**. Los pueblos indígenas y su proposta alternativa em tempos de dominación global. Informe 2009-2010. Oxfam. Pobreza, desigualdade y desarrollo em el Perú, Julio, 2010.

RADCLIFF, Sarah A. **Development and Geography**: towards a postcolonial development geography? *Progress in Human Geography*, n. 29. SAGE Publications, 2005.

\_\_\_\_\_. **Development for a postneoliberal era?** Sumak kawsay, living well and the limits of decolonisation in Ecuador, *Geoforum* 43 (2012), 240-249.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. **Desenvolvimento, Pós-Estruturalismo e Pós-Desenvolvimento**: a crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. *Rev. Brasileira De Ciências Sociais*, vol. 26, n. 75, São Paulo: fev. 2011.

RIBEIRO, Gustavo L. **Ambientalismo e desenvolvimento sustentado**: ideologia e utopia no final do século XX. *Ciência e informação*, v. 21, n. 1, 1992.

RIBEIRO JÚNIOR, José Arnaldo dos Santos; OLIVEIRA, Dannel Madson Vieira; COSTA, Saulo Barros da. **Desenvolvimento, conflitos e impactos ambientais**: a territorialização da Suzano e a resistência camponesa na mesorregião Leste Maranhense. In: *Geographia Opportuno Tempore*, Londrina, v. 1, p. 11-33, jul./dez. 2014.

RIHANI, Samir. **Complexity theory**: a new framework for development is the offering. *Progress in Development Studies* 5, 1 (2005) pp. 54-61.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCERJ. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**. Secretaria de Planejamento. Edição de 2017. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>> Acesso em: 26 fev. 2019.

RODRIGUES, Mônica. A. G. **Metabolismo social do capital, novas tecnologias e os desafios políticos aos trabalhadores: notas ao debate**. Temporalis, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 39-48, jul./dez. 2012.

ROSA, Lucelina R.; FERREIRA, Darlene Aparecida de O. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum. In: SPOSITO, Maria Encarnação B.; WHITACKER, Arthur M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 187-204.

RUA, João. **Continuidade ou ruptura na expansão da metrópole para além de seus limites formais: urbanidades no rural?** In: RANDOLPH, Rainer; SOUTHERN, Barbra C. (orgs.) **Expansão metropolitana e transformações das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina**. São Paulo: Max Limonad, 2011.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimentos e sustentabilidades: uma perspectiva geográfica**. In: OLIVEIRA, Márcio P.; COELHO, Maria Célia N.; CORRÊA, Aureanice de M. **O Brasil, a América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas**. Rio de Janeiro. Lamparina. 2008.

\_\_\_\_\_. **No Estado do Rio de Janeiro: O lugar de um lugar rural em um espaço de metropolização**. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia. **O espaço e a metropolização: Cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento, Espaço e Sustentabilidades**. In: RUA, João (Org.). **Paisagem, Espaço e Sustentabilidades**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007.

\_\_\_\_\_. **Urbanização em Áreas Rurais no Estado do Rio de Janeiro**. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Marta Foeppel (Org.). **Estudos de Geografia Fluminense**. 1 Ed. Rio de Janeiro: Editora Infobook Ltda, 2002. 208 p.

\_\_\_\_\_. **Urbanidades no rural**: o devir de novas territorialidades. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v.1, n.1, p. 82-106, fev. 2006.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo (SP): Companhia das Letras. 1990.

\_\_\_\_\_. Orientalism. In: SCHECH, Susanne e HAGGIS, Jane (eds). **Development, a cultural studies reader**. Oxford (UK)/Malden (USA): Blackwell Publishing Ltd, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 63, 2002. P. 237-280.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2006.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. 7 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Leandro Bruno; OLIVEIRA, Cássio Antunes de. Desenvolvimento. In: SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Glossário de Geografia Humana e Econômica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

SCHECH, Susanne; HAGGIS, Jane. **Culture and Development, a critical introduction**. Oxford (UK)/Malden (USA): Blackwell Publishing Ltd. 2003 (2000).

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, 359p.

SERPA, Angelo. **Teoria das representações em Henri Lefebvre**: por uma abordagem cultural e multidimensional da geografia. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 487-495, 2013.

SILVA, Cláudia Maria Arantes. Pluriatividade e complexificação das relações sociais de produção no espaço rural friburguense. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. (Org.). **Revisitando o território fluminense II**. Rio de Janeiro: Gramma, 2008.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

SOARES, Marcus Rosa. **A Contra-Ordem Sócio-Espacial e a Autonomia do Sujeito**. UFF, 2011.

SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, Maria Encarnação B.; WHITACKER, Arthur M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. P. 53-64.

SOJA, Edward. Uma concepção materialista da espacialidade. In: BECKER, Bertha. K.; COSTA, Rogério H. da; SILVEIRA, Carmen Beatriz (Orgs.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro (RJ): UFRJ, 1983.

\_\_\_\_\_. **Para além da post-metropolis**. In: Revista UFMG. Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 136-167, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. – 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

\_\_\_\_\_. **A expulsão do paraíso: O “paradigma da complexidade” e o desenvolvimento sócio-espacial**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1997. 367 p.

\_\_\_\_\_. **A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial**. Território, Rio de Janeiro, n. 1, vol. 1, p. 5-22. dez. 1996. Laget/UFRJ. Relume/Dumará

\_\_\_\_\_. **O Planejamento e a Gestão das Cidades numa Perspectiva Autonomista**. Território, n. 8, LAGET/UFRJ, p. 67-100, jan-jun., 2000.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Libertária**. 1 Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **A Critique of Postcolonial Reason**. Londres: Harvard University Press, 1999.

SVAMPA, Maristella. **Entre la obsesión y la crítica al desarrollo**. In: SVAMPA, Maristella. **Debates Latinoamericanos: Indianismo, desarrollo, dependencia y populismo**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Edhasa, 2016.

THEODORE, Nick; PECK, Jamie; BRENNER, Neil. **Urbanismo neoliberal: la ciudad y el império de los mercados.** Temas Sociales. Santiago (Chile), n. 66, p. 1-12, 2009.

TOLEDO, Víctor. M. **El metabolismo social: una nueva teoría socioecológica.** Relaciones 136, otoño 2013, pp. 41-71

TOLEDO, Víctor. M. & MOLINA, Manuel. G. **El metabolismo social: las relaciones entre la sociedade y la naturaleza.** I Taller Sobre Metabolismo Social, 2011.

TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica.** São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

VAINER, Carlos. **As Escalas do Poder e o Poder das Escalas: o que pode o poder local?** In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. 9. 2001. Rio de Janeiro.

VANEIGEM, Raoul. **A arte de viver para as novas gerações.** São Paulo: Conrad, 2002.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. Apresentação: A significação da Fenomenologia do Espírito. In: HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito: Parte I.** Editora Vozes Ltda., Rio de Janeiro, 1988. Tradução de Paulo Meneses.

VEIGA, José E. da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas: Autores Associados, 2002.

WOODWARD, Keith; JONES III, John Paul; MARSTON, Sallie A. **The politics of autonomous space.** Prog. Human Geography, 2012, 36:204.

ZIZEK, Slavoj. **Menos que nada: Hegel e a sombra do materialismo dialético.** Boitempo Editorial, 2013. Tradução de Rogério Bettoni.